

Cotidiano em suspenso

Remoção de populações e mobilização coletiva
no contexto da duplicação da Avenida
Tronco em Porto Alegre



Juliana Mesomo - Porto Alegre - 2014

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

COTIDIANO EM SUSPENSO

**Remoção de populações e mobilização coletiva no contexto de duplicação da Avenida
Tronco em Porto Alegre-RS**

Juliana Feronato Mesomo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Arlei Sander Damo

Porto Alegre

2014

JULIANA FERONATTO MESOMO

COTIDIANO EM SUSPENSO

**Remoção de populações e mobilização coletiva no contexto de duplicação da Avenida
Tronco em Porto Alegre-RS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Arlei Sander Damo

COMISSÃO EXAMINADORA

Aprovado em 24 de Novembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Pieter de Vries (Wageningen UR)

Profa. Lorena Fleury (UFRGS)

Profa. Patrice Schuch (UFRGS)

Prof. Arlei Sander Damo (orientador, UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Longe se vai sonhando demais, mas onde se chega assim, [vamos] descobrir (Milton Nascimento). Esta dissertação teve como material sonhos, esperanças, desejos de um mundo melhor. Agradeço aqueles que sonharam junto ou simplesmente sonharam.

Em primeiro lugar, agradeço aos amigos e companheiros que fiz no Comitê Popular da Copa, no Quilombo do Sopapo, no Levante Popular da Juventude, na ONG Cidade. Leandro, Cláudia, Max, Felipe, Waldir, Lucimar, Bruna, Fernando, Márcia, Ciça. Com eles aprendi muito e conheci espaços políticos onde o conhecimento produzido pela pesquisa pode ser um instrumento na construção de novos mundos e uma cidade para todos. Mais importante que isso, eles permitiram transformar as próprias bases do que concebo como conhecimento, o qual nunca deve estar desassociado da construção prática desses novos mundos. À Gabrielle Araújo, minha companheira de campo, agradeço as ideias, informações e sonhos compartilhados. Fica aqui o desejo de seguir dividindo o trabalho e os sonhos.

Aos moradores interlocutores da pesquisa: Noeli, José, Cleuza, Cristina e Cristiane. A eles agradeço as lições de vida. São pessoas de cuja força serei eternamente aprendiz.

Aos funcionários do Escritório Nova Tronco, que me receberam de maneira atenciosa e relataram seu cotidiano e suas preocupações.

Ao meu orientador Arlei Damo, pela atenção, paciência e incentivo. Suas leituras e sugestões teóricas foram fundamentais para tornar possível este texto em forma de dissertação. Aos professores que foram fonte de inspiração na minha passagem pelo mestrado: Patrice Schuch, Cláudia Fonseca, Heloísa Paim, Cristóbal Gnecco, Eduardo Restrepo.

Aos meus colegas de turma do mestrado e a todos que compartilharam comigo a sala de aula. Aos colegas pela terna e alegre companhia nestes anos. A Miguel, Laís, Marcela, Segone, Sara, Janaína e David pela linda amizade, que tornou a experiência do mestrado algo amável e sempre efervescente de ideias.

Aos companheiros e amigos que passaram pelo Grupo de Estudos em Antropologia Crítica (GEAC), onde pudemos imaginar as bases de uma antropologia auto-consciente de seu lugar de enunciação e do seu papel nas relações de poder.

Ao Alex pelo apoio constante, conversas sobre o trabalho de campo, leituras interessadas e sugestões sempre criativas. Pela companhia amável e cheia de vida. Devo ao seu entusiasmo muito da energia que possibilitou este trabalho.

Às amigas de longa data, fundamentais na vida, nos momentos de relaxamento e no incentivo constante – *la vida puede más*. Tiago, Letícia, Robinson, Ana, Juliana, Daudt, Tiago, Stéphanie, Maria e Bruna.

À minha família, por acreditar e apoiar meus planos. Ao meu irmão, pela tradução do resumo ao inglês.

Este é o primeiro produto de uma trajetória que recém inicia. Agradeço a todos que me incentivaram neste caminho pelas antropologias e brindo os belos encontros que este caminho proporcionou.

"Se no meu pago natal, já vejo um drama campeiro
Vão botar o João Barreiro no plano habitacional
Isso pode ser um crime, mas é quase uma verdade
Tirar a liberdade desse pássaro sublime
O povo é que se redime, porque ele é que se abrasa
Se é culpa do Andreazza* ou do plano de habitação
impor uma prestação pra depois tirar a casa”

(Jayme Caetano Braun, 1984)

*Mario David Andreazza (Caxias do Sul, 20 de agosto de 1918 — São Paulo, 19 de abril de 1988) foi um militar e político brasileiro. No governo de João Figueiredo, foi ministro do Interior e responsável por programas habitacionais como o Promorar, que erradicou as palafitas, por exemplo, das favelas da Maré, no Rio de Janeiro, e dos Alagados, em Salvador.

Resumo: Esta dissertação trata do processo de remoção das famílias atingidas pela duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre-RS. Através da participação no Comitê Popular da Copa, em Porto Alegre, de entrevistas aos moradores atingidos e do acompanhamento dos atendimentos no Escritório Nova Tronco, onde se negociava o reassentamento, busquei responder à pergunta: como funciona a remoção? Demonstro, em minha análise, que a remoção é instaurada através de tecnologias em um arranjo que agencia diferentes elementos: legislações, programas habitacionais, fórmulas e cálculos; categorias de interpelação como irregular/invasor/precário; saberes e expertises; desejos, forças e valores. Deste funcionamento, fazem parte dos efeitos importantes da remoção: a suspensão do cotidiano e a precarização do entorno. Ao enfatizar a heterogeneidade dos elementos mobilizados e a atividade de constante (re)combinação entre eles, proponho interpretar que a remoção tem uma característica de composição ou *assemblage*. As tecnologias vão passando por modificações conforme vão sendo aplicadas, passando por reflexões levadas adiante pela *expertise* envolvida na remoção e sendo modificadas pela intervenção dos atores envolvidos com ela – como o Comitê Popular da Copa, através de mobilizações coletivas, e os próprios moradores atingidos, sujeitos-objeto da remoção. Concluo que tais correlações de forças provocam modificações nas tecnologias e nos seus objetivos, conformando e determinando os rumos da remoção.

Palavras-chave: remoção, tecnologias, expertise, *assemblage*, mobilização coletiva

Abstract: This dissertation addresses to the removal process of families caused by the duplication of the Tronco Avenue in Porto Alegre-RS, Brazil. Through the participation at the Comitê Popular da Copa (World Cup's Popular Committee), in Porto Alegre, interviewed dwellers and the attendance at the Escritório Nova Tronco (New Tronco Office), where the relocation was negotiated, I sought to answer to the question: "How does the removal work?". I demonstrate in my analysis, that removal is established through technologies in an arrangement touting different elements: legislation, housing programs, formulas and calculations; interpellation categories as irregular/invader/precarious; knowledge and expertise; wishes, forces and values. From this operation, important parts of the removal process are: the suspension of the quotidian and the precarization of the surroundings. By emphasizing the heterogeneity of mobilized elements and the activity of constant (re)combination between them, I propose to interpret that the removal has a characteristic of composition or *assemblage*. The technologies are modified while they are applied, through reflections taken forward by the *expertise* involved in the removal and being modified by the intervention of the actors involved with it - as the Comitê Popular da Copa, through collective mobilizations, and the affected residents themselves, the subject-object of the removal. I conclude that such correlation of forces cause changes in the technologies and their goals, shaping and determining the course of the removal.

Key-words: removal, technologies, expertise, assemblage, collective mobilizations

Lista de Siglas

CPC – Comitê Popular da Copa

ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa

SMOV – Secretaria Municipal de Obras e Viação

DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação

PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre

OPPOA – Orçamento Participativo

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

CISSET – Secretaria de Controle Interno da Presidência da República

AEIS – Áreas Especiais de Interesse Social

FASC – Fundação para Assistência Social e Cidadania

PISA – Projeto Integrado Sócio-Ambiental

PIEC – Projeto Integrado Entradas da Cidade

CUTHAB – Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação da Câmara

UAMPA – União das Associações de Moradores

CRECI – Conselho Regional dos Corretores de Imóveis

CEDECONDH – Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana

FAR – Fundo de Arrendamento Residencial

PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social

SMGAE – Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico

SECOPA – Secretaria Municipal Extraordinária da Copa de 2014

CUR – Coordenação de Urbanismo

AMAVTRON – Associação dos Moradores da Vila Tronco, Neves e Arredores

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Lista de figuras

Figura 1: Regiões de Planejamento em Porto Alegre, destaque para a Macrozona 5, onde ocorre a duplicação da Avenida Tronco. Mapa elaborado por Pádua (2012).....	16
Figura 2: Traçado geral da duplicação da Avenida Tronco.....	32
Figura 3: Regiões atingidas pela duplicação. Mapa produzido por Pádua (2012).....	32
Figura 4: Informativo da União de Vilas da Grande Cruzeiro, de junho de 1985.....	42
Figura 5: Moradora mostra o interior de sua casa à reportagem. Fotografia: Luiz Armando Vaz (Agência RBS), 2013.....	48
Figura 6: Máquinas da obra viária operando e as casas ao fundo. Fotografia: Omar Freitas (Agência RBS), 2012.....	55
Figura 7: Detalhe de uma casa demolida. Fotografia: Bernardo Jardim Ribeiro, 2013.....	59
Figura 8: Carcaças de casas demolidas e entulhos. Fotografia: Bernardo Jardim Ribeiro, 2014.....	59
Figura 9: Carcaças de casas demolidas e entulhos. Fotografia: Bernardo Jardim Ribeiro, 2014.....	61
Figura 10: Marcação do número de cadastro do DEMHAB nas casas atingidas pela remoção. Fotografia Bernardo Jardim Ribeiro, 2014.....	70
Figura 11: Placa indicando a construção dos apartamentos na Av. Moab Caldas. Fotografia: autor desconhecido, 2013.....	73
Figura 12: Mural com anúncios de imóveis para comprar com Bônus Moradia ou alugar. Ramiro Furquim, 2013.....	79
Figura 13: Anúncios de imóveis. Fotografia: Ramiro Furquim, 2013.....	79
Figura 14: Diagrama do Escritório Nova Tronco.....	80
Figura 15: Morador sinaliza sua casa atingida no mapa. Fotografia: autor desconhecido.....	82
Figura 16: Mapa dos locais de reunião do Comitê Popular da Copa.....	104
Figura 17: Moradores na assembleia do dia 2 de fevereiro de 2011. Fotografia: Kátia Marko, 2011.....	112
Figura 18: Moradores na assembleia do dia 2 de fevereiro de 2011. Fotografia: Kátia Marko, 2011.....	112
Figura 19: Moradores na assembleia do dia 2 de fevereiro de 2011. Fotografia: Kátia Marko, 2011.....	113
Figura 20: Colagem de cartazes feita na região. Fotografia: Leandro Antón, 2012.....	117
Figura 21: Moradores presentes na Plenária do OP. Fotografia: Ramiro Furquim, 2012.....	117
Figura 22: Plenária do OP, com a presença do Prefeito José Fortunati. Fotografia: Ramiro Furquim, 2012.....	118
Figura 23: Cartaz da campanha “Chave por Chave” em uma casa da Vila Cristal. Fotografia: Leandro Antón, 2012.....	119
Figura 24: Caminhada do Cômite Popular da Copa-Cristal, com moradores, ao longo de toda a Av. Tronco, no dia 4 de maio de 2012. Fotografia: Leandro Anton, 2012.....	121
Figura 25: Marcha do Bloco de Lutas e do Comitê Popular da Copa na Avenida Tronco. Fotografia: Ramiro Furquim, 2013.....	129
Figura 26: Crianças participaram da marcha. Fotografia: Ramiro Furquim, 2013.....	130
Figura 27: Dona Cleuza sentada no sofá de sua casa. Fotografia: Juliana Mesomo, 2013.....	140
Figura 28: Seu Zé em frente à sua casa. Fotografia: Juliana Mesomo, 2013.....	141
Figura 29: Pinturas feitas na Vila Tronco/Postão para receber a Copa do Mundo. Fotografia: Mateus Bruxel (Agência RBS), 2014.	171

Lista de quadros

Quadro 1: Informações sobre a obra de duplicação.....	7
Quadro 2: Cronologia dos fatos em torno da obra de duplicação e da remoção.....	26
Quadro 3: Interlocutores da pesquisa.....	27

Lista de tabelas

Tabela 1: Indicadores de Porto Alegre e das regiões Cruzeiro, Cristal e Centro, com base nos dados do site http://www.observapoa.com.br/	46
--	----

Sumário

Introdução.....	14
Capítulo 1 - Tornando a população “removível”: Instauração da remoção.....	30
1.1 A obra de duplicação e a região atingida.....	31
1.2 Disparadores da obra e da remoção.....	34
1.2.1 A Copa do Mundo FIFA 2014.....	34
1.2.2 O Plano Diretor de 1959.....	36
1.2.3 A moradia: irregularidade.....	38
1.2.4 A pobreza visível: localização.....	44
1.3 Tecnologias de remoção.....	51
1.4 Cotidiano em suspenso: urgência, prazos e indefinição.....	54
1.5 Rumores, pressão difusa e medos.....	61
Capítulo 2 - Tecnologias de remoção.....	67
2.1 Tecnologias de remoção.....	68
2.1.1 Levantamento sócio-econômico, cadastro e produção de informações.....	68
2.1.2 Minha Casa Minha Vida.	70
2.1.3 Indenização e Bônus-Moradia.....	73
2.1.4 Aluguel social e casas de passagem.....	76
2.2 O Escritório Nova Tronco e a expertise em remoção.....	77
2.2.1 O “acolhimento” na entrada: emoções e “mediação de conflitos”.....	84
2.2.2 “Os problemas deles são os mesmos que os meus”: Proximidade e identificação.....	90
2.2.3 Saberes práticos e experiência em outros processos de remoção.....	93
2.2.4 Paradigma indiciário, tecnologias investigativas e formas de vida.....	96
Capítulo 3 – O Comitê Popular da Copa.....	102
3.1 Valores.....	105
3.1.1 Direito à informação e direito à participação.....	110
3.1.2 Ficar na região.....	114

3.1.3	Direito à moradia: criando garantias.....	116
3.1.4	Romper o consenso em torno da obra: desenvolvimento e Copa do Mundo.....	119
3.2	A ênfase na luta conjunta e na resistência.....	121
3.3	A oposição entre “nós” e “eles” e a expressão dos sentimentos.....	126
3.4	Atestar as violações de Direitos Humanos.....	134
Capítulo 4 – Sujeitos-objetos da remoção: as vidas.....		138
4.1	A vida como excesso e desafio.....	139
4.2	Chegando e vivendo na “região”: trajetórias e cotidiano.....	140
4.3	Construindo a casa e o entorno: os moradores mais antigos.....	143
4.4	Seguir buscando melhorias.....	147
4.5	Do Aluguel aos apartamentos do MCMV, de resistir a “correr atrás”.....	150
4.6	“Nasci chorando, quero morrer sorrindo”: fluxos e transformações das formas de lidar com a remoção.....	155
Considerações finais.....		163
Posfácio.....		166
Referências bibliográficas.....		170

INTRODUÇÃO

Depois de o Brasil ter sido declarado sede da Copa do Mundo FIFA 2014, em 2007, articularam-se os Comitês Populares da Copa (CPC) em cada cidade-sede¹. Em Porto Alegre, no segundo semestre de 2011, chegou-me a convocação via internet para uma reunião no CPERS-Sindicato² do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, na qual se reuniram movimentos sociais, pesquisadores, moradores atingidos pelas obras vinculadas à Copa, movimentos ambientalistas e comunitários como “O Morro é nosso”³. Uma diversidade de atores estava ali reunida para pensar formas de denunciar as diferentes ameaças que a realização do megaevento estava desatando e/ou viria a desatar em Porto Alegre. A remoção de populações por conta das obras de infra-estrutura (viária e aeroviária) era um dos principais pontos do debate, pois remetia a processos compartilhados nacionalmente, ocorrendo

¹ Os Comitês Populares da Copa são resultado de mobilizações nas cidades-sede da Copa de iniciativa de movimentos sociais organizados, universidades e entidades da sociedade civil. Em cada cidade reflete a organização dos atingidos e da sociedade local em sua luta contra as Violações de Direitos decorrentes da realização dos jogos da Copa 2014, e no Rio de Janeiro, também das Olimpíadas 2016. Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br> Consulta em: 25/08/2014.

² Centro dos professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos trabalhadores em Educação, o CPERS-Sindicato é a entidade sindical dos professores da rede pública estadual e um importante centro de confluência política em Porto Alegre. Disponível em: <http://www.cpers.org.br/> Consulta em: 25/08/2014.

³ As mobilizações coletivas e a vitória do Movimento o Morro é Nosso na Defesa do Morro Santa Tereza são um momento emblemático para a conjuntura recente de retomada dos conflitos urbanos em Porto Alegre (ARAÚJO, 2014). Segundo a autora, o movimento formado em 2010 por um coletivo que reunia sindicatos, grupos civis e lideranças comunitárias se articulou para barrar o projeto de lei do Executivo estadual que pretendia alienar um terreno de 74 hectares no Morro Santa Tereza, localizado na região Cristal. No morro, considerado uma importante área de preservação ambiental e histórico-cultural, habitam cerca de quatro mil famílias. A luta em defesa do Morro articulou ao tema da preservação ambiental, a demanda por regularização fundiária para estas famílias. As manifestações, caminhadas, marchas e distribuição de cartazes pela cidade, ao longo de 2010, resultaram na retirada do projeto de lei. Para uma análise detalhada da formação do Comitê da Copa como repertório político emergente na confluência dos conflitos urbanos na cidade de Porto Alegre, ver também Araújo (2012).

praticamente em todas as cidades-sede – ainda que, em algumas, de forma mais violenta que em outras. Neste momento, comecei a tomar contato com a problemática das remoções em Porto Alegre e com alguns grupos e pessoas que estavam mobilizadas em torno delas.

O convite para a reunião chegou até a mim através de redes do movimento estudantil universitário e de militantes de outros movimentos sociais da cidade de Porto Alegre com os quais já estava em contato, por conta de trabalhos anteriores. Através destas redes e da trajetória como estudante na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) fui tecendo meus interesses investigativos em torno das questões da moradia e da cidade. No ano de 2009, cursando a disciplina Introdução à Antropologia, pude desenvolver meu primeiro exercício etnográfico. Tratei neste trabalho sobre a experiência de um movimento social que, envolvido na luta por moradia e Reforma Urbana, ocupou, reivindicou e obteve a posse de um edifício no Centro de Porto Alegre, que veio a se chamar Assentamento Urbano Utopia e Luta. Observei que a existência daquela experiência de moradia estabelecia a possibilidade de se construir entre aqueles sujeitos e naquele espaço (o Centro da cidade) novas relações, engajamentos e rotinas. A partir deste trabalho, comecei a interessar-me profundamente sobre questões relacionadas aos estudos urbanos, em especial às dinâmicas de moradia.

Em 2010, iniciei como bolsista uma investigação que tinha como objetivo analisar como as políticas de inclusão escolar eram operacionalizadas nas escolas da Rede Municipal de Ensino. A escola em que desenvolvi a investigação localizava-se na Vila Cruzeiro, em Porto Alegre (todas as escolas da Rede Municipal se localizam em bairros periféricos) e pude notar a forma como as imagens associadas a este lugar (“vulnerabilidade social”, “violência”, entre outros) eram incorporados ao discurso dos profissionais da instituição e davam forma às estratégias de “inclusão escolar” praticadas ali. Os vínculos entre o discurso institucional e a localização na cidade chamaram-me a atenção e, em 2011, defendi o Trabalho de Conclusão de Curso na Licenciatura em Pedagogia com este tema.

A princípio, enxerguei nestes movimentos de denúncia através do Comitê Popular da Copa uma mobilização que envolvia, principalmente, a resistência à remoção por parte das comunidades e moradores das áreas atingidas pelas obras. Considerei que este universo, que incluía moradores, movimentos comunitários e movimentos sociais de várias partes da cidade seria um espaço importante de expressão dos conflitos em torno dos espaços urbanos e de mobilização de ferramentas na disputa por eles em Porto Alegre. Estavam em pauta os temas da moradia, dos projetos de desenvolvimento, o discurso dos direitos e a crítica aos modelos de

cidade que favoreciam os capitais imobiliários. Meu contexto de pesquisa foi se delimitando, então, em torno da remoção das cerca de 1.500 famílias atingidas pela obra de duplicação da Avenida Tronco⁴, na zona sul de Porto Alegre-Rio Grande do Sul – uma das remoções que era objeto de debate e de mobilização no Comitê Popular da Copa. A obra estava vinculada à realização dos jogos da Copa do Mundo FIFA na cidade.

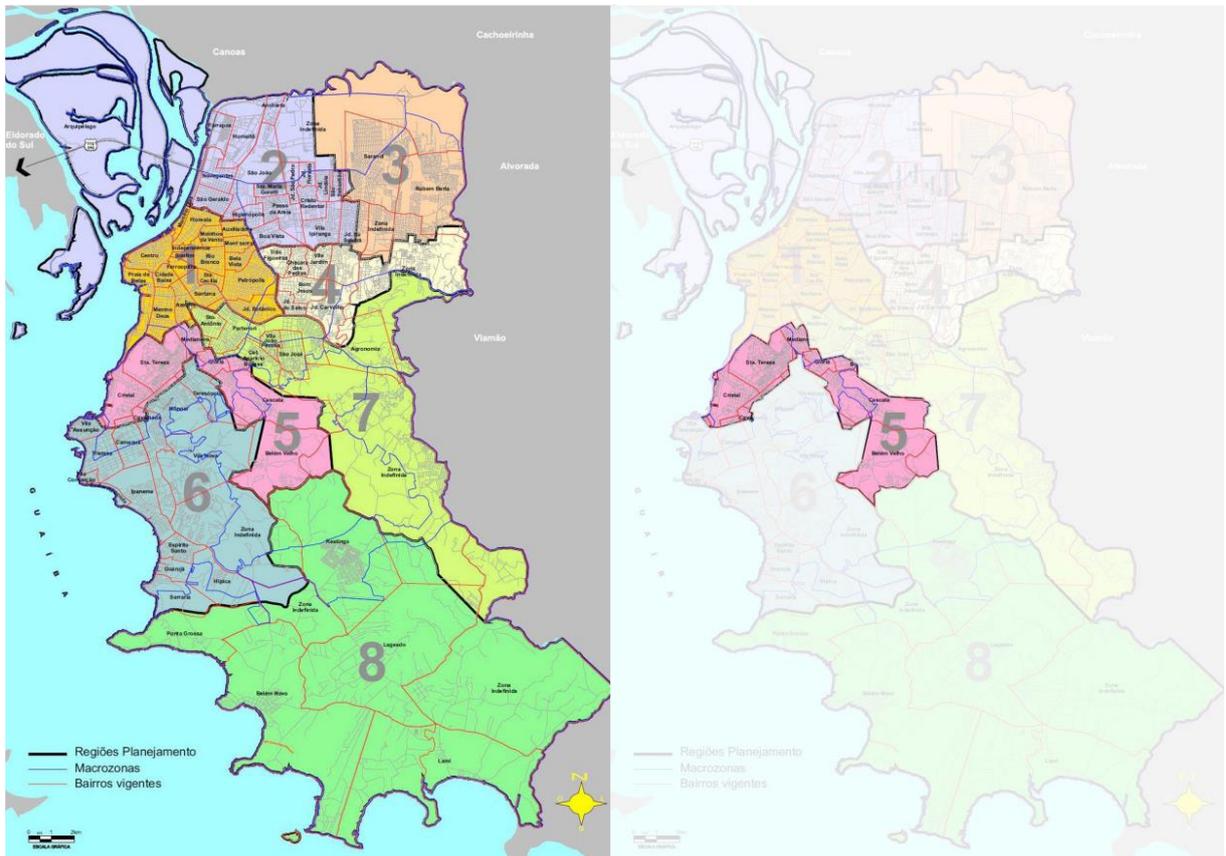


Figura 1 - Regiões de Planejamento em Porto Alegre, destaque para a Macrozona 5, onde ocorre a duplicação da Avenida Tronco. Mapa elaborado por Pádua (2012)

⁴ Segundo o levantamento feito pelo Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB), em 2011.

Quadro 1 – Informações sobre a obra de duplicação

- Anunciada em 2010, quando foi incluída na Matriz de Responsabilidade para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014;
- Retirada da Matriz de Responsabilidade em 2013;
- Financiamento: inicialmente no PAC da Copa. Quando retirada da Matriz de Responsabilidade, passou para o PAC Mobilidade;
- Prevê o alargamento da via, que tem 3,8 km de extensão. O projeto prevê três faixas de rolamento em cada sentido, totalizando seis faixas, além de corredor de ônibus, ciclovia e faixa de mobiliário urbano e iluminação. Para abrigar este programa, a via será alargada até 40 metros. Com a abertura de vias e alargamento de avenidas, no total serão 5,3 Km de obras.
- 1.500 famílias atingidas pela remoção aproximadamente;
- Passa por três regiões: Glória, Cristal e Cruzeiro.

Quando comecei a frequentar as reuniões do Comitê Popular da Copa-Cristal⁵, muito já havia acontecido. Em janeiro de 2010, a Matriz de Responsabilidades⁶ para a realização dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 em Porto Alegre foi assinada entre os governos federal, estadual e municipal – com a inclusão das obras da ampliação da pista do aeroporto internacional Salgado Filho, da duplicação da Avenida Edvaldo Pereira Paiva (próxima ao Estádio Beira Rio, que recebeu os jogos) e da construção do Corredor da Av. Tronco (todas implicando remoção), entre outras. Até o final de 2011, houve a tentativa de cadastro sócio-econômico das famílias a serem removidas da Av. Tronco, o rechaço de parte dos moradores ao cadastro, a formação dos Comitês Populares da Copa nas cidades-sede, audiências públicas, caminhadas e eventos contestatórios. Também já havia sido proferida a famosa declaração do Prefeito José Fortunatti para uma rádio local, de que “havia grupos na cidade contra o desenvolvimento”, referindo-se aos que estavam contestando as obras, principalmente o Comitê Popular da Copa. Tentarei contemplar neste trabalho o relato dos acontecimentos que ajudaram a dar corpo ao contexto em que realizei a pesquisa, mas que ocorreram antes da minha chegada,

⁵ O Comitê Popular da Copa-Cristal centrava suas atividades na região Cristal e Cruzeiro. Ele surge antes e faz parte da composição posterior, no mesmo ano (em 2010), do Comitê Popular da Copa-Porto Alegre. Naquele então, o Comitê Popular da Copa-Porto Alegre, que articulava grupos de várias regiões da cidade, já estava dissolvido, enquanto o CPC Cristal seguiu suas atividades.

⁶ A Matriz de Responsabilidades é o documento que apresenta os valores a serem investidos na Copa do Mundo de Futebol em 2014. Ela define o papel dos governos federal, estaduais e municipais, bem como de agentes privados, na liberação de recursos e na execução das ações. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/saibamais.seam?textoldTexto=24>. Acesso em: 14/08/2014.

através dos depoimentos de alguns moradores e militantes, de trabalhos como o de Araújo (2012) e dos materiais disponíveis na internet e na imprensa⁷.

O Comitê Popular da Copa-Cristal foi meu primeiro espaço de interlocução (desde junho de 2011 até dezembro de 2013) e importante ponto de partida para o diálogo com outros grupos e sujeitos. De fato, posso afirmar que estar neste espaço localizou minha investigação. Sigo aqui o argumento de Donna Haraway a favor de “políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação nas quais parcialidade e não universalidade é a condição de ser ouvido nas propostas a fazer de conhecimento racional” (HARAWAY, 1995, p. 30). A partir da metáfora da visão para pensar a objetividade, a autora mostra que ela nunca é imediata, pois depende de instrumentos, de posicionamentos e da definição sobre “como ver”. A localização e a corporificação do saber tornam-se, assim, a medida da objetividade. Neste trabalho, não tratarei a localização como um resquício impuro que deve ser desculpado, mas sim como a maneira de produzir um conhecimento relevante sobre o tema das remoções. Parti de um lugar determinado (o Comitê Popular da Copa) para buscar compor com outras perspectivas – igualmente parciais – sobre a remoção, por entender que estar em todos os lugares (ou em lugar nenhum) seria um mero “truque”. Como completa Haraway (1995):

O relativismo e a totalização são, ambos, "truques de deus", prometendo, igualmente e inteiramente, visão de toda parte e de nenhum lugar, mitos comuns na retórica em torno da Ciência. Mas é precisamente na política e na epistemologia das perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação crítica objetiva, firme e racional. (HARAWAY, 1995, p. 24)

Além disso, conhecimentos situados são passíveis de responsabilização, o que também torna a discussão em torno de cada conclusão do trabalho sempre aberta. Haraway argumenta a favor do “conhecimento situado e corporificado” e contra as “várias formas de postulados de conhecimento não localizáveis e, portanto, irresponsáveis. Irresponsável significa incapaz de ser chamado a prestar contas” (HARAWAY, 1995, p. 22).

Aos poucos, conforme fui me aproximando das pessoas e compreendendo a constelação de grupos envolvidos nas mobilizações, comecei a observar que havia uma intensa produção de alianças entre moradores atingidos pelas obras e os militantes e profissionais vinculados ao Comitê Popular da Copa, e um trabalho ativo de articulação entre os grupos, problemáticas e categorias (como, por exemplo, a construção dos nexos entre moradia, direitos humanos, “atingidos” e a Copa do Mundo). As pessoas e organizações que compunham o Comitê Popular da Copa e as mobilizações coletivas estavam longe de ser um universo de contestação *a priori*

⁷ Ver cronologia no Quadro 2.

existente, coeso e homogêneo. Pelo contrário, os espaços de contestação como esse estavam constantemente sendo elaborados, através do esforço das pessoas em realizar alianças, denúncias e ações para chamar atenção para o problema das remoções. Como pesquisadora, e no esforço de sistematização deste trabalho, também me compreendo como parte deste empenho em mobilizar o olhar para o problema das remoções.

Aqui inspiro-me na proposta de Bruno Latour (2005) de uma “sociologia das conexões”, em que o social é definido como um movimento muito peculiar de reassociação e conexão, feita tanto pelos atores-rede quanto pelos sociólogos/pesquisadores. Ao seguir o movimento de construção das redes e conexões promovidas pelos atores, o pesquisador reagrega o social, estendendo as entidades atuantes no mundo e multiplicando agências:

A incessante atividade das ciências sociais em relação a fazer que exista o social, converter o coletivo em um todo coerente, representa grande parte do que significa ‘investigar’ o social. Cada informe adicionado a esta massa também consiste em uma decisão a respeito do que deve ser o social, ou seja, sobre o que devem ser as múltiplas metafísicas e a ontologia singular do mundo comum” (LATOUR, 2005, p. 359, tradução minha).

Latour (2005) também sugere que a referencialidade do pesquisador é estabelecida a partir do ponto de vista que se assume num movimento, indo de um marco de referência a outro constantemente. Ao seguir um objeto o marco de referência vai mudando, não havendo possibilidade de estabelecer um “marco geral” em outra escala ou mais abrangente que os pontos de vista dos atores. O que proponho aqui é seguir desdobrando, com novos nexos, as conexões que me foram indicadas pelos interlocutores durante o trabalho de campo.

Em uma das primeiras reuniões no CPC fui interpelada sobre minha posição frente à problemática da remoção, problemática que era ao mesmo tempo política e moralmente importante para moradores, militantes e pesquisadores que se articulavam naquele espaço. Ao conversar com Leandro, um dos participantes do Comitê, este me alertou que realizar uma investigação com aquele grupo deveria implicar que eu retornasse constantemente os resultados da pesquisa, já que a remoção colocava uma urgência para a mobilização dos moradores. Novas informações, intervenções e contribuições poderiam ser decisivas no momento certo. Além disso, os moradores estavam em uma situação delicada de bastante insegurança e incerteza – em meio à falta de informações e às coações da Prefeitura para saírem do local –, fato que tornava difícil a fluidez do diálogo com pessoas “de fora”. Leandro disse-me, então, que seria necessário demonstrar-lhes que poderiam confiar em mim para contar-me o que estava

acontecendo. Frequentando as reuniões, eu teria acesso a informações que incluíam as estratégias e caminhos de contestação (jurídicos ou políticos, por exemplo) que estavam sendo gestados – informações que não poderiam ser confiadas a qualquer um. Da mesma forma, Cláudia em uma reunião onde me apresentei e falei sobre minhas intenções, comentou animada: “sabes que a gente costuma ganhar os pesquisadores para o nosso lado” – dando o exemplo de outra pesquisadora (antropóloga, aliás) que estava trabalhando junto aos Comitês Populares da Copa e havia se tornado uma importante colaboradora nas mobilizações. Cláudia estava, de forma simpática, estabelecendo o critério para minha aceitação naquele espaço: para pesquisar era preciso engajar-se.

Longe de ser apenas um determinante para o meu olhar, estar neste espaço me possibilitou intervir no processo junto aos moradores e militantes que ali atuavam. Fui convidada a elaborar um conhecimento que pudesse ser uma ferramenta na mobilização coletiva, que pudesse colaborar com o trabalho de politização da situação de remoção. No entanto, atuar conjuntamente ao Comitê não foi uma simples forma de “ingresso” ao mundo subjetivo dos moradores e seus dramas, um mero “bilhete de entrada”. É importante reter que os grupos controlam política e eticamente nossa entrada e convivência como pesquisadores. Porém, foi igualmente relevante neste processo de “localização” a construção de uma posição frente à realidade que pretendia investigar – a remoção –, o que me permitiu encará-la de uma maneira específica e responder positivamente ao critério de produção de conhecimento que me foi colocado. Enxergar a remoção como algo **reversível e passível de intervenção**, por exemplo, faz parte desta posicionamento que fui incorporando a partir da participação no Comitê.

Nas primeiras tentativas de sistematizar as informações e relatos, minhas principais preocupações era as seguintes: como abarcar e pretender fixar um processo que lança as pessoas (moradores, militantes e pesquisadores) em um cenário de dúvidas e incertezas, pela falta de informação sobre o que irá acontecer, que provoca sofrimento e impotência ao excluir as pessoas das decisões sobre seu próprio destino? Como escrever sobre um processo que estava basicamente não definido, aberto a intervenções das mais diversas, a contingências, acontecimentos e resistências? Havia, num princípio, a pretensão de remover as famílias somada a alguns movimentos bem concretos por parte da Prefeitura para efetivar tal objetivo. Isso não encerrava a remoção como algo fatídico e inescapável – o que segue valendo para muitos daqueles que ainda não negociaram sua saída, mas também para aqueles que saíram da região e planejam voltar, por exemplo. Como eu poderia pretender fixar algo que convidava,

pelo contrário, à contestação e à intervenção? Afirmar que a remoção iria acontecer, e simplesmente seguir seu desenrolar, significava alinhar-me com o discurso do poder público municipal que pretendia e pretende, com seus meios, remover as cerca de 1.500 famílias da Av. Tronco. A Prefeitura, ademais, é apenas um ponto na correlação de agentes e grupos envolvidos com a remoção. Alguns meios de comunicação locais, por exemplo, corroboram a remoção como algo dado e necessário, enquanto outros agentes, como o Comitê e alguns moradores, não o veem desta forma. Para os que estão mobilizados no Comitê (incluindo-me aí) foi mais produtivo (e até necessário) encarar a remoção como uma pretensão bastante concreta da Prefeitura que poderia ser contestada e até revertida (através de meios jurídicos e políticos) se não totalmente, pelo menos em alguns pontos. Esta “reversão”, para além de ser uma possibilidade realmente efetivada, é um princípio que embasa as atividades do Comitê e que ajuda a entender como foi escrito meu trabalho.

É importante reter a ideia de que existe uma possibilidade de “reversão” ou “mudança”, para os moradores e militantes que participam do Comitê. Isso vale tanto para a remoção como um todo e para decisões pontuais referentes à ela e à obra de duplicação, ou seja, à forma como se desenvolve, quanto para as conquistas resultantes das mobilizações políticas. Exemplos dessa “reversibilidade” são a conquista dos terrenos para reassentamento na região, o acesso a determinadas informações, mudanças em determinados protocolos, os acordos feitos nas audiências públicas, a entrada de representantes na Comissão de acompanhamento da obra, a retirada da obra do escopo da Copa do Mundo FIFA 2014, o compromisso da Prefeitura com as campanhas lançadas pelo Comitê, etc. Uma vez conquistadas certas garantias, estas ainda podem sofrer reveses ou, então, podem simplesmente não ser cumpridas, já que estão submetidas de alguma forma aos desígnios da Prefeitura ou dependem da capacidade de pressão política do Comitê e suas redes de colaboradores.

A mesma possibilidade de “reversão” se aplica às decisões tomadas pela Prefeitura quanto à remoção e quanto à obra, passíveis de serem contestadas juridicamente ou revertidas politicamente. Contudo, foram estes acontecimentos contingentes que, ao longo do tempo, estabeleceram a forma da própria remoção. Tais possibilidades de reversão seguiram atuantes, o que coloca o problema de como representar em uma etnografia este processo, as pessoas envolvidas com ele, suas escolhas, seus dramas, suas expectativas e, principalmente, os conflitos de posições e interesses em jogo. Após sua instauração, as mudanças na gestão da remoção, provocadas pela ação do Comitê, pela ação dos moradores ou por iniciativa da Prefeitura e do DEMHAB foram determinando as possibilidades que as pessoas “atingidas”

tinham de atuar em relação a ela. Estas possibilidades seguem se modificando, uma vez que o processo não está finalizado. Assim, as formas de lidar com a remoção, os dramas dos moradores, suas escolhas, estratégias e reações, foram mudando ao longo do tempo, pautadas também pelas alterações e acontecimentos que se interpunham no transcurso do processo.

Como escrever, então, sobre “tecnologias de remoção” que estão constantemente sendo modificadas e são objetos de intervenção frequente (tanto por parte de seus gestores, quanto pelos moradores e por atores como o Comitê)? Como escrever sobre os dramas, expectativas e desejos das pessoas envolvidas sem reduzi-los a meros pontos de vista “diferentes” sobre o mesmo processo? Não foram pontos de vista o que encontrei, mas sim posições (sobre a cidade, a moradia, os direitos) que, numa arena desigual de negociação, tem mais ou menos condições de incidir, produzir, modificar e até reverter a forma como a remoção acontece. Os diferentes agentes envolvidos com a remoção – Prefeitura, moradores, associações, lideranças comunitárias, Comitê Popular da Copa e movimentos sociais –, têm condições desiguais de incidir nela, a começar pela sua própria instauração. Num primeiro momento, delimito meu problema em torno da resistência e da disputa que eu pressupunha se daria em torno da área atingida pela obra. Porém, conforme fui me aproximando de alguns moradores e dos mecanismos que instauravam a remoção, e conforme fui me apropriando das discussões que aconteciam no Comitê, percebi que havia uma arena extremamente desigual de negociação entre moradores e Prefeitura. Desta arena desigual fazia parte a própria instauração da remoção, mas também a produção, ao longo do tempo, daquele espaço como disponível para intervenções urbanísticas e daquelas pessoas como uma “população removível”. Minhas perguntas de pesquisa, então, se focaram nas formas como a remoção funciona, em quais elementos ela mobiliza para se efetivar. Como foi possível que a remoção se instalasse? Através de quê dispositivos isso acontece? Como se legitima uma remoção? Como os moradores da região são interpelados e impelidos a colaborar com seu deslocamento? Como respondem a estas intervenções? Como a remoção vai se conformando e se modificando, através da ação dos moradores e de atores como o Comitê? Estas são algumas perguntas que não poderão ser integralmente respondidas, mas são importantes para guiar a análise do processo.

Para poder dar conta dos mecanismos de instauração e da constante produção dos dispositivos que possibilitam que a remoção aconteça, a escolha dos conceitos foi fundamental. Deste ponto de vista, a remoção é uma realidade construída através de diferentes “tecnologias”: “formas mais apropriadas para chegar a determinados fins ou objetivos, sejam eles

tecnocientíficos, organizacionais ou administrativos” (ONG; COLLIER, 2005, p. 8, *tradução minha*). A remoção é uma composição ou um “assemblage” (ONG; COLLIER, 2005, p. 12) que mobiliza elementos heterogêneos – discursos, saberes, desejos, cálculos, instrumentos técnicos, leis, medidas administrativas, proposições morais, rumores, medos, forças não oficiais de expulsão, etc. – e que está em constante (re)combinação.

As noções de “tecnologias de governo de populações” de Foucault (1999a) e de “tecnologias humanas” de Rose (2011) foram importantes para entender como as famílias e pessoas que moram na região são implicadas no planejamento da remoção e da obra de duplicação. Passados alguns meses acompanhando o processo através das reuniões no Comitê, conversando com moradores e adentrando outros espaços, como o Escritório Nova Tronco, pude perceber que não fazia sentido pensar tais tecnologias de forma vertical e unívoca, simplesmente como os meios “eficazes” para cumprir o objetivo de remover as famílias. Estas tecnologias estavam constantemente sendo modificadas, intervindas, contestadas, tangenciadas pelos moradores e pelos agentes envolvidos (Prefeitura, funcionários e Comitê, por exemplo). A remoção, portanto, se mostrava como um arranjo que mobilizava/agenciava diferentes elementos, desde os desejos dos “sujeitos atingidos” até forças de expulsão não-oficiais. As mobilizações coletivas e a contestação à obra e à remoção faziam parte deste “assemblage” ou composição que conformava a remoção.

A tarefa de análise dos mecanismos empregados e das relações entre os atores que conformam a remoção (entre atingidos e os desatadores da mesma, os agentes ligados à Prefeitura) foi realizada por mim partindo do **Comitê Popular da Copa-Cristal**, onde participei de reuniões, atividades de mobilização, eventos de denúncia, audiências públicas, etc. Ali e nos desdobramentos deste espaço, me apropriei de conhecimentos sobre a cidade, sobre legislação urbana, sobre geografia, sobre a história dos movimentos sociais e comunitários em Porto Alegre, sobre a situação atual de organização destes movimentos, sobre a história das regiões atingidas pela obra, sobre militância social e política comunitária, sobre a estrutura administrativa da Prefeitura, sobre os impactos da realização da Copa do Mundo em Porto Alegre, em outras cidades e a nível nacional e, finalmente, sobre a forma como a remoção estava acontecendo. Estes conhecimentos foram fundamentais para a elaboração do problema de pesquisa e para minha compreensão do que foi o processo de remoção. Muitas das reflexões que desdobrei nesta dissertação são fruto das análises construídas no espaço do próprio

Comitê, em conjunto com os participantes, mas também, como será possível ver ao longo do texto, elaborações político-teóricas de alguns destes participantes – expostas em palestras, discursos em atos políticos, textos disponíveis na internet, em informativos próprios e nos meios de imprensa. Não tomarei estes enunciados como “dados de campo”, pois muitos deles são proposições das quais parti para fazer minha análise e, portanto, pretendo seguir em diálogo com elas ao longo do texto.

Há duas considerações que gostaria de fazer em termos metodológicos, a primeira em relação aos espaços e a segunda em relação ao tempo. A obra, em si, se localiza na Avenida Tronco e as pessoas que a Prefeitura pretende remover residem ali, mas os espaços e os grupos a que está conectada não se restringem a este lugar. Como havia relatado, meu conhecimento sobre o que estava acontecendo se deu através de redes entre os movimentos sociais, em meios de divulgação como a internet e a própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde estudo. A partir deste ponto de início, fui acessando outros espaços, como o Comitê Popular da Copa, as casas onde moravam as pessoas e o Escritório Nova Tronco, espaço onde os moradores atingidos pela obra negociavam sua saída. Esta passagem de um lugar a outro se deu de forma sucessiva, embora não tenha deixado de acompanhar os lugares iniciais.

Por outro lado, foi durante minha participação em espaços como o Comitê Popular da Copa, principalmente, que transcorreu o tempo da pesquisa. E aqui há um ponto importante para compreender o processo de remoção e a forma como conduzi a investigação: boa parte das informações sobre as pretensões da Prefeitura em remover as famílias, sobre as alternativas habitacionais oferecidas, sobre os trâmites burocráticos necessários, além dos relatos sobre os eventos que aconteceram anteriormente ao início de minha pesquisa, obtive através do Comitê. No entanto, um considerável volume de informações não estava disponível ao público, aos moradores, militantes ou pesquisadores interessados. Buscar estas informações era um dos esforços das pessoas que se reuniam no Comitê, do qual eu também tomei parte. Quando comecei a frequentar as reuniões, as tarefas eram muitas: conhecer as pessoas, inteirar-me do estado em que se encontrava a remoção, informar-me do que já havia ocorrido. Aos poucos foram somando-se mais afazeres: buscar informações junto à Prefeitura, somar-se à organização do grupo e ajudar nas mobilizações. Demorei certo tempo para entender que o Comitê era um espaço de criação, de ativação de possibilidades, de trabalhar por visibilizar processos, mais do que um lugar para passivamente buscar informações sobre a remoção. E esse espaço, da forma como se construía, demandava trabalho. Eu deveria “correr atrás” dessas

informações que ainda não estavam disponíveis, buscá-las, assim como todos ali. Assim, fui acessando aos poucos e às vezes muito parcialmente as informações administrativas concernentes ao processo, conforme iam sendo disponibilizadas ou literalmente “arrancadas” da Prefeitura, em audiências públicas, por exemplo. Além disso, do ponto de vista político-administrativo, dado o caráter contingente de algumas medidas, a natureza das informações tampouco era muito segura e/ou permanente. Longe de ser uma deficiência da pesquisa, a falta de informações sobre a remoção é um dado central, já que era e segue sendo um dos dramas mais presentes para as famílias atingidas, do início ao fim da investigação, e uma reivindicação central das mobilizações do Comitê Popular da Copa.

Buscarei contemplar os diferentes espaços nos quais a remoção estava e está sendo decidida e modificada, constantemente, assim como a densidade e a simultaneidade das intervenções a que está submetida. A dimensão do tempo – a espera, a urgência, os prazos – é fundamental para entender o processo, e seu manejo por parte dos administradores da obra, muito importante para a instauração e desenvolvimento da remoção. Este não é um tempo vazio, cronológico, esperando os acontecimentos se desdobrarem sobre ele. É um tempo de espera angustiada, de suspensão do presente e do futuro, de ameaças mais ou menos veladas, de coações, de reações, de escolhas, de construção de estratégias pessoais e coletivas. Enfim, um tempo instaurado por intervenções, reversões, mobilizações, reclamações, insurgências, protagonizadas pelos diferentes sujeitos envolvidos, entre “atingidos”, militantes, funcionários e governantes. A “suspensão do cotidiano”, como mencionada no título da dissertação é um efeito importante da remoção e uma das formas através das quais ela pode funcionar. O cotidiano em suspenso, por outro lado, é constantemente objeto de intervenção.

O percurso do trabalho de campo deu-se das reuniões do Comitê Popular da Copa às entrevistas com os moradores e ao espaço do Escritório Nova Tronco. Cada interlocutor desta dissertação se relacionam com um ou mais dos três espaços principais da remoção com os quais tive contato: o Escritório Nova Tronco (ligado ao DEMHAB); o Comitê Popular da Copa e os moradores atingidos. No quadro 3, apresento os principais interlocutores, sendo que a maioria dos moradores entrevistados teve contato através das atividades do CPC. Há um capítulo dedicado a cada um destes espaços: o segundo se refere ao trabalho dos funcionários do Escritório Nova Tronco; o terceiro às mobilizações coletivas empreendidas a partir do CPC; e o quarto capítulo aborda os efeitos da remoção na vida dos moradores atingidos e suas formas de lidar com este imperativo.

Quadro 2 – Cronologia dos fatos em torno da obra de duplicação e da remoção

2010

- Janeiro: Assinatura da Matriz de Responsabilidade, com as obras a serem realizadas para a Copa do Mundo, incluindo a duplicação da Av. Tronco.
- Organização da Comissão de Moradores (residentes na região Cristal e membros do Comitê Popular da Copa Cristal), que iniciou o mapeamento de terrenos para desapropriação e construção das novas moradias na região.
- Setembro: Criação do o Comitê Gestor Específico para o Projeto de Duplicação da Av. Tronco. 22/09: Entrega do relatório sobre os terrenos na região à equipe responsável pela obra, em assembleia realizada na paróquia Santa Tereza.
- Dezembro: Aprovação do projeto de lei 854/10 que em seu artigo 74 dizia: "Para os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida destinados ao reassentamento de famílias em função de obras da Copa de 2014, não se aplica o disposto no parágrafo único do artigo 3º da Lei Complementar 636 (que dispunha um atendimento mínimo de '80% da DHP [Demanda Habitacional Prioritária] por região de planejamento, em áreas identificadas nas próprias regiões')".
- Final de Dezembro: criação do Comitê Popular da Copa em Porto Alegre.

2011

- Fevereiro: primeira tentativa de cadastramento dos moradores. Foi barrada na região Cristal, após assembleia dos moradores.
- Março: primeira audiência pública sobre a obra e a remoção.
- As áreas indicadas pela Comissão de Moradores são gravadas como de interesse público (publicadas no Diário Oficial) e a Prefeitura inicia o processo de desapropriação dos terrenos.
- Finalização do cadastro sócio-econômico.

2012

- Abril: Lançamento da Campanha Chave por Chave pelo Comitê Popular da Copa.
- Maio: ordem de início da obra de duplicação, nos trechos que não implicavam remoção.
- Junho: Entrada em campo, começo a frequentar as reuniões do Comitê Popular da Copa. Instalação do Escritório Nova Tronco, início da concessão do Bônus-Moradia e Aluguel Social.
- Agosto: entrega da carta-denúncia sobre direito à informação e direito à participação ao promotor do Ministério Público (MP-RS)
- Setembro: visita do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Humana (CNDPH) aos locais atingidos pela obra, para averiguar violações de direitos.
- Novembro: visita da Secretaria de Controle Interno (SCI) da Presidência da República.

2013

- Junho: retirada da obra da Matriz de Responsabilidades para a Copa do Mundo. Votação na Câmara Municipal da gravação dos terrenos desapropriados pela Prefeitura na região como Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS).
- Julho: Marcha do Bloco de Lutas e do Comitê Popular da Copa na Av. Tronco. Entrevistas com moradores (Noeli, Cristina, Cristiane, Seu Zé e Cleuza).
- Agosto: trabalho de campo no Escritório Nova Tronco (observação dos atendimentos e entrevistas aos funcionários).

Quadro 3 – Interlocutores da pesquisa

Membros do Comitê Popular da Copa	Moradores atingidos (que participavam das reuniões do Comitê Popular da Copa)	Moradores atingidos (que não participavam das reuniões do Comitê Popular da Copa)	Funcionários do Escritório Nova Tronco
<ul style="list-style-type: none"> • Cláudia: arquiteta/urbanista, vinculada ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra. • Leandro: coordenador do ponto de cultura Quilombo do Sopapo. • Waldir: vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT), participa dos movimentos comunitários da região desde a década de 1970. Mora no Cristal. 	<ul style="list-style-type: none"> • José: morador da Vila Cristal, mora há 62 anos na região onde nasceu. Tem 73 anos. • Noeli: moradora da Vila Cristal/Divisa, vive há 52 anos na região onde nasceu. • Cristina: moradora de aluguel na Vila Cristal. Nasceu em Porto Alegre-RS, tem 37 anos. • Cristiane: moradora de aluguel na Vila Cristal. Nasceu em Bagé-RS, tem 37 anos. • Bruna: moradora da Vila Cruzeiro, onde nasceu. Vice-presidente da UAMPA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cleuza: moradora da Vila Cruzeiro, atingida pela remoção. Mora há 35 anos no local. Nasceu em Caçapava do Sul-RS, tem 57 anos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Beatriz, trabalha no atendimento do Escritório. • Pedro, advogado, funcionário do DEMHAB, coordenador do Escritório. • Clarice, ocupa um cargo em comissão no DEMHAB, trabalhou na Defesa Civil. • André, ocupa um cargo em comissão no DEMHAB, responsável pelo Aluguel Social. • Telma, "agente comunitária", realiza visitas aos moradores atingidos. • Gustavo: funcionário do DEMHAB, trabalha no atendimento.

No primeiro Capítulo, dou conta dos elementos que instauraram a remoção. A obra de duplicação da Avenida Tronco e seus movimentos disparadores – o Plano Urbanístico de 1959, a realização dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 em Porto Alegre – a presença do dispositivo da irregularidade das moradias, a localização da pobreza visível e as imagens da precariedade utilizadas para justificar o reassentamento através de um argumento biopolítico. A produção destes espaços como irregulares e disponíveis para a intervenção urbana é o que torna a população do local, “removível”. A remoção, conluo neste capítulo, é instaurada através de um arranjo de diferentes tecnologias e elementos, mobilizados para que ela possa ser efetivada. Exploro alguns destes elementos incluídos no arranjo da remoção e seus efeitos: a situação de “suspensão do cotidiano” instaurada na vida das pessoas atingidas, o manejo dos prazos da obra, as forças que significam uma “pressão” para sair do lugar e o papel dos rumores na construção de medos e de imagens sobre a ação do poder estatal.

No segundo capítulo, analiso o que chamei de Tecnologias de remoção: os mecanismos de cadastramento, de reassentamento, fórmulas, cálculos, saberes e *expertises* (ROSE, 2011) mobilizadas para efetivar a remoção e para implicar a vida dos moradores nos objetivos colocados por ela. Nestas tecnologias, as categorias da irregularidade e da precariedade, utilizadas para justificar a remoção, se cristalizam e são tensionadas. O Escritório Nova Tronco, como lugar onde os moradores encaminham sua saída e seu reassentamento, é o espaço onde uma *expertise* sobre remoções é mobilizada. Busco analisar quês características, saberes e quês tipo de autoridade compõem o trabalho dos funcionários neste espaço.

No terceiro Capítulo, percorro as atividades do Comitê Popular da Copa: a forma como mobilizavam determinados valores, emoções e discursos para intervir nos marcos da remoção. Suas atividades, conluo, construíram um contexto para expressar determinados sentimentos em torno da remoção, ao colocar em ação uma performance sobre o poder estatal nos termos de uma oposição entre “nós” e “eles”, de uma unidade entre os atingidos e da responsabilização da Prefeitura pelos sofrimentos acarretados pela remoção.

No quarto Capítulo, ao indagar sobre as formas com que os moradores lidam com o imperativo da remoção, percebo as diversas forças, vidas e sentimentos mobilizados nessa tarefa. A luta, o esforço, o enfrentamento das dificuldades, o tempo de moradia, o sacrifício para fazer melhorias na casa, o trabalho imprimido na construção, são elementos agenciados para responder às interpelações que o tomam por “ocupantes irregulares” ou até “invasores” no

momento da remoção. Concluo que as vidas impactadas pela remoção excedem aquela circunscrita à noção de um indivíduo (morador) seccionado do objeto que o contém (a casa): a vida acumulada nas paredes, nas lembranças do lugar, nos anos dedicados à construção da casa também é atingida e apresenta-se como excesso e desafio às tecnologias de remoção. Concluo, também, que a remoção mobiliza, para efetivar-se o desejo dos moradores de realizar melhorias na vida e nas casas, embora suspenda constantemente essa possibilidade ao protelar o reassentamento.

CAPÍTULO 1

TORNANDO A POPULAÇÃO “REMOVÍVEL”: INSTAURAÇÃO DA REMOÇÃO

Neste capítulo persigo alguns dos elementos que permitiram a instauração da remoção: os movimentos disparadores da obra de duplicação, as justificativas que legitimaram a remoção, incluindo a razão biopolítica (FOUCAULT, 2005), assim como a maneira como ela se conforma: através de certas tecnologias que se articulam em uma composição -- ou “assemblage” (ONG; COLLIER, 2005) – na qual elementos heterogêneos são agenciados. Por outro lado, analiso como a remoção provocou seus primeiros efeitos sobre as vidas das pessoas: a dinamização de economias morais (FASSIN, 2012)⁸ em torno das categorias de interpelação (HALL, 2000)⁹ da irregularidade e da precariedade e a “suspensão do cotidiano” instaurada entre os atingidos pela indefinição e pela espera. Esta situação suspensiva é acompanhada por uma sensação de “pressão” para sair, provocada por algumas das forças mobilizadas no arranjo da remoção – os rumores, o “medo de ficar sem nada” e uma violência difusa.

⁸ O autor enfatiza com o conceito de economia moral “a produção, a repartição, a circulação e a utilização de emoções e valores, de normas e de obrigações” num determinado espaço social, historicamente delimitado (FASSIN, 2012, p. 12, tradução minha).

⁹ O conceito de interpelação, o qual Stuart Hall toma de empréstimo de Louis Althusser em seu ensaio “Os aparelhos ideológicos de Estado”, tenta reunir “em um único quadro explicativo tanto a função materialista da ideologia na reprodução das relações sociais de produção (marxismo) quanto a função simbólica da ideologia na constituição do sujeito (empréstimo feito a Lacan)” (HALL, 2000, p.112-113). Afirma Althusser: “A ideologia... ‘recruta’ sujeitos entre os indivíduos... ou ‘transforma’ os indivíduos em sujeitos (...) por esta operação muito precisa a chamei de interpelação” (ALTHUSSER, 1974, p.146). A interpelação, assim, localiza os sujeitos em determinados lugares de fala, a partir dos quais deverão se enunciar e, mais que isso, reconhecer-se. Neste caso específico, os lugares demarcados para os sujeitos são aqueles do irregular e do precário. Althusser identifica nesse ato do indivíduo que se reconhece como sujeito da interpelação um mecanismo triplo de crença, dúvida e certeza [de que é certamente ele quem está na mira da interpelação] (LE BLANC, 2006).

1.1 A obra de duplicação e a região atingida

A duplicação da Av. Moab Caldas (mais conhecida como Avenida Tronco) foi apresentada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 2010, depois de ser incluída na Matriz de Responsabilidades para a realização dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade. Trata-se de uma via que conecta duas regiões da cidade, mais especificamente, o Centro à Zona Sul. A Zona Sul de Porto Alegre conta com espaços em franca valorização imobiliária, decorrente de sua proximidade com a orla do Rio Guaíba e da recente instalação do Barra Shopping na região. O projeto de duplicação da Avenida Tronco prevê o alargamento do trecho de 3,8 Km (que compreende a Av. Moab Caldas, Rua Cruzeiro do Sul e Av. Divisa), ligando a confluência das avenidas Icaraí e Chuí (na região Cristal) a das ruas Professor Clemente Pinto e Mariano de Matos e das avenidas Carlos Barbosa e Niterói (na região Cruzeiro), além do prolongamento da Avenida Gastão Mazzeron, através de uma rotatória. Somadas as vias de acesso ao trecho principal, totaliza-se 5,3 Km de extensão de obras. Segundo os levantamentos feitos pela Prefeitura de Porto Alegre, a obra atinge diretamente cerca de 1.500 famílias que perderam ou perderão suas moradias para dar passagem à avenida, que atinge três regiões diferentes e sete vilas¹⁰. O poder público municipal define assim a intervenção urbanística:

“Trata-se de um eixo estruturador do sistema viário da cidade, facilitando o trânsito entre os bairros Cristal e Tristeza, e entre a Zona Sul em geral e as vias que a conectam com as zonas Norte, Nordeste e Leste da Cidade (Terceira Perimetral), constituindo, ainda, alternativa de ligação da Zona Sul ao centro da cidade.”¹¹

¹⁰ Em Porto Alegre, “vilas” são assentamentos irregulares, recentes ou antigos, com moradias populares. Aqueles mais antigos, como no caso de muitas vilas na Grande Cruzeiro, geralmente são urbanizados, tem saneamento e os serviços da cidade formal próximos (saneamento, luz, água, postos de saúde e escolas). “Região” é uma categoria administrativa de divisão do Orçamento Participativo, que delimita uma área com características (sociais e urbanas) mais abrangente que o “bairro”. A categoria foi sendo incorporada ao vocabulário de lideranças comunitárias, militantes e pessoas que discutem a distribuição dos recursos, serviços e urbanização da cidade. As “regiões” atingidas pela obra abarcam, cada uma, diferentes bairros. A região Glória contém os bairros Belém Velho, Cascata e Glória, sendo apenas o último atravessado pela obra. À região Cruzeiro pertencem os bairros Medianeira e Santa Tereza (ambos atingidos) e à Região Cristal corresponde o bairro Cristal. As três regiões mencionadas também conformam uma Região de Gestão do Planejamento, a RGP 5, instituída no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) da cidade aprovado em 1999 e revisado pela última vez em 2010. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/> Acesso em: 25/10/2014

¹¹ Disponível em: <http://www.secopapoa.com.br>. Acesso em: 26/08/2014



Figura 2 – Traçado geral da duplicação da Avenida Tronco – Disponível em: <http://www.transparencianacopa.com.br> Acesso em: 23/09/2014

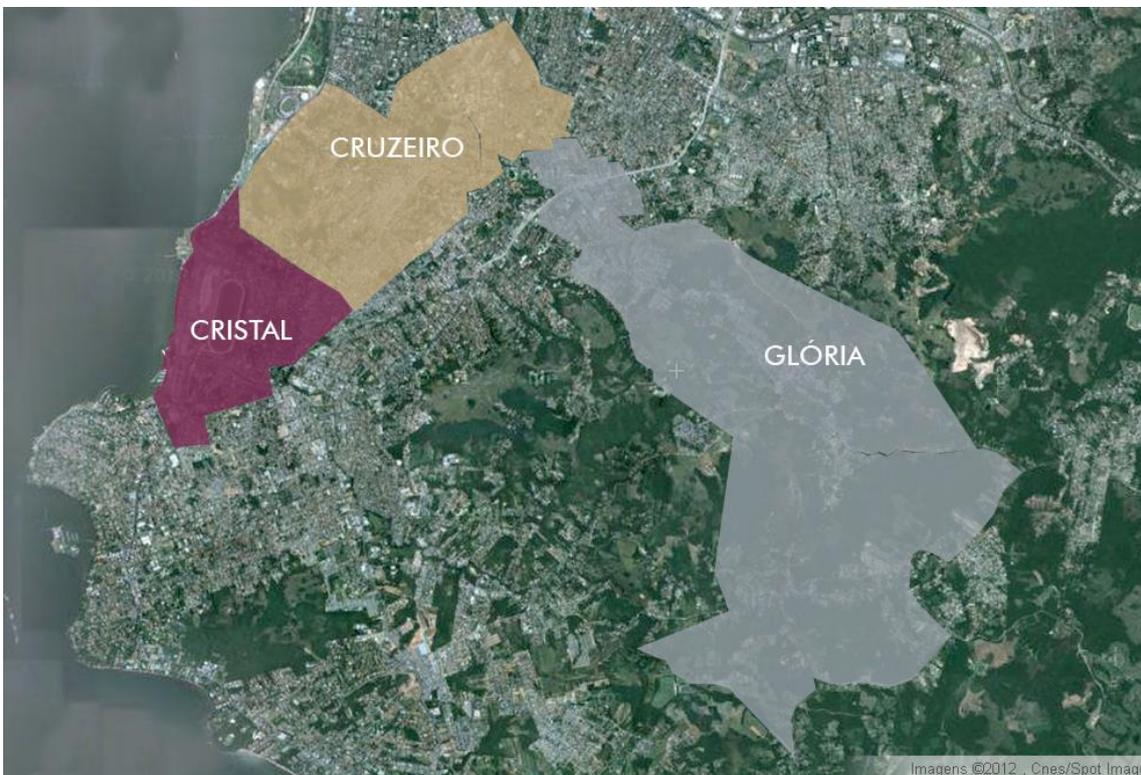


Figura 3 – Regiões atingidas pela duplicação – Fonte: mapa produzido por Pádua (2012)

A justificação da obra por parte do poder público municipal baseou-se em três motivos fundamentais: 1) preparação da cidade para a Copa do Mundo FIFA 2014, sendo considerada uma obra “prioritária” já que serviria para escoar o trânsito durante os jogos e listada como um dos “legados” do megaevento; 2) pela importância para o trânsito e a circulação na cidade; 3) pelo seu projeto habitacional, que incluía a remoção e o reassentamento das famílias atingidas pela obra, que habitam os terrenos de maneira “irregular” e “precária”, do ponto de vista da Prefeitura. “É uma grande obra na engenharia e no aspecto social. As pessoas sairão de áreas que não são delas para casas de melhor qualidade”, afirmou à imprensa o Secretário Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico Urbano Schimitt¹².

O objetivo do projeto de duplicação da Av. Tronco articula a questão habitacional e a mobilidade urbana num mesmo “plano urbanístico”: “*revitalizar* a região da Tronco-Grande Cruzeiro com a implantação de um plano urbanístico contemplando programas habitacionais e equipamentos urbanos com melhorias de circulação (transporte coletivo e ciclovias)”. Se, do ponto de vista urbanístico, a “importância” da obra se justifica em “melhorar o fluxo de veículos para a zona sul” durante os jogos da Copa e “ampliar a permeabilidade intra-bairros da região”, do ponto de vista “social” a “importância” se justifica a partir do “plano habitacional”: “Qualificação Urbana da região, visando melhoria de vida e resgate dos princípios de urbanidade”¹³. No sítio eletrônico do Governo Federal que apresenta os gastos associados à Copa do Mundo e ao andamento das intervenções para receber o evento, figura entre seus “legados” uma menção à “revitaliza[ção de] área degradada e [ao] desloca[mento de] famílias de baixa renda para locais mais qualificados”¹⁴. A Secretaria de Obras e Viação (SMOV) é a responsável pela obra viária, enquanto o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) se encarrega da remoção, do reassentamento e das desapropriações.

¹² Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/noticia/2012/07/comeca-a-duplicacao-da-avenida-tronco-na-zona-sul-de-porto-alegre-3824705.html>. Acesso em: 14/08/2014

¹³ Fonte: apresentação da Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico sobre a obra. Disponível em: http://pt.slideshare.net/online_copa2014/obras-da-copa-2014-7924326. Acesso em: 14/08/2014.

¹⁴ Disponível em: <http://www.copatransparente.gov.br/acoes/porto-alegre-rs-a.01-corredor-avenida-tronco-trecho-i-e-ii> Acesso em: 14/08/2014.

1.2 Disparadores da obra e da remoção

1.2.1 A Copa do Mundo FIFA 2014

A execução e o projeto de duplicação da Avenida Tronco foram decretados no ano de 2010, após serem incluídos na Matriz de Responsabilidades para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Os recursos para a obra vieram do Governo Federal através dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Pró-Transporte vinculado à Copa do Mundo¹⁵. No discurso dos governantes, as obras de mobilidade (vias, sistemas de transporte urbano, portos e aeroportos) seriam o “legado de desenvolvimento que a Copa proporcionar[ia] ao Brasil”. Os governos locais aproveitaram a ocasião para “destravar” alguns projetos e planejar outros tantos, em parceria com o mercado da construção civil e imobiliário de cada região do país. As instâncias municipais de poder justificaram, em geral, da seguinte maneira o sentido e os objetivos das intervenções preconizadas: além de “preparar as cidades” para receber o megaevento era preciso, ao mesmo tempo, realizar obras que permanecessem como um bem permanente “para a população”¹⁶. O recursos vinculados à Copa eram apresentados pela Prefeitura como “facilitadores” de planos delimitados pela gestão como “necessários para a cidade”, em função do dispositivo do Plano Diretor¹⁷. Em uma plenária do Orçamento Participativo¹⁸, o Prefeito de Porto Alegre José Fortunati¹⁹ fez a seguinte afirmação no dia dois de maio de 2012:

¹⁵ Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um programa de investimentos em grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país. Em sua segunda fase, a partir de 2011, já no governo de Dilma Rousseff (2010-2014), os investimentos foram direcionados também para as áreas de transportes, energia, cultura, meio ambiente, saúde, área social e habitação. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac> Acesso em: 24/10/2014. O Pró-Transporte é uma linha de financiamento, dentro do PAC 2, para “a implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e à mobilidade urbana”. Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/produtos/financiamento/pro_transport_e/index.asp Acesso em 24/10/2014 Documento de liberação de crédito através do Programa disponível em: <http://www.copatransparente.gov.br/acoes/avenida-tronco-duplicacao-corredor-viaduto-perimetral-e-reassentamento/registro-operacao-de-credito-cef-avenida-tronco>. Acesso em: 14/08/2014.

¹⁶ No sítio eletrônico do governo federal sobre as obras para a Copa do Mundo consta que: “Um dos principais legados da Copa do Mundo de 2014 serão as melhorias nos sistemas de mobilidade urbana para as cidades-sede do evento”. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>. Acesso em: 14/08/2014.

¹⁷ O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) é, segundo ABNT (1991), o instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados. Segundo o Estatuto das Cidades (2002), “o Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano” (BRASIL, 2002, p. 40).

¹⁸ O Orçamento Participativo (OPPOA) é um mecanismo de democracia participativa implantado em Porto Alegre em 1989 pelos primeiros governos do Partido dos Trabalhadores. Desde então, vem funcionando como um

“nós não estamos fazendo a Av. Tronco por causa da Copa... a Copa abriu a oportunidade de fazer algo que está gravado no plano diretor desde 1959 e até hoje não foi feito. Nós fomos junto ao Governo Federal buscar recursos. Esses recursos só vieram por causa da Copa do Mundo”

Em junho de 2013, em meio aos protestos que emergiram em diversas cidades brasileiras, incluindo Porto Alegre, o prefeito comandou um *tour* para apresentar à imprensa a situação das principais intervenções planejadas para a Copa na cidade. Ao passar pela Avenida Tronco, anunciou a duplicação como “a mais importante” entre todas as obras desenvolvidas para a Copa: “faremos com que 1450 famílias que vivem de forma **irregular**, e muitas vezes em **casebres**, possam ser remanejadas para outros locais”²⁰. Alguns dias depois, no entanto, o mandatário anunciou a retirada de todas as obras de mobilidade urbana da Matriz de Responsabilidade e do Programa de financiamento PAC da Copa e, paralelo a isso, anunciou a diminuição do preço da passagem de ônibus. “Agora não podem dizer que são contra as obras da Copa em Porto Alegre”, afirmou o prefeito naquela ocasião. Fortunati também aproveitou a oportunidade para esclarecer que “não haver[ia] qualquer alteração de cronograma ou execução das obras”. Segundo ele, “essa decisão [de retirar a duplicação da Av. Tronco do cronograma das obras da Copa foi] acordada com o governo federal [o que demonstra que] as intervenções hoje em Porto Alegre não visam apenas a Copa do Mundo, mas fundamentalmente preparar um futuro melhor para a cidade”²¹. As obras de mobilidade urbana, incluindo a duplicação da Av. Tronco, já não precisavam, portanto, estar prontas obrigatoriamente para o Mundial, que seria realizado um ano depois, em junho de 2014²².

espaço onde os moradores de cada região discutem e votam prioridades de investimentos e fiscalizam obras e serviços do Executivo municipal. O OP foi tratado em muitos trabalhos (DAMO, 2008; FEDOZZI, 2000 e 2002) por fortalecer a participação da chamada “sociedade civil” na gestão dos bens públicos. Nos últimos anos, vêm sofrendo críticas importantes de alguns setores historicamente engajados com ele, reeleições que levam em conta as modificações que veio sofrendo e os limites do próprio instrumento para intervir na realidade urbana, por exemplo em Baierle (2007). Para uma análise sobre como os valores da democracia e da política são tensionados neste espaço ver Damo (2008). Sendo um espaço onde se discutem as intervenções do Executivo municipal, as atividades do OP são momentos importantes na definição dos rumos da remoção, onde são manifestadas críticas, apoios e declarações oficiais.

¹⁹ Filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em 30 de março de 2010, com a renúncia de José Fogaça para concorrer ao governo do estado, Fortunati assume a prefeitura até o final do mandato, em 31 de dezembro de 2012. Em 7 de outubro de 2012 é reeleito prefeito de Porto Alegre no primeiro turno das eleições.

²⁰ Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/cidades-2/guiado-por-fortunati-tour-apresenta-obras-da-copa-em-porto-alegre/> Acesso em: 14/08/2014.

²¹ Disponível em: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/18/para-esvaziar-protestos-prefeito-de-porto-alegre-anuncia-retirada-de-obras-na-cidade-de-pacote-da-copa-de-2014.htm> Acesso em: 14/08/2014.

²² As obras retiradas do PAC da Copa foram incluídas no PAC Mobilidade Urbana. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/cidade-melhor/mobilidade-urbana> Acesso em: 26/08/2014

Marcos Botelho, diretor do DEMHAB, em entrevista aos produtores do documentário “Os estrangeiros da Vila Tronco”²³ (realizado em maio de 2014), declarou: “No PAC da Copa nós tínhamos os prazos pra executar todos os projetos até o evento Copa. No momento que eles passaram para o PAC Mobilidade, esse prazo sumiu. Esse prazo não existe mais”. Em setembro de 2013 eu perguntara à Clarice, funcionária do Escritório Nova Tronco, sobre os prazos para finalizar a remoção. Ela respondeu: “não há mais prazos, pelo menos por enquanto, já que [a obra] saiu do marco do PAC da Copa. Vamos fazendo conforme for andando a obra e vindo o recurso. Antes era assim: a obra vai chegando, eles [os moradores] vão correndo. Tinha que tocar [fazer rapidamente]. Mas agora não precisa estar pronto para a Copa, então, podemos ir com mais calma”. Até a retirada das obras da Matriz de Responsabilidade, os prazos da Copa serviram para acelerar a duplicação e pressionar pela rápida saída das famílias. Após a retirada, os prazos foram suspensos e a realização da obra tornou-se mais lenta.

1.2.2 O Plano Diretor de 1959

A obra de duplicação da Avenida Tronco está prevista no Plano Diretor Urbanístico de Porto Alegre de 1959, fato resgatado pelos gestores e pela imprensa, na atualidade, para justificar a importância da obra²⁴. O Plano tornou-se, então, um dispositivo mobilizado para instaurar e justificar a intervenção, de forma a colocá-la em continuidade com o planejamento urbanístico da cidade. Desde aquela época, no entanto, a ocupação da região se adensou paulatinamente, impulsionada pelos contingentes de famílias que chegaram do interior do estado para trabalhar na capital. Muitas fábricas pequenas e médias, como a Termolar e a Pedreira Pavimentações, além do Hipódromo do Cristal e da antiga FEBEM (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor), se localizavam nos bairros Cristal e Glória. À época era comum que os trabalhadores se instalassem, com autorização dos respectivos patrões, nas proximidades dos empreendimentos produtivos – muitas vezes nos terrenos das próprias fábricas. Assim, muitas das vilas acabaram tomando o nome dos lugares de trabalho – como a

²³ Dirigido por Gabriela Ferés. Documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cj34SZpRhxE>
Acesso em: 26/08/2014.

²⁴ Em reportagem, o jornal Zero Hora do dia 21/02/2011 menciona “o projeto de duplicação da Avenida Tronco [tido como] fundamental para o deslocamento de veículos em direção à Zona Sul durante os jogos da Copa”. Classifica de “obstáculo (...) a parte das desapropriações, uma vez que centenas de casas surgiram na área que desde 1959 estava reservada no Plano Diretor para a obra”. O sítio eletrônico do DEMHAB também sinaliza que: “O projeto de duplicação da avenida Tronco [está] previsto no Plano Diretor da cidade, desde 1959, e agora tem a possibilidade de se concretizar, devido ao incentivo às obras de infraestrutura para a Copa do Mundo”.

Vila Pedreira, por exemplo. Na década de 1970, com a falência de algumas dessas empresas e a intensificação do êxodo rural, a população moradora nestas áreas cresceu consideravelmente²⁵.

A história da construção destes bairros e das vilas atingidas pela obra – que fazem parte de um conjunto maior de vilas chamada Grande Cruzeiro²⁶ – é a história de trabalhadores dos mais variados estratos que tiveram como alternativa a moradia autoconstruída em terrenos dos quais não eram proprietários. As vilas que serão atingidas pela duplicação da Avenida Tronco nos bairros Cruzeiro e Cristal têm um histórico de ocupação que remonta aos últimos cinquenta anos, embora a trajetória de cada uma das famílias no local possa ser mais ou menos recente²⁷. Também é importante observar que, devido à localização dessas áreas próximas ao Centro, a compra ou o aluguel de moradias está na maioria das vezes vinculada a uma ocupação anterior, de algum membro ou conhecido da família. A proximidade com os locais de trabalho e com serviços como postos de saúde, escolas, etc., é levantado pelos moradores como vantagens de viver na região.

O Plano Diretor de 1959 foi o primeiro elaborado para a cidade de Porto Alegre. Neste documento procurou-se planejar o sistema viário de perimetrais e a remoção de vilas localizadas em áreas centrais. Segundo Sanvitto (2000), o Plano Diretor de 1959 apresentava detalhamentos específicos para a área de reloteamento da Ilhota, vila no centro da cidade que sofreria remoção definitiva para o bairro Restinga a partir de 1979; previa, também, a construção da Primeira Perimetral, para interligar os bairros da cidade. Além disso, planejava a urbanização da área da Praia de Belas o que viria a ser o futuro Projeto Renascença, apresentado em 1975. O projeto Renascença foi um processo de "urbanização" e "qualificação" de uma área central de Porto Alegre considerada "degradada" e "subocupada", que compreendia a Ilhota, vila que começou a ser ocupada no final do século XIX por populações negras e empobrecidas. Para executar o projeto, os moradores deste lugar foram removidos para o bairro Restinga Nova, no Extremo Sul de Porto Alegre. Esta foi uma das primeiras remoções de populações urbanas que aconteceram em Porto Alegre. A eliminação total da Ilhota – que deu lugar à construção do Centro Municipal de Cultura e a Avenida Érico Veríssimo (parte do projeto Renascença) – foi salientada como um avanço urbanístico pelos gestores da época. As principais preocupações deste Plano Diretor diziam respeito à circulação

²⁵ Fonte: Memória dos Bairros- Cristal. Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura, 2003.

²⁶ Grande Cruzeiro é um complexo de vilas que juntas formam a maior concentração de vilas populares em Porto Alegre. Todas as vilas atingidas pela obra (Vila Cristal e Divisa, Vila Cruzeiro, Vila Tronco, Vila dos Comerciantes, Vila Maria, Ocupação Gastão Mazzeron e Vila Silva Paes) fazem parte deste complexo.

²⁷ Conforme as entrevistas realizadas para esta pesquisa.

e ao sanitarismo (ALMEIDA, 2004). Para responder a tais preocupações, foi idealizada uma rede de vias (perimetrais e radiais) que fariam a comunicação entre novas “zonas” nas quais a cidade havia sido dividida. O zoneamento de 1959 respondia aos imperativos de distribuição racional e uniforme dos espaços de habitação, trabalho, circulação e lazer. A importância da circulação entre os bairros – entre a Zona Sul e o Centro, e entre a Zona Sul e as outras regiões – é retomada pelos gestores atuais como um importante argumento para a execução da obra de duplicação da Av. Tronco, que se conectará com a Terceira Perimetral nesta rede de vias imaginadas pelos urbanistas e administradores há algumas décadas.

1.2.3 A moradia: irregularidade

A questão da moradia na região é um assunto antigo e caracteriza o tipo de ocupação que se desenvolveu ali, sempre sujeita à acusação de irregularidade, já que a maioria dos moradores não possui título de propriedade sobre os terrenos. O poder público, ao longo dos anos oscilou entre a indiferença, a repressão, a promoção e o auxílio à ocupação destes espaços. De acordo com o censo de assentamentos irregulares de Porto Alegre, realizado de 1997 a 1998 (MORAES, ANTON, 2000 *apud* MARGARITES, 2014) a região da Grande Cruzeiro concentrava 40 núcleos ou vilas irregulares, cerca de 10 % do total de 390 ocupações irregulares de Porto Alegre. Dos 73.057 domicílios localizados em núcleos e vilas irregulares identificados por esse censo, 8.556 habitações - cerca de 12% - estavam localizadas na região da Cruzeiro. A duplicação afeta sete destas vilas que compõem a Grande Cruzeiro. No bairro Cristal, são atingidas as Vilas Cristal e Divisa. No bairro Santa Tereza são atingidas as Vilas Tronco e Cruzeiro. No bairro Medianeira, são afetadas as Vilas Maria, Silva Paes e a Ocupação Gastón Mazzeron.

A remoção de moradores de núcleos “irregulares”, ao não possuir o mesmo status jurídico de uma desapropriação de imóvel com título de propriedade, é feita com valores substancialmente menores e métodos diferentes. Estas negociações abrem uma disputa em torno da legitimidade das ocupações e sobre a forma como a remoção deve ser feita, provocando a ativação de uma economia moral da remoção (FASSIN, 2012). Os diferentes atores envolvidos com a remoção – Prefeitura e DEMHAB, militantes do Comitê Popular da Copa e moradores atingidos – manejam e expressam valores, normas e emoções em relação a ela. Neste contexto emergem, portanto, uma reflexão permanente em torno do que é ou não

tolerável ou desejável (dimensão dos valores); o que deve ou não ser feito (dimensão normativa) e sentimentos de injustiça, de traição, de indignação, de sofrimento, de ansiedade e de expectativa sobre o futuro. Sentimentos desta ordem são expressados por estes atores em diferentes contextos associados à remoção. É importante ressaltar, aqui, que estes valores não são portados por este ou aquele sujeito, ou por determinado grupo social. O que Fassin (2012) enfatiza com o conceito de economia moral é justamente “a produção, a repartição, a circulação e a utilização de emoções e valores, de normas e de obrigações” num determinado espaço social, historicamente delimitado (FASSIN, 2012, p. 12, tradução minha). Ou seja, trata-se de transações morais entre os grupos e sujeitos envolvidos com a remoção.

Por um lado, a legitimidade das ocupações é contestada pela Prefeitura e por alguns órgãos de imprensa, através da categoria do “irregular” – moradores sem título de propriedade sobre os imóveis, apenas com documentos de posse, em alguns casos. Por outro lado, membros do Comitê Popular da Copa e certos moradores defendem sua legitimidade, aventando os direitos portados pelos sujeitos atingidos pela remoção. Em reportagem do dia dois de maio de 2012, o jornal Zero Hora observa que “nestes 50 anos muitas casas surgiram na área do traçado da avenida” e que as famílias “já deveriam saber” da obra uma vez que ela está prevista há tanto tempo. O DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação), em reportagem publicada em seu site institucional, também caracteriza os moradores como ocupantes de “áreas irregulares”. Como nota no seu texto a geógrafa Lucimar Siqueira (2011)²⁸, que participou do Comitê Popular da Copa em 2012, “a questão não é quem chegou antes, se a obra ou a população” mas sim o fato de que aquelas famílias estão ali há décadas, em uma área chamada, no urbanismo, de “ocupação consolidada” e, portanto, tem direitos que devem ser respeitados. Como notou José Araújo, morador da Vila Cristal e membro do Comitê Popular da Copa Cristal, no painel “Direito à Moradia e Copa do Mundo”, da IV Semana de Direitos Humanos, Cidadania e Acesso à Justiça (SDH) realizado na Faculdade de Direito no dia 26 de março de 2012: “não [residir] regular[mente] não significa que não temos direitos”. Em depoimento oferecido ao GT de Comunicação do Comitê Popular da Copa²⁹ uma moradora da Vila Cristal afirma o seguinte: “nós somos irregulares, sim. Mas não porque queremos. Se fosse apresentada uma proposta decente para regularizar nós aceitaríamos, não tem porque não aceitar” – incluindo a responsabilidade do poder público municipal na situação.

²⁸ Disponível em: <http://reformaurbanars.blogspot.com.br/2011/02/duplicacao-da-av-tronco-e-politica.html>. Acesso em: 26/08/2014.

²⁹ Vídeo produzido pelo GT de Comunicação do Comitê Popular da Copa-Porto Alegre e disponível em: <http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/> Acesso em: 26/08/2014.

Assim, neste momento a pecha de irregular torna-se também uma acusação moral à qual os moradores respondem de diferentes formas. Estas categorias morais, que se associam, na prática, a outras tantas igualmente deslegitimadoras – como o “invasor” – terminam por reforçar um tipo de retórica que vulnerabiliza os sujeitos no que diz respeito às suas reivindicações. O fato de ser “irregular” se condensa nas alternativas de reassentamento oferecidas pela Prefeitura e nas tecnologias mobilizadas na remoção – como veremos no Capítulo 2 “Tecnologias de remoção”. Os moradores, por outro lado, esgrimem as dificuldades por que passaram, seu esforço de construção das casas, a luta para trazer infraestrutura à região e a antiguidade da ocupação – “moro há 30 anos aqui, muito antes de chegar o posto de saúde”, conta uma moradora – como índice e argumento para confrontar a acusação de “irregular” e defender melhores indenizações/condições de reassentamento.

A produção destes espaços como “áreas de ocupação irregular” tem um papel importante na gestão do processo de deslocamento das famílias pelo poder público, ao determinar: 1) a exclusão da população nas tomadas de decisão sobre a realização da obra e seu traçado; 2) as alternativas que foram oferecidas a estas famílias em relação a novas moradias, sem o pagamento de indenização pela posse dos terrenos.

Longe de ser um simples “executor da lei”, ao retomar o histórico de atuação do poder público municipal na região podemos constatar a sua responsabilidade na produção desta situação de “irregularidade”. A promoção da urbanização e dos serviços públicos sempre esteve presente na região atingida, ocorrendo por pressão dos moradores ou por iniciativa do próprio poder público. Foucault, em *Vigiar e Punir*, denominou esta constante manipulação das fronteiras entre legal/ilegal de “gestão dos ilegalismos” por parte do Estado. Foucault (1987) desloca a discussão do binômio legal-ilegal e põe no centro da sua investigação o modo como as leis operam, não para coibir ou suprimir os ilegalismos, mas para diferenciá-los internamente e dispor constantemente sobre suas fronteiras, “riscar os limites da tolerância, dar terreno para alguns, fazer pressão sobre outros, excluir uma parte, tornar útil outra, neutralizar estes, tirar proveito daqueles”. Ou seja, conforme as necessidades e objetivos colocados ao governo de certas populações e espaços, vão sendo mobilizados diferentes agenciamentos políticos ao longo do tempo. Este tipo de agenciamento altera, em cada momento, os critérios que respaldam ora a tolerância e promoção de determinadas práticas – como as ocupações –, ora sua repressão e relegação ao espaço da ilegalidade. A ilegalização de uma ocupação exige que se recuperem categorias de acusação tais como “invasor”, “ocupação irregular” para permitir a retirada das famílias implicadas. Construir uma aura de irregularidade em torno das ocupações

é uma forma eficaz de deslegitimar os pleitos e a capacidade de auto-enunciação de uma “população alvo” tornada incômoda à expansão de certo programa urbanístico.

O papel do Estado nessa “gestão dos ilegalismos” toma mais corpo quando observamos sua interação com os movimentos comunitários. Nos anos 1980, muitas cidades do Brasil viram emergir movimentos comunitários importantes que se mobilizaram em torno da luta por urbanização – asfaltamento, água encanada, saneamento básico, luz elétrica, transporte público –, por regularização fundiária e pela garantia de direitos sociais para os moradores de assentamentos, vilas e favelas – direitos como acesso à educação, à saúde e ao trabalho. Em Porto Alegre, a emergência de organizações populares foi muito forte³⁰. Na região centro-sul (onde se localiza a Avenida Tronco) existiu uma organização que congregava todas as associações comunitárias da região, chamada União de Vilas da Grande Cruzeiro. Este período de mobilizações coletivas para trazer os equipamentos de urbanização para as vilas possibilitou o asfaltamento de algumas ruas, a construção de escolas e postos de saúde. Nos anos 1990, esta estrutura de organizações populares foi um dos componentes da experiência de democracia participativa que teve lugar em Porto Alegre, quando o Partido dos Trabalhadores – à frente de uma coalizão de partidos de esquerda chamada Frente Popular – assumiu a administração municipal e lá se manteve entre 1989 e 2004. O Orçamento Participativo porto-alegrense (OPPOA), ancorando-se em organizações comunitárias já existentes e fomentando a criação de novas associações onde elas não existiam, conformou-se como um espaço onde os moradores de cada região podiam discutir, deliberar e encaminhar suas demandas prioritárias ao poder municipal. Uma parcela do orçamento público era destinada a realizar as obras que os moradores encaminhavam via OPPOA. Chamava atenção a recorrência, em quase todas as regiões da cidade, dos votos para a temática de moradia, que incluía produção de habitações e regularização fundiária. Do ano de 1993 a 2006, a temática esteve sempre entre as três primeiras prioridades, escolhidas pelos participantes do OP, para investimentos municipais, ocupando por cinco vezes o primeiro lugar (ver tabela em BAIERLE, 2007, p. 8). Há, portanto, neste contexto, uma disjuntiva entre a urbanização, promovida pelo poder público, e a manutenção da situação de irregularidade fundiária.

³⁰ Ver, por exemplo, o trabalho de Silva (2002), “Cidadania e Exclusão: os movimentos sociais urbanos e a experiência na gestão municipal de Porto Alegre”.



Figura 4 – Informativo da União de Vilas da Grande Cruzeiro, de junho de 1985.

Segundo José Araújo, antigo militante comunitário e atual atingido pela duplicação da Av. Tronco, a região Cristal aprovou, no ano de 1993, através do OPPOA, a demanda prioritária por regularização fundiária. No entanto, desde então, os recursos para iniciar o processo (que incluiria a desapropriação de terrenos particulares e verbas para urbanização) jamais foram disponibilizados pelo poder municipal nos seus orçamentos anuais. O caso de José Araújo é ilustrativo da situação da maioria dos moradores: vivendo na sua residência atual há cerca de 30 anos ele poderia fazer uso do dispositivo legal de **usucapião urbano**³¹ inaugurado pela Constituição Federal (1988) e regulado pelo Estatuto das Cidades (2002). No entanto, sem o auxílio do poder público e tratando-se de um empreendimento individual de regularização, os custos para a elaboração da topografia do lugar e para o recolhimento dos

³¹ O artigo 183 da Constituição Federal (1988), dispõe que "Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural".. O Art. 9º da Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) regulamenta o usucapião especial de imóvel urbano. Reconhecido o usucapião especial de imóvel urbano, a sentença vale como título para registro no cartório de registro de imóveis. Ou seja, o morador torna-se proprietário do terreno.

documentos necessários à dito trâmite judicial ficariam todos à cargo do morador. José, então, acabou protelando a odisseia jurídica, até que soube da notícia da duplicação.

O poder público, se bem muitas vezes respondia às demandas por saneamento, urbanização e transporte, também é retratado como ausente pelos moradores. As formulações a seguir colocam em questão quem, afinal, construiu o lugar e sua infraestrutura. “Quem construiu o Cristal fomos nós, não foram eles” é uma das respostas às tentativas de deslegitimação da ocupação. A luta para construir a própria casa e a infraestrutura do bairro sem ajuda do poder público é alçada como um valor frente à acusação de “irregular”. Os verdadeiros e legítimos donos do lugar foram aqueles que com muito esforço o construíram. Dona Cleuza, outra moradora atingida, conta das dificuldades dos primeiros anos de ocupação e do protagonismo dos moradores na construção da infraestrutura:

Cleuza: Quando chegamos ainda nem tinham terminado o Postão [posto de saúde]. Deve ter uns 38 anos o Postão, regula com nós . Isso aqui era só maloquinha, cachorro e cavalo... água não tinha. Ele (o marido) tinha que agarrar água quando voltava do serviço, numa torneira que tinha lá atrás. De noite deixava tudo cheio pra mim, era chaleira, era balde. Não tinha água, não tinha luz, não tinha nada, os banheiros eram tudo patente. Tinha um valão que passava aqui, era alto de lixo que o pessoal botava. Não passava carro, não passava nada, caminhão do lixo, lixeiro, nada. **Quem aterrou o arroio fomos nós todos. Foi tudo o pessoal que fez, a Prefeitura não fez nada.** A única coisa foi o [Alceu] Collares [prefeito pelo Partido Democrático Trabalhista entre 1985-1988] que botou água e depois começaram a fazer o esgoto. Tenho umas fotos, uma revista de quando botaram água, quando o Collares botou a água. Aí que começou a melhorar um pouco... foi na mesma época que abriram a rua aqui [início da Moab Caldas], faz uns 18 anos. Eu estava grávida do mais novo quando começaram a abrir a rua, por isso lembro. Quando ele nasceu não tinha terminado ainda a obra.

A fala de Noeli, moradora atingida pela obra, ilustra bem esta tensão que percorre a ocupação da região, onde o poder público aparece ora como urbanizador, ora como agente que contesta a posse das famílias sobre seu terreno. Os sinais enviados pelo poder público sobre a legitimidade de ocupar estes terrenos foram frequentemente ambíguos nos relatos dos moradores – construiu equipamentos e permitiu a ocupação para, logo depois, decretar outro uso para o espaço com a duplicação da avenida.

Noeli: Meu pai não foi burro de ter feito casa para nós no meio da via, não foi. Porque era tudo mato, ele não sabia, né. Mas e eles que fizeram um posto de saúde no meio da via? Fizeram um posto de polícia, um postinho de saúde. E eles ali dentro da Prefeitura sabiam que ali ia correr uma parte da avenida, não sabiam? Como é que aquele leiguinho, lá de Torres, lá do interior ia saber que

estava fazendo uma maloca para nós no meio da rua? Não tem como. E como é que agora eles desviam do posto? Se eu trabalhasse lá eu ia desviar da minha maloca a avenida também, com certeza. Palhaçada!

A noção de “irregular” aparece, nas interpelações da Prefeitura e da imprensa, como forma de apresentar a realidade e de responsabilizar os moradores por esta condição. É a partir desta noção que o poder público propôs o diálogo com as famílias “atingidas”. Além disso, o “irregular” está atrelado a uma série de características atribuídas ao tipo de moradia, às pessoas e suas condições de vida – que enfatizam a “precariedade” em que estão envoltas. Palavras como “subhabitação”, “área degradada”, “casebres”, se articulam com uma série de saberes sobre “como vivem” essas pessoas. Assim, por exemplo, os arquitetos e funcionários da Prefeitura pretendem, ao proporcionar às famílias uma casa ou apartamento, com título de propriedade, com custos de luz e água, construído segundo normas técnicas arquitetônicas que julgam mais adequadas, dar uma “vida mais digna” àquelas pessoas, “qualificar” e “promover a cidadania”. A irregularidade e a precariedade são, assim, categorias de interpelação (HALL, 2000), às quais os moradores (e outros agentes como o Comitê) precisam responder, acatar, tangenciar, negar ou contestar. Interpelar estes moradores a partir das noções de “irregularidade”, e de “precariedade” implica que os sujeitos são impelidos a ocupar as posições que lhes designam – o lugar da precariedade, da falta de condições de saúde e higiene, da subhabitação, do não-urbano, de alguém que não é “dono” do terreno, do “invasor”, do “irregular”. “Retirar” os moradores da irregularidade e da precariedade é apresentado como um dos objetivos da remoção, um bem trazido pela intervenção e almejado pelos sujeitos atingidos por ela.

1.2.4 A pobreza visível: localização

Não é apenas a irregularidade das ocupações que mobiliza as atenções da Prefeitura e da sociedade em geral para a Av. Tronco. O fato de se localizar em uma região bastante próxima ao Centro torna as condições de vida da população na região um tema de debate público e um alvo para as políticas públicas. A pobreza e os pobres são sujeitos visados pelo Estado para uma série de intervenções – autoritárias ou não – com finalidades e justificativas diversas: redução da natalidade, controle da violência, higienização, melhoria das “condições de vida”,

educação, etc. Os indicadores mostram que, em comparação com a média da cidade e com a Região Centro, as áreas atingidas (Região Cruzeiro e Região Cristal) são mais empobrecidas e tem taxas consideráveis de áreas com moradias precárias. A presença de “domicílios indigentes” e “domicílios pobres” também é maior que a média da cidade e que a região Centro. No entanto, o rendimento médio dos responsáveis por domicílio indica que o ingresso de algumas famílias é maior que o daquelas em que o responsável ganha no máximo 1 ou 2 salários mínimos – embora estes últimos ainda sejam a maioria na região Cruzeiro (80,25%) e um pouco mais da metade na região Cristal (52,02%). O que podemos depreender disto, mas também ao observar as construções ao longo da Avenida e o pleito de alguns moradores, é que as condições materiais e de moradia são heterogêneas entre os atingidos pela remoção. Apesar de a Prefeitura destacar, para justificar a intervenção, a presença das “moradias precárias”, a área impactada comporta habitações de diferentes condições. Muitos moradores realizaram investimentos materiais importantes na construção de suas moradias, não aceitando a pecha da “precariedade” para descrever suas condições de habitação. Por outro lado, ao ser uma categoria manejada por agentes exteriores, não contempla a visão que os próprios moradores têm sobre a qualidade e o valor de suas casas. A precariedade é uma forma de apresentar e representar as condições materiais das casas, destacando negativamente determinadas características das habitações, que devem mudar ou ser eliminadas. Do ponto de vista de alguns moradores, a precariedade das condições de moradia se origina menos das casas em si, e mais das condições do entorno – falta de asfaltamento, valões abertos, lixos nas ruas, violência de agentes do tráfico, etc.

Tabela 1 – Indicadores de Porto Alegre e das regiões Cruzeiro, Cristal e Centro, com base nos dados do site <http://www.observapoa.com.br/> Acesso em 23/10/2014

	Região Cruzeiro	Região Cristal	Região Centro	Porto Alegre
Nº de habitantes	65.408 habitantes (4,64% da pop. município)	27.661 habitantes (1,96% da pop. do município)	276.799 habitantes (19,64% da pop. do município)	1.409.351 habitantes
Área/densidade demográfica	6,82 km ² / 9.590,62 habitantes por km ²	3,92 km ² /7.056,38 habitantes por km ²	26,0 km ² /10.646,12 habitante por km ²	496,684 km ² / 2.837,52 habitantes por km ²
Taxa de analfabetismo	4,13%	2,28%	0,51%	2,27%
Rendimento médio dos responsáveis por domicílio	3,43 salários mínimos	4,86 salários mínimos	8,81 salários mínimos	5,30 salários mínimos
Domicílios indigentes: Percentual de domicílios com rendimento domiciliar per capita até 1/4 salário mínimo.	4,36 % (no ano de 2010)	1,96 % (no ano de 2010)	0,34 % (no ano de 2010)	2,31 % (no ano de 2010)
Domícilios pobres: Percentual de domicílios com rendimento domiciliar per capita até 1/2 salário mínimo.	17,45 % (no ano de 2010)	8,37 % (no ano de 2010)	1,58 % (no ano de 2010)	9,80 % (no ano de 2010)
Percentual de responsáveis por domicílio com renda até 1 salário mínimo	23,75 % (no ano de 2010)	14,06 % (no ano de 2010)	4,79 % (no ano de 2010)	15,83% (no ano de 2010)
Percentual de responsáveis por domicílio com renda até 2 salários mínimos	56,50 % (no ano de 2010)	37,96 % (no ano de 2010)	17,29 % (no ano de 2010)	41,88 % (no ano de 2010)
Percentual de domicílios em área de moradia precária ³² sobre o total de domicílios.	37,54% (no ano de 2010)	17,75 % (no ano de 2010)	0,10 % (no ano de 2010)	11,01 % (no ano de 2010)
Percentual de pop. em área de moradia precária sobre o total da população.	41,93 % (no ano de 2010)	21,51 % (no ano de 2010)	0,16 % (no ano de 2010)	13,68 % (no ano de 2010)

³² Refere-se a um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais em geral com urbanização fora dos padrões vigentes, denominado como aglomerado subnormal.

Como vimos na fala do Prefeito, ao apresentar a obra, não importa apenas o fato de serem moradias irregulares, mas também de serem “casebres”. A evocação das condições depreciadas de moradia para justificar a remoção lança mão do que chamarei de “imagens da precariedade”. A apresentação, em publicidades eleitorais e discursos públicos, daquela região como abrigando “moradias precárias”, tece o que poderia ser chamado de “razão biopolítica” da remoção. Este argumento é bastante eficaz num nível mais amplo e foi usado, por exemplo, na campanha eleitoral do Prefeito em 2012. O esquete transmitido pela televisão retratava a “situação” das famílias que seriam removidas na Avenida Tronco: o prefeito atual, José Fortunatti, um senhor alto e longilíneo, esgueirava-se para entrar na casinha de uma senhora mais velha, que parecia bem menor no contraste com o visitante. Fortunatti permanece ali, com o pescoço curvado, conversando com a senhora que mostrava sua casa de madeira em chão batido com dois cômodos.

Este argumento da precariedade, no entanto, é contestado pelos moradores nas interações com os funcionários e nos embates públicos com a Prefeitura, através do Comitê Popular da Copa, por exemplo. Nas reuniões do CPC os moradores protestavam: “é claro, eles mostram aquelas casinhas caindo aos pedaços, aquela gente necessitada, como se essa fosse a realidade de todo mundo. Mas não é assim, eu tenho minha casa muito boa, investi nela, trabalhei. Então, é fácil as pessoas apoiarem a remoção vendo essas propagandas do prefeito” . A frase “não é só barraco” mostra a heterogeneidade das condições de moradia e a recusa em ser tachado de miserável. As nove vilas atingidas apresentam uma heterogeneidade muito grande entre si e no interior de cada uma delas, em termos de qualidade das construções, investimentos despendidos, condições financeiras dos moradores e formas de ocupação do imóvel (aluguel, casa própria, construída ou comprada, local de trabalho, etc.). Renato, um dos moradores que participavam das reuniões do Comitê, critica a abordagem: “as pessoas construíram suas casas, trabalharam a vida inteira pra isso. Construíram em áreas como essas porque não tinham outra opção, mas são moradias boas. Na TV mostram só as casas ruins, caindo aos pedaços...”. O esforço e o investimento material e subjetivo despendidos na construção, o tempo de moradia, a luta por melhorias no entorno também eram mobilizados para contrapor essas “imagens da precariedade”.



Figura 5. Moradora mostra o interior de sua casa à reportagem. Fotografia: Luiz Armando Vaz (Agência RBS), 2013

Por outro lado, a presença de populações pobres nas regiões centrais, acentuada pelo olhar direcionado dos gestores e da mídia, incomoda as classes médias e altas que vivem nas proximidades. Ao verem suas propriedades se “desvalorizarem” no mercado imobiliário com a presença dos mais pobres, grupos de classe média chegaram, inclusive, a mobilizar uma campanha de abaixo-assinados para não permitir o reassentamento dos atingidos pela obra na região. Em 2011, financiaram uma série de *outdoors* que foram espalhados pelas ruas manifestando sua posição contra a desapropriação das áreas no Cristal para a construção de apartamentos do Minha Casa Minha Vida (MCMV). Queixavam-se que o reassentamento dos atingidos nos arredores iria desvalorizar financeiramente seus imóveis. Desde que o *Barra Shopping Sul* foi erguido no bairro, os imóveis passaram a ser mais valorizados. "Tudo que ganhamos em preço vamos perder se os imóveis forem feitos aqui", argumentou um membro do “Comitê Permanente dos Moradores do bairro Cristal”³³. O fato gerou reações controversas e foi tratado em reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh) da Câmara Municipal de Porto Alegre. As associações de moradores das vilas e os moradores consideraram que a atitude foi “movida por preconceito

³³ “Moradores do bairro Cristal, zona Sul de Porto Alegre, reclamam que os assentamentos de famílias das áreas de invasão do Complexo da Tronco rebaixarão o valor de seus imóveis”. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=77754> Acesso em 27/08/2014

social e racial”³⁴. Em quase todos os processos de urbanização e regularização de vilas na região central da cidade, nas décadas de 1990 e 2000, houve resistência por parte dos moradores de classe média, através de abaixo-assinados, denúncias e recursos legais.

A soma destes três elementos: a irregularidade das moradias, a presença da pobreza e a localização da região – por ser uma área pobre perto do Centro; e por ser alvo do planejamento urbanístico – torna a área disponível para a intervenção e os moradores da Grande Cruzeiro uma “população removível”. As “imagens da precariedade” apresentadas pela Prefeitura para justificar o reassentamento se aproximam da “razão biopolítica” que subjaz à intenção de governo do Estado moderno. A intenção de “melhorar as condições de vida” das pessoas, dando-lhes uma nova casa, e a intenção de melhorar o fluxo e “qualificar” do ponto de vista urbanístico a região da Av. Tronco são apresentadas como bens que ficarão para toda a população da cidade e, principalmente, para aqueles atingidos pela remoção, anunciados como “beneficiados” pelo reassentamento. Estes são, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos da política de remoção e reassentamento. Sujeitos porque a política visa delimitar e atender suas aspirações e desejos de uma “vida melhor”. Objetos porque, para realizar este objetivo, o Estado intervém nas suas vidas, suspende seu cotidiano e as garantias sobre suas moradias atuais. Os objetivos de sair da situação de moradia apresentada como precária e da irregularidade são construídos, pela intervenção da Prefeitura, como aspirações próprias da população atingida. No entanto, esta construção é tensionada durante as interações entre atingidos e Prefeitura.

Como chamou atenção Foucault (1999a), a população aparecerá como objetivo final do governo, colocando uma nova forma de legitimidade para a soberania e configurando-se como o sujeito-objeto do governo.

“Pois qual deve ser o objetivo do governo? Não certamente governar, mas melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc. (...) A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente frente ao governo daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. (FOUCAULT, 1999a, p. 289)

A remoção, além disso, envolve aqueles mecanismos, técnicas e tecnologias que buscam implicar “o homem enquanto ser vivo” na política e no poder, pois coloca em questão

³⁴ “Cedecondh vai acionar Ministério Público por denúncias de discriminação”. Disponível em: http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=16081&p_secao=56&di=2011-12-06 Acesso em 27/08/2014

as condições de reprodução da vida³⁵. Remover pessoas das suas moradias, construir novas casas e reassentar milhares de famílias constituem aspectos de uma modalidade de política na qual a “população” das cidades torna-se sujeito/objeto da pretensão fundamental do governo biopolítico³⁶: “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2005).

Seguindo a interpretação de Didier Fassin (2012), a vida implicada na biopolítica não é a “vida em si”. Para Foucault, na interpretação desse autor, pelo contrário, a vida, enquanto objeto de governo, consiste numa *conduta* a ser administrada; uma conduta que será *disciplinada* pelo biopoder de acordo com as *tecnologias de normalização das populações* oferecidas pelos paradigmas biopolíticos. Para Fassin (2012), a biopolítica não é uma política da vida, como sugere a etimologia da palavra, mas uma política de população entendida como a comunidade dos seres viventes: “‘vida’ segue sendo um termo muito esquivo enquanto “população” representa muito mais claramente o verdadeiro objeto da biopolítica” (FASSIN, 2012, p. 23). Entender a biopolítica como uma tentativa de normalização no nível das populações, e não da “vida em si”, abre espaço para pensarmos a vida como escapando, vazando através das tecnologias que a tem como fundamento.

As tecnologias deste poder sobre a vida – deste biopoder – são, ao mesmo tempo, disciplinares e de regulação. No nível disciplinar, tais tecnologias preconizam o governo das condutas individuais, ao passo que no nível da regulação elas apontam ao governo da população, ou seja, a governo das pessoas enquanto seres biológicos cuja natalidade, morbidade, enfermidade, etc. devem ser reguladas em benefício de todos. Ao governo da população corresponde, portanto, observar, medir e regular os fenômenos biológicos inerentes ao ser humano com espécie. Ambas tecnologias -- disciplinares e de regulação – operam articuladas. Um dos exemplos que dá Foucault para ilustrar esta articulação é o das cidades. Na “cidade operária” (FOUCAULT, 2005, p. 301) o controle disciplinar dos corpos e dos fluxos é possível através do recorte e da divisão entre as funções através do espaço: torna-se fundamental localizar as famílias (cada uma numa casa) e os indivíduos (cada um num cômodo). Neste mesmo contexto, os mecanismos regulamentadores são aqueles que visam incentivar comportamentos na população, que visam fomentar, por exemplo, a poupança, uma

³⁵ A preocupação do autor é compreender e seguir “como o problema da vida começa a problematizar-se no campo do pensamento político, da análise do poder político” (FOUCAULT, 2005, p. 289).

³⁶ O biopoder se refere a assunção da vida pelo poder. Como define Foucault (2005): “se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico” (FOUCAULT, 2005, p.286 e 287).

relação adequada com a saúde ou a velhice, com as regras de higiene que garantem longevidade ótima à população.

O urbanismo e o planejamento das cidades (incluindo remoções e construção de conjuntos habitacionais) são, portanto, uma das formas de implicar a vida nos objetivos do poder, de regulá-la com o fim de maximizar suas forças, de “fazer viver”. James Holston e Teresa Caldeira (2005) examinam como os planos urbanísticos imaginam uma *população com necessidades sociais e biológicas* – que vão desde ter uma vida saudável e produtiva até o desejo pelo progresso e pelo consumo de certos bens como os automóveis, por exemplo. Segundo os autores, o foco do planejamento urbano se desloca do discurso do “desenvolvimento” que combate o “subdesenvolvimento” (no modelo modernista), para o discurso dos “direitos cidadãos” que combatem a “desigualdade social” (no modelo democrático). O modelo de planejamento urbano democrático atual imagina que a população necessita de “cidadania e mais igualdade” (HOLSTON; CALDEIRA, 2005, p. 404). A remoção e o reassentamento também são justificados nestes termos: ir para uma casa regularizada e de melhores condições é, segundo os funcionários do Escritório Nova Tronco, um “salto de cidadania” almejado pelos sujeitos-objetos da intervenção.

1.3 Tecnologias de remoção

Como já adiantei na Introdução, a remoção é instaurada através de atos e elementos mobilizados para levá-la adiante. Na tentativa de entender seu funcionamento, lancei mão da ideia de tecnologias que conformam, num arranjo, o processo de remoção. Assim, a remoção mobiliza diferentes elementos para ser efetivada: desejos dos moradores, valores, emoções, moralidades, categorias de interpelação como irregular/invasor/precário, autoridades, saberes e expertises, formas de organização, forças não oficiais de expulsão, protocolos jurídicos, fórmulas, cálculos, leis, planos diretores urbanísticos, recursos e prazos vinculados à realização da Copa do Mundo FIFA 2014, justificativas calcadas no “interesse geral” dos moradores da cidade de Porto Alegre, etc.

Chamo de “tecnologias” os mecanismos utilizados na remoção, pois nestes se articulam as categorias de enquadramento concretas (“morador atingido”, “ocupação irregular”, “moradia precária”, “subhabitação”, etc.), as estruturas técnicas (cálculos, fórmulas, regulamentos,

protocolos, procedimentos burocráticos), os dispositivos jurídicos e administrativos (legislações e planos urbanísticos), os saberes especializados (urbanismo, assistência social, arquitetura), as composições discursivas (desenvolvimento, urbanidade) e as ações de enfrentamento/agenciamento das famílias e outros atores frente à remoção. A conformação das tecnologias inclui, por exemplo, o registro dos sujeitos e das casas impactadas pela obra, as diferentes alternativas de reassentamento oferecidas (estabelecidas nas legislações municipais), a disposição do arcabouço jurídico e administrativo do Estado, a mobilização de uma *expertise* (ROSE, 2011) em torno da remoção. Tais tecnologias vão sendo organizadas e conformadas pelos diversos encontros, conflitos e negociações entre o poder público local, empresários, movimentos sociais engajados e moradores atingidos. Não podemos conceber ditas tecnologias como instrumentos neutros da política pública, já que se trata de domínios pragmáticos onde estão presentes e se enfrentam discursos e concepções sobre cidade, pobreza, moralidades e diferenças. A etnografia das tecnologias de governo, como propõe Aihwa Ong (2003), inclui também as formas de apropriação e resistência dos sujeitos aos quais elas estão destinadas. Logo, interessa visualizar as estratégias de enfrentamento e deslocamento das tecnologias e dos enquadramentos por parte das pessoas e famílias postas no lugar de “impactados” pela obra e pelo desenvolvimento urbano. Para Ong e Collier (2005), nas tecnologias de governo estão em jogo problemas antropológicos em dois sentidos: como objeto de interesse para a disciplina e porque elas ensejam questões éticas sobre “como se deve viver”. Dessa forma, os diversos mecanismos mobilizados ou construídos durante o processo de remoção podem ser vistos como *tecnologias* – ou seja, formas mais apropriadas para chegar a determinados fins ou objetivos, sejam eles tecnocientíficos, organizacionais ou administrativos (ONG, COLLIER; 2005). Seguindo uma indicação contida em *Global Assemblages* (ONG; COLLIER, 2005), a intenção é fazer uma análise crítica das técnicas e dos mecanismos tecnológicos através dos quais se busca racionalizar as práticas de governo do Estado moderno. Por exemplo, os formulários do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) preenchidos pelos moradores ou os arranjos de organização do Escritório Nova Tronco podem ser compreendidos como formas de racionalização do governo dos problemas que vão surgindo durante a remoção.

Como coloca Ong (2003), as tecnologias não prescindem das pessoas a que se destinam e a tentativa de incluir a vida nos cálculos políticos implica resistência e reação. Onde há poder há resistência e esta nunca se encontra em uma relação de exterioridade com o poder, ou seja, sempre se constrói nas relações de poder e em referência a seus objetivos e estratégias historicamente determinados. Neste sentido, se “não há poder que se exerça sem uma série de

miras e objetivos” (FOUCAULT, 1999b, p. 90), por outro lado, a resistência obriga sempre uma negociação e uma transformação destes objetivos. Assim, o que me interessa aqui é buscar o esquema de modificações [nas tecnologias e nos seus objetivos] que as correlações de força provocam através de seu próprio jogo, posto que as relações de poder não são formas dadas de repartição, mas “matrizes de transformações” (FOUCAULT, 1999b, p. 94). Observando e acompanhando não apenas a gestão do processo de deslocamento por parte do poder público, mas também a forma como os moradores ingeriram nesse processo – conquistando garantias e modificando alguns dos objetivos iniciais – é possível pensar em redes e fluxos contínuos de transformações das relações de poder e das tecnologias de governo.

Por outro lado, a resistência e a modificação de determinados pontos das tecnologias empregadas, também ajudam a compor a remoção enquanto tal. A ideia de que tecnologias são agenciamentos que ligam seres humanos a objetos, práticas, saberes, multiplicidades e forças, atribuindo-lhes capacidades e demandas específicas, pode ser usada para analisar o processo de remoção em questão. Para Nikolas Rose (2011), essas “tecnologias humanas” são “agregados híbridos de saberes, instrumentos, pessoas, sistemas de julgamento, construções e espaços, sustentados no nível programático por certos pressupostos e objetivos concernentes aos seres humanos” (ROSE, 2011, p. 45). Essa forma de definir o conjunto de técnicas e saberes mobilizados para a remoção ajuda a complementar a ideia de “tecnologias de governo” de Foucault, já que detalha e torna mais pontual a análise.

Proponho analisar as etapas incluídas neste processo de remoção das famílias como tecnologias que implicam as pessoas e os lugares em determinados tipos de organização e gestão dos processos sociais, econômicos e políticos. Para ser precisa, o termo tecnologia alude, em minha análise, a “qualquer conjunto [de saberes, instrumentos, pessoas, de sistemas de julgamento, construções e espaços, ...] estruturado por uma racionalidade prática governada por uma meta mais ou menos consciente” (ROSE, 2011, p. 45). Por exemplo, o levantamento socioeconômico realizado entre os moradores teve como objetivo elaborar o Plano Habitacional para reassentamento das famílias. Neste caso, ser identificado, reconhecido e fornecer dados, através dos formulários, sobre sua moradia, família, renda, condições de saúde, etc., implicava o sujeito no planejamento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre sobre o seu reassentamento. As mobilizações coletivas realizadas a partir do CPC, nesse sentido, também são efetivadas mediante a construção e o acionamento de terminadas tecnologias (reuniões, assembleias, caminhadas, formas de organização, coleta e produção de dados, etc.) e o agenciamento de determinados saberes, pessoas, redes de contatos, discursos, emoções, etc. Por outro lado, seu

trabalho de questionamento e a incidência que tais mobilizações coletivas tiveram sobre a remoção contribuíram na composição/reelaboração das próprias "tecnologias de remoção".

O Comitê como espaço de contestação também compõe a remoção enquanto “assemblage”. Patriota de Moura (2010) utiliza a noção de “assemblage” para pensar os condomínios horizontais em Brasília. O termo, traduzido como composição ou composto, permite visualizar a formação, em ato, de uma estrutura de elementos heterogêneos. Segundo a autora, as composições que se materializam como condomínios horizontais, seu objeto de estudo, podem ser apreendidas como “totalidades especiais”, pois são “combinações em constante processo de estabelecimento” (PATRIOTA DE MOURA, 2010, p. 64). Gostaria de enfatizar estas duas características da remoção que a aproximam da noção de composição ou *assemblage*. O caráter heterogêneo dos elementos mobilizados e que estão em relação – discursos, saberes, desejos, cálculos, instrumentos técnicos, leis, medidas administrativas, proposições morais, rumores, medos, forças não oficiais de expulsão, etc. – e a atividade de constante (re)combinação entre estes e novos elementos. A remoção é, portanto, um arranjo (conflituoso) de diferentes desejos, discursos, tecnologias, saberes, contestações. Em *Global Assemblages*, estas composições estão definidas como domínios nos quais formas e valores da existência individual e coletiva são problematizadas ou estão em jogo (COLLIER; ONG, 2005) – no sentido de que são objetos de reflexão e de intervenção tecnológica, política e ética.

1.4 Cotidiano em suspenso: urgência, prazos e indefinição

Os elementos já levantados – a pobreza visível, a irregularidade e a previsão da obra nos planos urbanísticos – convertem a região em potencial alvo de remoção. Além disso, a necessidade de realizar a obra para os jogos da Copa do Mundo significou uma justificativa oportuna para desatar a duplicação da Avenida de forma rápida e repentina. Este fato justificou a urgência dos prazos nos primeiros momentos da remoção: “a notícia chegou como uma bomba”, conta um dos moradores. Leandro, do Comitê Popular da Copa, lembra que, até o dia em que a notícia chegou de fato, havia pouca certeza de que a obra um dia sairia do papel – inclusive, até o momento em que as máquinas foram colocadas no início da Av. Moab Caldas em maio de 2012, havia moradores incrédulos. A Prefeitura comunicou aos moradores a realização da obra e a iminência da remoção no início de 2011, sem mostrar concretamente quais seriam as alternativas de reassentamento naquele momento. Noeli, uma das moradoras

atingidas, narra a sensação de que sua vida estava sofrendo um deslocamento impactante: “É tipo assim estão te arrancando... pior que é, mexe com a tua estrutura, mexe com a tua vida, sabe? É uma coisa assim que no início eu me assustava muito...”. Essa ruptura brusca da vida cotidiana e das suas garantias pode ser aproximada à noção de evento crítico, de Veena Das (1995) – uma quebra no fluxo da vida cotidiana à qual os conceitos e modos de ação correntes não conseguem significar imediatamente. Para lidar com o evento crítico e recompô-lo na vida cotidiana, será preciso criar novos modelos interpretativos e reorganizar as ações. Muitos eram os relatos de que os moradores andavam “desnorteados, sem saber o que fazer” em relação à situação.



Figura 6. Máquinas da obra viária operando e as casas ao fundo. Fotografia: Omar Freitas (Agência RBS), 2012

No entanto, após o susto inicial por conta da notícia de ter de desocupar as casas, a situação de remoção perdura e instaura uma indeterminação que se estende ao longo de vários meses. Aqui podemos analisar este tempo – tensionado entre permanecer e mudar-se, entre a espera e a urgência, entre a possibilidade de adquirir uma nova casa e o despojo da casa atual – como um “momento suspensivo” (AGAMBEN, 2010, p. 35). A remoção instaura entre os moradores atingidos uma situação de suspensão do cotidiano, sendo que este pode ser pensado como construído na relação com os vizinhos, amigos e família que moram próximos, na posse de uma casa com determinadas características, no modo de vida levado no lugar onde se vive.

A ansiedade em torno do que virá é contraposta aos laços já estabelecidos com os vizinhos – “aqui todos conhecem a família Almeida”, diz Noeli, os “traficantes respeitam”, “posso deixar a porta aberta, pois todos se conhecem. E lá para onde vou, como será?”, pergunta-se.

De uma situação relativamente estável, no sentido de organização dos modos de vida em um lugar, os moradores transitam, com a chegada da remoção, a uma situação de indeterminação das posses, pois as garantias em torno da casa estão suspensas, e do cotidiano, já que a iminência da mudança para outra residência está sempre presente. Com a persistência da remoção no tempo e a demora dos trâmites para encaminhar o reassentamento, os moradores atingidos permanecem numa espécie de “limbo”, enquanto não conseguem encaminhar seu reassentamento e sua saída. Não pertencem mais àquele lugar, mas tampouco estão reassentados numa casa e num bairro novos. Quando a remoção é decretada, as bases para a sustentação do cotidiano e, em alguma medida, do status dos moradores – a posse de uma casa e o “ser do Cristal” (morar na região), por exemplo – são suspensas.

Ao mesmo tempo, suspendem-se as certezas sobre para onde se irá e em quais condições; não há garantias visíveis para imaginar que tipo de futuro será possível, enquanto não conseguem tramitar sua saída. Destituídos de suas casas atuais e da possibilidade de permanecer na região onde vivem, os sujeitos são nivelados pelas tecnologias de remoção e tornam-se indivíduos forçadamente iguais ligados pela condição de “atingidos” pela obra. As formas de reassentamento oferecidas pela Prefeitura se baseiam no princípio de que todos têm as mesmas condições de moradia (irregular e precária), ainda que, como vimos, existam diferenças importantes. O mesmo leque de alternativas é imposto a todos aqueles que não possuem título de propriedade de seus imóveis, numa tentativa de homogeneização e uniformização entre sujeitos com diferentes trajetórias, com distintos projetos de futuro e com variados investimentos na construção da moradia.

A suspensão do cotidiano é um efeito de poder, imposto pelo decreto da obra e pelos mecanismos da remoção. Este efeito nunca é completo, já que os moradores tentam, através de diferentes ações – tais como: pressionar os funcionários do Escritório Nova Tronco, vincular-se ao Comitê Popular da Copa, exigir o direito de permanecer na região, etc –, interromper tal suspensão e retomar a construção de um cotidiano. A pretensão homogeneizante também não se efetiva completamente já que a heterogeneidade de condições e modos de vida e as distinções entre os moradores emergem constantemente nas reivindicações por outras condições de reassentamento, melhores indenizações, garantias, etc.

O efeito da espera, preenchida pela iminência do despejo e a falta de certezas em relação à futura moradia, e da suspensão do cotidiano na vida dos sujeitos impactados pela remoção, não é o de um momento transicional entre estados, já que não há garantias sobre a casa atual ou futura. Ele é um tempo tensivo e suspensivo, que oscila entre permanecer e/ou deixar a casa, de acordo com as possibilidades oferecidas pela Prefeitura, os desejos dos moradores e as estratégias possíveis. Não se trata de um tempo ritual, mas uma condição a que estas vidas estão expostas, em função das ações do Estado. Assim, expô-las à suspensão, não só do cotidiano mas, também, das garantias sobre suas posses, e à espera indeterminada denota uma forma de atuação do Estado e do poder na relação com estes grupos.

Se as características dos sujeitos se tornam ambíguas (possuem e não possuem a casa; moram e não moram no lugar), e as temporalidades da remoção entram em tensão (a espera indefinida pelos trâmites e a urgência da saída), poderíamos avaliar a situação nos termos de Giorgio Agamben (2010) como um momento suspensivo em que há uma “zona de indiferença entre dois termos opostos” (passado e futuro; espera e urgência; imobilidade e movimento) que não é nem um nem outro. “A oposição que esta [zona] implica não é dicotômica e substancial, mas sim bipolar e tensiva: os dois termos não são nem suprimidos nem constituídos em unidade, mas se mantêm em uma coexistência imóvel e carregada de tensões” (AGAMBEN, 2010, p. 31). O desejo dos moradores de permanecer ou de deixar a casa, e a oscilação entre eles, também carrega de intensidade este momento.

Dois exemplos podem ser aventados para perceber este momento suspensivo em que os moradores se encontram. Mãe Maria, uma das sacerdotisas de casas de religião afro-brasileira atingidas pela obra, dizia estar num “limbo”. A Prefeitura havia oferecido a ela um terreno numa avenida próxima, mas durante meses a troca não se efetivou. Ela mostrava-se muito preocupada porque tinha marcado uma festa prevista no calendário religioso, mas não podia começar a organizá-la por não saber a data da mudança. Isso a angustiava, não sabia que destino teria o templo sobre o qual tinha “imensas responsabilidades”, conforme mencionou. Outra situação bastante comum era a de “empacotar os pertences” esperando o dia da mudança, que nunca chegava. Noeli guardou todos os talheres da casa, separando apenas aqueles necessários para a família – marido, filho e ela – já que não esperava mais visitas. Porém, seus sobrinhos chegaram para jantar no meio desta situação:

Esses dias chegaram dois sobrinhos meus e não tinha talheres porque tá tudo encaixotado! E agora como é que eu vou achar os talheres! Não coloquei etiqueta nas caixas, não sei nem onde tá. Disseram que levava dois meses, que

em dois meses eu ia estar me mudando, mas não. Pô, faz dez meses quase já! Eles enrolam muito³⁷.

Noeli gostaria também de comprar os móveis e começar a arrumar sua casa nova, mas não podia fazer nada, pois sua “vida estava parada”, como definiu. As pessoas ficam num limbo: nem lá (na nova casa), nem cá (na casa atual). A possibilidade de voltar a estruturar uma rotina mais ou menos constante fica suspensa enquanto a remoção perdura. A remoção, ao mesmo tempo em que despoja os moradores de sua casa e de seu lugar, suspendendo a possibilidade de fazer melhorias na moradia atual, oferece novas fontes de desejo – a casa nova. Enquanto isso não se efetiva, no entanto, prossegue o momento de indefinição. Podemos imaginar o quanto a permanência desta situação auxilia na concretização da própria remoção. A suspensão da rotina era acompanhada da sensação concreta de que a remoção poderia acontecer a qualquer momento.

O manejo dos prazos da obra – em relação à Copa – mostra os dois ritmos que perpassam a remoção: a urgência inicial e a pressão para sair num primeiro momento; e a espera na situação de “limbo” quando a obra é retirada da Matriz de Responsabilidades e adquire um ritmo mais lento. Estes ritmos podem ser sentidos ao longo do tempo, mas também são experimentados concomitantemente pelos moradores. Sobre o “limbo” da espera pairava a iminência da remoção. Embora suspensas as certezas em relação ao reassentamento para quem permanecia, a remoção ia se materializando num entorno convertido em ruínas. Os materiais para a obra foram, aos poucos, sendo posicionados sobre a via pública, assim como as máquinas de trabalho. A topografia da avenida mudou, espaços como o campo de futebol e o largo onde se realizava a feira de hortifrutigranjeiros desapareceram, alguns vizinhos começaram a deixar suas casas, dando passagem à demolição. Os entulhos se acumulavam. Todos estes eram indícios claros de que a remoção já estava em curso.

³⁷ Enrolar: utilizar desculpa(s) ou subterfúgio(s) com o propósito de adiar o desenvolvimento ou a resolução de alguma coisa.



Figura 7. Detalhe de uma casa demolida. Fotografia: Bernardo Jardim Ribeiro, 2013



Figura 8. Carcaças de casas demolidas e entulhos. Fotografia: Bernardo Jardim Ribeiro, 2014

A prática de demolição das casas já desocupadas, a precarização decorrente disto e a saída dos vizinhos ia materializando a remoção no cotidiano daqueles que permaneciam.

Diversas imagens de devastação são utilizadas para expressar a consolidação da remoção e a sensação crescente de “pressão”, de estar sendo expulso do lugar: “Enquanto isso, estamos em uma situação de total pressão: se derruba uma casa e ela cai em cima da vizinha. Parece um cenário de guerra, semana passada eu até me machuquei nos entulhos. O esgoto em algumas partes está estourado, tem ratos, as crianças estão brincando no meio dos escombros”, diz Bruna; “A vila virou um lixão, com entulhos, vem ratos. As pessoas jogam lixo nos terrenos vazios”; “Aqui na região aumentou o número de ratos de forma impressionante, já tem até casos de leptospirose entre os alunos da escola. Já estamos sentido forte a evasão também, do pessoal que foi embora ou que está indo”, diz um professor de uma escola da região Cruzeiro; “Agora com as casas derrubadas, está horrível. Tem cada dia mais quebradeira na vila, essa gurizada não respeita mais, jogam pedra, fazem baderna. Tá ficando ruim a vida aqui”, diz Dona Cleuza; “Pior é os ratos, por causa dos entulhos. Os esgotos estourados no terreno do lado, caixa de gordura estourada. Limpamos um pouco, mas e o cheiro? Faz até mal pras crianças. Pra mim já deu...”, diz Cristiane; “Aqui vai ficar um buraco, as pessoas em volta vão embora, não podemos ficar. Vamos ficar isoladas aqui? Se torna perigoso até pra nós, os drogados entram, fazem cabanas nos terrenos vazios”. As casas isoladas em meio aos escombros tornavam a paisagem uma “boca desdentada”, de acordo com a imagem formulada por Dona Cleuza. A destruição das casas vizinhas é um signo poderoso desse estágio em que já não há como seguir no local, pois “todos estão indo embora”. “Tá todo mundo saindo, todo mundo. Vamos ficar sozinhas, está ficando até perigoso... ontem mesmo ali na frente do mercado saiu uma borracharia, que foi indenizada, está um buraco gigante, botaram abaixo tudo. Tinha uma senhora que a gente falava também, que andava indignada... foi embora também”, diz Cristiane. “E eu fui ficar tipo índio aqui, as casas tudo destruída em volta e eu no meio sozinha. A água, já deixaram sem água por conta da demolição das casas mais pra lá. Temos que trazer com mangueira pra cá. A vizinha está sem água aqui. E rato! Rato, rato, rato, rato, é tanto rato que dá vontade de juntar e sair vendendo. Uma vez eles compravam”, diz Noeli.



Figura 9. Criança observa os escombros e a água jorrando do encanamento. Fotografia: Ramiro Furquim, 2013

Esta “pressão” para sair parece ser de natureza difusa, se tentamos identificá-la com atos pontuais vindos de algum lugar, pois diretamente a Prefeitura realiza apenas algumas ações (como a demolição das construções). O demais, sentido como pressão, pode não ter sua origem clara nas ações da Prefeitura: são consequências decorrentes de suas ações diretas, algumas vezes em conjunção com outros elementos já atuantes (como o tráfico de drogas), ações paralelas de outros agentes ou tem origem em rumores e medos compartilhados entre os moradores.

1.5 Rumores, pressão difusa e medos

A falta de informações claras e o clima de insegurança trazido pela suspensão do cotidiano criou um espaço para a difusão de rumores em torno do que iria acontecer. Com certa frequência, chegavam às reuniões do Comitê Popular da Copa notícias de que havia um prazo estipulado para desocupar as casas, de que o DEMHAB não estaria pagando as indenizações prometidas, de que os recursos para o reassentamento estavam acabando ou de que os apartamentos não seriam construídos – geralmente anunciadas com a introdução “ouvi falar que”, “me disseram que”, etc. Estes rumores causavam pavor entre os moradores. Por exemplo,

em uma das visitas institucionais³⁸ realizadas à Av. Tronco, um grupo de mulheres indignadas se aproxima dos membros do Comitê Popular da Copa: contam que ouviram rumores de que o desalojamento aconteceria até o final de 2012. Com medo do prazo dado, relatam que receberam ameaças e visitas de pessoas – figuras conhecidas na região –, que foram às suas casas avisar que elas teriam que sair prontamente. “Minha mãe está cada vez mais passando mal, podemos ser retiradas a qualquer hora”, conta uma das mulheres. Diante das caras apavoradas, os inspetores perguntam se houve algum comunicado oficial da Prefeitura sobre prazos, ao que os integrantes do Comitê respondem negativamente. No entanto, mesmo não sendo informações oficiais, estes rumores agem no sentido de “pressionar” a saída dos moradores. Era no movimento de passar de boca em boca que os rumores iam adquirindo densidade, concretude e dramaticidade. Wilson Trajano Filho argumentou que os rumores têm uma “estrutura de transmissão aberta, dramática e dialógica” (TRAJANO FILHO, 2000, p. 18), são transmitidos por meio de interações face-a-face e ganham energia “através de uma série de diálogos nos quais os atores sociais criam e recriam o sentido das mensagens que veiculam” (TRAJANO FILHO, 2000, p. 8). A cada vez que o rumor é repassado, o enredo ou informação é representado e, “em cada diálogo dramatizado, novos sentidos são negociados, diferentes conteúdos são agregados à trama, interpretações prévias são descartadas e novos fatos acrescentados” (TRAJANO FILHO, 2000, p. 9). Por outro lado, muitas informações oficiais começavam a ser propagadas inicialmente como rumores, sendo necessário “ir até o Escritório Nova Tronco” constantemente para verificar a veracidade das mesmas – por exemplo, o encerramento da modalidade Bônus Moradia³⁹ que, por muito tempo, pairou como uma suspeita: alguns diziam que havia terminado, outros que não. Somente visitando o Escritório fora possível determinar que ele havia sido encerrado, de fato.

Estes rumores, passados de boca em boca, tinham origens difíceis de identificar. Muitos eram os agentes, além dos próprios moradores, que fomentavam a circulação de rumores, nem sempre de forma proposital. Também havia informações desencontradas que os próprios gestores e funcionários municipais propagavam – “O processo está invertido: a avenida está chegando e nenhuma moradia está em construção. Na reunião com o DEMHAB, o Botelho (secretário-adjunto do órgão) disse que o atraso [da construção das novas moradias] é em função da Caixa Federal; o [secretário municipal] Busatto disse que o problema são as

³⁸ Estas visitas que buscavam fiscalizar possíveis violações de Direitos Humanos na execução das obras associadas à Copa do Mundo são abordadas no Capítulo 3.

³⁹ Bônus Moradia é uma das modalidades de reassentamento oferecidas aos moradores atingidos pela remoção. Será melhor detalhada no Capítulo 2.

empreiteiras. Cada um diz uma coisa, então não sabemos realmente” – diz Bruna, numa sessão da Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação (CUTHAB) na Câmara Municipal. Nesta mesma sessão, outra moradora mencionou o que seriam alertas proferidos pelos próprios funcionários do Escritório Nova Tronco: “Eu disse que não aceitaria [o Bônus], mas um funcionário do DEMHAB disse que se a gente não saísse, passaríamos por um grande constrangimento”.

Outros agentes propagadores de “informações não oficiais” sobre a remoção eram as lideranças comunitárias que apoiavam a intervenção e ficavam “buzinando nos ouvidos” dos moradores, “pressionando para abrir processo no Escritório”, segundo o relato de um morador. A Prefeitura e o DEMHAB, embora tivessem relações com essas lideranças, tentavam desvincular-se de algumas de suas ações, classificadas como sem ligação com o programa de reassentamento. Adriana, estudante e moradora atingida pela obra relata o seguinte na reunião realizada na Câmara Municipal: “Eu não estava no período do cadastramento⁴⁰ porque estudo e trabalho, nem minha mãe estava. Eu fui buscar meu direito [ao reassentamento] e o Michael [liderança comunitária] disse que eu não tendo um marido, ficaria difícil. Que eu deveria achar um marido se quisesse ganhar uma casa”. Logo após, no meio de um pequeno bate-boca exaltado, alguém acusa a liderança de trabalhar para a Prefeitura. O diretor do DEMHAB retruca, desconversando: “Tem que procurar o governo, o Escritório. Não o Michael. Só me responsabilizo pelos meus funcionários”. Esta “falta de assinatura” e o caráter plural da sua enunciação – muitos falando sobre o mesmo fato ou repetindo o mesmo rumor – tornavam difícil verificar a veracidade da informação ou responsabilizar alguém por elas. Além disso, estar “na boca de todos” ia reforçando o poder do rumor.

Importante observar que os rumores, no seu conjunto, eram recorrentes quanto a dois pontos: o risco de “ficar sem nada”⁴¹ e a iminência do despejo, que poderia acontecer a qualquer momento. De certa maneira, orbitavam em torno do imperativo da remoção – “é preciso sair” – e se referiam a uma potência sempre à espreita – “ficar sem nada”, caso não encaminhassem seu reassentamento, era um risco concreto, afinal. Independente das probabilidades de realmente “ficar sem nada”, rumores como estes são atos performativos de fala: quando proferidos realizam algo (TRAJANO FILHO, 2000, p. 7). Ou seja, tornam atuante

⁴⁰ O cadastramento foi o processo de levantamento e registro dos moradores atingidos pela obra e que teriam direito ao reassentamento, feito em 2011. Será melhor detalhado no Capítulo 2.

⁴¹ A expressão “[podemos] ficar sem nada”, usada por alguns moradores e que circulava na forma de rumores, era uma maneira de resumir o risco de perder a casa atual sem que a Prefeitura os indenizasse ou oferecesse outra alternativa de moradia.

aquela possibilidade, fazem as pessoas agirem, escolherem, tomarem atitudes em função desta possibilidade. Além disso, a violência de um despejo não necessita se efetivar para ser sentida por aqueles que compartilham tal medo. Veena Das (1999) nota que há afetos produzidos no registro do virtual e do potencial, um medo da violência, por exemplo, que é real mas que não necessariamente é atualizada em eventos. “Potencialidade” não significa algo que está esperando aparecer, mas sim algo que já está presente no contexto de alguma forma (DAS, 1999), mas ainda não foi atualizado em eventos concretos. Estes riscos potenciais eram, inclusive, mobilizados nos alertas difundidos nas atividades do Comitê Popular da Copa: era preciso “se preparar” para o momento em que “a Prefeitura fosse pra cima das casas”, realizar os despejos – já que havia escassas informações sobre os planos para a remoção e os exemplos tomados de outras remoções ocorridas na região ou em Porto Alegre eram pouco alentadores no que dizia respeito ao cumprimento dos acordos pactuados pela Prefeitura. A falta de garantias era frequentemente lembrada e vista pelo Comitê como um mote disparador para a ação, o que reforçava a circulação de tais rumores: “Se acabou o Bônus Moradia, pode acabar o Aluguel Social⁴²... eles querem pressionar, depois de um momento ‘quem pegar, pegou’. A construção do Minha Casa Minha Vida não tem nem calendário! Temos que nos organizar para garantir os apartamentos”, diz Bruna, em uma reunião na Vila Tronco. Em uma reunião em maio de 2013, um dos membros do Comitê – militante do Partido Comunista do Brasil e assessor parlamentar de um vereador – mencionou o caso do homem que mobilizou um grande número de policiais, naquela semana, por negar-se a deixar sua casa e sua lavagem de carros na Av. Padre Cacique, perto do estádio que receberia em junho de 2014 os jogos da Copa do Mundo. Este interlocutor interpretou o teatro midiático envolvendo a polícia como uma espécie de “recado” dos poderes públicos para aqueles que pretendem ou estão tentando resistir às remoções – “vão fazer o mesmo aqui”, concluiu. Para Trajano (1993), “os rumores são carregados de significação porque lançam mão de símbolos poderosíssimos, motivados historicamente e altamente condensados para articular suas mensagens e para dar a pensar” (TRAJANO FILHO, 1993, p. 12) . Além disso, sua importância e peso é produto de uma complexa combinação de elementos que inclui a posição social dos atores que os disseminam, a relevância conjuntural das mensagens e a relação entre temas e valores. Os rumores em torno da remoção continham uma profunda desconfiança em relação às palavras e atitudes do poder público, significando que os representantes da Prefeitura poderiam desconsiderar a qualquer momento os moradores:

⁴² O Aluguel Social é uma das modalidades de reassentamento oferecidas aos moradores atingidos pela remoção. O cadastramento, o Aluguel Social e o Bônus Moradia são o que chamo de “tecnologias de remoção” e serão descritos em maior detalhe no Capítulo 2.

despejando-os, deixando-os sem alternativas de moradia ou indenização. A ação do poder público (ou mesmo de outros atores não ligados “oficialmente” ao Estado mas que poderiam trabalhar para efetivar a remoção) inspirava perigo, risco de ser violentado ou despojado de suas posses.

Os rumores, que reforçavam o receio de “ficar sem nada” e as imagens da devastação e de isolamento que materializavam a remoção traziam a sensação de “pressão”. Além disso, uma violência difusa, composta de várias forças, se somava a esta sensação de pressão. Concretamente, ela parecia atingir alguns sujeitos especialmente envolvidos com a contestação da obra e que criticavam a remoção. Mas potencialmente e, na forma de ameaças menos palpáveis, ela atingia a todos como uma possibilidade. A precarização do entorno – narrada através das imagens da devastação – reforça e mescla-se com a sensação de violência já presente no cotidiano pré-remoção.

Para Bruna, moradora atingida e membro do Comitê, essas imagens de violência e pressão mobilizadas pelos seus companheiros de militância, além de terem variadas origens, são ameaças concretas à vida das pessoas e aumentam a tensão e o medo em torno do futuro, minando mais ainda qualquer possibilidade de decidir tranquilamente sobre o que fazer frente à remoção. “A vida não tá fácil”, diz, e menciona a morte de dois jovens naquela semana. Após esta mesma reunião, realizada em maio de 2013, Bruna e eu tomamos juntas o ônibus. Durante a viagem, ela me falou sobre como percebia a si mesma diante da conjuntura vivenciada no bairro:

“tenho 25 anos e sinto como se vivesse na corda bamba, a vida das pessoas é frágil. Vacilou, perdeu, eles te matam. De vinte amigos de infância sobraram dois, os outros morreram todos. Eu tenho uma filha, vou lutar para dar uma boa vida pra ela, um bom futuro, tenho que protegê-la, não posso vacilar. Meus irmãos me dizem para eu me ligar [ficar atenta], com a questão da militância. Dizem: Bruninha, toma cuidado de noite, andando por aí. Eu morro de medo de andar de noite, volto da aula tarde. Porque contestar o que a Prefeitura faz não é fácil, tem muita coisa envolvida aí. Imagina, por exemplo, uma mulher chefe de família com cinco filhos, o quê ela vai fazer? Resistir? As pessoas lá vivem uma tensão constante, imagens de violência são constantes, não é um ambiente familiar como antigamente. Tem que fazer tipo um cordão de isolamento para proteger a tua família, ficar dentro de casa, cuidar com quem anda. Acho que vai ser importante para mim sair agora, como experiência de viver em outro lugar. Eu mesma se não tivesse toda a estrutura que eu tenho não resistiria [Bruna é militante do Partido Comunista do Brasil, participou do movimento estudantil e atualmente é vice-presidente da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA)]. Eu durmo na casa da minha mãe porque na minha não consigo, tenho muito medo. Daí vamos falar de “direitos”, “luta”, parecem coisas abstratas às vezes... para as pessoas se trata das suas vidas que estão em jogo. Aquele caso

de violência policial que o Porto falou que apareceu na TV, aqui é constante, tem muitas ameaças, todos os dias. As pessoas tem uma série de problemas aqui, a remoção é só um deles”.

A violência já presente no cotidiano combinada à precarização do entorno trazida pela remoção resulta numa sensação de “pressão” para sair. A ação do poder público em função da remoção pode, inclusive, provocar, precipitar ou agravar a atualização de uma violência potencial. Este elemento termina, portanto, atuando como uma força de expulsão que permite que a remoção se efetive.

Estas são, basicamente, as condições em que as pessoas se encontram no momento de decidir o que fazer em relação à remoção: a situação de “limbo” e de suspensão das certezas; os medos em relação ao que poderia acontecer e a sensação de “pressão” para sair. Os limites do mundo como é conhecido são postos em questão por este evento crítico, e novos limites tem de ser desenhados. A remoção foi decretada por outrem – e algumas opções são dadas de antemão – mas ela exige reação. Como os moradores incorporam à própria vida essa experiência, como se apropriam dessa situação e tecem suas escolhas? Noeli, por exemplo, extrai das suas “lições de vida” e da “força” dada pelas mobilizações coletivas inspirações para lidar com os golpes sofridos, com as incertezas e as (im)possibilidades que a remoção alimenta. Depois do choque inicial, da sensação de ver o entorno sendo profundamente modificado, de perder a possibilidade de seguir nas suas casas, pode-se dizer que as pessoas começam a juntar as peças disponíveis, em meio a este mundo devastado, para recompô-lo e tecer novamente o tecido da vida. Das (2007) compara este trabalho de reinscrição no cotidiano à tarefa de reparar uma teia de aranha que foi rasgada. O evento crítico interrompe o fluxo da vida cotidiana, e rompe os limites do mundo como o conhecemos, porém vai sendo ancorado e assimilado na experiência do dia-a-dia. Trata-se de responder à pergunta: “O mundo não foi inventado por mim, mas como faço dele meu próprio mundo?” (DAS, 2007, p. 4), tradução minha). Este trabalho de recompor a vida é o objeto de interesse do Capítulo 4.

CAPÍTULO 2

TECNOLOGIAS DE REMOÇÃO

Neste Capítulo, pretendo analisar quais as tecnologias e as expertises (ROSE, 2011) mobilizadas para efetivar a remoção. Quê tecnologias, no sentido de um conjunto (de saberes, instrumentos, pessoas, sistemas de julgamento, valores, construções, espaços, etc.) “estruturado por uma racionalidade prática governada por uma meta mais ou menos consciente” (ROSE, 2011, p. 45) vão compoendo e possibilitando a remoção? Aqui, são incluídos o levantamento sócio-econômico, feito para caracterizar a população atingida pela obra e para elaborar os planos de reassentamento, realizado conjuntamente com o cadastro, que definiu aqueles que estavam residindo nas áreas atingidas no momento do recenseamento; as alternativas de moradia oferecidas para o reassentamento e o Escritório Nova Tronco, como espaço onde se encaminham os trâmites para ser removido e no qual um tipo de *expertise* sobre remoção é mobilizada. Nestes arranjos, estão envolvidos mais diretamente legislações municipais, fórmulas e cálculos, programas federais de construção habitacional, como o Minha Casa Minha Vida (PMCMV), mas também *expertises*, saberes e autoridades. Nestas tecnologias, se cristalizam, mas também são tensionadas, as categorias de interpelação (HALL, 2000) da irregularidade e da precariedade.

As tecnologias aplicadas à remoção da Av. Tronco tem um histórico de aprimoramento em outros processos ocorridos na cidade, por exemplo a remoção em função do Projeto Integrado Sócio-Ambiental (PISA)⁴³. O Comitê Popular da Copa, menciona o PISA como uma espécie de

⁴³ O Projeto Integrado Sócio-Ambiental (PISA) consiste em uma obra de saneamento na zona sul, que implicou a remoção de cerca de 1.700 famílias das margens do Arroio Cavalhada. As obras e o processo de remoção começaram em 2007, e neste contexto foi utilizado pela primeira vez o Bônus Moradia e o Aluguel Social. Constava no plano de reassentamento a construção de moradias na região atingida, mas apenas algumas

“laboratório” para a forma como são feitas as demais remoções, com a utilização dos mecanismos do Aluguel Social e do Bônus Moradia. Seguindo a ideia de que a remoção é instaurada e se constrói com relação ao contexto onde se desenvolve, quando aplicadas à Av. Tronco, as tecnologias sofrem adaptações, mudanças, são reconstruídas, adquirem novos elementos, se organizam em novos arranjos. Isto acontece com auxílio de um acúmulo de conhecimentos, manejados pelos funcionários e gestores envolvidos na remoção. Incorporadas à uma *expertise* geral, estes novos arranjos podem ser aplicados a outros contextos de remoção. Importante destacar, portanto, o quanto as tecnologias vão se recompondo e se modificando, na interação com seus destinatários.

Quanto ao Escritório, buscarei levantar quais são as características, quês saberes e quês tipos de autoridade compõem o trabalho dos funcionários neste espaço. Além disto, é um lugar importante para “a produção, a repartição, a circulação e a utilização de emoções e valores” (FASSIN, 2012, p. 12, tradução minha) sobre a remoção – principalmente quanto a promoção de valores como “ser proprietário de um imóvel” e “sair da irregularidade”, além da presença da ansiedade e do nervosismo dos moradores frente à demora nos trâmites.

2.1 Tecnologias de remoção

2.1.1 Levantamento sócio-econômico, cadastro e produção de informações

Os primeiros contatos da Prefeitura para comunicar a obra aos moradores da região se deram no começo de 2011. Uma empresa contratada pelo DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação) fez o **levantamento sócio-econômico** para estimar os custos de desapropriação para o planejamento geral da obra⁴⁴ e o **cadastro** dos moradores atingidos pela duplicação. Durante este período, as casas atingidas começaram a ser sinalizadas com números acompanhados do símbolo do DEMHAB. A cada unidade habitacional correspondia um algarismo e era feito o registro de quantos “núcleos familiares” ali residiam. A cada núcleo correspondia um número de cadastro e um processo de reassentamento. O cadastramento

centenas foram entregues. O restante dos moradores permanecem na região ou saíram através dos mecanismos do Bônus Moradia e do Aluguel Social.

⁴⁴ Segundo a empresa que realizou o levantamento socioeconômico este objetiva: “traçar um Retrato Social da comunidade registrando informações de caráter social, cultural e econômico das famílias. A caracterização visa qualificar ações propostas para futuras intervenções públicas ou privadas, bem como identificar elementos para elaboração de políticas públicas. Disponível em: www.encop.com/trabalho-social

requeria informações como número de integrantes da família, renda, doenças, entre outros itens. Segundo José Araujo, morador atingido, no cadastro perguntava-se até “a cor da cueca [roupa íntima]” e o motivo de tantas informações requeridas era para “saber onde apertar mais o sapato”, ou seja, para fazer um uso estratégico dos dados, sabendo as carências das pessoas. Em reportagem do sítio eletrônico do DEMHAB, o presidente do departamento declara que o levantamento tem o objetivo de planejar a cidade para a Copa de 2014: “As informações provenientes dessa atividade nortearão nossas obras. Poderemos preparar nossos esforços de maneira dirigida, de acordo com os dados apresentados em cada comunidade, como renda, número de casas ou pessoas a serem atendidas. Sem isso, nada poderá ser feito de consistente”⁴⁵.

O mapeamento e identificação das famílias através do cadastro teve o fim de incluí-las no projeto de reassentamento, segundo os seguintes critérios: famílias e desdobramentos familiares, identificados no momento do cadastro e moradoras da área de intervenção; famílias cadastradas que moram de aluguel ou em casa cedida. O cadastro dá direito ao morador a acessar o reassentamento. Em plenária do OPPOA no dia 2 de maio de 2012 o prefeito José Fortunatti fez um apelo aos moradores, de que firmassem um “compromisso para impedir que mais unidades habitacionais sejam construídas” além daquelas incluídas no cadastro. “Nós queremos assumir compromisso com quem está morando realmente na área”, diz. É possível, por isso, “abrir um cadastro” – fazer uma “inclusão cadastral” – e provar através de documentos (como cadastro no Posto de Saúde, contas de luz, etc.) que se residia na casa atingida no momento do recenseamento, feito em 2011.

⁴⁵ Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?p_noticia=139002 . Acesso em: 26/08/2014.



Figura 10. Marcação do número de cadastro do DEMHAB nas casas atingidas pela remoção. Fotografia Bernardo Jardim Ribeiro, 2014.

2.1.2 Minha Casa Minha Vida

Inicialmente os planos da Prefeitura eram construir novas unidades habitacionais para as famílias removidas da área através do programa federal Minha Casa Minha Vida⁴⁶ (PMCMV) em terrenos fora da região, nas chamadas Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), localizadas nas áreas periféricas da cidade. A exigência de reassentamento na mesma região da intervenção foi suspensa, em 2010, para o caso de obras para a Copa do Mundo⁴⁷. A contrapartida da Prefeitura ao Programa Federal se dá através da doação de terrenos comprados

⁴⁶ Lançado em março de 2009, o Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, pretende impulsionar a construção de moradias, principalmente para populações de baixa renda onde se concentra as maiores taxas de *déficit habitacional*, através do financiamento público de empreendimentos habitacionais. Está dividido em três faixas de renda: 0-3 salários mínimos; 3-6 salários mínimos; e 6-9 salários mínimos. A primeira fase do programa ocorreu entre 2009 e 2011 e produziu 1,3 milhões de unidades habitacionais, já a segunda fase vai de 2011 a 2014 e possui a meta de construir mais 1,7 milhões de habitações, totalizando 3 milhões de moradias. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-07/dilma-anuncia-terceira-etapa-do-minha-casa-minha-vida> Acesso em 24/10/2014

⁴⁷ Projeto de Lei nº 854 aprovado em 21 de Dezembro de 2010, que modifica a Lei 636/2010, que obrigava os reassentamentos a ocorrerem na mesma região de origem, num raio de no máximo 10 Km. Para as obras da Copa, ficou definido que esta obrigação não precisava ser cumprida.

pelo município ao FAR (Fundo de Arrendamento Residencial), do abatimento de impostos e do incentivo através de repasse de recursos⁴⁸.

Através de uma iniciativa do Comitê Popular da Copa, com residentes da região Cristal, criou-se uma Comissão de Moradores, em 2010, que levantou terrenos disponíveis para desapropriação na região da obra. Um relatório foi entregue a representantes da administração municipal em setembro de 2010, em uma assembleia de moradores. Seguem-se algumas mobilizações de rua, caminhadas, manifestações e assembleias na região, para “pressionar” o poder público municipal a adquirir as áreas. No primeiro semestre de 2011, publica-se no Diário Oficial o gravame destes terrenos como áreas de utilidade pública e dá-se início ao processo de desapropriação⁴⁹. Assim, dos dezessete terrenos indicados por esta Comissão, treze foram desapropriados pela Prefeitura. Esta iniciativa significou um giro importante na definição dos marcos da remoção, pois antecipou-se à tendência de reassentar moradores atingidos por intervenções urbanas em regiões periféricas da cidade e à lei que desobrigava o reassentamento na mesma região da intervenção, para obras relacionadas à Copa do Mundo. Assim, garantiu a desapropriação das áreas para a construção das novas moradias na região da intervenção⁵⁰.

Serão construídos nestas áreas apenas apartamentos pelo PMCMV, o que impele algumas famílias a tentar negociar o Bônus Moradia para poder comprar uma casa. Além disso, pairavam uma série de dúvidas sobre o tipo de contrato de uso, o tamanho e a arquitetura dos apartamentos, já que os moradores atingidos não participam da elaboração dos projetos habitacionais. O tamanho dos apartamentos foi informado apenas mais recentemente: trata-se dos modelos para a faixa do Programa de 0 a 3 salários mínimos, com as especificações mínimas (42 m², com sala, um dormitório para casal e um dormitório para duas pessoas,

⁴⁸ No dia 28 de junho de 2012 foi sancionada lei complementar que autoriza o Executivo a conceder contrapartidas financeiras e serviços de infraestrutura para os empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, destinados a pessoas com renda mensal até três salários mínimos nacionais. De acordo com o projeto, o município poderá complementar o valor que exceder em até o máximo de seis vezes o Custo Unitário Básico da Construção Civil (CUB) para cada unidade habitacional construída. Além disso, há a isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para projetos de engenharia e arquitetônicos. Outro incentivo é a isenção do pagamento do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis para famílias com renda até seis salários mínimos. Essas medidas são uma forma de incentivar o interesse das empresas, já que no primeiro edital lançado para a construção das casas para famílias removidas da Av. Tronco não houve nenhuma que se apresentasse para concorrer, devido às baixas taxas de lucro envolvidas no empreendimento.

⁴⁹ A desapropriação por utilidade pública está amparada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso XXIV, onde se estabelecem também os casos considerados de utilidade pública para fins de desapropriação.

⁵⁰ Este processo será retomado no Capítulo 3.

cozinha, área de serviço e banheiro)⁵¹. Segundo os funcionários do DEMHAB, a cada uma das sete vilas atingidas corresponderá um condomínio de apartamentos, sendo no total cerca de mil unidades, segundo a Prefeitura. Ficará a cargo da Coordenação Técnico-Social do Departamento cuidar dos critérios de distribuição dos moradores entre os conjuntos.

Embora a obra de duplicação da Avenida Tronco tenha começado em maio de 2012, o edital para projetos habitacionais somente foi aberto em julho daquele ano. O primeiro edital não teve nenhum concorrente e um segundo foi feito, onde houve empresas interessadas já que a Prefeitura havia concedido alguns subsídios para a construção. O descompasso entre o tempo da obra viária e o tempo da construção das moradias causa preocupação entre os moradores e aumenta a sensação de dúvida em torno de seu futuro na região e da aquisição de uma nova habitação. Nesse sentido, podemos constatar que a opção pelos apartamentos construídos através do PMCMV é aquela que demanda mais tempo de espera por parte das famílias, sendo o Bônus-Moradia e o Aluguel Social as únicas alternativas realmente oferecidas neste momento. Através do manejo do tempo, a administração municipal e o DEMHAB podem incitar ou impedir determinadas escolhas (dentro das já disponíveis) entre os moradores. No momento, não há previsão sobre quando os apartamentos ficarão prontos. A obra viária, no entanto, segue seu “cronograma”, como informou o Prefeito. Nos terrenos desapropriados pela Prefeitura foram colocadas placas sinalizando as futuras construções.

⁵¹ Especificações mínimas Minha Casa Minha Vida, com doação de terrenos do FAR, segundo Anexo I da Portaria N° 465, de 03 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/download/asp/download.asp?subCategId=670> Acesso em: 26/08/2014.



Figura 11. Placa indicando a construção dos apartamentos na Av. Moab Caldas.

Fotografia: autor desconhecido, 2013

2.1.3 Indenização

e

Bônus-Moradia

A indenização consiste no pagamento pelas benfeitorias atingidas pela obra. Para isso, o DEMHAB envia uma empresa de engenharia contratada para avaliar a casa, que tira fotos e estima o valor do imóvel, ou seja, dos materiais usados na construção (janelas, portas, tamanho das peças e da construção, etc.), sendo desconsiderado o terreno. O valor avaliado é concedido diretamente ao morador atingido. Esta opção é utilizada pelas pessoas que precisam ou preferem dispor do dinheiro diretamente – já que na modalidade do Bônus-Moradia isto não é possível – ou por aquelas que tem uma moradia de maior dimensão e/ou qualidade. Em alguns casos, a avaliação dos imóveis costuma ser de menor valor que o Bônus-Moradia, sendo mais vantajoso recorrer a esta última opção. Ao indenizar apenas as benfeitorias, o valor concedido geralmente não é suficiente para comprar uma casa de mesmo porte na região. Muitos moradores contestam o valor atribuído, considerado muitas vezes abaixo do valor investido por eles nas construções. Existe possibilidade de contestar a avaliação (com muita “pressão”), no entanto, quem novamente irá avaliar as benfeitorias é a mesma empresa e com os mesmos critérios.

O Bônus-Moradia é um valor (R\$52.340,00, no final de 2013⁵²) concedido pelo DEMHAB para que o morador adquira uma nova habitação. Segundo o site do departamento, “faz parte da política pública de moradia para famílias de baixa renda” e trata-se de um “benefício instituído pela lei nº11.229/2012, no qual a família procura um imóvel de sua preferência em qualquer local do país. O DEMHAB compra e repassa o título de propriedade ao beneficiário”⁵³. Para receber o Bônus, o morador precisa primeiro encontrar uma casa para negociar: se esta for de menor valor, a família não disporá do restante; se o preço for maior, a família precisará arcar com o valor faltante. Acordada a compra, a Prefeitura repassa o valor do Bônus diretamente para o proprietário do imóvel a ser adquirido – que precisa ser regular e com documentação em dia –, sem que os moradores atingidos pela remoção possam dispor deste dinheiro. O imóvel adquirido só poderá ser vendido após cinco anos de escrituração do mesmo. Segundo pesquisa de Betina Ahlert (2012), que analisou a distribuição dos reassentamentos do PISA através do Bônus-Moradia, a maior parte das famílias neste caso adquiriram casas em bairros periféricos de Porto Alegre, na região Metropolitana, no interior do estado ou no litoral – por conta do baixo valor do benefício. Na maior parte dos casos com que tive contato, na Avenida Tronco, os moradores não conseguem comprar, por este valor, um imóvel escriturado na região onde vivem atualmente, salvo aqueles que possuem recursos para cobrir o preço total da nova residência⁵⁴.

Segundo o estudo de Lucimar Siqueira (2013)⁵⁵, o mecanismo do Bônus Moradia como instrumento para remoção foi inspirado numa medida emergencial presente no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) denominado Indenização Assistida. Através da Indenização Assistida o morador procura o imóvel no mercado e o DEMHAB emite um título em nome do proprietário como forma de pagamento diretamente após a assinatura do contrato de transferência do imóvel (para o beneficiário). Em 23 de maio de 2008, foi aprovado o

⁵² Em dólares americanos USD 23.008,62 (com cotação a 1 dólar = 2,27 reais, dia 26/08/2014). O valor representa o custo final para a construção de uma unidade habitacional popular, considerada no Programa Minha Casa/Minha Vida, do governo federal.

⁵³ Disponível

em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_noticia=166532&DEMHAB+ENTREGA+BONUS-MORADIA+PARA+MORADORES+DA+TRONCO Acesso em: 26/08/2014.

⁵⁴ A título de referência, o preço médio do m² no bairro Santa Teresa é de cerca de 4.000 reais, com uma taxa de valorização de 18 % ao ano. No bairro Cristal, o valor do m² está em 4.600 reais, com uma taxa de valorização anual de 19%. Nestas condições, seria possível comprar apenas 13 m² com o valor do Bônus Moradia, no bairro Santa Teresa, e cerca de 11 m² no Cristal. Disponível em: http://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/cristal,porto-alegre,rs/preco_medio_m2/ Acesso em: 25/10/2014

⁵⁵ “O Bônus Moradia como instrumento de remoção não garante moradia digna nem manutenção da renda em Porto Alegre”. Texto disponível em: http://www.cdes.org.br/SITE/Textos/Boletim_CDES_N02A.pdf Acesso em: 26/08/2014.

Projeto de Lei nº 10.443 que instituiu o "Bônus Moradia para a execução do Programa Integrado Sócioambiental PISA" com a justificativa da necessidade de reassentar famílias que viviam no traçado do projeto. Depois de utilizado, pela primeira vez, na remoção para o Programa Integrado Sócio-Ambiental (PISA) e com a eminência das obras para a Copa do Mundo, o Bônus-Moradia foi ampliado, em 2009, através de lei, e tornou-se um instrumento que poderia ser utilizados para outros casos de intervenções urbanas que envolvessem remoção. Em 2011, um grupo de técnicos da Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico (SMGAE) e Secretaria Municipal Extraordinária da Copa de 2014 (SECOPA), apresentaram a última versão do projeto, modificado visando as remoções necessárias para viabilizar as obras da Copa de 2014. A Lei nº 11.229, de 6 de março de 2012 instituiu então, o Bônus Moradia, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 17.772, de 2 de maio de 2012, destinado "à indenização e ao reassentamento de famílias ocupantes de áreas de risco ou residentes em áreas que deverão ser liberadas para permitir a execução de obras de infraestrutura urbana no Município de Porto Alegre". De uma medida para atendimento de pessoas sem residência, transformou-se em instrumento para viabilizar remoções em obras de infraestrutura urbana.

De acordo com o decreto, o Bônus "constitui modalidade de ressarcimento a ser utilizada nos casos em que o Executivo adquira imóvel de particular com o fim de sua remoção em decorrência de intervenção urbana motivada por alargamento ou ampliação de via radial, preservação ambiental ou localização decretada imprópria para moradia". Siqueira (2013) identifica o controverso critério da Prefeitura para estabelecer o valor do Bônus Moradia e da indenização. A indenização cobre apenas as benfeitorias (casa e materiais), já que parte-se do princípio que o terreno já foi indenizado (se é particular) ou é do município. Já o Bônus é baseado no valor de um apartamento do Minha Casa Minha Vida, excetuando o valor do terreno onde se constroem os empreendimentos, parte importante do custo da obra para as empreiteiras. Assim, o valor do terreno ocupado pelos moradores (às vezes por mais de 20 ou 40 anos) numa região com boa localização (perto do Centro e de serviços públicos e comerciais) não é incluído em ambos pagamentos. No entanto, argumenta Siqueira (2013, p. 3), "a última ação burocrática que envolve o morador após o fechamento do Bônus Moradia ou do pagamento da indenização é justamente a assinatura da entrega da posse para a Prefeitura".

O imóvel a ser adquirido deverá estar quitado e registrado em Cartório de Registro de Imóveis. Somente após o morador encontrar o imóvel nas condições exigidas e com toda documentação necessária é que o poder público é mobilizado para realizar a avaliação do

imóvel. Estando em acordo, o pagamento acontece diretamente ao proprietário no ato da assinatura da escritura do imóvel em cartório. Após este procedimento o morador terá o prazo de 15 dias para desocupar a antiga moradia e assinar o termo de **transferência de posse**. A partir daí o município fica autorizado a efetuar a demolição da sua moradia (art. 6º parágrafo único da lei 11.229/2012).

2.1.4 Aluguel social e casas de passagem

No valor de R\$500,00⁵⁶ por mês para o caso da Av. Tronco – “quantia equivalente ao custo de um aluguel popular”, segundo o sítio eletrônico do DEMHAB – o Aluguel Social é, originalmente, um “recurso assistencial mensal destinado a atender em caráter de urgência, famílias que estão sem moradia”⁵⁷. O subsídio é concedido durante seis meses e pode ser renovado. O contrato é realizado entre o DEMHAB e o beneficiário, que recebe o valor e repassa para o locador do imóvel. Com esta quantia, segundo relatos dos moradores, também é difícil alugar imóveis na região. Já as casas de passagem são “casas provisórias construídas pelo DEMHAB, em caráter coletivo, para viabilizar obras de reassentamento que ocorrem no mesmo local da ocupação”, segundo o *site* do Departamento⁵⁸, mas não foram utilizadas na remoção da Av. Tronco até o momento.

Tanto o Aluguel Social quanto as casas de passagem não são políticas de reassentamento permanente, ou seja, devem ser usados apenas em caráter temporário. O uso das casas de passagem para abrigar moradores enquanto aguarda-se a construção de novas residências já foi mais comum, principalmente em casos nos quais o assentamento acontecia na mesma área de moradia original, tendo sido substituído aos poucos pelo mecanismo do Aluguel Social nos últimos anos. No final desta pesquisa, muitos moradores já estavam aderindo ao Aluguel Social, pois este vinha sendo anunciado como vinculado a posterior mudança para os apartamentos do MCMV. Enquanto estes não estão prontos, permanece-se no Aluguel Social.

⁵⁶ Em dólares americanos USD 219,80 (com cotação a 1 dólar = 2,27 reais, dia 26/08/2014) Segundo o Art. 6º do decreto nº 18.576/2014 que regula o Aluguel Social: “Fica a critério do Demhab, após prévia pesquisa dos preços praticados no mercado imobiliário da região, estipular o valor a ser repassado às famílias, a título de Aluguel Social.”

⁵⁷ Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=116 Consulta em: 26/08/2014.

⁵⁸ Disponível em : http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=122. Consulta em: 26/08/2014.

O decreto nº 18.576, de 25 de fevereiro de 2014⁵⁹ que regula o Aluguel Social menciona no seu artigo 3º que: “Terão direito a concessão do benefício de aluguel social, até o reassentamento definitivo com recebimento de unidade habitacional, as famílias nas seguintes situações: I) que estejam em área de risco; II) residentes em áreas públicas, com processo de regularização fundiária; ou III) que se encontram em áreas destinadas à execução de obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento municipal”.

A princípio o Aluguel Social foi pensado para ser uma política “habitacional e assistencial” para casos emergenciais – em catástrofes, enchentes, situações de risco ambiental, etc. Conforme relata uma funcionária do Escritório Nova Tronco, Clarice: “o projeto envolvia DEMHAB, FASC (Fundação para Assistência Social e Cidadania) e Defesa Civil”, onde ela trabalhava nos anos de 2006 e 2007, época em que participou da elaboração do projeto do Aluguel Social. Este foi elaborado para atender também casos individuais, não envolvendo catástrofes, como é o caso de indígenas e de pessoas sem-teto que necessitavam “atendimento de moradia”. Assim, era necessário um “laudo social” que atestasse a “necessidade e a vulnerabilidade” da pessoa ou família para que pudessem acessar o benefício. Clarice o considera um “atendimento de moradia, não uma política”. No entanto, logo depois de elaborado o projeto, o Aluguel Social começou a ser usado para viabilizar obras como o PISA (Projeto Integrado Sócio-Ambiental) e o PIEC (Projeto Integrado Entradas da Cidade)⁶⁰. Da mesma forma que o Bônus Moradia, foi um mecanismo criado para atender situações emergenciais que após transformações e adaptações vêm sendo direcionado para o uso em processos de remoção.

2.2 O Escritório Nova Tronco e a *expertise* em remoção

Como forma de atender mais diretamente os moradores atingidos pela obra, o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) instalou na região o Escritório Nova Tronco. Primeiramente localizado na Rua Mariano de Mattos e, posteriormente, transferido à

⁵⁹ Disponível em: http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/1059_ce_89251_1.pdf Acesso em: 26/08/2014.

⁶⁰ O PIEC, gerido pela Prefeitura, é um programa de “reestruturação urbana e recuperação ambiental do acesso Norte de Porto Alegre”, que conjuga obras viárias, de “valorização paisagística”, construção de unidades habitacionais e urbanização de assentamentos irregulares. Implicou a remoção e o reassentamento de cerca de 3.700 famílias. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgae/default.php?p_secao=23 Acesso em: 25/10/2014

Av. Moab Caldas, na região da Cruzeiro – no local onde funcionava o CRAS (Centro Regional de Atendimento Social) e o Conselho Tutelar. O novo local de funcionamento foi escolhido por ser temporário: o prédio também será atingido pela duplicação e os serviços dali começavam a ser transferidos para outros lugares – os trabalhos no Escritório Nova Tronco durariam o tempo que durasse a remoção das casas e famílias.

Após cadastrados e comunicados sobre sua remoção, os moradores deveriam acorrer ao Escritório para tramitar sua saída. Ali eram atendidos por funcionários do DEMHAB encarregados da remoção. Desde que comecei a pesquisa, havia apenas duas “opções” de reassentamento que poderiam ser acessadas no Escritório: **o Bônus-Moradia e o Aluguel Social** – sendo que, no final de 2013, o Bônus-Moradia foi suspenso. Além disso, ali se poderiam abrir processos referentes ao Cadastro: **inclusão de desdobramentos familiares, revisão e regularização cadastral**. O horário de atendimento era das 9h da manhã às 12h e das 14h as 17h, de segunda a sexta, sendo que quinta-feira realizava-se um “expediente interno” para organização.

A organização do espaço, a designação de tarefas diferentes para cada servidor, a posição que cada um deles ocupa no ambiente e a divisão por etapas é importante para entender a “mediação” que os funcionários buscavam realizar entre os moradores atingidos e os mecanismos, regulamentos, protocolos, etc., que dão acesso ao reassentamento e que permitem conectar os sujeitos ao funcionamento da remoção.

Além de dois estagiários, o Escritório contava com um advogado, duas assistentes sociais, uma agente comunitária, auxiliares administrativos, funcionários de limpeza, guardas de segurança, um motorista, sendo no total dezessete funcionários. Havia um responsável por cada um dos trâmites: Pedro, advogado, encarregado do Bônus-Moradia, atendia em uma repartição. Seu André, encarregado dos trâmites do Aluguel Social e Lara, responsável pelas indenizações, atendiam em outra sala, com seus respectivos computadores e materiais (planilhas, documentos, etc.). Telma, a agente comunitária, tinha um escritório seu também, compartilhado com mais um funcionário. Clarice, encarregada das revisões e regularizações cadastrais trabalhava em outra sala, auxiliada por mais um estagiário. Entre os recintos, havia também uma cozinha, ponto de encontro entre os funcionários, onde tomavam café, chá, faziam lanches e conversavam nos intervalos do trabalho. Beatriz era responsável pelo “acolhimento” e Gustavo fazia a conexão entre o atendimento na entrada e a busca dos processos guardados nas salas internas.



Figura 12. Mural com anúncios de imóveis para comprar com Bônus Moradia ou alugar. Ramiro Furquim, 2013

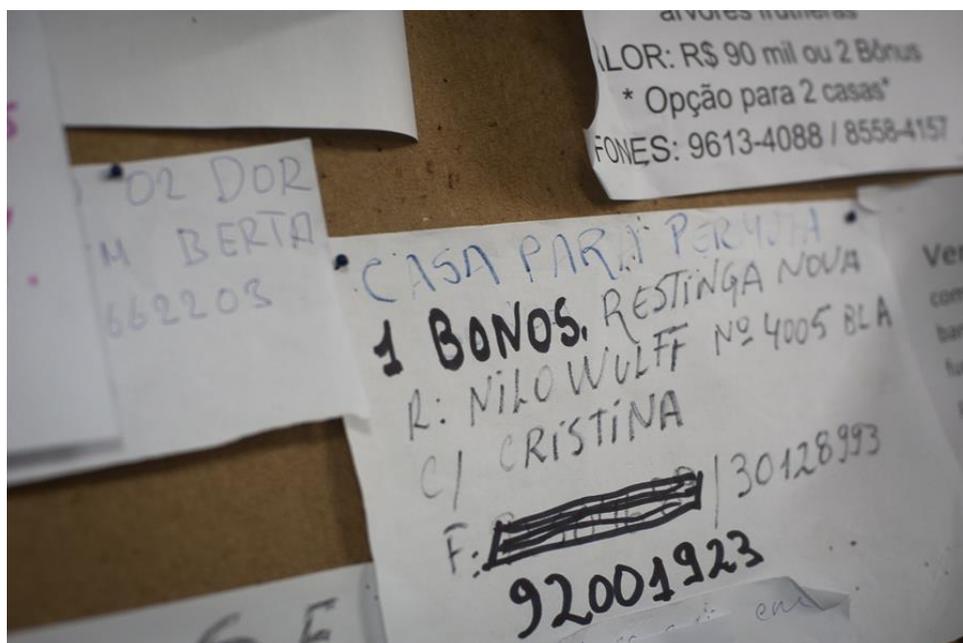
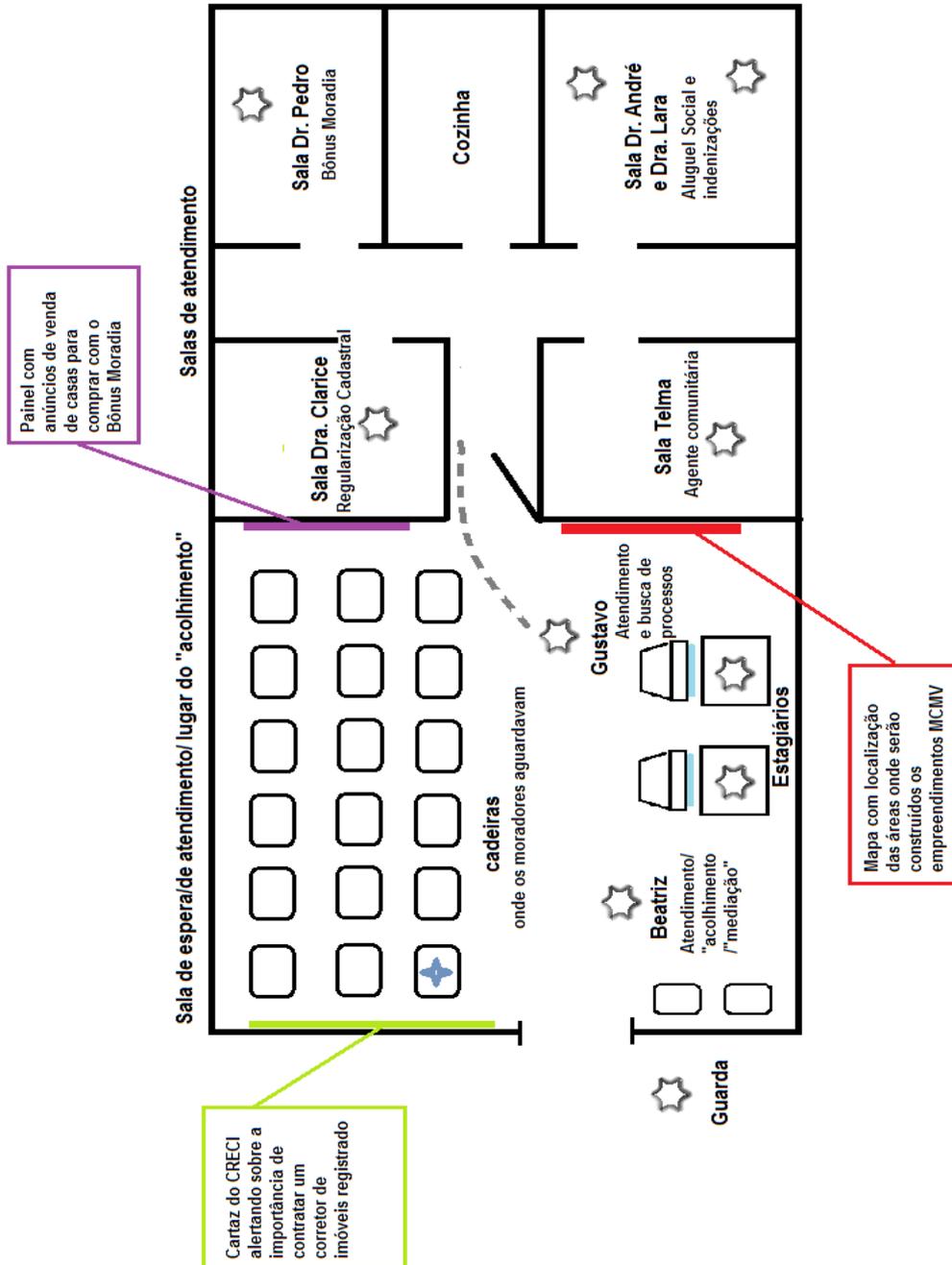


Figura 13. Anúncios de imóveis. Fotografia: Ramiro Furquim, 2013

Figura 14. Diagrama do Escritório Nova Tronco



Ao chegar no Escritório, dialoguei primeiramente com Beatriz, que recepcionava as pessoas na entrada. Ela me encaminhou para uma conversa com Clarice, responsável pelos expedientes internos do Escritório e pelas revisões cadastrais. Desde o começo todos foram muito simpáticos e receptivos à minha demanda por “conhecer como funcionava o Escritório e a remoção”. O termo “remoção” era bastante utilizado pelos funcionários, intercalado com a palavra “reassentamento”. Após conversar com Clarice e obter algumas informações iniciais, esta me comunicou que viesse mais uma vez para conhecer o Dr. Pedro – este, sendo coordenador do programa, poderia autorizar definitivamente minha presença ali, e o acompanhamento das atividades do Escritório. Acima de Dr. Pedro estava Dr. Marcos Botelho – vice-presidente do DEMHAB, que foi designado para acompanhar o processo da Avenida Tronco por conta de sua “importância para a cidade” (como declarado em uma audiência pública). Diz-se que o vice-diretor teve de assumir a coordenação do Escritório por conta dos problemas e reclamações em torno da atuação do coordenador anterior.

No Escritório Nova Tronco, os funcionários administram as etapas do processo de concessão das alternativas de reassentamento – chamados por eles de “benefícios” – aos moradores atingidos pela obra de duplicação. A ordem das etapas é a seguinte.

Em primeiro lugar, caso o morador ainda não esteja incluído no **Cadastro Sócio-econômico (realizado em 2011)**, deve solicitar uma **inclusão cadastral** na forma de um **desdobramento familiar** ou de uma **regularização cadastral**. O desdobramento familiar é usado para incluir mais um núcleo familiar como morador de uma mesma residência. Por exemplo, a filha e a neta de um casal poderá pedir um “desdobramento familiar” e incluir sua família como “núcleo familiar” independente. Núcleo familiar são indivíduos ou famílias que vivem na casa cadastrada mas que considera-se independente das outras famílias constituídas ali. A regularização cadastral é usada quando a pessoa que respondeu ao cadastro inicial tem contestada sua posse por outra pessoa – seja por haver se mudado, seja por estar apenas temporariamente na casa, etc. Neste caso, instala-se muitas vezes uma disputa para definir quem “realmente tem potestade sobre o cadastro” e tem direito ao reassentamento ou indenização. Para isso é preciso comprovar residência em 2011 (ano do primeiro cadastro) no domicílio atingido.

Em ambos os casos é necessário uma visita da agente comunitária, a fim de “investigar” se a pessoa que requisitou o “desdobramento familiar” ou a “regularização cadastral” realmente mora na casa. Antes da visita, o pedido passa pela Coordenação de Urbanismo (CUR) para que

anexe os mapas que asseguram que o imóvel objeto do pedido está em área atingida pela duplicação. Este momento é importante pois os “benefícios” concedidos devem ir apenas para aqueles “atingidos pela obra de duplicação”. É comum que cheguem ao Escritório pessoas requisitando casas ou uma “peçinha”. Certa vez, uma senhora pediu para ser atendida: “Eu ouvi na rádio que aqui estavam dando casas”, mas seu endereço não se localizava na área atingida. Casos como este são encaminhados para uma lista de espera geral, afim de acessar algum auxílio de Aluguel Social, “se for comprovado a vulnerabilidade social e a baixa renda”, me conta Beatriz. Depois de aprovado pela CUR, é feita a visita da agente comunitária que produz um relatório concluindo se a pessoa vive ou não na residência.

Depois disso, passa-se à **avaliação das benfeitorias**. Isso acontece caso o morador requirite a **indenização (no valor da avaliação)** ou o **Bônus-Moradia (52 mil reais)**.

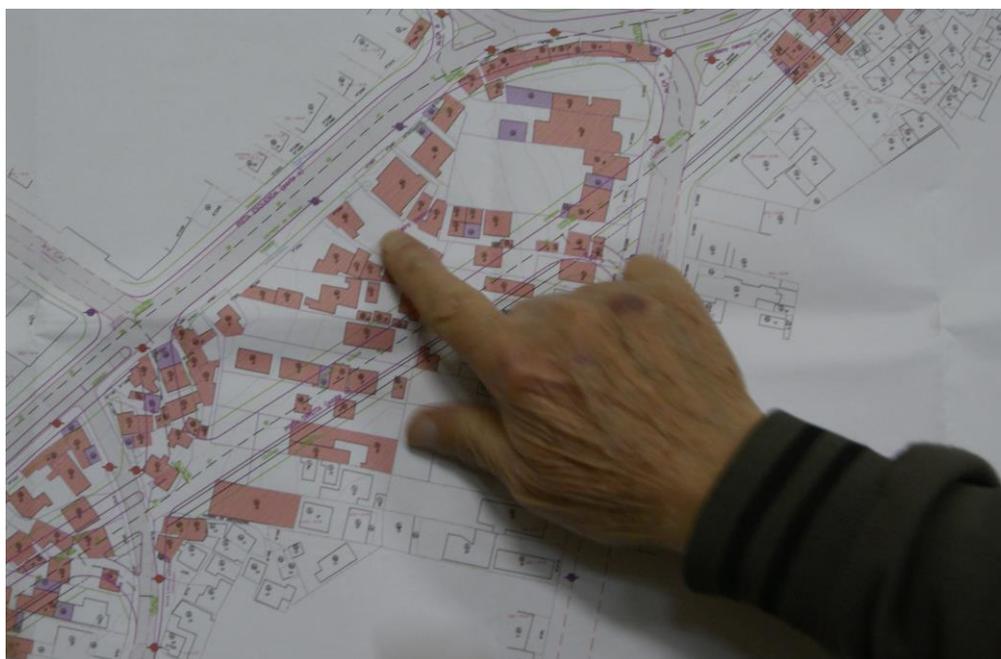
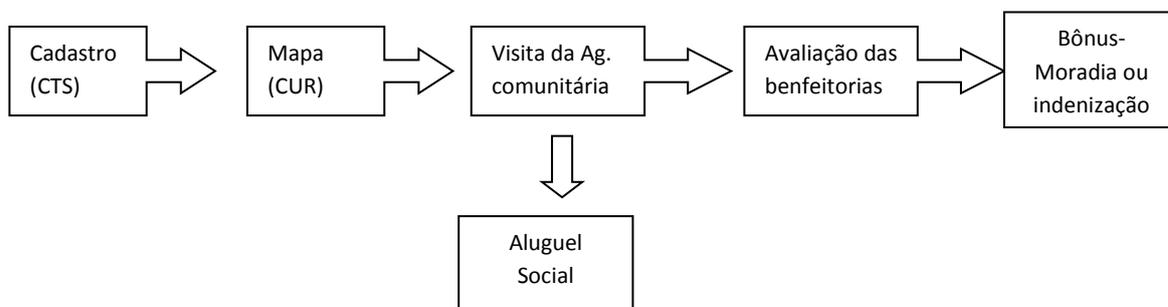


Figura 15. Morador sinaliza sua casa atingida no mapa. Fotografia: autor desconhecido

Durante o processo de instauração da remoção na Av. Tronco tais tecnologias se desenvolvem e tem a possibilidade de serem pensadas, modificadas e aprimoradas, do ponto de vista da gestão da remoção. Frente aos problemas apresentados, soluções são aventadas, algumas modalidades de intervenção surgem, outras são modificadas. Os funcionários que atendem aos moradores já possuem certo *know-how* para lidar com a situação, mas estão em processo constante de aprendizado. Está em jogo um certo tipo de saber prático, uma *expertise* construída a partir da experiência com processos de remoção ou similares. Assim, alguns problemas decorridos da intervenção podem ser mediados através dos conhecimentos dos funcionários. Nikolas Rose usa o termo *expertise* para referir-se:

A um tipo particular de *autoridade social*, caracteristicamente desenvolvida em torno de *problemas*, exercendo um certo olhar *diagnóstico*, fundada sobre uma reivindicação de *verdade*, afirmando *eficácia* técnica e reconhecendo virtudes éticas *humanas*. (...) Seu estilo característico de atividade é aquele da bricolagem: ela forma um complexo know-how, um amálgama de conhecimentos e técnicas oriundos de diferentes fontes. (ROSE, 2011, p. 123)

Tornar determinados problemas inteligíveis através da inquisição e do escrutínio é uma das capacidades desse tipo de *expertise* que resolve problemas oferecendo “tanto uma fundamentação na verdade como algumas fórmulas de eficácia” (ROSE, 2011, p. 124). As tecnologias estão sujeitas a “práticas reflexivas” (ONG; COLLIER, 2005, p. 7), levadas adiante pelos “operadores” e pelos “observadores reflexivos”. A “reflexão tecnológica” trata de pensar sobre o problema de “escolher os meios mais apropriados para alcançar determinados fins ou objetivos” (ONG; COLLIER, 2005, p. 8, tradução minha). Neste capítulo, poderemos ver um pouco dessas práticas reflexivas em torno das tecnologias de remoção. Os problemas que surgem no ambiente de trabalho do Escritório colocam questões éticas, tecnológicas e políticas aos funcionários, que vão tecendo formas mais apropriadas, do ponto de vista da gestão, de resolver as situações ligadas à remoção.

Nessa perspectiva, as instituições e a experiência prática de lidar com os problemas funcionam como fonte de um tipo de conhecimento, aquele da *expertise*. Tal como as instituições (escolas, hospitais, reformatórios, fábricas, etc.), o Escritório desempenha o papel não somente de microscópio, mas também de laboratório, sendo a um só tempo local de **observação** e de **experimentação** dos saberes produzidos (ROSE, 2011). O conhecimento, aqui, deve ser entendido como uma questão de técnica, enraizada em tentativas de organizar a experiência de acordo com certos valores. Estamos diante do que Colin Gordon chamou de “epistemologia institucional”, ou seja, uma perspectiva que coloca os saberes como emergindo

da organização prática e técnica do espaço, do tempo, dos corpos e dos olhares (GORDON, 1987, *apud* ROSE, 2011, p. 127). Assim, “a verdade assume, então, uma forma técnica: ela se torna efetiva à medida que é incorporada como uma técnica” (ROSE, 2011, p. 127). No caso do Escritório Nova Tronco, quês características compõem esta *expertise* em remoções? Quês conhecimentos, saberes, habilidades e traços são apresentados como importantes para o trabalho dos envolvidos com a remoção? Como a organização prática e técnica do trabalho vai construindo um saber e munindo os funcionários de capacidades para resolver os problemas que a remoção gera?

2.2.1 O “acolhimento” na entrada: emoções e “mediação de conflitos”

A primeira das habilidades requeridas para trabalhar com a remoção, segundo Beatriz, funcionária do Escritório que trabalha no setor de “acolhimento”, é “ter paciência” e “saber lidar com as emoções” dos moradores: nervosismo, ansiedade, raiva – “a parte mais trabalhosa é acalmar o povo, pedir paciência”, diz. “É a parte mais difícil, atender as expectativas e acalmar as preocupações deles. Eles brigam muito com a gente quando não conseguem a casa”, diz Clarice. “As pessoas ficam nervosas por causa do impacto que está dando isso aqui, porque elas tem que sair. Muitas já saíram. ‘Agora eu quero sair também’, ficam nessa ansiedade. Antes tinha resistência, agora não mais. Todo mundo quer sair, porque estão vendo que os outros já conquistaram, né. Também querem. Não que não vão ter os direitos, vão ter. Mas ficam nervosos, ansiosos pra sair agora” – reflete Beatriz, que trabalha recepcionando os moradores na “sala de espera” do Escritório.

A experiência da espera pelos trâmites, com a suspensão das possibilidades, produz uma série de sentimentos como a angústia, o nervosismo, a incerteza. Uma das situações mais recorrentes que pude observar no Escritório é o ato de esperar. Quietos ou reclamando, angustiados ou irritados, inconformados ou já acostumados, as pessoas que passam pelo lugar experimentam de alguma forma a espera. Para Auyero (2011), a dominação funciona pela rendição ao poder de outros; e é experimentada, muitas vezes, como um “tempo de espera”: “esperar com esperança, seguida (ou não) de frustração, que outros tomem as decisões e, efetivamente, render-se à autoridade de outros” (AUYERO, 2011, p. 147). Observei algumas situações em que os moradores compareciam ao Escritório, com horário de atendimento marcado, mas o funcionário que os receberia não estava presente – por questões de problemas

peçoais a resolver, por exemplo. Quando isso acontecia era preciso marcar um novo encontro, com média de espera de duas semanas. Uma das reclamações mais frequentes dos que circulavam por ali era sobre a lentidão dos procedimentos burocráticos e da liberação dos recursos. A perda de casas que estavam sendo negociadas com o Bônus Moradia era comum por conta dessa demora: os vendedores acabavam desistindo do negócio.

A ansiedade provocada pela espera e pela indefinição levava a momentos de extremo nervosismo e angústia, sentires que os moradores traziam ao Escritório. Numa das tardes que estive lá, uma senhora chegou bastante exaltada, bradando enquanto entrava pela porta: “ficaram de me ligar há um mês atrás, dizendo que o pagamento já estava saindo”. Beatriz a atende e marca um atendimento para dez dias adiante. Na saída, converso com ela, que desabafa triste e nervosa com a situação: “acham que a gente é nada, nos enrolam, enrolam, enrolam, que nem papel higiênico. Mas nós não somos papel higiênico, somos gente”. A senhora seguiu contando sua história, quando lhe digo que estou ali para pesquisar sobre a remoção, demonstrando o sofrimento que passava: “Eu fiz uma cirurgia nas mãos, tive uma inflamação por esforço repetitivo porque sempre trabalhei em limpeza e serviços gerais. Foi arriscada a cirurgia porque estou com angina no coração. Imagina! É só o que falta: morrer na cirurgia e não aproveitar a casa! Ou morrer de nervosismo porque eles nos enrolam dessa forma”. Ela explica que está há muito tempo procurando casa e, finalmente, havia encontrado em Viamão. “Não tenho tempo de ficar vindo aqui sempre, porque só assim para eles andarem com o processo. Pagar um corretor de imóveis, para vir no meu lugar, também não tenho como. Fico muito nervosa com isso. Estou há seis meses só esperando eles liberarem o dinheiro para me mudar”. Vendo o estado de nervos da mulher, sob minha observação, Beatriz e Gustavo acorrem rápido para resolver a situação dela. Revisam no computador o processo: “vai liberar logo, em um mês. O processo já está na coordenação financeira. O diretor assina o cheque e vai pro tabelionato”. A senhora não sentiu muita confiança na sentença. “Quero ver. Quero saber porque uns tem mais privilégios que outros aqui? Tem gente que não precisa esperar tanto, mas a gente que não é conhecido é assim”. E parte em direção à saída.

Outra moradora observa a cena e comenta: “É sempre assim. Tem gente que sai daqui chorando, gritando, por conta de tanta “enrolação” deles. Tem que falar grosso [agressivamente] com eles pra conseguir as coisas, falar mansinho [com calma] não dá...”. O tempo (instituído pelos trâmites lentos e marcado pela espera, no Escritório) também pode ser alvo de ataque constante, segundo Auyero (2011). As ações de “pressão” que os moradores e outros frequentadores do Escritório exercem sobre os funcionários, são formas de incidir nessa

espera, de acelerar, de interceptar o tempo moroso dos trâmites, dos atrasos e do que chamam “enrolação deles”. “Pressionar” é uma ação que todos (moradores atingidos, vendedores, corretores imobiliários) precisam levar adiante constantemente para que seus trâmites avancem. No limite, é preciso “brigar” com os funcionários – “tem gente que conseguiu Bônus abaixo de briga”, comenta uma moradora. Certa vez, uma mãe entrou furiosa pela porta de entrada: “meu filho vem aqui e não liberam nunca o dinheiro dele. Agora vim eu, quero ver o que vocês vão dizer. Não dá pra falar manso com vocês, que nem ele faz, ele é muito quieto. Tem que ser tudo na base da pressão mesmo, é brincadeira”.

Boa parte dos frequentadores do Escritório são as pessoas interessadas em vender suas propriedades para algum “beneficiário” do Bônus ou corretores de imóveis. Os corretores precisam de uma atenção especial pelo estardalhaço que causam – “agitam mais que os próprios beneficiários [do Bônus]”, comenta Pedro. Muitos deles são “especialistas em Bônus, trabalham com isso há muito tempo (de outros processos de remoção)”, segundo ele. Os que estão vendendo suas casas também chegam nervosos ao Escritório, pois a maioria precisa urgentemente do dinheiro da venda – “por isso nos pressionam. É pressão de todo lado, a Caixa pressiona (por conta da obra), os moradores, os vendedores. Mas aqui não podemos dar prazo, a gente depende dos trâmites em cada lugar. Se, como acontece, de perder a casa porque o vendedor desiste do negócio, não tem o que fazer. Tem que começar a procurar de novo... e, assim, a gente vai”, diz Pedro. Uma mulher que está vendendo sua casa me comenta que deveria estar na fisioterapia, pois tem hérnia de disco (doença adquirida no trabalho), mas está ali porque é um assunto fundamental para sua vida, neste momento. Estava muito “estressada psicologicamente”, por conta do atraso nos trâmites para receber o valor.

Por outro lado, o momento da assinatura dos contratos, que implicava a cessão dos direitos de posse (a própria casa) ao DEMHAB, poderia ser bastante tenso para alguns moradores, como no caso de uma família que estava sendo atendida para encaminhar um Aluguel Social. Estávamos no meio da tarde e gritos começaram a vir da sala. Em alguns instantes, duas mulheres saem pela porta da frente e procuram na parada de ônibus próxima, mas não encontram o rapaz que “fugiu de ansiedade” – nas palavras de uma funcionária. O rapaz, no momento de assinar o contrato do Aluguel Social e, logo, o de cessão dos direitos de posse da casa, ficou nervoso, sem muita certeza do ato que estava prestes a consumir e terminou fugindo. Passados alguns minutos, as mulheres o trazem de volta, um pouco mais calmo e ele consegue finalmente assinar os papéis.

A ansiedade e o nervosismo causados pela situação de remoção, pela espera e pelos diversos problemas que surgem podem ser amenizados, segundo Beatriz, com uma organização apropriada e um bom “acolhimento” no Escritório. É o que considera um trabalho “de contenção” e/ou “mediação de conflitos”. Quando começou a trabalhar no Escritório, reorganizou a forma de receber os moradores, instituindo os “agendamentos” de acordo com a prioridade para cada dia da semana – um dia para receber os corretores, outro para tratar da avaliação, outro para o Aluguel Social, etc. –, o que deixou tudo mais calmo, segundo ela. “Antes era um tumulto, tinha muita briga. Era um sistema de fichas. Agora a gente consulta os processos, faz ligação, faz agendamento, organiza. Tu dando uma informação correta eles ficam mais tranquilos, satisfeitos. Faz agendamento, eles se sentem mais importantes.”. Tratar bem, com carinho, amizade, respeito e consideração, faz parte deste trabalho de “acolhimento”, segundo ela. O tratamento afável é valorizado pelos moradores, mas é visto como pouco eficaz: “Eles nos tratam bem aqui. Mas é muito tapinha nas costas. Enquanto isso, seguem nos enrolando”, comenta uma moradora.

A entrada era o lugar do “acolhimento” dos moradores e dos “problemas”, em contraposição aos atendimentos nas salas, onde a negociação é mais direta. Logo na entrada, os moradores encontravam uma espécie de sala de recepção com cadeiras para aguardar sentados. Beatriz procurava ser amável e atenciosa com aqueles que chegavam, revisava a agenda com os horários de atendimentos, e pedia aos estagiários que conferissem nos computadores a situação dos processos. Aqueles que já tinham horário marcado para atendimento pedia-se que aguardassem o encontro; aqueles que não, marcava-se a hora. Nos fundos da sala, murais pendurados nas paredes anunciavam casas, terrenos e apartamentos em outras regiões da cidade, na Região Metropolitana e até em cidades do interior e do litoral – imóveis que custavam aproximadamente o valor de um ou dois Bônus-Moradia. “Viamão, Arroio do Meio, Alvorada, Itapuã, Rubem Berta, COHAB, Taquara” eram alguns nomes de localidades anunciados. Os cartazes eram de imobiliárias ou de particulares. Afixado em uma das paredes também estava um mapa colorido, localizando os terrenos próximos da Avenida onde futuramente serão construídos os apartamentos MCMV. Perto da porta, um anúncio do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI) alertava para a importância de utilizar os serviços de um corretor devidamente registrado no órgão. Quando autorizados, os moradores podiam passar pela porta que separava a sala de espera das salas onde aconteciam os atendimentos, momento em que conversavam diretamente com os funcionários responsáveis pelos processos.

Beatriz considera importante que haja o trabalho dos “acolhedores”, já que os demais funcionários (Dr. Pedro, Clarice, Lara, Dr. André) “não tem tempo de ficar aqui na frente atendendo todo mundo”. No entanto, mesmo estes que “fazem um trabalho mais técnico”, são “mediadores”, na sua opinião. “No momento que tu organiza pra coisa não acontecer com transtorno tu é a porta de entrada pra acessar a política. Isso é mediação. Claro tem aqueles que fazem o atendimento mais técnico e outros a parte mais da mediação, do acolhimento, mas todo mundo tem um pouco de mediador”. Esta divisão entre o lugar do “acolhimento” e os “atendimentos” (onde as coisas são realmente decididas) guarda uma performance sobre o Estado: existe um caminho, através do qual o morador precisa andar, para ter “acesso à política” e aos recursos do Estado, centralizados e administrados por uma série de outros funcionários. De Vries (2002) propõe atentar para o papel da performance e da imaginação na constituição de uma dada cultura de poder. A figura do “mediador” permite imaginar um poder estatal nebuloso, que precisa de auxílio para ser decifrado e explorado. O papel do mediador, neste caminho, é informar, tranquilizar e tratar bem o morador para amenizar confusões, ansiedades e problemas causados pelo impacto da remoção. Além disso, o “mediador” preenche um “espaço” imaginado e performado entre um centro e uma periferia do Estado. Para De Vries (2002), a noção de que existe um espaço entre o centro e a periferia que pode ser preenchido é instrumental na definição de um imaginário político. O núcleo (Estado) produz dentro de si uma periferia em cumplicidade com certos personagens que performam figuras liminares, que estão ao mesmo tempo dentro e fora, e simbolizam a impenetrabilidade do Estado. Ao “decifrar” e revelar os mecanismos de poder, para “auxiliar” os moradores, o mediador também os esconde. Ao ir “se informando, se organizando, se inteirando”, há menos “nervosismo, ansiedade e confusão” entre os moradores atingidos, diz Beatriz. “Antes era um diz-que-me-diz, ninguém sabia o que estava acontecendo. Mas agora com as informações corretas estão se acalmando. Estão se adaptando ao processo, mas **fica o aprendizado**, de na próxima vez não fazer tudo atropelado”, segundo ela.

O mediador, no seu trabalho, segundo Beatriz, tem uma dedicação pessoal, profissional e política profunda com as pessoas – o que implica alguns cuidados também, para não afetar-se demasiado com os sofrimentos, emoções e problemas dos outros. Diz que gosta muito de trabalhar com pessoas:

Se tu não gosta, tu não vem. Aqui tu tem que ter muito discernimento e sangue frio para poder atender. Cada um traz a sua carga emocional e tu tem que saber trabalhar isso, cada um tem seus problemas. É o coletivo que tu estás trabalhando, com a questão da obra, do projeto. Mas ao mesmo tempo tu tens

que respeitar a individualidade de cada um. Tem que ter uma resiliência pra poder trabalhar aqui. (...) Tem que gostar bastante de ficar aqui, porque senão tu não te adapta mesmo. Tem que saber não somatizar os problemas, saber separar bem o trabalho do resto. Num trabalho com comunidade às vezes tu não tem nem tempo para ti. No outro projeto que eu trabalhava [remoção e reassentamento do Projeto Integrado Entradas da Cidade], era 24 horas me ligando pra resolver coisas. Mas eu fiquei com uma amizade legal lá, posso não ter resolvido o problema da Prefeitura, e o problema de todo mundo lá, porque tem gente que não tinha como. Mas pelo menos garantimos a qualidade no atendimento, a amizade, o companheirismo, a compreensão, estar entendendo as coisas. E falar a verdade sempre, não enganar, não mentir para as pessoas. Tentar que elas participem junto do processo é muito importante. Trazer elas. Calçar os sapatos delas, mas eles também calçarem o teu. Ao mesmo tempo eles tem que entender como funciona, é uma via de mão dupla.

Seu acúmulo de conhecimentos e experiência em “trabalho comunitário” e em “mediação de conflitos” é importante. O engajamento político com a questão – ou o que foi elogiado como “tomar seu trabalho como uma luta” ao vice-diretor do DEMHAB – delimita mais um traço desta *expertise*, que alia atuação política, “trabalho comunitário” e formação técnica. Uma trajetória entre a militância, cargos públicos e qualificação em “gestão de pessoas, de conflitos”, nas suas palavras, vai legitimando uma autoridade e compondo um conhecimento para atuar em casos de remoção. Esse engajamento pessoal e político que passa por uma “qualificação técnica” faz parte de uma tendência de profissionalização da assistência social, identificada por Eger (2013). Beatriz tem uma longa carreira em cargos político-administrativos ligados a gestões do PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro), seu partido desde a juventude. O envolvimento com política “vem de família”. Trabalhou com “mulheres vítimas de violência”, fazendo o “acolhimento” no Centro de Referência da Mulher (junto a uma delegacia), foi Promotora Popular de Direitos e foi representante pela sociedade civil organizada do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Ao longo de seu envolvimento político foi se capacitando:

Tinha que ter capacitação para fazer o atendimento no Centro, então fiz alguns cursos. Isso me deu capacitação para fazer mediação de conflito. E daí eu me interessei pela área, comecei a fazer cursos, capacitação. Fiz curso de gestão de pessoas, gestão de conflitos, prevenção. Cursos que a própria escola de gestão pública do Município fornece. (...) Sempre trabalhei com associações comunitárias, sempre fui envolvida com a comunidade, mas ainda não trabalhando nisso (como nos últimos anos). Sempre estive do lado da garantia de direitos, das mulheres, das crianças. Sempre tive esse envolvimento com a comunidade, e agora estou trabalhando diretamente. (...) Sempre acreditei muito nesses projetos, na política.

É importante notar, portanto, as dimensões morais e políticas presentes no exercício das atividades profissionais cotidianas destes funcionários (EGER, 2013). “Promover a cidadania” e os “direitos” é um dos objetivos do trabalho, de acordo com seu ponto de vista. Aqui há a difusão de valores, no marco da economia moral (FASSIN, 2012) ativada pela remoção, que envolvem o discurso dos direitos e da cidadania ligado à ideia de possuir uma “casa regularizada” ou um “título de propriedade”. Para Beatriz, os moradores querem sair por desejarem “ter um documento provando que aquilo [a moradia] é teu. Eles querem ser donos, proprietários de alguma coisa”. Mas isto também é uma questão de promover estes valores (“ser proprietário”) e alçá-los como algo a ser almejado, que dignifica a vida:

À medida que tu trabalha com isso, eles vão aceitando. Isso cria uma expectativa, 'eu sou um indivíduo que pertença a uma sociedade, tenho minha casa regularizada, sou proprietário de alguma coisa'. Ter uma casa regularizada significa, para Beatriz: “falar de igual pra igual. Se tu tem uma casa irregular tu não é igual aos outros... é a questão da regularidade, da cidadania. As pessoas começam a progredir como cidadãos. Um exemplo: a atitude que tem quando tu mora numa casa desestruturada, num barraco. E a atitude quando tu vai para uma casa normal, uma casa construída pelo Departamento. Muda da água pro vinho. Daí ele começa a querer melhorar o padrão de vida, a auto-estima melhora, começa a ver coisas novas, a vislumbrar outros mundos, que não o que tinha antes. Aqui eu acho que é a questão de dizer agora sou uma pessoa de direitos, ter o título da casa bonitinho. Quem não vai querer uma casa estruturada, bonitinha, seu chão. Outro padrão de vida. Não que aqui não seja bom, mas não é regularizado.

2.2.2 “Os problemas deles são os mesmos que os meus”: Proximidade e identificação

Outro traço desta *expertise* mobilizada para fazer funcionar a remoção é a proximidade e a identificação com os moradores do local atingido – o que se aplica para alguns funcionários, que trabalham, principalmente, no atendimento. Gustavo, por exemplo, que trabalha tanto no “acolhimento” inicial quanto nos trabalhos administrativos e demais operações “de campo” – tais como as demolições – ao refletir sobre seu trabalho, conclui que “os problemas deles são os mesmos que os meus”. Isso lhe provoca uma empatia em relação aos moradores, que permite ver os pontos que considera negativos e positivos do seu trabalho.

Eu trabalho no DEMHAB há 27 anos. Comecei dirigindo caminhão, nas construções de casas do DEMHAB, levantando casa, da produção habitacional né. Depois passei para o monitoramento, fiscalização. Quando tinha denúncias de casas invadidas, nós íamos lá verificar e tirar a pessoa ou família. Era um trabalho difícil, porque muitas vezes as pessoas não tinham pra onde ir, mas nós precisávamos tirá-las dali, porque não pode comprar ou vender casas produzidas pelo Departamento, né. Esse era o meu trabalho. Então me passaram para o Escritório agora, faz dois anos, desde o começo, que estou aqui. Eu gosto, é trabalho né, tenho que trabalhar, tenho família. O único problema é que aqui é longe da minha casa, moro na Restinga. Estou vendo se consigo transferência para a unidade do Departamento que fica lá no bairro. Porque eu tenho crianças pequenas, dois filhos, um de 10 e outra de 8 anos, que ficam sozinhos em casa. Minha mulher trabalha fora também e não temos família perto. E agora tem muitos problemas de violência lá, tráfico, tiroteio, tá muito difícil mesmo. Antes não era assim, tão perigoso. Então tem que cuidar para eles não ficarem muito na rua, nós pedimos para os vizinhos cuidarem um pouco, mas eu fico com o coração na mão, fico muito preocupado aqui o dia inteiro pensando nisso. Se eu pudesse trabalhar lá perto seria melhor, né, podia ficar de olho, almoçar com eles, qualquer coisa que acontecesse estaria perto. Então, eu gosto de trabalhar no DEMHAB, mas queria me transferir para lá porque isso me angustia muito. Às vezes eu olho né... as pessoas que vem aqui, os problemas que eles tem muitas vezes são os mesmos que os meus, que moro lá na Restinga. Eu aqui angustiado, preocupado, e eles chegam para ser atendidos, estão com as mesmas preocupações que eu. Então é um trabalho bom, eu poder ajudá-los a resolver os problemas, a ter uma casinha melhor, num lugar mais tranquilo.

Outros trabalhadores do Escritório também têm ligações com as comunidades atingidas, alguns até mesmo moram na região – os estagiários, as funcionárias da limpeza e os seguranças. A mãe e as irmãs de uma funcionária da limpeza haviam, inclusive, sido removidas. “Nossa, ela está muito feliz no sítiozinho dela em Viamão (em Águas Claras). Bah, era o sonho da vida dela, um pátio grande com árvores com frutas. Agora que ela já está aposentada, melhor ainda. Dizia que ia jogar na Megasena e um dia ia ganhar pra comprar um sítio, pois ela é do interior. Ganhou o Bônus agora, Deus ajudou muito a gente. Tenho mais três irmãs que ainda estão aqui, não saíram. Uma vai pra Rubem Berta, outra pra Viamão também”. A sua casa não tinha sido atingida, me conta, embora more na Cruzeiro também. Beatriz também mora na região, mas pondera que “é melhor manter uma certa distância. Eu acho importante o agente comunitário não ser morador da região, pra não misturar essa coisa do público com o privado” – indicando que mesmo esta proximidade precisa ser controlada.

As relações de proximidade são exploradas pelos moradores, assim como o ato de “pressionar” ou “brigar” com os funcionários, a fim de resolver seus trâmites e vencer a demora. No fim da tarde e do expediente no Escritório, uma senhora muito idosa traz envolto

em um pano um bolo para os funcionários: “Trouxe um bolinho pra vocês”. Gustavo a agradece muito carinhosamente: “Ôh vizinha, não precisava... muito obrigado, tu és sempre tão querida”. A proximidade e a identificação entre moradores e funcionários cria um clima amigável em muitos momentos e legítima, de certa forma, o trabalho do Escritório. A empatia e a capacidade de “colocar-se no lugar” dos moradores atingidos, como no depoimento de Gustavo, auxilia na tarefa de refletir sobre as tecnologias empregadas.

Por outro lado, essa proximidade se traduz numa relação de cooperação entre o Escritório e algumas lideranças comunitárias da região, que atuam como “agentes comunitários”. Quando pergunto sobre a quantidade de funcionários, Clarice começa a enumerar as funções lembrando dos nomes e do cargo de cada um. Ao final da contagem – “dezessete pessoas trabalhando aqui” – o estagiário pergunta: “Mas e o Michael?”. Clarice explica: “O Michael é agente comunitário, está sempre aí nos ajudando, mas não é do DEMHAB. Se fosse contar ele, teria que contar a Bernadete também...”. Ambos são lideranças comunitárias da região Cruzeiro. Há inúmeros relatos sobre a forma de atuar dessas lideranças, desde pressões ou ameaças, até favorecimentos ou facilitações. Em eventos públicos, como a plenária do OPPOA na região Cruzeiro, manifestam apoio ao processo de remoção e à Prefeitura.

Algumas destas relações de proximidade (com lideranças ou pessoas notórias e influentes na região atingida) são mobilizadas para “resolver problemas” identificados no Escritório. Dra. Lara preocupava-se com uma casa que “estava dando problema para fazer a demolição”, pois um comerciante havia reocupado o imóvel: “Tem um cara dizendo que mora ali, temos que ver se ele tem cadastro. Se não tem, vamos pra cima dele. Vamos fazer a mudança e a demolição amanhã de manhã. O brique (comércio) que havia ali já foi pago (indenizado), e agora montaram uma mecânica ali, com carros dentro. Qualquer coisa, podemos chamar o Brum que disse que pode ajudar, tirar ele na mão grande mesmo [através de meios escusos]. Vamos cortar a luz, fazer o que tiver que ser feito”. Este episódio, juntamente com a rede de relações estabelecidas entre o Escritório/DEMHAB e algumas lideranças locais, deixa um espaço para refletir sobre o que Javier Auyero (2011) chamou de “zonas cinzentas” da política. Com isso, ele quis denominar as relações entre atores estatais, membros de partidos políticos (ou lideranças comunitárias) e promotores de violência em cada lugar – relações estas pouco visíveis para um observador externo, mas que são acionadas tanto para provocar revoltas contra governos quanto para estabelecer a legitimidade de uma iniciativa política. Nestas zonas,

há a ativação de conexões entre atores políticos bem estabelecidos no sistema político e outros situados “fora deste” (AUYERO, 2011, p. 142).

2.2.3 Saberes práticos e experiência em outros processos de remoção

Um quarto traço desta *expertise* é o conhecimento adquirido sobre remoções em situações práticas. A maioria dos funcionários tem experiência em outros processos semelhantes, o que foi lhes provendo de um conhecimento pragmático sobre como funcionam os mecanismos utilizados numa remoção e sobre como lidar com as situações e problemas que surgem. Segundo Beatriz, sua formação demandou muito estudo e cursos de capacitação – cursou Sociologia e Serviço Social na PUC (Pontifícia Universidade Católica) – mas a “parte mais prática” (em contraposição à “técnica” aprendida na universidade) foi sendo adquirida na experiência com outros processos de remoção – como aquele do Projeto Integrado Entradas da Cidade (PIEC), do qual participou.

Fui aprendendo com a experiência diária, com os colegas no projeto do PIEC, com a equipe do Social (Atendimento Social do DEMHAB), com a equipe de engenharia... a entender o que é um plano urbanístico, o Cadastro, como funciona um orçamento, as legislações, e comecei a participar das reuniões na comunidade. Tinha que discutir o projeto, eu estava sempre junto, era sábado, domingo, eu não tinha folga [está se referindo ao seu trabalho no PIEC]. Tudo para poder entender como funcionava esse mecanismo, trabalhando com as lideranças, trabalhando com as pessoas (...) Lá eu fazia tudo praticamente sozinha. Cadastro, mudança, demolição. Encaminhava o Aluguel Social, tratei das Casas de passagem. Isso já me deu muita cancha [“ter cancha” é uma expressão local que significa ter habilidade, destreza, experiência em alguma atividade].

Estes conhecimentos são adquiridos em função de situações práticas, dos problemas que vão surgindo em decorrência da própria intervenção e vão se organizando desta forma. Diante da minha indagação sobre a organização formal, “como funcionava” o Escritório, Pedro explica: “aqui a gente aprende as coisas no tranco mesmo [“tranco” significa solavanco, abalo. Algo feito “aos trancos” é algo feito com dificuldades, aos saltos, sem muito planejamento]. Tem uma série de problemas que surgem e vamos resolvendo. Não sabemos de antemão o que será e temos que correr atrás da solução”.

Um exemplo destes problemas que precisam ser resolvidos são aqueles envolvendo títulos dos imóveis a serem adquiridos com o Bônus Moradia, que precisam ser escriturados em nome de um indivíduo para ser transferido a outro. Muitas vezes, essa documentação não está adequada. Como atende muitos corretores imobiliários e proprietários vendendo seus imóveis para beneficiários do Bônus, Dr. Pedro, advogado, mobiliza seus saberes do campo jurídico para auxiliar, adequar e participar da composição das estratégias dos moradores para adaptar a documentação às exigências. Pedro faz ligações, consulta cartórios e busca uma forma de realizar os trâmites, aconselhando os interessados.

Os problemas diversos colocados pelos próprios mecanismos da remoção tem de ser resolvidos a partir deste saber prático adquirido em outros processos e dos saberes ligados às diferentes áreas profissionais: assistência social, Direito, urbanismo. Os mecanismos da remoção, assim, são alvo de uma constante “reflexão tecnológica” e “os meios mais apropriados para alcançar determinados fins ou objetivos” (Ong, Collier, 2005, p. 8, tradução minha) vão sendo modificados ou criados pelos funcionários. Há uma tentativa de adaptar as tecnologias e mecanismos disponíveis a situações emergentes ou problemáticas, e novos arranjos, tecnologias e formas de organizar a remoção são criadas. Dois exemplos, de arranjos produzidos para resolver “problemas” são a permuta e o Grupo de Trabalho.

O Grupo de Trabalho (GT) é um mecanismo criado para discutir coletivamente entre os funcionários “problemas individuais” que surgem em torno da remoção, incluindo, por exemplo, situações como brigas familiares, perseguições, envolvimento com tráfico ou uso de drogas e, dos casos mais recorrentes, pedidos de regularização cadastral em que há conflito em relação a quem mora na casa. Nestas ocasiões, os “casos” são discutidos e arbitrados nas reuniões realizadas na quinta-feira, quando o Escritório não abre ao público. Beatriz explica: “Muitas famílias têm usuários de drogas ou jovens envolvidos com o tráfico, e não podem mais ficar aqui. Antes eles abandonavam a vila por conta própria. Agora com o projeto em andamento eles podem acessar a moradia, e têm prioridade no reassentamento. E tem a possibilidade desse remanejamento pra outro lugar, fora da vila”. Outro exemplo de caso discutido no GT: uma mulher, que foi expulsa de casa pelo marido e precisa se mudar rapidamente para a nova casa, teve seus trâmites priorizados. A “discussão de violência doméstica”, diz Beatriz, perpassa o processo de remoção. Quando há disputas nesse sentido, o GT arbitra sobre “quem tem direito” a acessar o reassentamento, discutindo “caso a caso”.

A permuta foi um mecanismo incorporado para “atender” aquelas famílias que gostariam de permanecer na região, segundo os funcionários. Esta modalidade foi-me apresentada como uma “demanda da comunidade”: “a ideia foi trazida pelos próprios moradores” comenta Beatriz – “queremos contemplar todas as vontades, quem não quiser sair não precisa”, diz, conotando a inspiração “democrática” do atendimento no Escritório. Cláudia sobre isso comenta: “O trabalho de remoção não é estanque, a permuta surgiu ao longo do processo”. A operação consiste em uma regularização cadastral e uma transferência de posse firmada em cartório. A pessoa que possui “um cadastro” o concede para outra que oferece sua casa (em uma região não atingida pela obra) em troca. Quem assume o cadastro tem direito a acessar o reassentamento. “O problema da permuta é que a pessoa originalmente atingida perde o direito de acessar o benefício. Depois, se acontece alguma coisa com a casa pra qual ela se mudou, ela perdeu a oportunidade de ter uma casa regularizada, com título de propriedade. Tem que entrar na lista comum do MCMV”, comenta Beatriz. Em uma tarde, no Escritório, conversei com uma mulher que havia trocado sua casa com uma senhora que morava na área atingida: “Era uma senhora de idade, que estava doente e queria ficar por aqui. Tem muita gente disposta a trocar”.

Os mecanismos de remoção, portanto, estão sujeitos a uma constante reflexividade, a partir de noções como “mediação de conflitos” ou “eficiência” e dos conhecimentos adquiridos em outros processos semelhantes e da experiência diária de “resolver problemas”. O aprendizado, do ponto de vista de Beatriz, é “da próxima vez, não fazer tudo atropelado” (decretando antes a obra viária, sem planejar o reassentamento) para que não haja tanto nervosismo e oposição por parte dos moradores. Cláudia reflete que a forma como foi feita a remoção na Av. Tronco, por “adesão” no início – “quem tinha interesse, vinha negociar a saída, sem obrigação”, conta – prejudicou seu andamento: “isso trouxe problemas. Quem trabalha com remoção sabe que a melhor forma de realizar é com a política de terra arrasada, por trecho. Vai convocando [os moradores] por trecho, limpa a área e libera para a obra passar. Agora, da forma como foi feito, temos um monte de buraquinhos ao longo da Avenida, mas a obra não pode avançar por trechos porque muitas famílias ainda permanecem aqui”. O termo “terra arrasada”, comenta, tem origem nas políticas emergenciais em caso de catástrofes (naturais ou não) não previstas e que destroem os equipamentos públicos e as habitações das pessoas. Uma das tecnologias utilizadas, o Aluguel Social, foi criada para estes contextos. Podemos auferir aqui que há uma transferência de tecnologias e saberes aplicados a situações de catástrofes para compor os mecanismos e fazer funcionar a remoção na Av. Tronco.

2.2.4 Paradigma indiciário, tecnologias investigativas e formas de vida

O problema de “quem realmente mora na casa” precisa ser resolvido pelos funcionários do Escritório para decidir “quem tem direito ao reassentamento”. Num primeiro momento, o Cadastro Sócio-econômico é feito – o que confere à família o direito ao reassentamento. No entanto, é comum que “núcleos familiares” fiquem excluídos do cadastro; nestes casos pede-se um “desdobramento familiar” no cadastro original. Por outro lado, empréstimos das casas, trocas de residência, conflitos ou mudanças ao longo do processo de remoção também ocorrem, sendo comum solicitar uma “regularização cadastral”. Outras situações recorrentes são as reocupações das casas que ainda não foram demolidas pelo DEMHAB ou, então, pessoas que permanecem na residência enquanto o responsável pelo cadastro já se mudou; casos de expulsão, em que o ocupante atual ou antigo reivindica o cadastro, etc. “É muito comum um pedir o cadastro do outro. ‘Ah, eu deixei o fulano morar por um tempo na minha casa’. Mas se o fulano estava morando na época que foi feito o cadastro (em 2011), ele é quem teria direito, a princípio, ao reassentamento”, comenta Beatriz. Isto abre uma disputa em torno do cadastro, que será arbitrada pelas tecnologias investigativas de Telma, pela comprovação mediante documentos e, no limite, pela discussão no Grupo de Trabalho apresentado anteriormente.

Telma é “agente comunitária” e realiza visitas investigativas às residências para responder à pergunta “quem realmente mora na casa atingida?”. Nas suas visitas aos domicílios dos moradores, busca atestar se as pessoas efetivamente moram no local e se conferem com o nome inscrito no cadastro. Acompanhei-a em uma de suas incursões. Nos deslocamos pela avenida Tronco em uma Kombi, dirigida por um jovem motorista, em direção à sua outra ponta, na região Cristal. O primeiro desafio foi encontrar a moradia num lugar pouco familiar para ela: não sabia exatamente a localização da residência que procurava, já que as ruas tinham curvas e reentrâncias, e numerações com diferentes padrões. “Não sei em que parte da Avenida é. Vamos descendo e procurando o número. Não tem ordem na numeração. Às vezes o pessoal pinta a casa com o número junto...”, diz. Descemos da Kombi e tomamos uma rua, observando os números desencontrados.

Nos perdemos procurando a casa, andamos de um lado para o outro. Telma pergunta a um jovem, recostado no portão de uma casa, pelo nome da moça que busca, mas ele não pôde

nos ajudar. Confere o número novamente – “é este mesmo. Esse outro [imediatamente anterior na lista] eu já visitei, até já demoliram”. Seguimos andando e Telma me comenta que a Vila Divisa “é a parte mais pobre [da Avenida], com casas de madeira. E é a mais perigosa também. Depois que demoliram essa parte [por onde passávamos], os caras [ligados ao tráfico de drogas] tomaram conta. Essa entrada aqui que passamos, tem vezes que eles fecham e não podemos passar. Ficam na frente, cruzam os braços pra dizer que não é permitido”. Caminhamos até dar uma volta inteira e chegar novamente onde a Kombi estava estacionada. Telma pergunta para um vizinho pelo nome e sobrenome da pessoa, e ele nos aponta a casa que buscávamos.

A melhor maneira de descobrir se alguém vive na casa é chegando sem prévio aviso, conta Telma. Porém, isso quase nunca é possível, já que as pessoas geralmente estão trabalhando no horário de funcionamento do Escritório. É preciso, então, fazer adaptações para cada caso. A solução, conta, foi anotar o celular das pessoas e avisá-las com alguma antecedência (de um dia mais ou menos). Telma estava com pressa: “Temos que voar as tranças, porque a menina que vamos visitar, a filha dela passou mal na creche e ela teve que buscá-la. Ela teve que sair do trabalho, então não tem muito tempo, tem que ser agora, acabou de me ligar. É um **Bônus duplo**⁶¹, na verdade. As duas irmãs precisam estar ali, mas uma delas acabou de ter bebê e ainda está no hospital. Então só uma poderá vir”. Para suprir a falta da surpresa na visita, Telma abriu algumas exceções para o caso das duas irmãs e complementou a investigação com perguntas aos vizinhos para se assegurar que eram moradoras da casa.

No terreno cercado por uma mureta e pequenas grades havia duas casas, uma maior mais à frente e uma menor ao lado e nos fundos. A mulher que nos atende, na porta da casa da frente, se antecipa às perguntas de Telma e diz que pode representar a pessoa procurada: “A Débora? Eu respondo o cadastro por ela. Ela vai passar o Bônus para minha mãe [e aponta para a senhora sentada perto do portão]. Eu já arrumei isso no DEMHAB, tenho o processo aqui. Vocês nunca vão encontrar ela aqui, ela já se mudou para a casa da sogra”. E desatou a contar um monte de histórias que me deixaram confusa – cheguei a pensar que realmente o acordo havia sido feito. Telma permaneceu impávida aos apelos e argumentos da mulher e reforçou que queria falar apenas com a moradora “do 1093, não do 1901”. Telma percebe que quem procura não está e encerra a conversa com a vizinha. Enquanto esperamos, ela sugere que a

⁶¹ “Bônus duplo” é uma expressão usada pelos funcionários, membros do Comitê ou moradores para se referir ao ato de “juntar dois (ou mais) Bônus-moradia”, entre famílias aparentadas geralmente, a fim de comprar uma moradia de maior valor. Segundo o Decreto Municipal nº 17.772/2012, é permitido a junção de, no máximo, dois Bônus Moradia.

mulher estava tentando “pegar o Bônus da outra na mão grande [através de meios escusos, roubando, enganando]”, o que era algo bastante comum, mas fácil de perceber para alguém com sua experiência profissional.

Dentro de alguns minutos, um carro estaciona em frente à casa. Saem dele o pai, a filha e sua criança – desculpando-se pelo atraso. O pai foi buscar a filha para que chegasse a tempo à visita da agente comunitária. Os dois se dão conta de que esqueceram a chave da casa e ficam muito consternados, já que Telma pode pensar que, na verdade, eles não moram mais ali. O homem termina arrombando a porta, com um leve empurrão. Dentro da casa, as fotos da família e os móveis ainda dispostos eram as provas que Telma precisava. De nenhuma forma ela demonstrou desconfiança em relação aos dois, tratou de tranquilizá-los o tempo todo, mostrando que pretendia ajudá-los.

De fato, a família (a moça, seu marido e sua filha) já havia se mudado para a casa da sogra, que os ajudaria nos cuidados da filha. Mas isso foi relevado por Telma, que começa a preencher o questionário que traz consigo, depois de verificar o documento de identidade que a moça lhe oferece.

“ – Idade?

– 18 anos.

– Quanto tempo mora aqui na casa?

– Desde que nasci. 18 anos então.

– Quem mora aqui com você, da família?

– Meu marido, minha filha, minha irmã, o marido dela, meu irmão...

– Não, preciso saber só da tua família. A da tua irmã é outro questionário. Mas podemos adiantar alguma coisa então, já que é bônus unificado... Quem mora aqui com ela, da família?

– Ela, o marido e agora o bebê que acabou de nascer.

– Quantos anos eles tem?

– Ela 20 e ele 23.

– Daí só falta ela mostrar a identidade. Me dá o celular dela para eu me comunicar e ver quando ela pode fazer isso.

O pai responde:

– Pois é, não sei se ela vai vir pra cá, ou se vai para a casa da minha mulher, que vai ajudar a cuidar da bebê. Ela está no Hospital de Clínicas agora, quarto 1161.

Telma combina com eles uma forma de que a moça pudesse levar o documento de identidade diretamente ao Escritório, quando tivesse alta do hospital.

Com Telma, ainda acompanhei mais uma “visita investigativa”, como ela mesma definiu. Desta vez, no início da Avenida Tronco, muito próximo ao Escritório, na Ocupação Gastão Mazzeron. Como o terreno ao lado da Ocupação estava cercado com muros de concreto⁶², tivemos que dar uma volta e entrar “por trás”, num acesso que havia no Posto de Gasolina já na Avenida Carlos Barbosa. Chegamos num pátio grande onde vários vizinhos se encontravam reunidos, alguns cozinhando, outros conversando, sentados. Telma pergunta pelo nome de quem procurava: “Alguém conhece a Jaqueline, filha da Ana?”. Uma senhora na varanda de uma das três casas próximas, abre a discussão: “Filha da Ana ou da Maria Amélia? A casa da Maria Amélia já destruíram, ela já foi embora”. Os vizinhos reunidos debatem um pouco, cada um tem seu palpite para resolver onde era a casa da pessoa procurada por Telma – não sabem, concluem. Seguimos por um terreno comprido, onde haviam várias casas enfileiradas. Passávamos ao lado da fila de casas, com cercas de madeira e Telma resolve consultar: “DEM HAB!!!”, grita para que alguém venha atendê-la. Um senhor nos abre uma passagem nas cercas para que pudéssemos acessar os pátios, os quais vamos atravessando um a um, até chegar na casa que procurávamos, indicada pelos moradores das residências pelas quais passamos.

Tratava-se de “verificar quem habita ali, pois foi feito um pedido de regularização cadastral (passar o cadastro do nome de uma pessoa para outra)”, me explica Telma. Começa a entrevista com a mulher que, sentada numa cadeira, nos conta os detalhes que buscamos: “Moro há mais de quinze anos aqui. Meu marido está no trabalho, sou casada com ele há 10 anos. A Jaqueline não mora mais aqui. Mora minha filha, mais a senhora que está cuidando de mim porque acabei de fazer uma cirurgia [diz apontando para uma senhora mais velha que cozinhava o almoço]”. Telma se deu por satisfeita com as informações e nos despedimos. Esta última visita antes do horário de almoço foi exitosa, na sua opinião: “Agora matei a charada, a tal Jacqueline não mora mais ali. Este é o meu trabalho: fazer uma investigação, ver se a pessoa mora ali mesmo, perguntar aos vizinhos, etc.”.

⁶² O terreno é uma das áreas adquiridas pela Prefeitura para construir os apartamentos do MCMV e foi cercado para que não houvesse novas ocupações. Porém, em alguns meses, já se observavam novas construções no local.

Telma me conta que tem bastante interesse pela Antropologia, inclusive já havia tentado cursar Ciências Sociais. Atualmente, está terminando a graduação em Recursos Humanos e segue interessada pelas discussões de Sociologia e sobre “cultura”, pois tem a ver com as pessoas, que é o objeto de seu trabalho – comenta. Telma desempenha a função de agente comunitária no DEMHAB há cerca de 10 anos. Para poder resolver o problema de “quem realmente mora na casa”, lança mão de um saber de tipo venatório (GINZBURG, 1986), onde alguns vestígios ou indícios lhe permitem antever ou decifrar uma realidade. O que permite que confie ou não nas declarações das pessoas são alguns sinais que, para um olhar pouco preparado, são quase imperceptíveis. Aquelas pessoas que parecem estar contando uma história verdadeira, Telma auxilia, buscando facilitar a verificação – se comunicando por telefone, por exemplo, facilitando algum trâmite ou relevando alguns imprevistos.

Para desempenhar suas tarefas é necessário tecer um saber sobre as formas de vida com as quais lida. Nesta tentativa de buscar entender aquela população e como reagem a determinadas situações, alguns conceitos são utilizados na reflexão dos funcionários. A ideia de “cultura” responde a alguns dos problemas identificados, como a intensa mobilidade das pessoas entre as residências e os lugares. Seu André era o responsável pelos processos de Aluguel Social. Ele trabalha no DEMHAB com um cargo comissionado e se interessou muito quando disse que fazia uma pesquisa em Antropologia. Seu André, ao contrário de outros funcionários nunca tinha trabalhado num processo de remoção, e me conta que notou que existem especificidades para lidar com a “população” que mora nas vilas – “eles tem uma cultura diferente, outra cultura”, reflete. Comento-lhe sobre as “visitas investigativas” de Telma que estava acompanhando. Ele responde que este é um mecanismo necessário, mas difícil de aplicar, pois uma das características daquele lugar é o fato das pessoas ali terem “uma vida meio tribal, cigana. Elas se deslocam com muita frequência, parece que vivem meio nômades. Isso faz parte de tentar se adaptar ao meio. Às vezes estão morando em um lugar, em uma vila, então chega o tráfico, as condições de vida pioram, não têm como se sustentar ali. Daí elas se mudam, vão pra outro lugar. E assim elas vão criando uma cultura meio nômade, vivem assim. Por isso às vezes, a pessoa requisita o benefício mas vamos verificar e ela não mora mais ali”.

Assim, conceitos como cultura, por exemplo, vão compondo um conhecimento que responde a problemas concretos identificados ao longo da intervenção. Estes problemas podem ser, então, traduzidos pela *expertise* a uma linguagem e a uma organização institucional, como “problemas sociais e culturais” que serão trabalhados e “resolvidos”, se possível, pelos funcionários.

As tecnologias de remoção, portanto, mobilizam uma série de mecanismos: leis que regulam os benefícios concedidos, modelos de intervenção baseados em outros contextos, como as situações de catástrofes ou de emergência e valores como “ser proprietário” e “progredir como cidadão”. Por outro lado, mobilizam uma *expertise* com determinadas características baseadas: 1) na relação com as emoções que a remoção provoca e na sua organização, através de mecanismos de “mediação de conflitos”, de “acolhimento” e de coordenação do tempo e do espaço (atendimentos, sala de espera, etc.); 2) no engajamento político, pessoal e profissional dos funcionários e gestores com a “comunidade” e com a “promoção de direitos”, aliada à uma qualificação técnica neste tipo de intervenção; 3) numa proximidade e numa identificação entre funcionários e moradores que permite agenciar lideranças e pessoas notórias da região para efetivar a remoção, através de pressões e violências, mas também permite “colocar-se no lugar” do morador atingido para refletir sobre as próprias tecnologias de remoção; 4) num certo saber prático, adquirido a partir da resolução de problemas concretos; 5) num saber venatório ou investigativo sobre as formas de vida da população atingida ; 6) em conhecimentos que respondem a problemas concretos e que emerge da organização prática e técnica da remoção.

Esta *expertise* mobilizada desenvolve uma constante reflexão sobre as tecnologias empregadas na remoção, indagando-se sobre como torná-las mais eficientes, como fazê-las funcionar, mas também como “garantir direitos” ou “respeitar” os moradores atingidos – que, afinal, também intervêm nas tecnologias, “pressionando”, contestando ou “brigando” com os funcionários no Escritório. Estas tecnologias aplicadas na remoção da Av. Tronco foram sendo aprimoradas em outros processos semelhantes e ao serem aplicadas ao contexto em questão seguem sua trajetória de desenvolvimento e de transformação. A reflexão sobre as tecnologias e a intervenção perpetrada por moradores e outros agentes (como o Comitê Popular da Copa) permite criar novos arranjos em torno da remoção. Estes novos arranjos respondem a problemas gerados pela própria remoção que tem de ser “contidos” ou “resolvidos” no Escritório.

CAPÍTULO 3

O COMITÊ POPULAR DA COPA

O Comitê Popular da Copa Cristal (CPC) surgiu no ano de 2010, como uma “rede para busca soluções coletivas aos impactos sociais, sobretudo relacionadas ao direito à moradia de milhares de famílias vulneráveis às intervenções governamentais para o sucesso da Copa 2014” (ARAÚJO, 2014, p. 152-3), articulando movimentos e organizações como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)⁶³, o Levante Popular da Juventude (LPJ)⁶⁴, a ONG Amigos da Terra Brasil (NAT/Brasil)⁶⁵, o Quilombo do Sopapo (QS)⁶⁶, a ONG Cidade⁶⁷, lideranças comunitárias e moradores da região atingida pela duplicação da Av. Tronco. Todos os grupos davam apoio político, técnico e material para organizar o Comitê e construir as atividades. Também participavam das reuniões alguns assessores parlamentares, advogados da ONG

⁶³ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento político-social brasileiro que busca a reforma agrária. Desde a sua fundação, em 1984 na cidade de Cascavel-PR, se organiza em torno de três objetivos principais: "Lutar pela terra; Lutar por Reforma Agrária; Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna". Disponível em: <http://www.mst.org.br/> Acesso em: 26/08/2014.

⁶⁴ O Levante Popular da Juventude é uma organização de jovens militantes "voltada para a luta de massas em busca da transformação da sociedade". Propõem "um projeto popular para o Brasil" e se organizam em três campos de atuação: no meio estudantil secundarista e universitário; nas periferias dos centros urbanos; e nos setores camponeses. São ligados aos movimentos sociais do MST, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados) e à Consulta Popular. Disponível em: <http://levante.org.br/> Acesso em: 26/08/2014.

⁶⁵ O Núcleo Amigos da Terra Brasil (NAT/Brasil) é uma Organização da Sociedade Civil com sede em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que atua há mais de 40 anos na defesa do meio ambiente. Disponível em: <http://amigosdaterrabrasil.wordpress.com/> Acesso em: 26/08/2014.

⁶⁶ Em convênio com o Ministério da Cultura, através do programa Cultura Viva, a OSCIP Guayí desenvolve o projeto do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo na região do Cristal busca incentivar e desenvolver ações comunitárias com jovens que integre arte, cultura, cidadania e economia solidária, estimulando a afirmação dos direitos e construção de uma cultura de não violência. Disponível em: <http://quilombodosopapo.blogspot.com.br/> Acesso em: 26/08/2014.

⁶⁷ A ONG Cidade - Centro de Assessoria e Estudos Urbanos surgiu em 1987 para prestar assessorias técnicas aos movimentos populares em assuntos relacionados à problemática urbana. Desde então, vem atuando na defesa do direito à cidade e da gestão democrática, na análise de políticas públicas e no fortalecimento dos movimentos populares urbanos. Disponível em: <http://ongcidade.org/> Acesso em: 16/08/2014

Acesso⁶⁸, do SAJU (Serviço de Assessoria Jurídica da UFRGS)⁶⁹, pesquisadores, membros do FERU-RS (Fórum Estadual de Reforma Urbana)⁷⁰, apoiadores independentes ou ligados a coletivos como o Bloco de Lutas pelo Transporte Público⁷¹ ou a Frente Quilombola⁷². Os frequentadores e as alianças estabelecidas entre as organizações foram variando ao longo dos meses, sendo o núcleo central aquelas entidades primeiramente citadas. Durante o tempo que frequentei as reuniões, a partir do segundo semestre de 2012 e no ano de 2013, este espaço se denominava Comitê Popular da Copa-Cristal, pela referência ao território de atuação. Até meados de 2013 as reuniões aconteciam no Quilombo do Sopapo, ponto de cultura localizado no bairro Cristal. Posteriormente, realizaram-se reuniões em outros locais da Avenida Tronco, na Igreja Santa Tereza e no Colégio Alberto Bins, conforme o mapa. A frequência de reuniões variava, de acordo com o volume de atividades ou a intensidade das mobilizações, entre encontros semanais e quinzenais.

⁶⁸ A ONG Acesso, Cidadania e Direitos Humanos atua há mais de 15 anos em Porto Alegre na defesa dos direitos humanos, direito à moradia e direito à cidade. É coordenada pelo advogado e professor Jacques Alfonsín.

⁶⁹ O SAJU é um programa de extensão universitária ligado à Faculdade de Direito da UFRGS, desenvolvido por estudantes e professores, para prestar assessoria jurídica gratuita. O GAJUP (Grupo de Assessoria Jurídica Popular) é um dos grupos do SAJU que se encarrega das questões ligadas ao direito à moradia. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/saju/> Acesso em: 26/07/2014.

⁷⁰ O FERU-RS é uma articulação de organizações e movimentos que debatem a reforma urbana e atuam nas lutas por moradia e pelo direito à cidade. É vinculado ao Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU) formado em 1987. Disponível em: <http://reformaurbanars.blogspot.com.br/> Acesso em: 26/08/2014.

⁷¹ “Movimento composto por diversos indivíduos, organizações e coletivos de Porto Alegre, unidos na luta por um transporte coletivo público e popular de qualidade”. Disponível em: <http://bloco deluta.noblogs.org/> Acesso em: 26/08/2014. Para uma análise da formação e da atuação deste movimento ver Muhale (2014).

⁷² Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas (RS). Sítio eletrônico: <http://frentequilombola.wordpress.com/> Acesso em 26/08/2014.

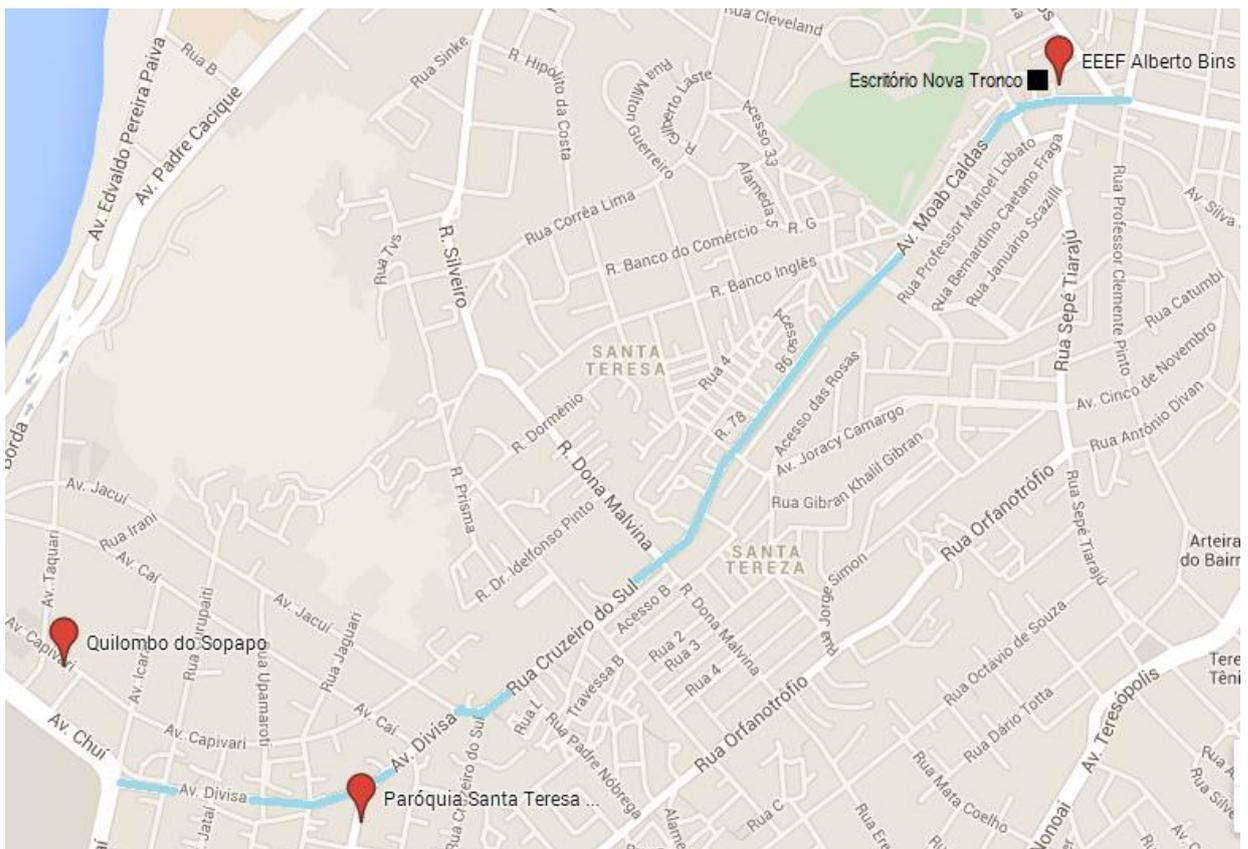


Figura 16. Mapa dos locais de reunião do Comitê Popular da Copa

As atividades e iniciativas do Comitê tratavam de colocar problemas e questionar as formas como a remoção acontece a partir de determinados valores. Na economia moral da remoção (FASSIN, 2012a), o Comitê é um centro difusor de determinados valores, mas também o espaço onde estes circulam e onde ocorrem trocas e disputas importantes. Neste Capítulo, pretendo demonstrar quês valores são estes e como eles são mobilizados para colocar problemas e intervir na remoção.

Por outro lado, as atividades do Comitê produziam situações de expressão dos sentimentos envolvidos com a remoção. Como notou Abu-Lughod (1999) a expressão de determinados sentimentos está relacionada com os contextos nos quais são proferidos os discursos, o que revela a construção de uma autoimagem relacionada a ideais de honra. Assim, poderemos ver as diferenças entre aqueles discursos proferidos para “o grande público” (ou grupos externos à região da Av. Tronco), frente aos representantes da Prefeitura, aos “defensores” e aqueles proferidos “para a comunidade”. Além disso, veremos as diferentes ênfases, de acordo com os contextos, nos sentimentos provocados pela remoção: a angústia, a ansiedade, a tristeza, a indignação, a responsabilização, etc.

Os valores e sentimentos mobilizados pelo Comitê, através das suas atividades – que podem ser divididas entre as formas de denúncia “institucionais”, pelas vias jurídicas, através de audiências públicas e visitas de observadores institucionais externos; e aquelas identificadas como “povo na rua”: atos e protestos de rua que denunciavam os problemas da remoção – eram dirigidos a modificar os marcos das tecnologias implantadas pela Prefeitura para desenvolver a remoção. Como indicou Araújo (2014b), estas duas formas são complementares e uma pode reforçar a outra, de acordo com o momento: uma ação jurídica, por exemplo, pode servir de respaldo, de argumento ou de inspiração para que “o povo vá para a rua”. Se a categoria moral de “irregular” (que se aproxima do “invasor”) se condensa nas políticas de reassentamento oferecidas pela Prefeitura; os valores mobilizados pelo Comitê, de legitimação da ocupação, também buscam condensar-se em dispositivos que garantam que eles possam ser afirmados. Contribuem, assim, para construir agenciamentos em torno da remoção e terminam influenciando sua própria conformação. Os modos de intervir que se mobilizam a partir do Comitê também são tecnologias, no sentido de Rose (2011), embora não estatais: “agenciamentos que ligam seres humanos a objetos, práticas, saberes, multiplicidades, forças, atribuindo-lhes capacidades e demandas específicas”; e, por outro lado, são “um agregado híbrido de saberes, instrumentos, pessoas, sistemas de julgamento, construções e espaços, sustentados por certos pressupostos e objetivos”.

Por fim, os valores mobilizados e que circulam através do Comitê e as ações desenvolvidas ali podem ser interpretados como a performance de um imaginário sobre o poder (DE VRIES, 2002) importante de ser observado.

3.1 Valores

Os valores que o Comitê mobilizava para questionar e intervir na remoção são aqueles ligados, em alguma medida, à ação de militantes sociais e certos profissionais na região. A ênfase na “moradia como um direito”, na “defesa do território” contra a expulsão provocada pelos interesses do mercado imobiliário e a legitimação da ocupação da região pela antiguidade têm a ver com os projetos desenvolvidos ali há algum tempo pelos militantes envolvidos com o Comitê. Estes valores convergem, em certa medida, com aqueles emanados pelos moradores – que destacam o esforço de construção da casa; seus laços afetivos com o bairro e o desejo de

permanecer na região – e os sensibilizam em determinados momentos, embora podemos partir do princípio de que eles têm origens diferentes. Nas atividades e ações do Comitê, ambos valores (de moradores e de militantes) formam uma composição potente e se afetam mutuamente, num arranjo que permite a reivindicação de mudanças nos protocolos da remoção.

Estes valores tem uma história mais antiga, sua origem pode ser remetida à atuação entre o movimento comunitário e em experiências de governo anteriores como o do Partido dos Trabalhadores (PT), que governou a cidade de 1989 a 2004. Para entender um pouco o que está em jogo quando fala-se em direito à moradia, mercado imobiliário e defesa do território, é importante conhecer a trajetória e os pontos de vista de alguns dos principais articuladores do Comitê e que foram meus interlocutores nesta pesquisa. Com cada um deles aprendi muito, em conversas, nas reuniões, nas suas intervenções políticas e nos materiais escritos que produziam.

Waldir, antigo militante da UAMPA (União das Associações de Moradores de Porto Alegre) e um de seus fundadores, morador da região Cristal há cerca de 30 anos, atua há muito tempo no movimento comunitário. Veio a Porto Alegre formar-se sacerdote católico, mas foi-lhe negado o título por se envolver com “a política”, mais precisamente com as comunidades eclesiais de base (CEB’s) e com a fundação de um novo partido na época, o Partido dos Trabalhadores. Desde então, seguiu militando no movimento comunitário e com as chamadas CEB’s. Waldir tem aguçadas avaliações sobre a situação da política nas comunidades empobrecidas da cidade, sua relação com o poder, com a despossessão e com a religiosidade, as quais desdobra a partir de suas leituras sobre a Teologia da Libertação. Assim como outros, acompanhou boa parte da história política de Porto Alegre e do país, sendo agente, construtor e analista destes contextos. Passou pelo movimento associativista e comunitário dos anos 1970 e 1980, pelas mudanças políticas e organizativas na abertura democrática, pela experiência do governo da Frente Popular em Porto Alegre (de 1989 a 2004). Testemunhou a chegada ao governo federal do Partido dos Trabalhadores em 2002, e a eleição a partir de 2004 dos governos municipais de José Fogaça (2004-2010) e de José Fortunatti (2010-2012 e 2013-). Avalia que o Orçamento Participativo (OPPOA), embora já tivesse falhas originárias, após o esvaziamento provocado nos últimos governos, foi uma grande perda para a articulação das associações de moradores e movimentos populares. Aliado a isso, também considera que há uma cooptação muito forte das lideranças comunitárias, por parte dos partidos que estão no Paço Municipal, em troca de melhorias e investimentos bastante pontuais nos bairros.

Como ele, Leandro Antón também acompanhou a experiência de governo municipal da Frente Popular em Porto Alegre, desempenhando a função de assessor comunitário nos processos de regularização fundiária e urbanização de assentamentos irregulares e vilas na cidade. Na época, Leandro era estudante de Arquitetura e hoje cursa Geografia na UFRGS. Tem muito bem elaborada a história das mudanças urbanísticas na cidade, das legislações, das políticas habitacionais, da história do movimento comunitário e das conduções que cada governo deu à política urbana em Porto Alegre. Desde 2008, é um dos coordenadores do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo que promove atividades na região Cristal e é o espaço onde as reuniões do Comitê são realizadas. O Ponto desenvolve uma série de projetos que buscam resgatar e reviver a memória do bairro onde se localiza, as histórias de seus moradores e também monitorar os processos de requalificação urbana ligados à especulação imobiliária na região. O livro “Imagens faladas – Uma reportagem fotográfica sobre a memória do Bairro Cristal”, produzido pelo Ponto, do qual Leandro foi um dos educadores da produção, retrata com muita intimidade o drama de longa duração que é a reconversão de uma região, ocupada há décadas por trabalhadores, em uma zona de shoppings, de torres e de novas elites. A perda dos campos de futebol amador (localizados onde hoje estão o Supermercado Big e o Barra Shopping), a memória das corridas no Jockey Clube hoje vazio e entregue a uma construtora, o testemunho daqueles que construíram o bairro, domavam as enchentes e nadavam no Guaíba limpo, o cotidiano assediado pela expulsão, velada ou direta, no Arroio Cavalhada, a resistência no Morro Santa Teresa contra o despejo, o último morador da prainha do Estaleiro Só e suas memórias sobre o bairro quando ele ainda não tinha prédios, mas tinha cabarés e clubes noturnos... Estão ali retratadas em fotos e testemunhos as histórias que vão compondo o bairro Cristal, suas vilas populares e a região em torno, alentados pelo princípio de que “o lugar é a gente que faz”.

Cláudia é arquiteta/urbanista e assessora técnica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). É uma das porta-vozes do Comitê Popular da Copa e já foi coordenadora da Articulação Nacional dos Comitês da Copa (ANCOP)⁷³. Certa vez, apresentou, num debate promovido na Faculdade de Arquitetura, o painel chamado “A Crise Urbana e as manifestações no Brasil”. Nesta ocasião, Cláudia discorreu sobre a produção capitalista da cidade e sua relação com a crise urbana que vivemos atualmente. Segundo ela, mesmo com o avanço das legislações, como o Estatuto das Cidades (2002), o planejamento urbano não é mais do que um “fetiche” e o solo urbano continua sendo um ativo financeiro dos

⁷³ A ANCOP é o espaço de articulação nacional dos Comitês Populares da Copa locais.

mais rentáveis. As intervenções estatais incrementam o jogo de valorização imobiliária e o mercado é “a régua” que exclui as populações do acesso à moradia e à terra urbana. Sem regularização fundiária massiva, todos os investimentos recentes nas cidades (em saneamento, em mobilidade e em moradia com o Programa Minha Casa Minha Vida) tendem a expulsar moradores pobres de suas moradias – “irregulares” para as administrações municipais, já que não detêm o título de propriedade – impondo a remoção e o reassentamento para áreas longínquas. Nesse contexto, carente de uma reforma urbana efetiva e onde o mercado imobiliário dita as regras de construção da cidade, as remoções não são processos isolados ou passageiros. As obras para a Copa do Mundo, neste cenário, aceleram dramaticamente a dinâmica já estabelecida, segundo ela. Cláudia dá o exemplo das obras de mobilidade para a Copa, que terminam cumprindo a função de “limpar” os espaços, expulsando as populações empobrecidas. Nestas obras também está o objetivo de tornar a cidade atrativa para investimentos estrangeiros, para a realização de outros eventos, etc.

Seu Zé, Noeli, Cristina e Cristiane, Sirley, Renato, Bruna eram moradores da região que frequentavam assiduamente as reuniões e com quem tive maior contato. Estes vinham com bastante frequência e era possível contar com eles como “mobilizadores” das atividades do Comitê. Traziam vizinhos e conhecidos que davam seus depoimentos, mais ou menos angustiados ou indignados. Alguns seguiam comparecendo às reuniões, outros encerravam rapidamente sua participação no grupo. Porém, nas atividades mais ampliadas ou em épocas de maior agitação, reapareciam muitos deles, avisados pelos frequentadores mais assíduos que mantinham os vizinhos e parentes informados.

A vitória da luta por regularização fundiária no Morro Santa Teresa (que fica na mesma região) sempre era trazida como uma referência na “defesa dos territórios”, ou seja, no esforço de legitimação das ocupações irregulares nas regiões próximas ao centro da cidade. Os representantes da luta pela regularização fundiária no Morro Santa Teresa, Orley e Seu Darcy, eram presenças confirmadas nos encontros. Sua luta era um exemplo de “resistência” a ser seguido na Av. Tronco, pois tinham conquistado o direito de ficar na região onde sempre moraram. Esta defesa das ocupações no embate com as forças de expulsão ligadas a elitização da região pode ser ilustrada na frase de Waldir, em uma reunião com moradores: “Querem que os pobres saiam da região, do Cristal principalmente. Querem transformá-lo num bairro Moinhos . Mas e o povo que construiu essa região? É hora de fincar o pé! [cravar o pé]”.

Segundo Araújo (2014a), a conformação do Comitê se deu a partir de lutas anteriores pelos territórios urbanos em Porto Alegre, principalmente na região Cristal, (no Morro Santa Tereza, com o Movimento O Morro é Nosso), influenciadas por um redirecionamento de certos coletivos a formas de luta que se deslocaram dos espaços de participação social institucionalizados, como o Orçamento Participativo (OPPOA) e tiveram como base redes formadas a partir das edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Estes elementos influenciaram a conformação de “espaços não estatais de mobilização coletiva entre organizações sociais e lideranças comunitárias” (ARAÚJO, 2014a, p.160) como o Comitê. Assim, os valores mobilizados, as formas de atuar, os problemas levantados e as conexões feitas pelo atores vinculados ao Comitê podem ser remetidas a esses processos anteriores e paralelos dos quais também tomavam parte e que orbitavam em torno da questão sobre a ocupação do solo urbano na cidade de Porto Alegre.

Desta forma, no espaço do Comitê se enfatizam as memórias afetivas em relação ao bairro, o protagonismo dos moradores na construção da infraestrutura e a história de ocupação da região, buscando legitimá-la. Nas palavras de Seu Zé: “Respeitem nossa história. A população que está sendo expulsa foi quem conquistou tudo para a região – transporte, água, posto de saúde, etc. Vivo na região há 70 anos, nasci no Morro Santa Tereza e vivi toda minha vida aqui”. Também propõe-se a “defesa do território” frente às forças de expulsão que terminam deslocando os pobres para as periferias da cidade. Destaca-se que a região Cristal é um alvo de grande interesse do mercado imobiliário e da elitização, e contrapõe-se a este processo o argumento de que “os pobres também tem direito de morar perto do centro”. A presença destes vetores de ação do mercado em parceria com o poder público embasavam a avaliação de que as remoções não são processos isolados ou passageiros, mas ligados a um processo geral que atinge toda a cidade, principalmente os espaços mais visados pelo setor imobiliário. Assim, nas atividades do Comitê sempre tentava-se conectar a remoção na Av. Tronco com outras remoções da região – como a do Arroio Cavalhada, em função do PISA (Projeto Integrado Sócio-Ambiental) – ou da cidade – como a da Vila Dique pela ampliação da pista do Aeroporto Salgado Filho. Tais remoções, além de terem causas semelhantes, compartilhavam os mesmos instrumentos – Bônus-Moradia, Aluguel Social, etc. – e serviam como “laboratórios” dos mecanismos e métodos de remoção, como era constantemente enfatizado nas atividades do Comitê.

Por outro lado, a criação dos Comitês Populares da Copa em cada cidade-sede teve como intenção “monitorar e impedir as violações de Direitos Humanos” durante as preparações

para o megaevento. Mobilizava-se, assim, um discurso da centralidade dos direitos: direito à moradia, direito à informação, direito à participação, entre outros. O Comitê, portanto, enfatiza a permanência na região; a garantia dos direitos – à moradia digna, à informação e à participação; e a legitimidade da ocupação – também com base em legislações como o Estatuto das Cidades (2002) e nos direitos constitucionais. Estes valores se referem a forma como a remoção “deve” acontecer: respeitando a possibilidade de ficar na região; respeitando o direito dos moradores de serem informados sobre os planos da Prefeitura e de participarem das decisões que envolvem a remoção. Assim, o Comitê foi endereçando questões e problemas à Prefeitura com base nestes valores.

3.1.1 Direito à informação e direito à participação

Como vimos no Capítulo 1, a notícia da duplicação e da remoção chegou “como uma bomba” para muitos e a falta de informações sobre os rumos de ambas sempre foram um problema destacado pelos militantes e moradores membros do Comitê. A falta de informações da Prefeitura desatou o barramento do Cadastro Socioeconômico, no primeiro semestre de 2011. Sem informações sobre o seu futuro na região e o que aconteceria com suas moradias, os moradores do Cristal (com a participação do Comitê) resolveram em assembleia no dia 9 de fevereiro de 2011 que não responderiam ao cadastro socioeconômico do DEMHAB enquanto as autoridades envolvidas não prestassem esclarecimentos. Nesta assembleia também foi decidido que, se as famílias tivessem de ser removidas, teriam que ser reassentadas na mesma região, além de ser contestada a construção de uma praça prevista no traçado da obra. Em resposta, realizou-se uma audiência pública em março de 2011, onde representantes da Prefeitura apresentaram alguns dados sobre a obra e o reassentamento. Nesta ocasião, a Prefeitura apresentou apenas o plano viário e um esboço do plano de reassentamento, que ainda não estava pronto. Naquele momento, sinalizava que parte das famílias seria removida para terrenos fora da região⁷⁴. Foram as primeiras informações conseguidas pelos moradores e pelo Comitê. Esta era uma das principais atividades do Comitê: exigir, pleitear e armazenar

⁷⁴ Segundo as estimativas da Prefeitura, cerca de 1.800 famílias seriam atingidas e planejava-se distribuí-las da seguinte maneira: “Expectativas de Relocação: 700 famílias na região; 600 famílias fora da região (Bônus Moradia / Novas Áreas); 300 famílias distribuídas em outros projetos habitacionais; 200 famílias na área do exército (área em negociação)”. Fonte: apresentação da Prefeitura na audiência pública, disponível em: http://www.prrs.mpf.mp.br/home/audiencias/copa-2014/anexo_3_planejamento_da_avenida_tronco_27.09.10.pdf. Acesso em: 26/08/2014.

informações sobre a obra e sobre o reassentamento. O acesso às informações era insuficiente, segundo eles, e remetia também ao problema da participação.

À SECOPA (Secretaria Extradornária Especial para a Copa)⁷⁵ estava vinculado o **Comitê Gestor Específico para o Projeto de Duplicação da Av. Tronco**⁷⁶, que reunia as Secretarias Municipais envolvidas na obra e “incluía líderes comunitários da região”. Os três nomes que constavam, no entanto, eram todos eles moradores da região Cruzeiro. Destes, apenas um era atingido pela duplicação da Avenida. Os moradores que haviam barrado o Cadastro Sócio-econômico e que eram próximos ao Comitê moravam na região Cristal, portanto não possuíam representação neste Comitê Gestor da Obra. Na audiência de março de 2011, os moradores do Cristal, juntamente com o CPC, exigiram e foi-lhes assegurada “participação via representantes comunitários” no Comitê Gestor da Obra – foram incluídos quatro moradores, dentre os quais José e Noeli. Esta foi a forma de garantir a **participação**, embora esta não tenha acontecido de forma satisfatória, segundo o Comitê, o que os levou a seguir problematizando este ponto.

⁷⁵ Secretaria criada especialmente com o objetivo de gerenciar, em parceria com as demais secretarias municipais, a preparação de Porto Alegre para a Copa do Mundo de 2014 que aconteceu no Brasil. Monitorava e supervisionava os projetos da Prefeitura ligados aos jogos. Disponível em: <http://www.secopapoa.com.br/default.php> Acesso em: 26/06/2014.

⁷⁶ Segundo a publicação no Diário Oficial de Porto Alegre de 03 de setembro de 2010: “O Prefeito Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais CONSTITUI, em razão da importância estratégica do projeto de duplicação da Av. Tronco para a cidade e para o conjunto de intervenções urbanísticas relacionadas à Copa do Mundo 2014, o Comitê Gestor Específico para o Projeto de Duplicação da Avenida Tronco [...]. Em função da complexidade das ações necessárias à duplicação da Av. Tronco e seu entorno, o presente Comitê Gestor Específico reunir-se-á com regularidade a fim de que as decisões e encaminhamentos para a viabilização técnica e social do mencionado projeto sejam tomadas de maneira conjunta e coordenada.”



**Figura 17. Moradores na assembleia do dia 9 de fevereiro de 2011. Fotografia:
Kátia Marko, 2011.**



**Figura 18. Moradores na assembleia do dia 9 de fevereiro de 2011. Fotografia:
Kátia Marko, 2011.**



Figura 19. Moradores na assembleia do dia 9 de fevereiro de 2011. Fotografia: Kátia Marko, 2011.

Em agosto de 2012, preparou-se no Comitê uma carta-denúncia ao Ministério Público do RS, que foi acionado para “garantir o direito à informação e à participação” – palavras proferidas na reunião em que a carta foi entregue ao promotor. Era preciso uma nova intervenção do MP-RS para garantir estes direitos, argumentavam. No entendimento do Comitê, expresso na carta, a entrada no Comitê Gestor da Obra da Avenida Tronco não foi efetiva, pois, denunciavam os representantes do Cristal (Seu Zé e Noeli), o grupo não se reúne com frequência, e quando se reúne ou não convoca os representantes ou avisa do encontro em cima da hora, dificultando a organização. Nas reuniões que aconteceram, relatam, “as informações só foram repassadas, as decisões [quanto à obra e o reassentamento] já estavam tomadas”. “Nos tratam como ignorantes, sem direito à saber o que está acontecendo e como se não pudéssemos tomar decisões sobre a obra”, diz Leandro ao promotor. Portanto, a inclusão no Comitê Gestor foi classificada como “falsa participação”. Além disso, muitas informações sobre a obra ainda não haviam sido publicizadas pela Prefeitura: o projeto de execução da obra, o Cadastro Sócio-econômico com as informações sobre as famílias atingidas, o Plano Habitacional de reassentamento apresentado à Caixa Econômica Federal; e os questionamentos dos moradores e do Comitê feitos em 2011 quanto ao traçado da avenida (a construção de um canteiro-praça de 100 m) não foram discutidos.

Assim, através destas ações o Comitê mobilizava a ideia de que os moradores tinham direito de ser informados, de intervir nos rumos da remoção e de participar de suas decisões. Além disso, buscava garantir o direito à informação e à participação através de alguns mecanismos específicos – como a representação no Comitê Gestor da Obra; o acesso a documentos referentes ao reassentamento; a intervenção do Ministério Público nos rumos da obra, através da realização de audiências públicas, onde eram difundidas informações tomadas como oficiais sobre a remoção e quando acordos eram firmados com a Prefeitura.

Aqui a interação entre Prefeitura e Comitê colocava em cena uma forma de imaginar o poder estatal (DE VRIES, 2002). Há uma performance ativa, no sentido de que cria uma realidade, da existência de um núcleo afastado onde as decisões são tomadas e as informações são armazenadas e, na maioria das vezes, não compartilhadas. A insistência do Comitê em exigir informações expunha uma característica da remoção: as informações muitas vezes sequer existiam ou, então, não estavam sistematizadas em nenhum lugar. Quando o Comitê as solicitava, a Prefeitura se obrigava a produzi-las, como no caso dos planos de reassentamento, que não estavam prontos quando iniciou-se o Cadastro Sócioeconômico. O fato é que, como conta uma funcionária do Escritório, a obra viária foi planejada sem contar com o plano de reassentamento – que foi produzido apenas posteriormente. As informações “arrancadas” da Prefeitura eram produzidas justamente pela necessidade de apresentar alguma resposta ou explicação. A falta de informações era um fato concreto, que fazia crescer uma desconfiança muito forte: a Prefeitura estava escondendo seu planejamento e monopolizava a informação, fazendo um uso estratégico dela.

3.1.2 Ficar na região

As ações que visavam garantir o direito ao reassentamento dos moradores atingidos na região foram variadas. Uma delas era a exigência constante de que se aumentasse o valor do Bônus Moradia, pois os 52 mil reais oferecidos não permitiam aos moradores comprar imóveis no local da intervenção. “Ficar na região” permitiria às famílias manter sua identificação com o bairro, além de seguir tendo acesso aos serviços públicos e morar perto do Centro – segundo o argumento do Comitê.

A iniciativa mais importante, no entanto, aconteceu em 2010, nos primeiros passos do Comitê como espaço de contestação à remoção. Antecipando-se às pretensões insinuadas pela Prefeitura de assentar apenas uma parte das famílias na região, com a justificativa de que não haviam terrenos disponíveis nas cercanias da Avenida, formou-se uma Comissão de moradores que, com a ajuda dos membros do Comitê, levantou áreas disponíveis na região, que poderiam ser desapropriadas para a construção dos empreendimentos do MCMV. Tal comissão foi composta por José Renato Maia, Sirlei, José Araújo, Noeli (moradores atingidos) e Leandro Antón – sendo estes três últimos interlocutores desta pesquisa. As caminhadas, manifestações e assembleias realizadas na época foram fundamentais para “pressionar” o poder público e, no começo de 2011, as áreas foram gravadas como de interesse público. Das dezessete áreas apresentadas, treze foram desapropriadas pela Prefeitura e, posteriormente em 2013, também foram gravadas como AEIS (Área Especial de Interesse Social) para assentar “prioritariamente” as famílias atingidas pela obra, segundo o texto da lei⁷⁷. Sem a conquista destes terrenos na região para as construções do MCMV, provavelmente a Prefeitura cederia áreas públicas na periferia de Porto Alegre – onde se localizam a maioria das áreas gravadas como AEIS e onde foram realizados outros empreendimentos pelo MCMV (na faixa até 3 salários mínimos) em Porto Alegre.

Outra forma de garantir que as pessoas pudessem permanecer vivendo na região era buscar a indenização pela posse. Nenhuma das alternativas de reassentamento oferecidas pela Prefeitura cobre a posse do terreno: consideradas ocupações irregulares, apenas as benfeitorias das construções eram pagas e, no caso do Bônus Moradia, o valor não computava o preço de um terreno na região – bastante valorizados. Assim, uma ação jurídica coletiva foi cogitada, podendo significar uma “alternativa concreta para os moradores dispostos a resistir” caso houvesse êxito. O plano seria angariar de vinte a trinta famílias interessadas em entrar na Justiça reivindicando seu direito à posse – que afirmariam “não vamos sair, não vamos abrir mão do que temos”. Com uma vitória judicial, poderia abrir-se o precedente para que mais famílias fossem indenizadas pela posse de seus terrenos. A ideia, no entanto, foi logo desestimulada por um dos advogados que participavam das reuniões, já que uma derrota poderia ser “definitiva”, caso a Justiça entendesse que as famílias não deveriam ter direito à indenização pela posse.

⁷⁷ Projeto De Lei Complementar Do Executivo - PLCE 003/13 disponível em: <http://projetos.camarapoa.rs.gov.br/processos/117990> Acesso em: 26/08/2014. A gravação das áreas como AEIS (Áreas Especiais de Interesse Social) permite que a Prefeitura doe os terrenos ao FAR (Fundo de Arrendamento Fundiário). Assim, as construtoras contratadas pelo PMCMV não necessitam comprar os terrenos e incluí-los no custo total das moradias.

Esta tentativa de legitimar a posse pela via jurídica poderia ser mais exitosa em casos individuais, como no caso de José. Quando o entrevistei pela segunda vez, estava reunindo documentos para finalmente requisitar o **usucapião urbano** sobre o terreno que ocupa há mais de 40 anos. Para isso, agencia recursos técnicos e contatos pessoais, amigos que conheceu no Comitê que podiam ajudá-lo na empreitada. O dinheiro da indenização pela posse do terreno será usado para fazer as “arrumações” necessárias na casa, diz ele, que terá uma parte cortada pela Avenida.

O dinheiro que vier, é pela posse, pelo direito, pelo **tempo** que estou aqui, pela **tua vida que tu dedicou**, o período todo. Então eu vou ter que lutar com eles, se eles tiverem que desmanchar a minha casa mesmo, eu vou ter que brigar com eles para receber inclusive pela terra. [bem enfático] Porque a terra não é deles. Então isso eu vou lutar com eles, pelo menos para que seja indenizado e para que eu possa ajudar a minha filha a fazer a casa na parte de cima [com o dinheiro da indenização].

O dinheiro recebido como indenização é entendido como um reconhecimento pelos anos de dedicação na construção da casa e pelo tempo de moradia. Embora individual, esta estratégia também era pensada como um “respaldo” para outras iniciativas já que comprovava juridicamente a legitimidade sobre a posse dos terrenos.

3.1.3 Direito à moradia: criando garantias

Ao constatar o descompasso entre os tempos de execução das obras (viária e habitacional) e o risco que corriam de ver suspenso seu direito a uma nova moradia, moradores atingidos, lideranças comunitárias e apoiadores a partir da iniciativa do Comitê lançaram-se na campanha “Chave por Chave” para garantir que a Prefeitura não os retirasse de suas casas sem antes entregar a nova moradia – ou seja, para que não haja despejos, nem o uso das Casas de passagem e do Aluguel Social. A campanha começou em abril de 2012, depois de comunicado o início da obra de duplicação (previsto para maio de 2012), sinalizando a “falta de uma proposta concreta da prefeitura para o reassentamento das famílias que serão removidas”, o risco das famílias não serem reassentadas na região e a eminência do uso das tecnologias do Aluguel Social e das casas de passagem pela Prefeitura. Constatando o descompasso entre o tempo das duas obras a campanha reivindicava: “antes da avenida é preciso construir as

casas⁷⁸. As áreas indicadas na região pela Comissão de Moradores já haviam sido gravadas como de interesse público, no começo de 2011, e as desapropriações estavam sendo feitas. No entanto, não havia nenhum sinal de construção das novas moradias nos terrenos.



Figura 20. Colagem de cartazes feita na região. Fotografia: Leandro Antón, 2012



Figura 21. Moradores presentes na Plenária do OP. Fotografia: Ramiro Furquim, 2012

⁷⁸ Informações disponíveis no blog do Comitê Popular da Copa: <http://quilombodosopapo.blogspot.com.br/p/comite-popular-da-copa-2014-cristal.html> Acesso em: 26/08/2014.

Em uma plenária do Orçamento Participativo, no início de maio de 2012, as entidades e moradores da região se reuniram para cobrar da Prefeitura garantias sobre suas futuras moradias, levando a campanha à atividade. “Quando vimos que eles estavam só enrolando e não teríamos garantia nenhuma, criamos o movimento Chave por chave. Eles querem ruas, nós queremos casas”, disse a moradora Noeli na Plenária⁷⁹. Apesar de ponderar que o projeto habitacional estava atrasado, o prefeito afirmou que na sua gestão “nenhum morador será despejado” e utilizou a linguagem criada pela campanha para demonstrar um compromisso com os moradores: “o compromisso está comigo. Troca chave por chave e depois nós faremos a Avenida”.



Figura 22. Plenária do OP, com a presença do Prefeito José Fortunati. Fotografia: Ramiro Furquim, 2012

A Campanha serviu para criar garantias de que a Prefeitura não iria obrigar os moradores a irem para o Aluguel Social ou para as Casas de Passagem e, além disso, para “pressionar” pela construção dos apartamentos do MCMV nas áreas desapropriadas na região. Constantemente se relembra, nas audiências e encontros com a Prefeitura, do compromisso verbal firmado com o “Chave por chave”. No entanto, esse era um acordo não oficializado em nenhum documento, o que o tornava frágil, sendo preciso reafirmá-lo sempre, nas atividades do Comitê.

⁷⁹ Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/moradores-criticam-politica-habitacional-da-prefeitura-de-porto-alegre/> Acesso em: 26/08/2014.



Figura 23. Cartaz da campanha “Chave por Chave” em uma casa da Vila Cristal.

Fotografia: Leandro Antón, 2012

3.1.4 Romper o consenso em torno da obra: desenvolvimento e Copa do Mundo

A ausência de críticas ou denúncias quanto à remoção na Av. Tronco durante as eleições municipais de 2012 parecia coroar um aparente consenso de que as obras significavam “desenvolvimento para a cidade”. Em 2012, inclusive, o Prefeito havia mencionado a existência de “pessoas em Porto Alegre que são contra o desenvolvimento”, se referindo às atividades do Comitê. A Prefeitura apresentava a obra como “um benefício para todos os setores da sociedade” – dos moradores atingidos ao conjunto geral da população portoalegrense. Por isso, uma das tarefas no Comitê era tentar contrapor o argumento de que a obra era um “bem” feito aos moradores para poder expor os problemas envolvidos com a remoção.

Era preciso mostrar-se comprometido, no entanto, com os valores do desenvolvimento, já que a pecha de ser “contra” parecia deslegitimar seus pleitos. Bruna, na audiência pública realizada na Câmara Municipal, declara: “Não somos contra a Copa, contra o desenvolvimento... queremos que a duplicação seja parte de um projeto de desenvolvimento

para a região, para todos, já que a maioria são aqueles que ficam”. Constantemente, frente as acusações, era necessário deixar claro: “Não somos contra a obra, só queremos que respeitem os nossos direitos”. Como a obra estava ligada à realização do Mundial, também era preciso dizer, num princípio, “Não somos contra a Copa”. Ao longo do tempo, no entanto, a crítica ao megaevento como uma forma de acelerar os processos já mencionados – de especulação imobiliária, de expulsão dos pobres das regiões centrais, higienização e elitização da cidade – foi tomando volume e se somando a outros processos de mobilização em Porto Alegre, e em todo o Brasil. Moralmente se tornara difícil de sustentar uma obra com tamanho impacto na vida das famílias “em nome da Copa”. “O povo que irá receber os povos está sendo massacrado”, diz um morador à reportagem do Sul21 na época dos protestos de junho/julho de 2013. O prefeito Fortunatti então, como vimos, retira a obra de duplicação do escopo da Copa do Mundo, em meio aos protestos de Junho. Embora não tenha ficado claro se a retirada ocorreu em razão de atrasos na obra ou das críticas à Copa, o Prefeito assim a anunciou: “Agora não podem dizer que são contra as obras da Copa em Porto Alegre. Não haverá qualquer alteração de cronograma ou execução das obras. Essa decisão acordada com o governo federal demonstra que as intervenções hoje em Porto Alegre não visam apenas a Copa do Mundo, mas fundamentalmente preparar um futuro melhor para a cidade”.

Porém, outros valores seguiam sustentando a obra e a remoção como um “benefício” para os atingidos – como o fato de “tirar os moradores da irregularidade” e “qualificar suas condições de vida” – e um “bem” para todo o conjunto de habitantes da cidade. Um dos secretários municipais sustentou da seguinte forma a obra: “A Tronco é um projeto para as pessoas. As pessoas que serão beneficiadas moram em lugares irregulares, sem propriedade, sem urbanização, em condições inóspitas. Todos os segmentos sociais da cidade serão beneficiados com o projeto”. Para expor os problemas decorrentes da remoção, o Comitê e os moradores ainda precisavam romper a aura positiva em torno da obra. Nas faixas que levavam em algumas atividades, denunciavam a prioridade à obra viária em detrimento da construção das moradias: “Máquinas na rua, e nossas casas onde estão?”.



Figura 24. Caminhada do Cômite Popular da Copa-Cristal, com moradores, ao longo de toda a Av. Tronco, no dia 4 de maio de 2012. Fotografia: Leandro Anton, 2012

3.2 A ênfase na luta conjunta e na resistência

Para defender seus direitos – à informação, à participação, à moradia, à permanecer na região –, obter garantias sobre a futura moradia, legitimar sua posse sobre os terrenos, reivindicar valores mais justos para a indenização, enfim, para interferir nos rumos da remoção, reforçava-se, a partir do Comitê, a necessidade de que os moradores atingidos se “unissem”, “lutassem” e “resistissem” às investidas da Prefeitura. “Lutar” implicava exigir, mobilizar-se nas atividades, brigar, “ir para rua”, participar dos atos públicos. “Resistir” implicava basicamente “fincar o pé” [teimar, insistir com afinco, permanecer no lugar em que se está], enfrentar a remoção declarando que não sairiam da casa sem uma proposta justa de reassentamento. Estes valores tinham uma inspiração importante nas lutas pretéritas na região, revividas nas histórias de Seu Zé da época da União de Vilas. “Se fosse naquela época quando a União de Vilas estava forte, esse problema já estaria resolvido, porque o pessoal vinha pra rua, fazia movimento mesmo, forte, contra os malfeitos da Prefeitura. O pessoal resistia mesmo, conquistou muitas vitórias, casas, urbanização, ônibus, etc”.

Estes valores eram difundidos e reforçados durante as atividades, assembleias, reuniões e caminhadas. Estes momentos, porém, eram situações em que também aconteciam encontros, trocas e fricções entre valores, principalmente nas caminhadas, que eram ao mesmo tempo

“marchas”, para difundir as consignas e atividades do Comitê, e “conversas” para compreender a situação, os anseios e as disposições dos moradores atingidos. Nestas ocasiões saíamos em caminhada, indo de uma ponta à outra da Avenida Tronco, batendo de porta em porta nas casas para saber das expectativas e dificuldades das pessoas e para apresentar a alternativa de “lutar conjuntamente”. Uma dessas caminhadas aconteceu em agosto de 2012, quando a obra já havia começado sem, no entanto, ter avançado muito. Éramos cerca de 30 pessoas, entre moradores e militantes do Comitê. Logo a frente seguiam os tambores tocados por alguns militantes do Levante Popular da Juventude, chamando atenção à caminhada, enquanto uma faixa em amarelo e preto anunciava: “As máquinas estão aí, e nossas casas onde estão? Não ao aluguel social e às casas de passagem”.

Encontrávamos, eventualmente, nas conversas com as pessoas, posições, sentimentos e valores diferentes daqueles trazidos pelo Comitê. Por exemplo, um senhor que considerava uma “maldade” o que estavam fazendo, mas não parecia muito disposto a reagir energicamente contra tal iniquidade. Frente a nossa pergunta sobre qual opção havia feito no momento do cadastro, respondeu que não lembrava. Disse, triste, que não sabia “o que fazer com essa história de ter que sair... é uma maldade o que estão fazendo”. Alguém lhe diz que a luta do Comitê objetiva garantir casas na região, que essa opção é possível se assim querem as pessoas, que “juntos” poderíamos forçar a Prefeitura a atender a vontade de todos. Estávamos interessados em saber quem estava disposto “a ficar na região”, quem desejava “ter uma casa no Cristal”. Ele, então, responde imaginando a possibilidade: “para mim sim, vai ser muito bom uma casinha aqui. Eu gostaria muito”. Uma parte das pessoas com que conversamos dizia “preferir” casa e, “se possível”, na região – trabalhavam com as possibilidades que a remoção oferecia.

Esta atitude de ouvir os moradores resultava num momento em que estes podiam expressar lamentos e sentimentos em torno das dificuldades que sofriam: a mãe doente que não tinha condições de ir morar na praia; o que consideravam “maus-tratos” no Escritório; a desconsideração que sentiam por parte da Prefeitura. “Está bem difícil, não conseguimos mais dormir direito por causa dessa história. No Escritório fui muito maltratada, eu que já não sou de reclamar”, dizia uma senhora. Outros contavam suas histórias: “Moramos há 36 anos aqui, lutamos muito pra conseguir, meu marido até vendeu o carro para comprar o terreno”. O sofrimento, a desesperança e a falta de ânimo para reagir também eram ouvidos, como neste desabafo de uma mulher em agosto de 2013: “já tentei de tudo, fui em reunião [do Comitê], fui em passeata, falei com a imprensa... nada adiantou, estou desistindo”.

A luta conjunta implicava, por um lado, uma certa **unidade entre os atingidos**, que era buscada através das caminhadas que abarcavam toda a Avenida e através das assembleias, que colocavam em contato os diferentes problemas sofridos pelas pessoas. Por outro lado, a luta conjunta necessitava de um valor muitas vezes enfatizado pelos moradores que entrevistei: a atitude de lutar não apenas por si, mas também pelos demais – vizinhos, pessoas “da comunidade”. Para alcançar essa unidade, a expressão dos sentimentos e os relatos pessoais nas plenárias e atividades eram muito importantes. Noeli destaca a profundidade que adquiriram suas manifestações emocionadas, para si mesma e para os demais, ao transmitir a angústia, a ansiedade e o sofrimento que sentia:

Eu não sabia que eu conseguia falar tão bem assim na frente de todo mundo... e que me comovia. Muitas falas minhas, sabe, me tocava tão fundo que eu sentia que eu tocava no coração das pessoas. E aquilo ali me deixava, sabe... aliviada [suspiros] por ser tão autêntica. E é uma história que não é só minha, é da comunidade toda. (...) Pra chamar para as reuniões, falava com um, com outro, os vizinhos, batia em todos... agora eu conheço todos [com ênfase] da minha comunidade. Eu não sabia que tinha tanta gente assim, eu comecei a prestar atenção, a conversar com eles, a explicar... tanto é que eles pensaram que eu tava dando casa, de tanto que eu conversava, explicava o que tava acontecendo, sabe? E eu dizia: “não, não estou dando casa, quem sou eu!, olha... se eu estivesse dando casa, olha a minha!, Já teria saído, não estaria morando do jeito que eu moro ali...” sabe?

Os vizinhos se reconheciam nessa espécie de porta-voz e elogiavam a atuação de Noeli. Os sentimentos podiam ser comunicados e compartilhados, criando um sentido de unidade neste sofrimento. Estes relatos vinham acompanhados dos incentivos de “temos que nos unir”, “conversar e decidir juntos o que fazer”, “enfrentar a negociação individual que a Prefeitura está oferecendo”, “não negocie sua saída sozinho, converse com seu vizinho, venha às reuniões”. Trata-se de uma forma de contrapor a lógica de negociação individual instaurada pelas tecnologias de remoção, criando nexos entre os problemas de cada um como os problemas de todos os atingidos pela duplicação – de problemas individuais para problemas coletivos.

As mobilizações de rua, assembleias e caminhadas ao longo da Avenida eram também uma forma de enfrentar a divisão territorial, já que de uma ponta à outra da Avenida são 3,8 Km de extensão e sete vilas impactadas, sendo difícil saber como estava a situação em cada trecho. A intenção era de que as pessoas se conhecessem entre si e reconhecessem os problemas que partilhavam com respeito à remoção. “Eu sou do Cristal”, disse uma moradora em uma reunião, “mas sei que estão acontecendo as mesmas coisas na Moab Caldas [do lado oposto a onde mora], que as pessoas estão sofrendo igual lá”. No final de 2013, inclusive,

mudou-se o nome para Comitê Popular da Avenida Tronco, como forma de acolher melhor os moradores de ambas regiões da Avenida. Assim, as reuniões passaram a ser realizadas a cada semana em uma parte da avenida: no Quilombo do Sopapo ou na Igreja Santa Tereza, no Cristal; e na Escola Alberto Bins, perto do Posto de Saúde, na Vila Tronco. Uma pequena *van* era disponibilizada para levar os moradores de uma ponta para a outra.

A dimensão do “lutar pelos demais” colocava em circulação uma forma de altruísmo e de coragem que deviam ser reconhecidos: ao lutar pelos próprios problemas tratava-se igualmente de trazer benefícios para vizinhos, companheiros e iguais. “Dando a cara à tapa” se conquistariam melhorias que se estenderiam aos demais. Ou, como expressou Noeli, sua vontade era de “seguir lutando pela sua comunidade”, caso pudesse permanecer no Cristal – trazendo creches, educação, asfaltamento, etc. Esta disposição confrontava-se com o fato de que “tem uns que só pensam no próprio umbigo [em si mesmos], não dá pra confiar”, diz Seu Zé, se referindo àqueles que abandonam a luta quando conseguem “melhorar de vida”. Nas palavras de Seu Zé, Cristiane e Cristina:

Mesmo que a minha casa tenha que sair, eu vou ficar... porque o terreno é grande. Então, se eu tiver que entregar a minha casa eu vou ficar por ali mesmo. Mas eu estou lutando pelos outros, meus vizinhos, por toda essa gente, né. Eles não entendem isso, que as pessoas que menos vão ser prejudicadas, entre aspas porque todos vão ser prejudicados, é os que estão lutando por eles.

(...)

Cristiane: Mas quem está aqui no pátio hoje, foi tudo por nós. Nunca foram em nenhuma reunião, no DEMHAB, nada. Tudo fomos nós que fomos atrás. Tem que agradecer a nós. A Rose, por exemplo, mora aqui há 8 anos, mas só foi em algumas reuniões porque nós botamos pressão. Ela tinha medo da Dona Glória [locatária das casas], ela teria ido embora há muito tempo, se não fosse nós. Tem gente que morava aqui, na época, que pegou e foi embora, ficou sem o direito de pegar uma casa.

Cristina: Mas sempre foi tudo nós... ia nas reuniões toda a semana, e a velha [locadora das casas] morava aqui ainda, nos infernizava porque a gente ia nas reuniões. Nós demos a cara à tapa. E convencemos todo mundo que podíamos ficar, resistir né, mas de certa forma foram nas costas da gente [apoiaram-se nelas].

Os militantes do Comitê, que não eram atingidos pela obra e não moravam na região, justificavam da mesma forma seu apoio à luta: “Estamos aqui para lutar com vocês, pelos direitos de todos”. Esta disposição, no entanto, era contestada em alguns momentos, como na ocasião em que o Comitê realizou uma atividade chamada “Mutirão por Direitos”, em parceria

com o Bloco de Lutas. Frente a declaração das jovens que divulgavam a atividade ao longo da avenida, de que estavam lá para “lutar pelos direitos das pessoas”, um senhor indagou: “Hum. Nós aqui precisamos de certas coisas: asfaltar, creche, saneamento, etc., mas e vocês quais as suas necessidades? Pelo quê vocês estão lutando?”. As jovens rebatem: “Estamos lutando pelos direitos de todos, desde o transporte público até o direito à moradia. Estamos aqui para ajudar a lutar pelo direito de vocês também, à mobilidade, à cidade, à moradia”. E o senhor arremata: “Ah, então vocês não estão lutando por necessidade, querem nos ajudar”.

Há duas dimensões da luta conjunta, do “lutar pelos demais”: aquela “luta conjunta” dos que passam pelo mesmo problema e no sofrimento compartilham de uma situação e de um mesmo conhecimento sobre este sofrimento (DAS, 1999); e aquele apoio ou ajuda daqueles “que não estarão ali no momento de ser removidos”. Quem vai ser removido, em algum momento precisa reagir diferente, mudar estratégias, “correr atrás”, em suma, já que a atitude de “resistir” pode não resolver todos os problemas, conforme a remoção vai se consolidando. Nas palavras de Cristiane e Cristina:

Cristiane: Resistir agora para nós está difícil. Não tem como a gente ficar aqui. Agora não serve mais muito pra nós. Tá bem claro já, pra ter os apartamentos tem que ir pro aluguel social. Já acabou o Bônus, **se nos enrolarmos mais um pouco...** vamos ter que sair de qualquer jeito, pegar o aluguel social de uma vez.

Cristina: Nós vamos nas reuniões [do Comitê] e tudo, mas Ju, pensa bem, na hora que o bicho pegar, eles não vão estar aqui pra ajudar. Até podem vir, tentar, mas não vão poder fazer nada. Em algum momento vão dizer [o DEMHAB], tem tal prazo pra sair, dois meses: se não querem nada, vão ter que sair igual. Porque essas coisas é difícil de conseguir... eu sei que eles fazem muito por nós, mas é difícil pra nós resistir agora.

Os moradores sempre agradecem muito o apoio dos militantes, já que há uma dimensão que é a da “ajuda”. Muitas pessoas acorriam ao Comitê procurando ajuda – “o pessoal que vai nos ajudar a conseguir um terreno”, como se referiu uma moradora na atividade Mutirão de Direitos; procurando soluções para problemas com a remoção. Cristina e Cristiane, por exemplo, chegaram ao Comitê pois estavam sendo expulsas do pátio em que moravam de aluguel, pela locadora das casas. Os militantes a ajudaram a “resistir”, o que no seu caso significou literalmente permanecer nas casas onde viviam para garantir o direito de ir para os apartamentos MCMV. Esta necessidade de resolver problemas envolvendo a remoção e “ajudar” de forma direta as pessoas também influenciava nas formas buscadas pelo Comitê: era

necessário oferecer “alternativas concretas” para as pessoas – através de arranjos jurídicos, acordos com a Prefeitura, etc.

3.3 A oposição entre “nós” e “eles” e a expressão dos sentimentos

Se, entre os seus, nas falas direcionadas à comunidade, o sofrimento, o abatimento e a fragilidade eram expostos nas comunicações, nos momentos de interação com os representantes da Prefeitura o mote era o enfrentamento entre duas partes opostas – “nós”, os moradores e “eles”, a Prefeitura. Era preciso “fazer pressão” na Prefeitura – como sempre dizia Seu Zé e outras figuras do Comitê: “governo e feijão, só na pressão” –, ou seja, afirmar altiva e firmemente o que se queria, nas ruas e nas audiências. Assim, era criada uma oposição entre os valores representados pela Prefeitura e aqueles defendidos a partir do Comitê: “Eles querem ruas, nós queremos casas” – como disse Noeli numa plenária do OPPOA. Ou na fala de Cláudia: “É uma inversão da agenda. Não há nenhum tijolo construído e as pessoas estão vendo as patrulas [retroescavadeiras] trabalhando do lado de suas casas. É preciso que todas as famílias tenham moradia digna. É com isso que a Prefeitura precisa se preocupar, não com a obra viária”. Dessa forma, as denúncias lançadas à Prefeitura buscavam responsabilizá-la pelo sofrimento, angústia e problemas que os afligiam, mas era preciso demonstrar força e energia para um verdadeiro embate. Esta relação baseada no enfrentamento e na responsabilização foi sendo aprendida por Noeli, ao longo do tempo. Ela mesma se surpreendia com a capacidade que tinha de falar de forma dura com os gestores:

Noeli: Eu aprendi pra caramba, eu não sabia que eu tinha tanta coragem pra falar... que eu podia falar com os políticos do jeito que eu falo... bah, vão me prender, eu pensava, pô eu fazendo meu serviço, tendo minha família, vou pro [presídio] Madre Pelletier porque xinguei o cara que é político? Que coisa nenhuma! São meus funcionários! (risos) Sabe? Se são meus funcionários, eles tem que ouvir o que não querem também! (...) Então é um aprendizado que eu vou levar pro resto da minha vida. Que quando eu vi eles [do Comitê], eu pensei, bah, falar desse jeito com político, podem prender... aquele medo, aquele receio, assim. Depois eu pensei... quer saber de uma coisa? Vou falar no meu português correto, eu estou de saco cheio [cansada] mesmo: “Então tu deixa de ser mentiroso [risos, e complementa: “mas é mesmo: mentiroso”]. Porque quem tá na chuva aí, a procurar áreas pra desapropriarem para nós foi a Comissão [de Moradores do Cristal], não teve dedo teu não [não foste tu o responsável pelo trabalho]”... sabe? Passei a enfrentar eles. Olha! Quando eu chegava em casa, pensava “Meu Deus do Céu! Que que eu falei? O cara podia, sabe, fazer algo...” [risos]. Mas ficava aliviada. E no dia seguinte, meus vizinhos diziam pra mim: “É isso aí,

Noeli!”, “Noeli, parabéns”, “Como tu fala bem...”, “Tu fala do jeito que eu queria falar pra eles, Noeli”, sabe? Aquilo ali foi me fortalecendo, fortalecendo, fortalecendo.

Quem simbolizava muito bem esta fibra e disposição para enfrentar a Prefeitura era Seu Zé, que sempre falava num tom forte e combativo com os gestores nas atividades. “Eu há anos já que sou uma pedra no calcanhar deles [um incômodo]. Eu sempre estive defendendo o direito das pessoas, da comunidade”, dizia, “na época que estava no sindicato também costumava brigar muito com os patrões”, conta. Seu Zé, além de “resistir” no sentido literal de que iria permanecer morando na região, tinha um histórico nas lutas locais de muitos anos e se destacava pela sua “independência” em relação a partidos, governos e relações de cunho clientelista com o Estado – o que sempre fazia questão de lembrar: para manter a luta “autônoma” não se podia ter “rabo preso” [estar comprometido, aliado com políticos ou partidos] como uns e outros. Para públicos externos, como nos atos realizados em parceria com o Bloco de Lutas no Centro (onde afluíam estudantes, jovens, pessoas de outras regiões da cidade, etc), mas também nas atividades voltadas para “a comunidade”, Seu Zé simbolizava essa autêntica disposição à resistência e a força dos moradores da região. Na ocupação da Câmara Municipal ocorrida em setembro de 2013⁸⁰, Seu Zé se manifestou algumas vezes, relatando os problemas da remoção e animando a luta dos presentes com frases emprestadas de Ernesto “Che” Guevara as quais enchia de vida: “Poderão matar uma, duas, três flores. Mas jamais deterão a primavera. Nós somos a primavera”, disse provocando uma grande comoção entre os jovens. Era, enfim, o símbolo da não capitulação aos interesses e objetivos da Prefeitura, da força e da energia disponíveis para os enfrentamentos.

Essas demonstrações de força, ou a ação de pressionar a Prefeitura, era feita também com “povo na rua”. A pressão constante no governo era vista como necessária já que mesmo aquelas conquistas já garantidas poderiam sofrer reveses. Havia uma suspeita constante sobre quais eram os reais objetivos da Prefeitura, e o perigo de ser “traído”, “desconsiderado” ou

⁸⁰A ocupação da Câmara Municipal foi protagonizada pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público de Porto Alegre e outros movimentos sociais e coletivos da cidade, entre os dias 10 e 18 de julho de 2013. Durante estes dias, estudantes, militantes, artistas, etc., organizavam assembleias abertas à população interessada para discutir seus pontos reivindicativos. As principais pautas defendidas eram o Passe Livre e a abertura das contas das empresas de ônibus, mas a ocupação do espaço legislativo se tornou um momento de veiculação e discussão de diversas outras mobilizações coletivas, entre elas, aquelas promovidas a partir do Comitê Popular da Copa, em especial as relacionadas à remoção das famílias na Av. Tronco e aos impactos da Copa do Mundo em Porto Alegre. Para mais informações, ver o documentário “Morar na Casa Povo”, realizado por Josep Juan Segarra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lkatzqbHtQY> Acesso em: 25/10/2014

“esquecido” era visto como iminente. Aqui também se colocava a performance de um imaginário sobre o poder (DE VRIES, 2002): não se pode confiar na simples palavra dos políticos, é preciso sempre pressioná-los, brigar, lutar. A inércia dos governantes sempre foi destacada: “a iniciativa de diálogo nunca veio do poder público, sempre tivemos que pressionar”, diz Waldir.

Nos atos de rua, como a marcha realizada em parceria com o Bloco de Lutas no dia 4 de julho de 2013, o tom era afirmativo, altivo e bastante animado. Os gritos eram de quem exige respeito: “Somos, somos o povo/ e a minha casa ninguém vai derrubar”; “A Copa do Mundo é nossa/ mas com despejo, não há quem possa/Eu quero ficar no morro, na minha casa, e ver o jogo”; “Ih fudeu, a Cruzeiro apareceu”, gritavam jovens num tom provocativo. Neste ato, o clima antes da marcha era de expectativa: as pessoas saíam às ruas? Uma liderança comunitária identificada com a Prefeitura havia declarado à imprensa que “as pessoas estavam muito satisfeitas e não tinham motivos para protestar”⁸¹. “O pessoal aqui tem muito temor de protestar, pensam que isso pode piorar a situação. Mas eu acho maravilhosa a ideia de pressionar a prefeitura com esta manifestação”, diz um morador entrevistado pelo Sul21 no momento da concentração⁸². As manifestações de rua vinham ganhando volume pelo país e, em Porto Alegre, aconteciam semanalmente, o que provavelmente incentivou os moradores a se somarem à marcha. O clima era de encontros com vizinhos, amigos e parentes; muitos adolescentes e jovens se somavam, fotografando com seus celulares; mulheres e senhoras mais velhas também estavam presentes, cuidando de grupos de crianças. Tomava-se umas cervejas, bebidas geladas e os comércios vendiam comida. O carro de som à frente da marcha intercalava músicas populares e os gritos direcionados à Prefeitura. A participação dos moradores surpreendeu: segundo o *site* de notícias Sul21, mais de mil pessoas estiveram presentes. Esse tom alegre convive com um tratamento mais firme, de responsabilização da Prefeitura pelos sofrimentos causados. Ao final do ato os depoimentos contêm ira e indignação com o tratamento dado pela Prefeitura: “Vamos lutar contra esse governo corporativista, que só pensa em ajudar os ricos”, “Cumpra tua palavra, Fortunatti!”, “A periferia está na rua, não vai ficar mais omissa”; “Acabou a regalia, é o poder da periferia”, “Saíam para a rua, o povo tem poder!” “Estão tirando o povo para bobo?!”, “Este é um movimento pelo direito de todos, direito à moradia, à educação, à saúde. Acorda Cruzeiro!”. Cristiane declara ao microfone, numa fala

⁸¹ Ver também: “Protesto na vila Tronco ocorre sem apoio da associação local” <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=502319> Acesso em: 26/08/2014.

⁸² “Movimentos sociais e moradores da periferia caminham juntos na Vila Cruzeiro”, disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/movimentos-sociais-e-moradores-da-periferia-caminham-juntos-na-vila-cruzeiro/> Acesso em 26/08/2014.

inflamada: "O Bônus é uma burocracia, querem nos despejar, nos mandar para o Aluguel Social. Nós queremos ficar nos nosso terrenos! Nos postinhos não tem pediatra para as crianças, com isso eles não se preocupam. Só querem nos tirar para fazer prédio, avenida para ficar bonito pros ricos. E nós, pobres, mandar lá para a Restinga. Não queremos isso, queremos nossas casas!", diz. Um casal denuncia irritado ao microfone: "Pagaram só um mês de Aluguel, já o segundo mês, nada. Pra nos tirar das casas é rápido, mas para cumprir a palavra deles, uma merda, não cumprem! Este mês estamos gastando 500 reais de aluguel do nosso bolso!"⁸³. Num misto de celebração e protesto, com críticas nos cartazes levantados, seguia-se **pressionando** a Prefeitura.



Figura 25. Marcha do Bloco de Lutas e do Comitê Popular da Copa na Avenida Tronco. Fotografia: Ramiro Furquim, 2013.

⁸³ Imagens do ato disponíveis em: <http://vimeo.com/70192159> Acesso em: 26/08/2014.



Figura 26. Crianças participaram da marcha. Fotografia: Ramiro Furquim, 2013

Na reunião seguinte do Comitê, muitos moradores compareceram. Seu Zé se diz contente em “ver bastante gente na reunião”: “temos que seguir o exemplo dessa gurizada que está tomando as ruas, que faz ato toda a semana, até ocuparam a Câmara de Vereadores já que eles [os políticos] não fazem seu trabalho. O caminho é aglomerar gente na rua para pressionar. O importante aqui é, além de falarmos sobre os problemas, a mobilização que podemos fazer”. Muitos comentam que estavam presentes na manifestação ocorrida na semana anterior – “fomos pra rua mostrar o que está acontecendo”; “já estava na hora, não podemos ficar quietos mesmo”; “As pessoas estão perdendo as casas... se eles pressionam nós também temos que pressionar”.

Para “mediar” as duas partes em contenda, o Ministério Público era acionado e se realizavam audiências públicas também na Câmara Municipal. Nestas ocasiões os sentimentos se dividiam: os relatos de sofrimento e angústia buscavam sensibilizar os “defensores” dos direitos em questão e atestar os prejuízos envolvidos com a remoção. Por outro lado, a responsabilização e a demonstração de força direcionados aos representantes da Prefeitura mantinham a tensão entre “nós” e “eles” em enfrentamento. Um momento bastante tocante ilustra essa sensibilização dos “defensores”, durante a reunião com o Promotor do MP-RS quando lhe foi entregue a carta-denúncia. Após uma rodada inicial de apresentações dos cerca de trinta presentes sentados em roda, os moradores, segundo um critério organizado

previamente “por região e por caso de violação”, se manifestaram. Esse era o momento de reafirmar o desejo de permanecer na região, de demonstrar sua identificação com o bairro e expor os critérios do que consideravam uma indenização justa. Ao mesmo tempo, o nervosismo, a ansiedade, pela falta de respostas às suas perguntas e pela incerteza quanto ao futuro, assim como a angústia pela pressão de ter que sair afloravam. Quando chega a hora de se manifestar, Noeli estava séria, parecia concentrar-se. Escolhendo o tom e as palavras mais potentes, ela retomava o roteiro da fala que viria. Apresenta-se com todo o fôlego: “sou moradora da região desde que nasci e tenho 52 anos. Moro perto de um valão. Somos trabalhadores, construímos com nosso suor nossas casas. Pagamos conta de água, luz, queremos pagar IPTU também, não temos porque não pagar”. Nas palavras que seguem, começa a embargar a voz e logo está falando entre lágrimas. “Com o valor que estão nos oferecendo, 52 mil, não tem como comprar casa na região... vou ter que acabar deixando minha família, meu trabalho, minha vida. Minha vida está toda aqui, não é justo. Aqui os vizinhos cuidam da casa pra ti, até do teu cachorro, um cuida do outro... e lá pra onde vou, lá no meio do mato, como vai ser? Os que ainda não conseguiram pegar o Bônus, os que ficam, estão numa angústia, numa ansiedade, porque não tem mais casa aqui [na região]”. Quando a entrevistei, alguns meses depois, Noeli me contou que passou por momentos de grande aflição por realmente não saber o que aconteceria com sua vida. Um sentimento de injustiça a tomava quando pensava: “há quanto tempo vivo aqui e vão me obrigar a sair. Não só sair do bairro, mas sair sem a mínima possibilidade de comprar casa na região, sem uma indenização justa”. Ela termina sua fala fazendo um apelo emocionado e decidido ao promotor: “vamos olhar para o povo”.

Os atos de cobrar, pressionar, responsabilizar o poder público, afirmar com autoridade a legitimidade da ocupação, demonstrar força eram performatizados nos encontros com os representantes da Prefeitura, como na reunião da Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação (CUTHAB) da Câmara Municipal, realizada para discutir a situação da remoção. Eram momentos oportunos para expor as insatisfações com a Prefeitura num tom mais acusatório; assim, os rumores, pressões e constrangimentos “não-oficiais” vinham a tona; e a Prefeitura respondia tentando manter os critérios de controle (oficial/não-oficial) sobre o tipo de informações que circulavam. A questão aqui não é pensar se existe ou não, de fato, uma oposição, mas sim entender que a construção de duas posições permite colocar os problemas da remoção em termos de uma responsabilização da Prefeitura, visibilizando-a como responsável pelos rumores emitidos, pela angústia da espera e da incerteza.

O próprio formato da reunião permitiu a encenação das duas partes: primeiro as denúncias dos moradores e dos militantes do Comitê sobre as pressões para sair, os maus-tratos no Escritório, o medo disseminado de ter que sair a qualquer momento, a iminência do despejo, etc. Logo após, as respostas dos gestores e, por fim, os encaminhamentos, onde se poderia instaurar acordos entre as partes. Uma jovem estudante denuncia indignada: “Eu não estava no período do cadastramento porque estudo e trabalho, nem minha mãe estava. Eu fui buscar meu direito e o Michael [liderança comunitária] disse que eu não tendo um marido ‘ficaria difícil’. No Escritório [Nova Tronco] disseram que não podiam fazer nada porque eu não estava cadastrada. No DEMHAB a mesma coisa. Querem que eu me mude com minha mãe, mas eu tenho minha família”. Em seguida, Mãe Maria, sentada no lado da mesa destinado aos “moradores atingidos”, é apresentada pelo mediador da audiência, Delegado Cleiton [vereador pelo Partido Democrático Trabalhista, o mesmo que administra o município] posicionado entre as “partes”: “Mãe Maria é sacerdotisa de uma das casas de Ilê mais antigas da região e de Porto Alegre”. Seu terreiro é um dos nove territórios de religião de matriz africana atingidos pela obra. Ela fala com voz firme e triste, olhando intensamente para Marcos Botelho, diretor do DEMHAB, sentado no lado oposto da mesa, e para o delegado Cleiton: “Estou muito preocupada, não estou bem. Está chegando o inverno... como vou fazer a mudança dos meus orixás com chuva, como? Eu passo noites sem dormir, pensando. Aguardando, aguardando. A avenida está chegando e daqui a pouco estamos na rua. Isso está nos desunindo, cortando teus caminhos. A união é o caminho”. Faz uma pausa e se dirige mais claramente aos dois homens: “Eu quero uma palavra sincera de vocês para Mãe Maria. O Vereador Cleiton e outros, vocês me conhecem, conhecem meu trabalho. Como homem de palavra, responde à Mãe Maria [as perguntas sobre prazos e garantias da mudança], que eu tenho uma responsabilidade muito grande com os meus orixás”. Cleiton responde: “é uma questão muito importante, há vários ritos necessários para fazer a mudança, de acordo com o que entende a religião afro. Achei que esse pleito já estava resolvido. Não podemos deixar assim essa situação, é uma vergonha com a Mãe Maria”.

Se as primeiras falas buscavam se distanciar da Prefeitura, a fala de Mãe Maria ameaçava com um afastamento mas não deixou que a oposição fosse definitiva, mencionando “o caminho da união” e o respeito que aqueles homens deviam dispensar a ela como sacerdotisa, já que a conheciam e ao seu trabalho. Nas respostas dos diretores, essa proximidade com Mãe Maria, com os moradores e o comprometimento com a “comunidade” eram buscados e apresentados como valores portados também por eles próprios. Delegado

Cleiton comenta que “conhece muito bem o Dr. Marcos Botelho”, diretor do DEMHAB, “um indivíduo engajado, que toma seu trabalho como uma luta”, e confia que nas suas mãos “nenhum problema ficará sem solução”. Na sua resposta Marcos Botelho retoma estes valores: “nosso projeto é para as pessoas e queremos dar explicações que tenham eco na comunidade. Enquanto todas as pessoas não estiverem satisfeitas com suas escolhas, eu também não estarei. É um princípio desse governo trabalhar conversando com as pessoas. Quem já saiu, se convenceu por essa opção, nós não forçamos nem vamos forçar ninguém, como estão dizendo.” Botelho, então, se dirige a Mãe Maria: “Vou dizer uma coisa bem séria...minha luta agora é pessoal. Eu sou filho de Bará, tenho uma espada na mão e uma chave na outra” – indicando que iria se encarregar pessoalmente de resolver o problema levantado e evocando símbolos da mesma religião da sua interlocutora.

Sobre o caso de Adriana, dá instruções sobre como cadastrar-se: “Quem não está no cadastro, deve juntar a documentação que possa provar que estava vivendo lá na época do cadastro – pode ser prontuário do Postão [posto de saúde], histórico escolar, algo que indique uma história de vida na região – e abrir um processo/expediente de cadastramento no Escritório Nova Tronco”. E nega responsabilidade sobre o que as lideranças falam ou fazem: “Tem que procurar o DEMHAB, não o Michael. Não posso responder pelas lideranças comunitárias, só pelos meus funcionários e no diálogo com as secretarias. Se existe alguma denúncia a funcionário, tem que ter nome”. Depois, conta como entende seu trabalho: “eu fui mais um soldado à frente do Escritório. Pra mim, é muito importante estar em contato com as pessoas. Nós nos angustiamos, nós vamos até as nossas limitações, até a beira do precipício. É tudo uma construção, precisamos conversar com todos, pra que possam apontar soluções para os problemas. O mérito das soluções que fomos encontrando é das lideranças da Tronco”. Respondendo e invertendo o argumento de Bruna – de que a duplicação da avenida era a prioridade para a Prefeitura –, prossegue: “O mais importante neste projeto é a transformação social. Aqui não há despejo, expulsão.” Sobre as pressões relatadas pelos moradores diz: “ninguém está autorizado a pressionar alguém”.

Assim como os diretores do DEMHAB tentaram deliberadamente mostrar uma proximidade com Mãe Maria; a oposição entre “nós”, moradores, e “eles”, Prefeitura, ia sendo diluída, na fala de outros moradores. Uma senhora, ao final da audiência se pronuncia: “moro na Mariano de Mattos, na [Ocupação] Gastón Mazzeron. No beco onde moro, tem 18 casas e 22 famílias, mas foi cadastrada só uma casa. Ainda temos muitos problemas, mas muito obrigada Marcos pelo que tu fez por mim. Tenho que agradecer”. Como vimos no Capítulo

sobre as tecnologias de remoção, o valor da “luta (comunitária ou pessoal)” também era destacado como uma característica estimada da *expertise* envolvida nas remoções. Ou seja, ela não é completamente técnica nem neutra; sendo que este valor os aproxima das lideranças comunitárias e dos militantes do Comitê, em termos da sua atuação.

3.4 Atestar as violações de Direitos Humanos

Ao longo de 2012, visitas de auditores externos que buscavam averiguar possíveis “violações de Direitos Humanos” envolvendo as obras vinculadas à Copa do Mundo se tornaram um recurso para visibilizar os problemas decorrentes da remoção e as reivindicações do Comitê. O esforço travava-se em torno da tentativa de caracterizar tais violações. Quê tipo de sofrimentos e prejuízos poderiam ser incluídos nesta categoria? Como atestar as “violações de direitos humanos”? Novamente, os relatos do sofrimento e da angústia davam o tom, para poder demonstrar as mazelas causadas pela falta de informações, de participação e de garantias em torno da moradia e de um reassentamento justo. Além de ser um instrumento para validar o que os moradores enunciam como sofrimentos, humilhações e prejuízos decorrentes da remoção – a luta pelo Direito como “a luta pela nomeação, pela consagração jurídica dos nomes do sofrimento humano” (SEGATO, 2010a, p. 1) –, as denúncias de violações poderiam servir de meio para interromper a remoção ou algumas de suas práticas.

As duas visitas neste formato aconteceram em setembro e novembro de 2012. A primeira foi do Grupo de Trabalho sobre Moradia, Megaeventos e Desastres Ambientais do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)⁸⁴ e a segunda, da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (CISSET)⁸⁵. O método e o itinerário das auditorias era definido pelo Comitê: incursões *in loco* aos locais atingidos por remoção, abarcando casos em várias regiões – buscando apresentar o fenômeno como algo presente em toda a cidade.

⁸⁴ Ligado à Secretaria de Direitos Humanos, o CDDPH é o órgão colegiado mais antigo de defesa dos Direitos Humanos da República, instituído pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, alterada pela Lei nº 5.763, de 15 de dezembro de 1971, e pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. É composto por órgãos do executivo federal e representantes da sociedade civil. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cddph> Acesso em 27/08/2014.

⁸⁵ A CISSET faz parte de um sistema de auditoria, avaliação e fiscalização dos programas de governo, dos orçamentos da União e dos administradores públicos federais. Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas/secretaria-de-controle-interno> Acesso em 27/08/2014.

Chegando a cada um dos locais, relatos dos moradores, alguns em primeira pessoa outros contando casos de terceiros ou da situação de toda a “comunidade”, eram apresentados e colhidos pelos observadores, enquanto os membros do Comitê detalhavam o histórico e os aspectos técnicos de cada remoção – recursos envolvidos, instrumentos utilizados, como Bônus-Moradia, Aluguel Social, etc. O produto final dessas visitas eram relatórios e dossiês onde deveriam constar as evidências das violações, através dos relatos dos funcionários e dos representantes oficiais dos Conselhos.

De um lado, as ênfases dadas pelo Comitê – baseadas nos valores que viemos levantando até aqui: as remoções são processos que atingem toda a cidade, provocados pela ação do mercado imobiliário, que vai indiretamente expulsando aos poucos os moradores, e na vontade de seus membros de garantir meios efetivos para frear ou mudar certas práticas das remoções. De outro, os objetivos dos observadores de produzir laudos técnicos – “vamos fazer um trabalho técnico, isento de leituras políticas”, declarou o auditor da Ciset. Havia, por isso, uma tensão e uma disputa constante sobre que tipo de processos e prejuízos são considerados “violações”. Os membros do CDDPH vinculados a entidades da sociedade civil e ONG’s, alguns inclusive conhecidos dos membros do Comitê, se esforçavam para buscar nas denúncias e relatos pessoais os nexos “técnicos” que os fizessem convergir com o objetivo do relatório – declararam, uma série de vezes, que “era preciso munir o relatório de informações bem embasadas” e faziam perguntas aos membros do Comitê para caracterizar os casos.

Na reunião final da visita do CDDPH, no entanto, os observadores reforçaram seu desacordo quanto à abordagem utilizada pelo Comitê: “Nosso objetivo é produzir um relatório, não colocar a mão na massa” – no sentido de que não podem incidir diretamente na forma como a remoção acontece. “Outras demandas sobre moradia envolvendo, por exemplo, especulação imobiliária não são objeto do levantamento. É preciso separar o joio do trigo [selecionar os casos importantes, classificar]”. Moradores relataram as pressões que estavam sofrendo – “disseram que temos que sair até dezembro” –, no entanto, os membros do GT consideraram que se não havia nenhum comunicado oficial da Prefeitura “não havia risco de despejo efetivamente”. Houve discussões em torno da qualidade das habitações, da localização periférica das moradias e da falta de oportunidades laborais depois do deslocamento, no entanto, o argumento dos membros do GT era de que isso fazia parte da política habitacional e não se tratava de “violação”. Leandro, membro do Comitê, se mostra frustrado com a falta de respostas “concretas” dessas atividades: “estamos desgastados já com tantas tentativas de denúncia pela via institucional. Já fizemos uma série de relatos, visitas, dossiês, audiências... se

tudo o que foi mostrado até agora não é suficiente para uma intervenção, não há como a sociedade civil continuar confiando na institucionalidade”.

O recado final dos membros do GT foi de que era preciso relatar e demandar os problemas da remoção não de forma “pragmática” (buscando soluções administrativas imediatas), tampouco de forma demasiado “geral e política” (como ao levantar o tema da especulação imobiliária) que não permitisse a caracterização técnica das violações de direitos humanos. Manifestaram também certa insatisfação com os relatos “muito amplos” e sobre a “falta de foco” dos casos: para produzir o relatório, justificaram, era preciso se concentrar no “objeto” da consulta que seriam as violações “em função das obras da Copa” e nos “relatos concretos de violações”. Nesta construção prática dos direitos humanos (SCHUCH, 2009)⁸⁶, durante as visitas, era notável a dificuldade em encontrar um caso “concreto” que atestasse a violação. Os auditores pareciam buscar uma cena estática e transparente, não um acúmulo ou composto de vários momentos, sentimentos e dificuldades. De certa forma, o sofrimento e a possível “violação dos direitos”, como o Comitê os entendia, estavam pulverizadas nas várias histórias, situações e temores compartilhados pelas pessoas, e não pontualizado em apenas um caso ou casos discretos e individuais. Aqui também a performance sobre um regime de poder (DE VRIES, 2002) está em jogo: o Estado seria um possível “violador de direitos”, que deve ser fiscalizado, mas as visitas dos auditores, ao buscarem “evidências concretas”, verdadeiros flagrantes individuais, constatavam que não haviam exatamente “violações”. Assim, as forças extra-oficiais, os temores provocados pelos rumores e a precarização do entorno não eram computados como “violações” nos laudos técnicos, embora fossem arrolados em alguns deles.

Por outro lado, os relatos eram considerados, pelos observadores, “pessoais” ou “subjetivos” demais para entrar nos relatórios. Era preciso elaborar as violações numa linguagem universal e neutra, própria do Direito, que atrita com e, muitas vezes, rechaça os relatos pessoais e localizados dos moradores. De certa forma, acontece aqui, o que Segato (2010b) chamou de despolitização do espaço doméstico e dos sujeitos, características e discursos ligados a ele. Para a autora, existe uma tentativa de totalização progressiva por parte da esfera pública que submete hierarquicamente a esfera doméstica. Com a inflação do espaço

⁸⁶ “O que interessa é justamente descobrir como essa noção [de “direitos humanos”] é construída na prática, quais são suas consequências e seus significados particulares em contextos específicos. Assim, se na teoria legal os “direitos humanos” seriam universais, a análise da prática concreta das relações sociais sugere que estes são, ao contrário, produções históricas e culturais. Mais do que isso, “direitos humanos” estão imbricados em relações de poder”. (Schuch, 2003, p. 59)

público e o encapsulamento da domesticidade como “vida privada”, o espaço doméstico vê subtraído sua politicidade, ou seja, sua capacidade de deliberar e intervir politicamente.

Neste capítulo, procurei mostrar que o Comitê, a partir dos valores que mobilizava, criava arranjos e garantias em torno da remoção. Agenciando recursos, redes, saberes, sujeitos, valores, sentimentos eram capazes de intervir nas tecnologias utilizadas, modificando algumas partes e compondo a forma da própria remoção. Suas diferentes atividades resultaram ser um canal de expressão dos problemas envolvidos com a remoção, seja nos termos da responsabilização e do enfrentamento com a Prefeitura, seja no tom dramático dos relatos de sofrimento, angústia e ansiedade. A performance sobre o poder e o Estado, envolvendo uma oposição entre “nós” e “eles” permitiu enunciar certos valores em relação à remoção – dos direitos à informação e à participação, do reassentamento justo, da legitimidade da ocupação, dos laços afetivos com o lugar, etc – e promover determinadas dimensões dos desejos dos moradores atingidos, tais como permanecer na região. Além disso, possibilitou, em alguns momentos, a responsabilização da Prefeitura pelos efeitos dos rumores e das forças não oficiais de expulsão envolvidas com a remoção.

CAPÍTULO 4

SUJEITOS-OBJETOS DA REMOÇÃO: AS VIDAS

Neste capítulo, interessa-me percorrer as formas como os moradores entrevistados lidaram com o imperativo da remoção e as alternativas oferecidas. Além disso, saber que estratégias, recursos e ações são agenciadas em cada momento para resolver ou modificar as diferentes situações em que se encontram. Cada um dos entrevistados vive em diferentes pontos da Av. Tronco, o que não necessariamente abarca toda a heterogeneidade de trajetórias, dramas, condições materiais, modos de vida presentes nas áreas impactadas pela duplicação. À maioria dos entrevistados (Seu Zé, Noeli, Cristina e Cristiane) pude me aproximar através do Comitê Popular da Copa, meu lócus principal de pesquisa, e espaço frequentado pelos moradores que aqui figuram. Dona Cleuza é a única exceção, já que não participava das reuniões, embora a tenha conhecido em uma atividade promovida pelo mesmo grupo⁸⁷.

As entrevistas são espécies de retratos de um momento da remoção, o que poderá ser constatado nas próprias palavras dos moradores. Deste momento em diante, ou alguns meses antes, as escolhas, angústias, expectativas manifestadas teriam sido outras. Da mesma forma, o caráter contingente de algumas medidas da própria Prefeitura colocavam sempre em suspensão algumas escolhas, e as especulações e caminhos em aberto ainda eram muitos, no caso de alguns entrevistados.

⁸⁷ No Mutirão de Direitos promovido no dia 18 de junho de 2013, quando saímos em caminhada para conversar com os moradores ao longo da Avenida. Se algumas pessoas vieram até o Comitê, o movimento contrário – o Comitê ir até as pessoas – também era frequente. Ver Capítulo 3.

4.1 A vida como excesso e desafio

Nos debates contemporâneos que tem por objeto o ser vivo e o núcleo biológico do humano como espécie, “a vida nomeia um campo de conceitos e de práticas não dominado pelo homem como categoria ordenadora da experiência” (RODRIGUEZ; GIORGI, 2009, p. 9, tradução minha). Para os autores, a vida se tornou o mais além da subjetividade, o que vem a exceder os limites do sujeito individual, a arrancá-lo do campo da experiência, a deslocar o campo de sua consciência, a esvaziar sua interioridade, a tensionar violentamente sua linguagem, a reorganizar suas políticas, a reconfigurar seus modos de produção.

Se a **vida** se torna objeto de tecnologias de normalização e individuação, nas suas superfícies social e biológica, ela é também a **força** que atravessa as construções normativas do humano e do indivíduo e que a ameaça com sua pura potência de devir e de alteração. Para Rodriguez e Giorgi (2009):

Ali onde Foucault descobriu o umbral em que as tecnologias biopolíticas produzem indivíduos e constituem as populações, se anuncia também aquilo que resiste, altera, transforma esses regimes normativos: a vida emerge como desafio e excesso do que nos constitui como ‘humanos’ socialmente legíveis e politicamente reconhecíveis. (RODRIGUEZ; GIORGI, 2009, p. 11, tradução minha)

Se o biopoder se reclama defensor dos corpos e das populações em sua saúde e potência, buscando inscrever e sujeitar o vivo a esse poder – ou **superpondo a imanência do vivo a esse poder** –, veremos que a vida como pura virtualidade e como potência indeterminada (na acepção deleuziana) escapa, vaza e põe em suspenso as determinações hierárquicas e as distinções normativas que o biopoder produz sobre a variação infinita do vivente – as diferenças entre indivíduos e objetos; entre vida biológica e vida contemplativa; etc. Neste capítulo veremos como uma série de forças ou **fios de vida** na nomenclatura de Tim Ingold (2012), animam as formas de lidar com a remoção que, afinal, não remove simplesmente objetos (casas) e indivíduos (moradores). Casas, lugares, memórias, forças extramundanas, também são vidas impactadas pela remoção e que reagem a ela, avivam outras vidas, inspiram as formas de lidar com a remoção e determinam os rumos da intervenção.

Em meio à incerteza causada pela remoção, as pessoas tentam começar a tecer novamente o tecido rompido da vida (DAS, 2007), com os valores, recursos e forças ao alcance. Se a remoção interrompe o fluxo da vida cotidiana, tal como um evento crítico (DAS,

1999), dando fim ao “mundo como era conhecido” (DAS, 2007)⁸⁸, do ponto de vista dos moradores, devemos dar atenção também às possibilidades discursivas de recuperar e reabitar o mundo, “não por uma suposta capacidade de transcendência, mas pelo exercício persistente e diário de retomar e refazer a própria vida” (VIEIRA, 2010, p. 517). Neste capítulo busco compreender quais são os principais problemas decorrentes da remoção, do ponto de vista dos moradores entrevistados – os valores disponibilizados para o reassentamento, a incerteza sobre como será o futuro e a espera pelos trâmites; que emoções, desejos e valores são mobilizados para problematizar as tecnologias – a identificação com o bairro, o trabalho empregado na construção da casa, o tempo de moradia, etc. – e quais forças, desejos e valores são mobilizados para lidar com a remoção – o desejo de realizar melhorias, por exemplo, mas também o medo e a resignação com a facticidade da remoção.

4.2 Chegando e vivendo na “região”: trajetórias e cotidiano



Figura 27. Dona Cleuza sentada no sofá de sua casa. Fotografia: Juliana Mesomo, 2013

Cleuza nasceu em Caçapava do Sul-RS e seu marido é natural de Piratini-RS. Com dezessete anos, veio à Porto Alegre para morar com a irmã no bairro Cristal, onde cuidaria de

⁸⁸ Refiro-me aqui a questão: “Then how should we see the violence of the events that frame the ethnography— should we regard the violence as that the event and the everyday which exceeded the boundaries of the world, as it was known?” (DAS, 2007, p. 4). Então, como devemos ver a violência dos eventos que a etnografia enquadra – deveríamos considerar a violência como o evento e o cotidiano que ultrapassaram as fronteiras do mundo como era conhecido? (tradução minha)

seus filhos para que ela pudesse trabalhar. Chegando aqui a irmã havia perdido o emprego prometido, então Cleuza ocupou seu lugar. “Daí eu fui trabalhar onde ela [a irmã] iria, fui morar na casa de um casal no Cristal, gente rica. Queriam uma acompanhante para as crianças deles”. Foi ali onde conheceu seu futuro esposo: “Ele trabalhava na frente da casa, numa obra [de construção civil], a gente se conheceu e em 1977 casamos”. Recém-casados, depois de passar algum tempo alugando uma casa “na [vila] Cruzeiro” e de uma tentativa frustrada de morar no bairro Teresópolis, mudaram-se para o terreno atual e começaram a construir sua casa. A senhora que morava ali quando chegaram “deu o terreno todo” para o casal, em troca de ajuda para levar os materiais da sua casa desmanchada para outro lugar. Hoje Cleuza tem 57 anos, seus três filhos já são adultos e vivem com ela na casa de alvenaria que foi sendo ampliada ao longo dos anos e agora tem dois pisos e nove cômodos. Os filhos e o marido trabalham no Centro, este último como segurança em um departamento da Prefeitura. Em uma das peças da casa, na parte da frente, Cleuza mantém um mercadinho, onde vende “sacolés”⁸⁹ elaborados por ela e alguns artigos alimentícios. Mantém uma clientela conhecida, conta, pois as crianças, principalmente, costumam procurá-la para comprar os “sacolés”. Também é frequentadora do templo evangélico próximo dali. Sua residência terá que ser completamente removida e Dona Cleuza optou pela indenização, pois a casa é grande e vale mais que o valor de um Bônus Moradia (52 mil).



Figura 28. Seu Zé em frente à sua casa. Fotografia: Juliana Mesomo, 2013

⁸⁹ Sacolé é uma espécie de sorvete embalado em um pequeno saco de plástico.

José, mora há 62 anos (dos seus 73) na região da Grande Cruzeiro. Sua vida transcorreu em diversas moradias, em diferentes pontos da região. Atualmente, vive na Vila Cristal, bem no centro da Avenida a ser duplicada. Nasceu no Morro Santa Tereza, criou suas duas filhas no Cristal, e hoje desfruta sua aposentadoria no imóvel que teve uma parte atingida pela duplicação. Participou dos movimentos comunitários nos anos 1980 e 1990, retirando dali conhecimentos, experiências e inspirações que neste momento traz ao Comitê Popular da Copa e inspiram suas disposições para lidar com a remoção. Em 1958, Seu Zé se mudou para a parte mais baixa do Morro. Em 1973, ocupou um terreno vazio de cerca de 600 m², onde mora até hoje. Construíram ali a casa à convite de uma amiga da sua esposa, que já morava no terreno ao lado – “Façam uma casinha aí. Eu estou aqui há tantos anos, não tem problema nenhum”, foram suas palavras. Vivendo há 40 anos ali, Seu Zé conta que sempre se preocupou com a regularização do título de propriedade da área. No entanto, para encaminhar o usucapião, teria que arcar com os custos da topografia e do processo judicial. “Eu não tinha condições de pagar, aí fui ficando. Eu sabia que a rua ia ser aberta, mas não que ia alcançar até a minha casa”, conta. Atualmente, Seu Zé, com ajuda de contatos do Comitê, entrou com processo de **usucapião urbano**, para ter reconhecida a posse de seu terreno. Podendo cobrar a indenização pelo terreno, vai utilizar o dinheiro para fazer “arrumações” na parte da casa que sofrerá intervenção da Avenida e para ajudar a filha a construir um segundo piso na mesma. Além da parte de trás do terreno, onde tem uma horta, a duplicação atingirá uma parte da habitação dos fundos, onde hoje vive sua ex esposa junto com a filha e o neto. No entanto, “quanto” dela será impactada ainda é uma incógnita.

Noeli nasceu e viveu até o momento “no Cristal”, assim como muitos de seus irmãos que ainda moram em diferentes casas no mesmo terreno onde vive também sua mãe. Aqueles que moravam neste terreno foram atingidos pela obra e estão tendo que se mudar dali. Toda sua família mora nos bairros da região Sul. As memórias de sua vida, da infância, da adolescência e da idade adulta, são verdadeiros fragmentos da história da Vila Divisa e da região Cristal. Antes de casar, morava com a mãe e os irmãos na Av. Divisa. Depois do casamento, seu sogro construiu a casa onde vive atualmente na Rua Jataí. “Escapou” de uma remoção, conta, quando canalizaram parte do Arroio Cavahada, que agora passa em frente à sua casa. “52 anos aqui no Cristal. Fiz agora dia 12 de agosto [2013], uma vida aqui no Cristal.”, suspira.

Cristina tem 37 anos e nasceu em Porto Alegre, mora no “pátio”⁹⁰ em que aluga sua casa há 5 anos. Antes morava, com o marido, mais próximo de sua mãe, também na Vila Cristal em uma “peçinha” [cômodo pequeno]. Quando sua primeira filha Clarissa começou a crescer, sentiu necessidade de buscar uma casa maior para a família. **Cristiane**, sua vizinha e amiga, também com 37 anos, nasceu em Bagé, e mora há seis anos no pátio, alugando uma das seis casas. Antes residia na Rua Campos Velho, muito próximo dali. Cristina trabalha no Centro, realizando serviços de limpeza. Cristiane está desempregada há um ano – “recém agora estou procurando trabalho, eu estou bem tranquila”, diz ela, que também costuma trabalhar com serviços de limpeza ou “serviços gerais”. Além da proximidade com seus postos de trabalho, utilizam os serviços públicos localizados na região – escola, creche e posto de saúde, principalmente. As redes familiares residem nas proximidades e isto é destacado por elas como uma vantagem de permanecer ali, pois os parentes podem cuidar dos filhos, visitar-se e trocar favores com mais frequência.

4.3 Construindo a casa e o entorno: os moradores mais antigos

Os moradores mais antigos, como Seu Zé e Dona Cleuza, destacam as dificuldades dos anos iniciais de ocupação, nas casinhas simples de madeira que moravam – de uma ou duas peças. Por outro lado, frente à falta de uma série de serviços – água encanada, transporte público, saneamento, etc., o protagonismo na construção da infraestrutura no entorno foi destes moradores mais antigos, principalmente o aterramento dos terrenos, a maioria bastante alagadiços. “Compramos caçambas e caçambas de aterro, pedra, brita, terra, para aterrar. Isso aqui era um banhado, um buraco alagado”; “tinha só uma peça a casinha, chovia um monte dentro. Eram aquelas telhas francesas e a água entrava. Eu tinha o guri pequeno, parecia um arroio aqui dentro, eu subia em cima da cama e meu marido ficava tirando a água com balde. Tapando as telhas com saco de leite para não entrar água. Nós sofremos, só Deus mesmo”, diz Dona Cleuza. Frente às dificuldades nestes primeiros anos, pessoas como Seu Zé se embrenhavam na luta para “trazer” os serviços públicos para a região – “aqui não tinha nada. Quando começou a mudar em 1960, foi com muita luta”. Da água que saía da bica [cano ou

⁹⁰ O “pátio” é o terreno onde se localizam as seis casas de aluguel e a casa da dona do terreno, que aluga as casas. O “pátio” também refere-se ao espaço comum compartilhado para circulação e encontros entre os vizinhos.

torneira comum que abastecia várias famílias] para a água encanada, do chão batido às ruas asfaltadas, a chegada das linhas de ônibus, da rede elétrica, tudo necessitou “muita luta”.

A disposição para enfrentar as dificuldades iniciais da ocupação e os obstáculos da vida é apresentada por Seu Zé par a par com a disposição para a luta política/comunitária. Na sua fala, ir atrás de trabalho, morar em casa de parentes e empregadores, lutar para trazer os serviços, tudo era referido como “batalhar por aquilo que a gente precisava”. Assim, conforme foi crescendo, foi se “engajando com a região”, e tomando iniciativa nas mobilizações – à época da sua juventude “funcionava mais na base do abaixo-assinado” – por serviços (luz, transporte, posto de saúde, escolas, etc.). “Não foi uma vida muito fácil, foi uma vida muito difícil. Mas sempre segurando as pontas, fazendo as coisas de forma correta, lutando.”

A ideia de “luta”, para Cavalcanti, tem efeito teleológico, “produz os moradores como sujeitos de sua própria história, e é constitutiva de uma ética que valoriza o trabalho duro e a perseverança: nada vem facilmente” (CAVALCANTI, 2009, p. 74). A luta, assim, se aplica tanto à vida quanto à luta comunitária propriamente dita, sendo que uma está implicada na outra. Seu Zé destaca que desde muito cedo teve de começar a trabalhar duro. Sua mãe faleceu quando tinha um ano e foi criado pela avó, que trabalhava de doméstica. Criança, ajudava sua avó nas faxinas que fazia, e dava o pouco dinheiro que ganhava para ela. Com oito anos já começou a trabalhar, numa pensão com o irmão. “Trabalhávamos que nem uns condenados e morávamos lá. Limpeza, lavar uns panelões de ferro, levava vianda para as famílias, fazia comida. A mulher era muito ruim, a gente levava umas porradas dela, além de trabalhar que nem uns doido. O marido dela era legal, ele era carpinteiro, a gente ajudava ele nas construções. A única coisa legal que eu me lembro de lá foi que eu consegui me alfabetizar. Ela nos colocou em uma escola ali perto”. Quando voltou para a casa da avó, em 1951, ela faleceu, e Zé se mudou para a cidade de Cruz Alta-RS, morando com o tio. “Fiquei um ano, também não aguentei. Me correspondia com meu irmão, ele disse: vem embora, vamos começar tudo de novo aqui”. Em Porto Alegre, Zé morou com parentes, empregadores, sempre na mesma região, e teve vários empregos para se sustentar até os 15 anos. Nessa idade, começou a trabalhar em um cinema e com o salário pôde alugar uma “peçinha” na Vila Cristal. Ficou neste emprego até se aposentar e através dele se engajou no sindicato dos empregados de cinemas, se tornando presidente. “Nessa época eu brigava muito com os patrão também. Toda semana tinha reclamação na justiça, e nunca perdi nada. Eu aprendi muita coisa lá, minha instrução foi ali, porque eu só tinha dois anos de escola. Aprendi sobre legislações, negociação sindical, como lidar nos conflitos com os patrões, retórica, argumentação, essas coisas, ler documentos,

escrever cartas, ofícios. Eu fui uma vez pra São Paulo, me mandaram para a escola de formação da CUT (Central Única dos Trabalhadores)⁹¹ em São Paulo, onde tive aula de muitas coisas, fiquei mais de um mês lá”.

Concomitante à luta para trazer os serviços, a construção das casas foi sendo feita, aos poucos, cotidianamente e num processo de longo prazo, com “muito esforço”, “muito sacrifício” – comprando aos poucos os materiais: a madeira, depois os tijolos, cimento, para a casa de material, conforme ganhava-se o salário; fazendo e pagando empréstimos, “Foi assim para construir essa casa, tudo do nosso trabalho, construímos até agora há pouco. O último empréstimo terminamos de pagar há três anos”, diz Dona Cleuza. Conforme as melhorias vão sendo feitas, as dificuldades iniciais vão sendo superadas numa narrativa progressiva, cujas evidências são visíveis, atestadas e expressas na passagem do “barraco à casa” (CAVALCANTI, 2009) – Seu Zé e Dona Cleuza moram em casas grandes, com vários cômodos e quintal. O sacrifício e o esforço se referem a trabalhar, economizar, abrir mão de certos prazeres, durante anos a fio para ir fazendo melhorias na casa. “Tudo que a gente consegue é com muito esforço, muito sacrifício. Para construir uma casa, deixar de comprar uma carne para fazer um churrasco para poder comprar tijolo, cimento. É aquilo, a gente quer fazer alguma coisa para melhorar”, diz Seu Zé. Assim, a construção da moradia – a passagem do “barraco” à “casa” – “não apenas transforma a forma e a qualidade da moradia”, mas instaura uma temporalidade particular na vivência do lugar – “uma que abre a promessa de um futuro melhor” (CAVALCANTI, 2009), de uma vida melhor. A autora entende e aborda a moradia como um “processo que envolve investimentos cotidianos e de longo prazo, subjetivos e econômicos” (CAVALCANTI, 2009, p. 76) e cada “melhoria” na casa vai instaurando modos distintos de estar no mundo e de habitar a vila.

A ideia de que a moradia é construída com investimentos subjetivos e econômicos, cotidianos e de longo prazo, nos permite captar dois elementos importantes mobilizados por Cleuza e Seu Zé para contestar os valores oferecidos pela sua moradia e a forma como são tratados pelos funcionários no Escritório Nova Tronco. O primeiro deles é o **trabalho** (próprio, da família ou da comunidade) imprimido na construção da casa e do entorno ao longo do tempo – traduzido em mão-de-obra empregada, salários ganhos para compra de material, empréstimos contraídos e pagos aos bancos durante muitos anos; e, no caso de Seu Zé, além destes, o

⁹¹ A CUT é uma organização sindical brasileira, a maior do país, com 3.806 entidades filiadas, 7.847.077 trabalhadoras e trabalhadores associados e 23.981.044 trabalhadoras e trabalhadores na base. Disponível em: <http://www.cut.org.br/institucional/38/historico> Acesso em: 27/08/2014.

esforço das mobilizações e lutas levadas adiante à frente das associações de moradores. O segundo elemento agenciado, é o **tempo** de moradia. Derivado do trabalho, do tempo e das melhorias feitas na casa, está também a personalização ou singularização da casa ao tipo de uso feito dela por cada morador. Ao longo do tempo e das vicissitudes do cotidiano, cada um foi estampando na sua morada os usos que dela fazia, adaptando-a às mudanças familiares, às atividades econômicas e produtivas, às preferências e gostos – determinando o valor de uso de uma casa particular, que não é simplesmente um abrigo ou uma habitação (SAHLINS, 1976, p. 169). As melhorias são progressivas e contínuas, sendo feitas até os dias atuais, como menciona Dona Cleuza. Ela e Seu Zé exprimem isso também quando mencionam a dificuldade de “ter que começar tudo de novo, com a minha idade”.

A luta, o esforço, o enfrentamento das dificuldades, o tempo de moradia, o sacrifício para fazer melhorias na casa, o trabalho (incluído o trabalho assalariado transformado em recurso para compra de materiais) imprimido na construção, são valores que legitimam a posse e os direitos sobre a casa, frente às interpelações do DEMHAB e da Prefeitura que o tomam por “ocupantes irregulares” ou até “invasores” no momento da remoção. “As melhorias, tudo que foi feito, fomos nós. Mesmo com as condições mínimas, os pobres foram fazendo suas casas. Com as lutas trazendo os serviços. Quem construiu o bairro foram os pobres, não os ricos”, diz Seu Zé. Ao não considerar-se esses elementos nos valores concedidos na indenização ou no Bônus Moradia, provoca-se nestes moradores um sentimento de injustiça. Seu Zé se sente injustiçado por, depois de tanta dedicação à região, quererem “tirá-lo” dali.

Dona Cleuza teve sua casa (de dois pisos e nove cômodos, área e dois banheiros, com uma pequena loja na frente) avaliada em 77 mil, que considerou um valor “muito baixo” em comparação com outras situações, em que as pessoas tinham casas menores ou moravam a menos tempo no local e tiveram avaliações maiores que esta cifra. Contou-me que a funcionária da empresa terceirizada deixou de medir dois cômodos da casa e a laje, o que baixou o valor – “Eles fazem isso para pagar menos, são ruins mesmo”, diz. “Moramos há 36 anos aqui, lutamos muito para conseguir, meu marido até vendeu o carro para comprar material. A casa do nosso vizinho é menor e deram 110 mil, achamos que ia dar pelo menos 100 mil para nós. A vizinha do lado está há 8 anos e ganhou mais que nós. Tem gente com só uma peça e um banheiro que pegou o Bônus [52 mil]. A vizinha ali tem quatro peças e um banheiro, pediu avaliação e deram só 30 mil. Nós vamos aceitar porque, olha em volta, está tudo destruído, estamos sozinhos aqui já. Daqui a pouco não tem mais dinheiro e vamos ficar sem nada”. Dona Cleuza se disse “indignada” com aqueles que declaram estar morando no

local para ganhar o Bônus sem estar realmente habitando ali. Enquanto isso “nós que moramos aqui há 35 anos ganhamos tão pouco. Por isso que as vezes eu penso, falar a verdade vale a pena?, enquanto todo mundo mente. Por isso eu fico com raiva”, completou.

A casa que Dona Cleuza está negociando no bairro Belém Velho, localizado a cerca de 10 Km dali em direção ao sul da cidade, “tem só dois quartos, sala, cozinha e banheiro”, segundo ela. O trabalho de construção e melhoramento terá que ser feito “tudo de novo”, porque o dinheiro pago pela Prefeitura não cobre uma residência de qualidade equivalente. Uma indenização considerada justa deveria computar o esforço, o trabalho e os anos de moradia, entregando-lhes um valor que permitisse comprar uma casa nas mesmas condições ou que fosse suficiente para realizar “melhorias” na nova casa. Na sua opinião, “o mínimo que deveriam pagar era 180 ou 200 mil reais, que daria para comprar uma boa casa. Com esse dinheiro, ou vai para o interior ou vai para outra vila”. Dona Cleuza diz que não gostaria de continuar morando em uma vila – “aqui nem todos pagam a luz, a água. Agora com as casas derrubadas, está horrível. Tem cada dia mais quebradeira na vila. Está ficando ruim a vida aqui”.

Quando indago Dona Cleuza sobre sua experiência de negociações no Escritório Nova Tronco, ela rapidamente recorda as palavras “mal-educadas”, segundo ela, de uma funcionária que a deixaram muito nervosa: “O quê vocês querem? Vocês moram de favor, tem que dar graças a Deus que a Prefeitura vai dar uma casa para vocês. Porque eu economizei e comprei um apartamento. Economiza a barriga e compra uma casa!”. Apesar de ter ficado num “estado de nervos”, Cleuza ficou quieta por uns instantes. “Minha educação não foi para estar xingando os outros”, diz. Depois falou para a mulher: “olha, eu não preciso de favor, eu não vivo de favor. Completou ano passado 35 anos que eu moro ali. Eu pago minha água, luz, telefone. E quando nós fomos pra lá, nós gastamos muito para aterrar. E não foi nada de graça, foi tudo do nosso bolso”. “Fizemos o trabalho da Prefeitura, bem dizer, e ela tem coragem de dizer que vivemos de favor”, completa.

4.4 Seguir buscando melhorias

Os relatos de mudanças de casa anteriores tinham a ver com “melhorar” de vida de alguma forma: ir para uma casa maior porque os filhos estavam crescendo e deixar a casa da mãe, no

caso de Cristina; procurar uma vizinhança melhor – “minha filha pegou piolho de galinha, imagina!”, diz Cristiane se referindo à casa anterior onde morava de aluguel. Por outro lado, a força que aviva a construção da casa (no caso daqueles que a construíram) é, em geral, “a busca por melhorias” em que os estados e transformações na vida são alcançadas por meio de intervenções/melhorias na construção. Embora a vida tenha melhorado, nesta narrativa do progresso, Noeli e Cleuza destacam uma certa degradação nas condições de vida nas vilas onde moram. Esta degradação se refere principalmente ao entorno, sentida na presença do valão na frente de casa, por Noeli, e na “bagunça”, “falta de respeito” do tráfico e dos jovens e “quebradeiras” constantes, para Cleuza.

A atividade de intervenção constante na casa, por outro lado, se vê impedida de seguir quando a remoção é decretada. Abandona-se a casa porque já não há como intervir e fazer reformas nela, pois a Prefeitura decretou a remoção. O uso para a duplicação da avenida é unívoco e não pode conviver com as moradias. A casa ou partes dela vão sendo abandonadas, como diz Seu Zé em relação a sua horta que será removida – “Nós tirávamos de tudo dali, verduras, legumes, tinha árvore frutífera. Sempre cuidamos tanto, agora vai tudo embora. Até já abandonei um pouco né, porque o quê adianta?” – ou Noeli em relação às melhorias que já não podem ser feitas na sua casa no Cristal – “vou colocar uma porta melhor para quê, se estou saindo? Sempre soube que uma hora ou outra ia ter que sair, por isso não pude fazer as melhorias que eu queria”. Tendo em conta que as melhorias já não podem ser feitas nela, aos poucos as intervenções vão diminuindo já que qualquer investimento seria “dinheiro jogado fora”. Para pensar a casa, este esforço constante de fazer melhorias nela e todo o trabalho imprimido na sua construção, podemos retomar a ideia de “coisa” como um **agregado de fios vitais** de Tim Ingold, em contraposição ao objeto – um fato consumado, de superfícies externas e congeladas, sempre iguais. A “coisa” é um “lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam”, uma reunião onde muitos participantes se encontram. “Se pensamos cada participante como seguindo um modo de vida particular, tecendo um fio através do mundo, então talvez possamos definir a coisa, como eu já havia sugerido, como um “parlamento de fios” (INGOLD, 2012, p. 29).

A casa é, então, um acontecer, sempre sendo feito e refeito, e onde uma série de “fios vitais” contribuem para sua coisificação. “A casa real nunca fica pronta” (INGOLD, 2012, p. 30), e o ato de habitar significa reunir-se com outros modos de vida, numa atividade constante de reforço e construção. “A casa real é uma reunião de vidas, e habitá-la é se juntar à reunião” (INGOLD, 2012, p. 30). A relação com a casa, assim, não é de um indivíduo encontrando, ou

manuseando objetos, ou de um objeto (a casa) que contêm (abriga) um indivíduo (morador). Trata-se de uma relação de co-constituição e ação constantes – construir um quarto, melhorar um cômodo, modificar janelas e portas, reparar o piso ou o telhado, reformar fachadas, etc., significam igualmente “melhorias” na vida das pessoas. O que está imprimido nas paredes construídas é este processo vital de dar forma, de sustentar os limites da casa, de melhorar as instalações, que durante anos e cotidianamente os moradores levaram adiante.

Mas se a moradia atual teve sua morte decretada pela construção da avenida, esta potência criativa, de dar forma, de adaptar a casa à família ou de instaurar novas temporalidades através de intervenções na construção – “melhorias” na vida e na casa –por sua vez é mobilizada pelos arranjos da remoção. Noeli começa a fazer planos em como utilizar, modificar, intervir em partes da nova casa no bairro Restinga Nova⁹² – trocar a cor, fazer o jardim de inverno, colocar um banquinho de leitura, comprar móveis novos, cama *king size*, fogão de última linha, etc. “Quero tudo novo. Meu marido e eu trabalhamos pra isso”, diz – e vê com entusiasmo o fato de a casa possuir laje, o que permite construir outro piso caso o filho venha a se casar. É possível imaginar uma vida melhor, embora o preço disso seja abandonar o Cristal, pelo menos por enquanto – “quero receber meus amigos, fazer festa, churrasco, estou cansada de fazer churrasco em tijolo [risos]; ter minha cesta de lixo, as minhas cartas na mão, tudo direitinho. A cozinha é cozinha mesmo, grande, alta, com acabamento. Imagina: três quartos, área de serviço, sala, cozinha, garagem grande com churrasqueira, jardim de inverno, que eu adoro! Eu sempre gostei de folhagem, jardinagem. Eu quero botar um banquinho porque eu gosto de ler. Vai ser bacana... já to pensando na minha aposentadoria! [risos] Tem uma praça na frente da casa também. Bem limpa, sabe. A rua não tem sujeira, papelada, cocô de cachorro, nada disso, é tudo limpinho, tudo bonitinho. Na frente da casa tem um jardim, tem grade, tem muro, tem pátio pro meu cachorrinho. Que pena que não tem internet pra eu te mostrar a foto... bah, é a casinha dos meus sonhos!” , diz. O fato de ser uma casa com título de propriedade, que pode receber intervenções sem o risco de remoção ou despejo, e que pode eventualmente se transformar em recurso financeiro no momento da venda, também é importante.

A busca por **melhorias**, que instauram estados e transformações na vida, seguirá agora na nova casa. No entanto, para Dona Cleuza, por exemplo, isso significa “começar tudo de novo” – retomar o esforço de “investir subjetiva e materialmente” para “melhorar” a casa, já

⁹² Bairro da zona sul da cidade, localizado a 22 Km do Centro e a 16 Km de onde Noeli mora. Possui cerca de 60 mil habitantes. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p_sistema=S&p_bairro=153 Acesso em: 27/08/2014.

que o Estado não ofereceu um valor suficiente ao não reconhecer toda a vida investida na construção das casas. A indenização justa, assim, é, além de uma questão de reconhecimento do **trabalho** que ao longo dos anos construiu **melhorias** na casa e na própria vila, um recurso para poder manter um estado de melhorias ou para seguir esse trabalho de (re)construção e melhoramento em outro lugar. O dinheiro que Seu Zé venha a adquirir com a indenização será empregado, segundo ele, nas melhorias e intervenções a serem feitas na casa, na parte que sobrar. Da mesma forma, Noeli, ao economizar o dinheiro que colocaria para “cobrir” ou “completar” o valor de uma casa em que não seria suficiente empenhar os dois Bônus-Moradia (seu e do filho, já maior de idade), começa a planejar as reformas na casa, compras de móveis novos, etc.

Ainda assim, nem todas as possibilidades de reassentamento colocadas permitem uma abertura para intervenções e melhorias. Cristina e Cristiane, que vivem de aluguel, indicam, ao pensar sobre os apartamentos MCMV, que o ideal seria – “já que é pra dar pouca coisa, que dessem um terreno com uma casinha simples, de dois cômodos”, onde pudessem seguir construindo mais peças. Ainda assim, A mudança para os apartamentos também é considerada uma “melhoria” na vida. A comparação entre as modalidades de reassentamento disponíveis, provoca uma avaliação sobre os espaços, entre o “pátio” onde moram de aluguel e os “apartamentinhos do MCMV”.

4.5 Do Aluguel aos apartamentos do MCMV, de resistir a “correr atrás”

Cristina e Cristiane fizeram contato com os membros do Comitê quando começaram os problemas com Dona Glória, locadora das casas onde moravam. Ela mesmo havia cadastrado os inquilinos quando os funcionários do DEMHAB passaram para fazer o trabalho. No entanto, depois de indenizada por seu terreno e por sua casa, ela entendeu que as locatárias deveriam desocupar as casas para que o terreno pudesse ser entregue à Prefeitura – “vocês tem que ir embora, eu tenho que entregar o terreno limpo”, disse a senhora. As moças relatam, em tom jocoso depois de passada toda a confusão, que isso desatou uma verdadeira “guerra com a Dona Glória”. As moças, então, consultaram os funcionários do DEMHAB e procuraram o “pessoal do Comitê” e ambos lhe disseram que deveriam permanecer nas casas enquanto não encaminhassem seu reassentamento. A partir daí, começaram a ir nas reuniões do Comitê e a

“lutar para ficar no pátio”. Dona Glória “pensava que como era dona do terreno, se ela não podia ficar” os inquilinos também não poderiam permanecer e começou a “infernizar [atormentar] a vida” delas: cortou a água, arrancou os fios de luz de Cristiane, ameaçou derrubar as casas, “fez até macumba e colocou embaixo da casa⁹³”. Os funcionários do DEMHAB, quando chamados pelas mulheres, a alertaram: “Dona Glória, a senhora não pode cortar os fios, não pode cortar a água, não pode pegar nem mais uma formiga do pátio, nem as formigas são suas mais, a senhora já vendeu tudo. Agora é tudo da Prefeitura”. Algumas vizinhas, “por medo da Dona Glória” foram embora, deixando para trás seu direito a ter acesso às políticas de reassentamento. Ao saber que frequentavam as reuniões do Comitê, Dona Glória passou a criticar as moças por irem lá “falar mal dela” e tentava demovê-las da ideia – “Cristina, tu tem que te mudar logo, não vai pensando que vai ganhar apartamento. Tu vai nas pilhas dos outros [deixa-se influenciar pelos outros]”, dizia. Finalmente, ao ver que Cristina e Cristiane iriam mesmo ficar nas casas alugadas, Dona Glória resolveu “vendê-las” às moças pelo preço de um mês de aluguel (R\$ 300, 000).

Ter “resistido no pátio” – não ter cedido às pressões de Dona Glória para que se mudassem – resultou em acessar o direito ao reassentamento. Com o passar do tempo, no entanto, há uma inflexão: “resistir” e continuar no pátio se torna difícil e até improdutivo. “Não tem mais como a gente ficar aqui. Se a gente tivesse mesmo a possibilidade de ficar aqui, essas casas em volta não tinham saído já. Tá todo mundo saindo, vamos ficar sozinhas. Está ficando perigoso. Ontem mesmo botaram abaixo mais uma casa perto do mercado. Tinha uma senhora indignada que a gente conversava sempre, foi embora já”. Ao ver as pessoas ao redor indo embora, a remoção se consolidando, as condições no entorno piorarem (ratos, esgoto estourado, escombros, consequências da derrubada das moradias), Cristina e Cristiane concluem que o momento agora é de “correr atrás” [buscar com afinco, processar os trâmites, neste caso] e encaminhar o reassentamento. Ainda assim, consideram os bons resultados de ter permanecido, de ter “resistido no pátio”: “Primeiro teríamos que sair, conseguimos ficar. Até que a gente ficou bastante tempo. Agora temos a oportunidade de ter uma coisa nossa, de ir para os apartamentinhos, que antes nem podíamos. Mas temos que correr atrás de pegar o Aluguel Social, fazer o que tem que ser feito. Se não depois a coisa pode ficar pior... estamos nos enrolando, bobeando muito, não aceitando. Daqui a pouco vamos ficar sem nada, tem que aproveitar porque é isso aí mesmo”. O medo de “ficar sem nada” também apavora as duas e

⁹³ Popularmente, a palavra macumba é utilizada para designar genericamente os cultos sincréticos afro-brasileiros derivados de práticas religiosas e divindades dos povos africanos trazidos ao Brasil e escravizados. Neste caso, tem conotação negativa, denotando que Dona Glória queria lhes fazer alguma pequena maldade.

uma sensação de isolamento toma conta. Enquanto isso, o aluguel de casas na região vai aumentando, por isso é preciso “se apurar” [apressar-se].

As duas vizinhas tentaram procurar casa com o Bônus Moradia, mas não encontraram por conta do baixo valor do benefício. Quem consegue fazer negócio, geralmente, são aqueles que tem algum dinheiro para oferecer como caução e “segurar a casa”; ou para complementar o valor do Bônus (de 52 mil reais). Já que não conseguiram comprar uma casa com o Bônus, lhes resta a alternativa de ir para os apartamentos do Minha Casa Minha Vida, que serão construídos na região. O reassentamento nos apartamentos, porém, estava condicionado à adesão ao Aluguel Social – o que foi comunicado oficialmente numa plenária do OPPOA: “aqueles que estão indo para o Aluguel Social já estão garantindo sua futura moradia”, anunciou o Prefeito. Este receio de “ficar por último” na distribuição dos apartamentos, assustava Cristina e Cristiane: “os primeiros que aderirem ao aluguel social vão colocar nos apartamentos na região e depois, os que forem ficando por último, vão mandar lá pra Restinga. E ainda vão dizer ‘você que não quisera’. A mulher da vila ali na entrada, aconteceu com ela: veio o Oficial de Justiça para tirar ela dali e disseram pra ela ‘tu não pegou Aluguel Social nem Bônus porque tu não quis, teve tempo pra isso’. Daí ela ficou sem ter para onde ir. Eles disseram ‘você não procuraram porque não quisera, porque casa tem’”. A desconfiança em torno da palavra assumida pelo Poder Público, assim como o medo do despejo, expressos também nas atividades do Comitê, se mantêm aqui. O “medo de ficar sem nada” convive com o desejo de alugar uma “casa melhor”, pois sua “casinha pequena” já não satisfaz: “Eu até prefiro alugar outra casa, essa aqui já deu o que tinha que dar, é pequena, faz calor, tem mosquitos agora no verão, estão mordendo a bebê. Vou para uma casinha melhor, fico lá esperando os apartamentos ficarem prontos”, diz Cristina. Ao contrário, para Noeli, ir para o Aluguel Social não é algo tolerável, já que tem uma casa que é sua – “é barraco, mas é meu. Não estou morando na rua, para viver de aluguel”.

Como vimos, a busca por melhorias na vida e na casa anima as formas de lidar com a remoção, seja no momento de “resistir” no Comitê, seja no momento de “correr atrás” dos trâmites para encaminhar a saída. Ir para os apartamentos é visto como uma “oportunidade” de deixar o aluguel, “ter uma coisa nossa”, o que significa uma “melhoria” em comparação com a atualidade. As anedotas sobre Dona Glória povoam a reflexão das moças sobre as condições de viver pagando aluguel: ter que “aguentar a Dona Glória” nos seus autoritarismos e desmandos – regulava a vida dos inquilinos, as visitas, as compras, os hábitos, a criação dos filhos, os horários, etc., fazia intrigas entre os vizinhos, contava para todo mundo quando alguém

atrasava ou pagava só uma parte do aluguel, etc. “Sofremos na mão dela. Agora a gente ri, mas não era fácil”; além do fato de ter que empenhar uma parte considerável da renda no aluguel. “Resistir”, enfrentar Dona Glória e ter a oportunidade de acessar os apartamentos é encarado como um bom acontecimento: “Olha, Deus olhou por nós. O que nós passamos aqui, talvez era para nós ficarmos aqui. Para nós ganharmos esse apartamento, porque nós não tínhamos nada. Ganhamos de ganhado mesmo os apartamentos [reforçando o fato de que não precisarão pagar pelos apartamentos]. Antes [de “resistir” no pátio, quando Dona Glória queria expulsá-las], teríamos que sair daqui e alugar em outro lugar, íamos continuar assim, morando de aluguel; agora a gente vai ganhar um apartamento. Não é o melhor apartamento, mas é nosso. Teríamos que pagar 20 anos um financiamento para conseguir, mas esse apartamento é dado, quem é que vai dar alguma coisa para nós? Faça sol, faça chuva, é nosso. Ter que pagar aluguel é brabo [ruim, dificultoso]. Faça chuva, faça sol tu tem que ter o dinheiro para pagar. E tu tem que aguentar, tu precisa, tu tem que aguentar” .

Este desejo de “ter a casa própria”, expressado por Noeli, Cristina e Cristiane, precisa ser pensado no contexto da remoção. A atuação do poder público na região e a própria intervenção (embora ofereça a solução para o “problema” que ela mesma causa) instauram a fragilidade em relação a posse dos terrenos, ou seja, *a priori* está não é uma preocupação natural e espontânea. Ela tem lugar num contexto em que não sendo proprietário se corre o risco de remoção e o valor oferecido pela casa não considera a posse do terreno, o tempo de moradia e os investimentos feitos nela ao longo da vida. A “irregularidade” nestes espaços está sempre disponível para ser acionada e vai construindo a necessidade e o desejo de “ter uma casa própria”, que dota de maior segurança as melhorias que venham a ser feitas. No caso de Cristina e Cristiane, tal desejo também está relacionado a deixar de pagar aluguel. Ter uma “casa própria” significa que é possível manejá-la de diferentes formas e incluí-las em projetos futuros, vender posteriormente, trocar ou permanecer nela – “No começo eu queria casa mesmo, mas com o tempo a gente vai acostumando com o apartamento, os filhos vão crescendo”, diz Cristiane. Porém, os controles sobre o uso do apartamento preocupam Cristina e Cristiane, pois não é possível emprestá-lo, ceder ou mudar-se por um tempo, antes de completar cinco anos de ocupação. Outro ponto interessante que sinalizam é que o “ideal” seria que “dessem um terreno e deixassem construir”. O problema sinalizado por Cristina e Cristiane não é apenas que o apartamento é “muito pequeno, não tem área de serviços, nem sacada”, é que ele não permite intervenções, mudanças ou ampliações. A preferência é por um lugar que “dê para construir, para mexer”: encontramos aqui o mesmo desejo de construir, dar forma – de

acordo com Ingold (2012) –, fazer melhorias e alterações na casa conforme os usos e o crescimento da família, que inspiraram a construção das casas dos moradores mais antigos (Seu Zé e Dona Cleuza).

A ida para o condomínio de apartamentos poderia significar livrar-se dos estigmas e dos problemas de morar em uma vila, como expressaram Dona Cleuza e Noeli – e como identificou Damo (2008) nos processos de urbanização de assentamentos ocorridos em Porto Alegre nos anos 1990. A construção de condomínios e a opção por nomes que suprimissem as referências à vila ou à pobreza das casas, indicava esse desejo, expresso também diretamente pelos moradores. Ter um endereço para receber o correio, um registro da conta de luz, um lugar apropriado para receber os colegas de trabalho, no caso de Noeli, são anseios que podem se realizar possuindo “uma casa própria” em um lugar que ofereça boas condições.

No entanto, para Cristina e Cristiane, e mesmo para Noeli quando faz observações sobre o tema, há algumas preocupações em ir para os apartamentos ligadas ao modo de organização do cotidiano, das pessoas e das formas de vida num condomínio. “Quem trabalha vai ter que conviver com os “risca-faca” [pessoas perigosas ou que provocam brigas], traficantes, catadores e recicladores de lixo, pessoas que tem muitos animais [domésticos ou de trabalho], usuários de drogas”, diz Cristina. Além disso, as pessoas “mais pobres” que elas estarão próximas e tentarão pedir que dividam “o churrasco do fim de semana”; as crianças se misturarão na praça – “tem muitos que não são que nem os nossos filhos”, diz Cristiane. “A comunidade não está preparada para viver em apartamentos”, diz Noeli. “Junta todo mundo no mesmo lugar, quem limpa, quem não limpa, quem suja. Quem é trabalhador, quem não é. Tem que rezar para ter uma pessoa decente de vizinho. Tem que engolir a seco os desaforos, se trancar dentro de casa”, diz Cristiane. Alguns bons hábitos que tinham lugar no “pátio” imaginam que não poderão ser reproduzidos da mesma forma nos prédios de apartamentos: a piscina de plástico no verão, as amizades cultivadas entre as vizinhas que se tornaram amigas, o churrasco e as reuniões no fim de semana – “Aqui a gente se conhece, em outro lugar não. Dá para deixar as crianças soltas brincando no pátio, lá acho que não vai dar”. Outra preocupação é a presença de pessoas ligadas ao tráfico, que se organizam de determinada forma atualmente, mas que com a verticalização não se sabe como será. Uma pessoa ligada à AMAVTRON⁹⁴ com quem conversei sobre o tema, conclui que “tem coisas que só na vila tem seu lugar, em um

⁹⁴ Associação dos Moradores da Vila Tronco, Neves e Arredores (AMAVTRON), fundada em 1987, é uma entidade que atende a jovens e crianças da região, com creche comunitária, projetos sociais, de esporte e lazer. Mantém convênios com o Estado e o Município. Disponível em: <http://www.amavtron.com.br/> Acesso em 27/08/2014

espaço diferente não tem como existir”, se referindo mais especificamente às pessoas que trabalham com animais e as que armazenam material para reciclagem. Ou seja, “na vila” uma série de modos de vida se organiza e convive de forma específica e a mudança para os condomínios necessariamente implica uma reorganização.

4.6 “Nasci chorando, quero morrer sorrindo”: fluxos e transformações das formas de lidar com a remoção

A buzina do bonde na noite escura, quando ainda havia um circulando pela Zona Sul; as poucas casinhas no meio do mato que eram a única vizinhança quando era pequena; as árvores frutíferas de onde ela e seus irmãos colhiam carambola, laranja, limão, lima para vender – “esse era o trabalho das crianças” –; o valão de onde os irmãos mais velhos extraíam areia para comercializar e ajudar a mãe a juntar dinheiro; o Estaleiro Só onde os irmãos trabalhavam levando comida aos funcionários da empresa; as ruas do bairro onde os pequenos iam pedir comida aos vizinhos ricos. Na adolescência, os lugares em que os jovens se reuniam em volta da fogueira para se divertir. As memórias da vida de Noeli estão repletas de referências à história e aos locais da região onde sempre viveu. “Nós não tínhamos dinheiro para sair, para dançar, a gente fazia tipo americano. Teve uma construção ali na Avenida Divisa de esgoto, então deixaram aqueles canos grandes de concreto, sabe? Ali a gente fazia fogo, fogueira. Então, uma pessoa fazia pipoca, o outro comprava vinho, ali a gente tomava, contava piada, ficava ali. Isso ali era a nossa diversão”, conta. “Foi uma infância maravilhosa. Por isso a gente se sente assim, tu vê, 50 anos aqui e nos fazem isso, nos tiram daqui...”, diz. O que move seus sentimentos de injustiça e tristeza em ter que abandonar a região onde cresceu – sente que a estão “arrancando” – é o seu “amor pelo Cristal”. Ela destaca várias características que tornam a vida ali muito agradável: “A Zona Sul é incrível, é tudo de bom! O ar é maravilhoso, tem ônibus para todos os lugares, se não tem dinheiro para o ônibus, dá para ir a pé. Tem cinema, delegacia, banco. Agora esses filhos da puta [desgraçados] querem me mandar para o interior [risos]”. Noeli gosta tanto do lugar que diz que chega a passar mal quando vai para regiões que considera muito distantes, como Viamão, município da Região Metropolitana ou a Zona Leste da cidade.

Noeli conhece muito bem sua vizinhança e até mantêm uma relação “respeitosa”, segundo ela, com os traficantes da região. Inclusive, viu mudar o tipo de relação que eles mantêm com os demais, enquanto o tempo foi passando – “antes eles eram mais amigos, cuidavam dos conhecidos, protegiam se dava alguma briga. Hoje em dia não, eles mesmo arrastam, enganam os mais inocentes”. A Restinga Nova, bairro para onde pretende se mudar é conhecido pelo clima violento nas ruas. Noeli se preocupa, se terá a mesma calma em outro lugar – “É um bairro calmo, apesar de tudo, de drogas e tal, é um bairro calmo. Pra ti ver, eu deixo tudo aberto. Agora, em outro bairro, dá pra deixar porta aberta assim? Vou ter que me gradear porque eu não sei como é o ambiente, entendeu?”, diz. Toda a “família Almeida” é muito conhecida e respeitada pelos vizinhos. Sua mãe e a família de seis irmãos vivem na Vila Cristal, todos no mesmo terreno, e foram impactados pela obra.

Seus pais chegaram casados à Porto Alegre, vindos do município de Torres-RS, mas seu pai “deslumbrado com as mulheres e festas da cidade” começou a gastar todo o dinheiro que possuía em cabarés, bebidas, drogas. O pai foi se tornando pouco presente no dia a dia da família, e quem criou sozinha os dezoito irmãos foi a mãe. Apesar de “passar fome, passar necessidade”, a criação recebida cultivou valores muito importantes entre os irmãos e as lições da matriarca inspiram fortemente a vida de Noeli. As lições são contadas em pequenos casos acontecidos, tais como as histórias das mulheres identificadas por Fonseca (2000), que fornecem modelos de comportamento e vereditos morais a quem conta e a quem as escuta. Como a vez em que um dos irmãos pegou um cacho de bananas de um verdureiro para dividir com os irmãos que “não tinham nada para comer”. Quando mostrou as frutas para a mãe, levou uma grande surra.

Foi uma lição, assim. Se ela não tivesse feito isso nós seríamos todos vagabundos, ladrões, prostitutas. Minha mãe é uma guerreira. Criou os filhos todos trabalhadores, ‘do bem’, honestos, nunca tiveram que fazer nada de errado para conseguir ter as coisas. Minhas irmãs cansaram de limpar, limpar, limpar casas dos outros para pagar os estudos dos filhos. Quem não quis estudar, foi arranjar o que fazer.

Ou, então, a vez em que um pato chegou voando e caiu no quintal da casa, como num milagre. Com a ave, sua mãe fez um verdadeiro “banquete” para os filhos – “Foi coisa de Deus, Eu nunca vi pato voar! O pato voou e caiu no nosso pátio! E nós sem nada pra comer...”. Segundo ela, a mãe sempre dizia: “no dia que nós não tivermos nada, eu faço sopa de pedra. Se não tiver nem pedra, vamos nos amarrar e todos vão morrer juntos... porque eu não admito que roubem, que mexam no que não é de vocês”. A família Almeida, por isso, é muito respeitada

entre a vizinhança. “Se tu perguntar para todos aqui na vizinhança quem é a família Almeida eles vão dizer: não são de fazer tumulto, de brigar. São de respeitar. Como é que tu vai cobrar o respeito de alguém, se tu não der, sabe? Então por isso que a minha família é muito respeitada aqui. Todos são queridos, pergunta pra qualquer vizinho”. Estes valores foram repassados ao filho – “criei da mesma forma que fui criada, cobrando” – elogiado na família por ser um jovem muito educado. “Meu filho mora na comunidade, é pobre sim, mas ele tem tudo que lutamos para ter. Foi criado assim: dando e cobrando”, conta, dizendo que criou o filho afastando-o da rua e nunca o deixando sozinho ou desocupado. A mãe de Noeli também ensinou todas as filhas mulheres a serem “muito caprichosas” – lavar bem as roupas, a casa, cuidar da higiene –, o que, segundo ela, justifica sua predileção por ter uma “casinha bonitinha, arrumadinha, limpinha”.

Na entrevista de Noeli, podemos ver o quanto as diferentes formas de lidar com a remoção podem se aproximar, formando um verdadeiro emaranhado em que nós se atam e novas estratégias e disposições são formadas a partir dos mesmos **fios de vida**. As formas de lidar com a remoção, por exemplo “resistir” e “correr atrás” (encaminhar o reassentamento) em comparação, não são entidades auto-contidas. Se damos primazia, como sugere Tim Ingold (2012), aos **processos de formação** ao invés do produto final, e aos **fluxos e transformações dos materiais** ao invés dos estados, então cada forma de lidar com a remoção não é completamente diferente da outra. Os materiais utilizados para avivar cada uma delas por vezes são os mesmos, combinados com outros e entre si. Podemos dizer que essas formas de lidar com a remoção são “coisas” no sentido que Ingold dá ao termo: “um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós” (INGOLD, 2012, p. 29).

Diferentes forças e coisas são agenciadas e transformadas durante a travessia de negociações, idas ao Escritório, busca por uma nova casa, experiências de mobilização, de resistência, etc. Quando começa a me contar sobre seu esforço para encontrar uma casa que pudesse adquirir com o Bônus-Moradia, Noeli vai relatando tantos elementos entrelaçados na sua reflexão e na sua ação, que fica difícil localizar cada um num âmbito específico. Esses elementos são trazidos à tona e parecem (trans)formar um ao outro constantemente. No começo, conta que sentiu medo e muita ansiedade por não saber o que iria acontecer e pelo sofrimento de ter que sair do Cristal. A participação no Comitê foi-lhe atenuando este medo e dando-lhe forças. Noeli aprendeu que “tinha coragem de falar com os políticos”, de cobrá-los num tom forte. O reconhecimento dos vizinhos – que lhe diziam “é isso aí Noeli, tu falas como

eu gostaria de falar!” –, o fato de “estar na luta pela sua comunidade” e poder comunicar o sofrimento e as demandas dos moradores atingidos como ela foi-lhe “fortalecendo”, relata – “Porque foi dali que me deu essa força, essa garra, de saber que eu podia, que eu posso, sabe. Então, eu aprendi, eu cresci muito. (...) É tipo assim: estão te arrancando... mexe com a tua estrutura, mexe com a tua vida, sabe? É uma coisa assim que no início eu me assustava muito... agora não. Depois que eu conheci ali o pessoal do Sopapo [Quilombo do Sopapo, onde se realizavam as reuniões do Comitê], eu aprendi muito com eles”. Descobriu que gostava da luta, da política – que antes tinha tanto medo, até fugia e se escondia daqueles que a vinham convidar para reuniões.

As **lições de vida** que Noeli retira da sua criação, do seu trabalho, das histórias que viveu dão força à sua narrativa e parecem inspirar de formas múltiplas e poderosas suas disposições, formas e estratégias de lidar com a remoção. A conversa flui entre a vida, a família, a criação, o trabalho, a remoção e a experiência de mobilização junto ao Comitê... um assunto servindo de tema para o próximo. “E assim é a Noeli Almeida”, dizia: de bem com a vida, alegre, batalhadora, trabalhadora, honesta. Esse jeito de ser de Noeli foi se formando com as aprendizagens que retirava “da vida”, as quais exemplificava com histórias que continham “lições”. Atualmente, Noeli trabalha em dois empregos, ambos próximos da sua casa, pra onde vai de ônibus ou a pé. O marido e o filho trabalham e estudam no Centro. Seu primeiro emprego foi de doméstica aos nove anos, e desde então trabalhou nisso, nos cargos de serviços gerais e auxiliar de escritório. Considera o trabalho “gratificante” – “Eu aprendo muita coisa lá e com a vida. Várias colegas dizem: “Noeli, tu tá sempre rindo, sempre de boa”, daí eu digo: “poxa! **Já nasci chorando, eu quero morrer sorrindo!**”, entendeu? [risos] É o que eu levo pra mim. Já nasci chorando... se ficar de beijo, não vou precisar nem de pano pra limpar o chão [risos] . Então é isso... sabe, é tão bom tu te ocupar. As lições de vida que eu tenho no Instituto de Oncologia onde eu trabalho são muitas... Aquelas pessoas doentes mesmo, sabe, e nós vendendo saúde. As pessoas se queixam por nada muitas vezes”.

Todos os pacientes da clínica gostam muito do seu jeito alegre e de a ter por perto. Noeli conta de um paciente que ficou internado muitos anos lá, e de quem ficou muito amiga. Um dia recebeu a notícia de que ele havia morrido. Então, Noeli criou uma “tática” para não se abalar tanto com as notícias de falecimento: “conheço todos, falo com todos, brinco com todos... mas eu não sei o nome de nenhum”. Dali em diante, como havia ficado muito triste, Noeli resolveu esquecer o nome dos pacientes, inclusive não lembra nem o nome desse rapaz tão querido a ela, diz. “Então quando se some, quando o paciente não aparece mais, eu penso

“Ah, melhorou”, porque ou melhorou ou partiu, né, então pra mim todos eu penso que melhorou, ficou bom. E eu vejo, assim, a luta deles... e eu, pô! Eu moro numa comunidade, minha família é do bem, eu amo meu marido, meu filho é maravilhoso, eu agradeço a Deus todos os dias”. Este é, por tanto, o sentido que Noeli dá às suas escolhas, a seu cotidiano e para as mudanças que vão acontecendo na sua vida: “nasci chorando, quero morrer sorrindo”.

Podemos usar o sentido dado por Ingold (2012) de uma malha de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento que formam coisas, para pensar a transformação das diferentes formas que as pessoas utilizam para intervir na/lidar com a remoção, que estão constantemente se reconstruindo mutuamente. A força adquirida nas ações junto ao Comitê, por exemplo, se transforma em outras forças, para reerguer a casa, para recomeçar a vida em outro bairro, para brigar com os funcionários do Escritório, para exigir o que “merece”, para correr atrás dos trâmites, para seguir lutando na região para onde vai se mudar ou mesmo para retornar ao Cristal. “O jeito de ser da Noeli Almeida” também é uma força que anima a exigir o que considera que “merece”, frente à demora da Prefeitura em tramitar a compra da nova casa na Restinga. Também é uma força que aviva as mobilizações coletivas do Comitê.

Eu quero o que é meu. Quero a minha casa, estão me tirando, vão ter que me indenizar, pronto. Eles querem o meu pátio? Eles querem o meu terreninho? Então, fecha lá o negócio com a casa que eu escolhi. Aquela casa que eu quero, aquela casa que a Noeli merece. Eu tenho meu dinheirinho, mas eu quero o meu dinheiro que está lá na mão deles [reforça a voz, mostrando brabeza, indignação] que é por direito meu. É pouco, mas é meu (...) Já que está pintando essa oportunidade de ter a casa própria, eu quero coisa boa, eu mereço. Nós merecemos, entendeu? Porque quem é que quer morar na beira de um valão fedorento? O certo é até eu processar eles por ter um valão aqui!

No entanto, seu amor pelo bairro onde nasceu conflita com o desejo de realizar melhorias neste momento, pois as opções de reassentamento não permitem que permaneça na região. Noeli se diz cansada de “morar na frente do valão”, que não merece mais morar assim, mas gostaria igualmente ficar e lutar por melhorias na Vila Cristal.

A gente lutou para ficar... não deu né, o que nós vamos fazer? Então, aqui é um lugar bom... mas eu moro mal. Não adianta tu também morar num bairro bom e morar mal. Prefiro então me retirar um pouquinho, mas morar bem, numa casa boa. Ter minha conta de luz pra pagar... queimou meus fusíveis, eu sei onde ir pra recorrer. Ter minha água, ter minha garagem, sabe, minha casa gradeadinha, muro, um jardim de inverno, sabe, é a casa dos meus sonhos e graças a Deus eu achei. Mas eu gostaria de não ir pra lá, gostaria de ficar por aqui. Mas não na beira do valo. Eu não mereço mais morar na beira do valo. Eu mereço a minha casinha. Só que eu não gostaria de sair, gostaria de ficar no Cristal, e lutar pela minha comunidade. Lutar, adquirir, querer mais coisas.

Nós não temos uma quadra de esportes, não temos uma creche aqui; associação que dê cursos, que invista nas crianças, pra tirar da beira do beco, sabe. Que tenha aula de inglês. O Renato [presidente da Associação da Vila Cristal], assim, faz as coisas, mas ele é tímido. Tinha que ter uma Noeli, que fala, que cobra, sabe. Pois é... mas essa Noeli, estão transportando para fora daqui. Vai fazer falta. Eu não gostaria de sair, mas também eu tenho que pensar no amanhã. E está pintando essa oportunidade, é pouca mas é o que nós temos. Então eu vou tentar pegar porque não dá para morar assim. Eu quero melhorias pra mim, para minha vida, para minha família, sabe. Mas eu não gostaria de sair do Cristal, o Cristal é o melhor, isso aqui é o ouro.

Este apego ao lugar onde cresceu, continua atuando como uma força reservada para futuras estratégias. “Que pena que não é na minha comunidade! Mas se eu não gostar, em cinco anos eu posso vender. Como uma Fênix, vou surgir das cinzas. Volto pro meu Cristal de novo!”. O amor pelo Cristal, o desejo de realizar melhorias, as lições de vida que foi aprendendo e o sentido dado pela máxima “nasci chorando, quero morrer sorrindo” são linhas que compõem as formas de atuar de Noeli, “linhas ao longo das quais as coisas são continuamente formadas”. A partir destas linhas e de outras, como as avivadas a partir do Comitê, há uma “malha de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento” (INGOLD, 2012, p. 27) que vão formando as disposições em relação à remoção. Elas podem formar a disposição para “resistir” e “lutar” no momento em que é preciso e seguir “brigando pelo que se merece”, “pelo que é seu” em outros momentos. O desejo de realizar melhorias (na vida e na casa), por exemplo, anima tanto o ato de “resistir” quanto o de “correr atrás” dos trâmites do reassentamento.

A ação de fazer “pressão” é mencionada pelos membros do Comitê e pelos moradores; os primeiros fazem pressão na Prefeitura e os segundos nos funcionários do Escritório Nova Tronco. Como vimos no Capítulo 2, para fazer avançar os trâmites lentos e para garantir o bom andamento de seu processo frente à desconfiança em relação à Prefeitura, é preciso “brigar” ou “encher o saco dos funcionários” [incomodá-los]. “Tem gente que conseguiu Bônus abaixo de briga. Mas eu não sou de brigar, a educação da gente não foi para estar xingando os outros”, diz Dona Cleuza, que se sente em desvantagem por que lhe falta essa disposição. A irmã de Noeli, por exemplo, que era proprietária de um terreno atingido, não ficou satisfeita com a avaliação que fizeram da sua propriedade, muito abaixo do valor esperado. Ela teria dito aos funcionários, segundo Noeli: “você não estão lidando com trouxinha [pessoa boba, inocente], não. Vê se na minha cara tá escrito ‘otária?’”. Noeli conclui: “Testaram ela, tu vê... tem que enfrentar eles. Quando ela ameaçou processar, eles refizeram e deu um valor maior do que a primeira avaliação”.

“Fazer pressão” também é uma maneira de intervir no tempo de espera que mantêm em suspenso os planos de mudar-se e de começar a organizar-se em outra casa. A remoção, embora agencie o desejo de “realizar melhorias”, como vimos, suspende a cada dia ou semana de espera a possibilidade de realizar este desejo na nova casa. O tempo que vai passando ameaça minar as possibilidades de realização dos planos. Noeli precisa confiar que o vendedor não desista do negócio, como é comum acontecer por conta da demora.

Minha vida está parada. Eles te deixam nessa espera. Já fiz tudo que tinha que fazer, agora estou nas mãos deles. Eu só estou esperando eles irem lá avaliar e fechar o negócio, porque a papelada está toda correta. Então eles que não venham dizer que a gente não quer sair, porque eu sou uma que quero. De quinze em quinze dias estou lá enchendo o saco deles, naquele Escritório que ninguém faz nada.

A espera, quando a entrevistei em julho de 2013, já era de quase oito meses desde que havia encaminhado os documentos para a compra da casa. Enquanto isso, a suspensão do cotidiano perdura: Noeli está pronta e ansiosa para comprar seus móveis, para mudar-se; inclusive já encaixotou algumas louças, os talheres, roupas, mas a demora nos trâmites deixa sua vida literalmente “parada” – não está nem lá nem cá, não pode ficar definitivamente nem se mudar.

Noeli: “Porquê a demora? É muita demora. Eu estou com as minhas coisas todas encaixotadas, tá ali na outra maloca. Daqui eu vou levar muito pouco, mas eu queria já comprar as coisas, levar para a casa nova... né?! Mas para onde eu vou? Eu não sei o que fazer, minha vida tá parada! Talheres! Nem vem visita mais... mas talheres eu deixei completo, para nós quatro (norinha, meu filho, eu e meu marido). Esses dias chegou dois sobrinhos meus, não tinha talheres porque está tudo encaixotado! [risos] E agora como é que eu vou achar os talheres! Não coloquei etiqueta nas caixas, não sei nem onde tá. [risos] Disseram que levava dois meses, que em dois meses eu ia estar me mudando, mas não. Pô, faz dez meses quase já! Eles enrolam, então agora eu larguei de mão [desisti]: bom, se vocês não estão com pressa, eu também não. Só que o proprietário pode desistir, ele só não desistiu porque ele não mora na casa, lá é alugado. Graças a deus!”

Busquei, neste capítulo, interpretar as formas de lidar com a remoção nas suas diferenças explicitamente colocadas e tecidas pelos moradores, mas também nos seus vazamentos, aproximações, nós e nos seus fluxos de formação (INGOLD, 2012). Os valores expressados pelos moradores, que avivam as formas de lidar com a remoção – o esforço para

construir a casa, o desejo por realizar melhorias, a luta para trazer a infraestrutura para região, o apego ao bairro onde sempre se viveu – são contrapontos ou respostas às categorias de interpelação (cf. HALL, 2000) que legitimam a remoção: a irregularidade e a precariedade. Estas respostas reapresentam ou deslocam as duas categorias usadas na mídia e pela Prefeitura para apresentar a região: Seu Zé e Cleuza destacam a luta para trazer infraestrutura e o esforço para realizar melhorias na casa e no entorno; Noeli considera que “deveria processar a Prefeitura por ter que morar na frente de um valão” e mostra disposição para lutar por melhorias para o lugar em que nasceu e que tanto ama. A precariedade das habitações, portanto, além de não ser compartilhada por todos, não é algo que se sofre passivamente, nem é um destino inescapável. Além disso, ela é produzida ou provocada por alguns agentes, no caso, a própria Prefeitura que não se encarrega de “fazer a sua parte”. As melhorias nas casas mostram, tal como a frase “não é só barraco”, além da recusa de uma imagem de precariedade absoluta, que esta não é uma característica intrínseca das habitações – pois elas podem e são constantemente melhoradas. Às tecnologias de remoção que condensam a acusação de “irregularidade”, ao não indenizarem a posse dos terrenos, os moradores contrapõem valores que legitimam a ocupação e que respondem a tais interpelações: os anos vividos ali, o esforço despendido, o trabalho investido, os laços afetivos com o lugar e os anos de luta dedicados à região.

A vida como pura potência ou força (ligada à casa, ao lugar onde se vive, às lições de vida ou às mobilizações coletivas) se torna, assim, um desafio e um excesso às tecnologias de poder. Embora sirva de força para o argumento biopolítico da remoção, de “melhorar as condições de vida dos moradores”, ao ser seccionada apenas ao indivíduo (como ser biológico e social), sem considerar-se o tanto de esforço, de trabalho e de vida decantados nas paredes das suas casas (que não são meros objetos inertes, mas coisas no sentido de Tim Ingold: um emaranhado de fios de vida) e nos lugares onde moram as pessoas, a vida emerge como desafio e excesso no processo de remoção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi responder às perguntas : como funciona a remoção? Que tipos de elementos ela mobiliza para se efetivar? Como ela vai se efetivando e se modificando a partir da ação dos moradores, funcionários e atores como o Comitê Popular da Copa? A remoção, concluo, é instaurada através de tecnologias em uma composição ou “assemblage” (ONG; COLLIER, 2005) que agencia diferentes elementos: desde os mecanismos do Aluguel Social, Bônus Moradia e programas habitacionais como Minha Casa Minha Vida; legislações municipais, fórmulas e cálculos; categorias de interpelação como irregular/invasor/precário; saberes, autoridades e *expertises* no espaço do Escritório Nova Tronco; até desejos, forças e valores – tais como o desejo de seguir realizando melhorias nas suas habitações, por parte dos moradores; forças como a violência difusa, a “pressão para sair”, o “medo de ficar sem nada”, o efeito de suspensão do cotidiano, a ação de lideranças e pessoas notórias na região e os rumores que impactam nas escolhas das pessoas; e valores como o de “ser proprietário de uma casa”. Para sua instauração, os movimentos disparadores da obra de duplicação e as justificativas que legitimam a remoção foram importantes elementos: os planos urbanísticos que imaginam um sujeito de necessidades sociais e biológicas específicas, os argumentos da mobilidade urbana e do “interesse geral” da população portoalegrense, a Copa do Mundo FIFA 2014, seus prazos, recursos e discursos, o dispositivo da irregularidade (que contém a justificativa da necessidade de regularização) e a razão biopolítica subjacente ao apelo à precariedade das habitações. Deste “assemblage” fazem parte também as mobilizações coletivas promovidas a partir do Comitê que incidiram e modificaram pontos importantes em relação aos objetivos iniciais da remoção, tais como a desapropriação dos terrenos para o reassentamento, através dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida, na própria região.

É importante destacar o papel dos funcionários do Escritório Nova Tronco, “mediadores” no trabalho de conectar e reassociar os diferentes elementos mobilizados, por exemplo as angústias, os desejos, os medos, formando um todo provisoriamente coerente e que possa responder aos objetivos da remoção. Da mesma forma, as mobilizações coletivas no Comitê Popular da Copa permitiram, através do trabalho dos mediadores, conectar dimensões dos desejos dos moradores (o desejo de ficar na região, por exemplo) ao discurso dos direitos e a valores como a defesa do território.

As tecnologias de remoção vão passando por modificações conforme vão sendo aplicadas, passando por reflexões levadas adiante pela *expertise* envolvida na remoção – que reflete sobre como torná-las operantes e eficientes do ponto de vista de seus objetivos, mas também viáveis, considerando os pleitos dos moradores –, e sendo modificadas pela intervenção dos atores envolvidos com ela – como o Comitê Popular da Copa e os próprios moradores atingidos, sujeitos-objeto da remoção. O esquema de modificações [nas tecnologias e nos seus objetivos] que as correlações de força provocam através de seu próprio jogo (FOUCAULT, 1999b), vai conformando e determinando os rumos da remoção. Os atores envolvidos mobilizam, por sua vez, outras tecnologias, no sentido de um conjunto (de saberes, instrumentos, pessoas, sistemas de julgamento, valores, construções, espaços, etc.) “estruturado por uma racionalidade prática governada por uma meta mais ou menos consciente” (ROSE, 2011, p. 45) para intervir na remoção. O Comitê Popular da Copa foi um espaço em que o discurso sobre direitos, as emoções envolvidas na remoção –sofrimento, angústia, ansiedade, mas também indignação –, uma performance sobre o poder estatal – com a oposição “nós” e “eles” e a ideia de um núcleo centralizado do Estado que oculta planos e mobiliza forças “extra-oficiais” em torno de si –, valores como a defesa do território, a legitimidade da ocupação pela antiguidade, foram sendo encadeados para problematizar e modificar os marcos em que a remoção acontecia. Por exemplo, a oposição entre “nós” (moradores atingidos) e “eles” (Prefeitura) permitiu enunciar algumas das forças extra-oficiais, rumores e “pressões” como sendo de responsabilidade da Prefeitura. O Comitê, a partir dos valores que mobilizava, foi criando arranjos e garantias em torno da remoção.

Os moradores, entre o cotidiano suspenso e a “pressão para sair”, por sua vez, vão tecendo formas de lidar com a remoção, recompondo a vida cotidiana, sempre suspensa mais uma vez enquanto a remoção perdura. As forças que os animam nesta tarefa são variadas: as lições de vida, o fortalecimento a partir das mobilizações coletivas, o desejo por melhorias, os sentimentos de injustiça, o desejo de permanecer na região, etc. Estes também mobilizam

alguns elementos em resposta às categorias de interpelação da irregularidade e da precariedade cristalizadas nas tecnologias de remoção, a fim de defender melhores pagamentos e um tratamento que consideram mais justo: o tempo vivido na moradia e na região, o esforço subjetivo e material despendido na construção da casa, o trabalho investido, os laços afetivos com o lugar e os anos de luta dedicados à região. O uso das categorias de irregular e precário permite, de parte da Prefeitura, deslegitimar estes elementos e desconsiderá-los no momento de indenizar e reassentar. Mas os pleitos dos moradores tem efeitos e modificam, de alguma forma, os marcos da sua remoção – quando vão ao Escritório “brigar” ou “pressionar” ou quando contestam os valores pagos.

A vida a qual a remoção visa intervir, argumentando pela sua promoção através da razão biopolítica, a excede e a desafia, pois não se circunscreve à divisão indivíduo-objeto: onde os indivíduos/moradores devem ser removidos para dispor dos objetos/casas, que serão destruídos para dispor do espaço. A vida agenciada pelos arranjos de remoção e impactada por ela está pulverizada em uma série de “coisas” (INGOLD, 2012) e persiste como algo ingovernável. Os moradores preservam, destas mesmas forças que os animam a lidar com a remoção, uma quantidade para futuros movimentos – o laço que liga Noeli, à região Cristal, por exemplo, permanece como força atuante nas suas escolhas: caso não se adapte à nova casa em outra região, voltará “como uma Fênix” ao bairro, como planeja. A remoção mobiliza o desejo de seguir realizando melhorias nas suas casas e vidas, por exemplo, mas bloqueia a possibilidade de realizá-las no lugar onde sempre viveu e ao qual se está apegado. Persiste a desigualdade de poderes entre moradores, Comitê e Prefeitura, para intervir na correlação de forças e nos marcos da remoção. Certos projetos, desejos e planos de muitos moradores seguem em suspenso, não realizados, ou são frontalmente negados. Estes desejos em suspenso ameaçam constantemente os objetivos da remoção, pois restam em potência, como reserva para futuras estratégias dos moradores atingidos.

Um dos principais efeitos provocados pela remoção e que serve também como elemento mobilizado para efetivá-la é a suspensão do cotidiano dos moradores atingidos. A sensação de incerteza e a falta de definição quanto aos próximos passos causa angústia e sofrimento entre os moradores, o que os impele a buscar os meios para reestabelecer o cotidiano. A alternativa ao alcance é realizar os trâmites para o reassentamento, o quanto antes. Em meio à remoção e a partir dos elementos disponíveis, eles tentam reinscrever a vida no cotidiano. Da mesma forma, a *precarização* do entorno, efeito direto ou indireto da remoção, significa uma força de expulsão.

POSFÁCIO

Elaborei este Posfácio, em setembro de 2014, para contar um pouco do que aconteceu com os moradores entrevistados durante o período de escrita da dissertação. Os desdobramentos na vida das pessoas reforçam dois traços característicos da remoção, tal como levantados neste trabalho. O primeiro deles é a *precarização* do entorno como força que permite que a remoção se consolide. O segundo é a suspensão do cotidiano e a indefinição às quais os moradores estão constantemente afrontados enquanto não conseguem efetivar seu reassentamento.

Cristina me recebeu na casa que agora aluga com o Aluguel Social, próxima a sua antiga casa. Me mostra os cômodos, maiores e mais confortáveis que a moradia anterior. Para complementar o aluguel da casa, a família de Cristina aporta mais 150 reais ao valor de 500 reais do benefício concedido pela Prefeitura. Ela já estava realizando os trâmites para a mudança, quando teve de apressar sua saída, pois o pátio em que vivia com a família foi lugar de acontecimentos dramáticos, efeitos da forma como a remoção acontece. Uma casa nos fundos do terreno havia sido desocupada, mas o DEMHAB não a derrubou completamente, retirando apenas as janelas, as portas e o telhado. O ex-marido de uma das moradoras do terreno, conta Cristina, que tinha envolvimento com uso de drogas, ocupou a estrutura, instalando um telhado e tornando a carcaça um lugar mais ou menos habitável. Ali começou a desenvolver-se um local para o consumo de *crack* que, logo, se tornou um ponto de vendas da droga. O movimento de usuários era constante, e as brigas ruidosas entre os frequentadores começaram a assustar quem ainda permanecia morando no terreno. Cristiane, Cristina e Rose – as três vizinhas e companheiras de pátio – ficaram “sozinhas” no lugar, em meio às atividades dos novos vizinhos. Com medo de que estivessem armados, de que pudessem agredir alguém da família ou de que invadissem sua residência em algum momento, conta, todos se fecharam em casa, trancaram as portas que comunicavam com os corredores pelos quais aquelas pessoas circulavam, principalmente durante a noite, e se isolaram no intuito de não entrar em conflito

com os novos habitantes. A família de Cristina passou a dormir na sala, pois os quartos de dormir estavam mais próximos dos pontos de movimentação.

Foram quatro meses (de janeiro a abril de 2014) de convivência angustiante. “Graças a Deus que não aconteceu algo mais grave. Eu rezava muito – era só o que me restava – enquanto esperava sair”, diz. Os vizinhos do entorno acompanhavam seu dia-a-dia com olhares preocupados e de pena, comenta Cristina. Neste meio tempo, os funcionários do DEMHAB tentaram obrigar aqueles que “não estavam cadastrados no programa de reassentamento” a se retirar do local, o que não funcionou. Além disso, a Polícia Civil, uma tarde, abordou os donos do ponto de tráfico e, na busca por apreender provas, invadiu a casa de Cristina – que estava vazia, pois o casal estava trabalhando e as crianças, na creche. Mesmo ante os alertas de que se tratava de uma “casa de família”, os policiais arrombaram a porta, revistaram gavetas e armários, deixando “tudo revirado”, conta. Rose, uma das vizinhas, aconselhou Cristina que denunciasse o abuso policial, mas ela preferiu não fazê-lo⁹⁵.

Para poder sair deste ambiente de medo, Cristina ia constantemente – “todos os dias, com minha filha no colo, que eu buscava na escola”, diz – ao Escritório Nova Tronco solicitar que agilizassem sua saída do terreno. Cristiane, a outra vizinha, possuindo dinheiro para pagar o aluguel, saiu “por conta”, e pôde esperar a chegada do benefício já numa residência nova. Certa vez, um funcionário do DEMHAB que executa as demolições esteve no pátio, viu a situação arriscada em que se encontrava Cristina e resolveu interceder. Frente aos apelos de Cristina e ao choro nervoso de Rose – que esperava ainda a liberação do recurso do Bônus Moradia para se mudar –, o servidor solicitou um pedido de urgência para seus trâmites no Escritório. Ao conhecer o problema, os atendentes da oficina passaram a reconhecer Cristina quando chegava no local como “a guria do pátio com problemas”. Em algumas semanas, o benefício começou a ser pago e a mudança foi realizada no final de abril de 2014.

A reocupação das carcaças das casas é um fenômeno recorrente, assim como a reocupação dos terrenos vazios, conforme a remoção vai se estendendo no tempo. A fim de evitar isso, dizem os moradores, o DEMHAB não remove os entulhos e restos da demolição

⁹⁵ Rose era uma das vizinhas e amigas mais próximas à Cristina e Cristiane, que vivia no “pátio”. Por temer não encontrar outro imóvel, ela adquiriu (através do Bônus Moradia) um apartamento no bairro Rubem Berta, na zona norte de Porto Alegre. O bairro se localiza há cerca de 28 Km da região Cruzeiro. Rose era solteira e tinha nas vizinhas uma companhia muito presente. Cristina me conta que, nas conversas que teve com ela, Rose diz se sentir muito sozinha longe das amigas. Além disso, no condomínio de apartamentos onde agora reside não existe a convivência entre vizinhos que havia no “pátio”, contou Rose, “é cada um no seu apartamento”. Cristina considerou precipitada a atitude de Rose de se mudar para tão longe – “teria sido melhor pegar os apartamentos do Minha Casa Minha Vida aqui e ficar perto do que ela já conhece”.

(tijolos, pedaços de concreto, vigas e lixo), pois os terrenos vazios disponíveis atraem novos moradores. Em declaração à imprensa⁹⁶, o diretor-geral adjunto do DEMHAB, Marcos Botelho, disse ser “inviável” a colocação de tapumes no terrenos desocupados, pois estes poderiam servir como “base de paredes para ocupação irregular”. A presença dos entulhos traz animais (ratos, baratas) e sujeira ao entorno das moradias além de provocar acidentes preocupantes, que ganharam destaque na imprensa⁹⁷. No dia 10 de outubro de 2014, uma criança, no bairro Cristal, tropeçou em uma pedra em meio aos entulhos de um terreno esvaziado havia 8 meses e teve a perna perfurada por uma viga de ferro. Contatado pelo jornal que fez a reportagem, o diretor-geral adjunto do DEMHAB visitou a área em questão e garantiu que todos os terrenos que estavam com material de demolição seriam limpos. Ponderou, porém, que devido ao grande número de demolições “as equipes que fazem o recolhimento do entulho não tem dado conta do serviço”. A *precarização* do entorno e a violência, neste contexto, acabam servindo como forças de expulsão que consolidam a remoção.

Com Noeli não pude conversar diretamente, mas Cristina contou-me que há algum tempo a havia encontrado, em agosto de 2014. Passando pela Av. Divisa, onde “já está tudo destruído”, se deparou com Noeli escorada na porta da sua casa, fitando pensativa a vala que passa em frente (o Arroio Cavalhada canalizado). Cristina a chama, surpresa em vê-la: “Ô Noeli, tu ainda estás aí?!”. Todos os sonhos e projetos em torno da futura moradia que Noeli tecia em novembro de 2013, quando a entrevistei, foram bruscamente suspensos, mais uma vez, pois “perdeu a casa” que estava negociando. A demora da Prefeitura em liberar o valor do Bônus Moradia para o proprietário que estava vendendo a ela um imóvel na Restinga Nova, fez com que o interessado desistisse do negócio. Quando a entrevistei, a espera já durava nove meses, mas ela confiava que o proprietário aguardaria e que em breve, a qualquer momento, poderia se mudar. Com os pertences empacotados aguardando a mudança, Noeli foi jogada novamente numa zona de indefinição sem prazo para terminar. Cristina me conta que ela estava irritadíssima com o DEMHAB e havia decidido não procurar outro imóvel para adquirir com Bônus Moradia, por enquanto. “Agora a pressa é deles. Não saio daqui tão cedo”, disse a Cristina. Noeli, de alguma forma, tenta reestabelecer o cotidiano e definir seu futuro – enquanto

⁹⁶ Ver reportagem “Menino se fere em entulhos da Avenida Tronco” Disponível em:

<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2014/10/menino-se-fere-em-entulhos-da-avenida-tronco-4617876.html> Acesso em 14/10/2014

⁹⁷ Ver reportagem “Menino se fere em entulhos da Avenida Tronco” disponível em: <http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2014/10/menino-se-fere-em-entulhos-da-avenida-tronco-4617876.html> Acesso em 14/10/2014

a remoção insiste em colocá-la nesta zona de indefinição. Escolheu permanecer no local, por enquanto.

Duas histórias de interlocutoras que não se conheciam se cruzaram nas tentativas de ambas de definir seus rumos frente à remoção. Dona Cleuza buscava (com os 77 mil reais de indenização) uma moradia que fosse equivalente a sua em qualidade e conforto, mas estava insatisfeita e triste por ter que se mudar para um bairro distante. Em 2012, a família de Cristiane passou por um episódio traumático. O irmão de criação [adotivo] foi assassinado e sua mãe embarcou em uma grave depressão. Não conseguia mais viver na casa (na Vila Cruzeiro) onde havia criado os filhos, pois lhe trazia lembranças daquele que agora estava ausente. Colocou, então, a casa à venda através de um anúncio no jornal: “sobrado de três quartos”. Pertencia a um condomínio de sobrados construídos pelo próprio DEMHAB há quase duas décadas. Dona Cleuza se mostrou interessada e acabou comprando, pelo valor de 60 mil reais, a casa da mãe de Cristina, que se mudou para um apartamento no bairro Cristal.

Seu Zé seguiu participando das atividades do Comitê Popular da Copa. Após a realização dos jogos, a Articulação Nacional dos Comitês reuniu-se para discutir o futuro da organização. A avaliação de que os processos desatados pela recepção do megaevento no Brasil – principalmente o incremento das remoções, da violência policial e da especulação imobiliária – seguiriam atuando sobre o cotidiano dos moradores das cidades no período pós-Copa inspirou a necessidade de seguir articulados nos núcleos originais (os “Comitês”). No entanto, segundo Seu Zé, será preciso, para isso, rever a nomenclatura sob a qual se enunciam e os focos prioritários das mobilizações. Em Porto Alegre, o Comitê seguiu acompanhando a remoção na Vila Dique, na zona norte da cidade, associada à ampliação da pista do Aeroporto Salgado Filho – obra também vinculada à Copa do Mundo, inicialmente – e auxiliando algumas novas ocupações de terrenos urbanos. Seu Zé seguiu firme e convicto nestas mobilizações.

Quanto ao processo de usucapião urbano solicitado por ele, segue avançando na Justiça. Um topógrafo foi nomeado, pelo juiz responsável, para fazer as medições do terreno onde se localiza a casa. O juiz reconheceu o pedido de isenção feito por Seu Zé e o profissional será pago pelo Estado. Seu Zé confia em que este é um sinal de que o Estado irá reconhecer seus direitos sobre a área que ocupa há mais de 40 anos. Caso seja reconhecido o usucapião urbano (o que é bastante provável na nossa avaliação, minha e dele), Seu Zé poderá ter o título de propriedade do terreno e exigir indenização da Prefeitura sobre a parte dele impactada pela obra. Fiz novamente a pergunta – “Afim, a casa dos fundos será ou não atingida? Quanto da

casa será atingida? – e logo percebi que pensar nela angustiava Seu Zé, pois a resposta ainda é uma incógnita. Ele rememora os eventos em torno da questão e o porquê de ainda não ser possível saber quanto do terreno será atingido pela obra. O diretor do DEMHAB, Marcos Botelho disse a ele, durante uma atividade, que sua casa não era “atingida pela obra” e que mandaria um funcionário (com os mapas do traçado da obra e das residências atingidas) para verificar. Este funcionário nunca apareceu e Seu Zé tampouco os procurou novamente – “ficou quieto”, nas suas palavras, na expectativa de que, ao não procurá-los, poderia adiar o confronto até o momento em que já possuísse o usucapião urbano.

A Copa do Mundo aconteceu, no Brasil, com forte repressão policial aos protestos mobilizados para denunciar os efeitos da realização do megaevento. Embora com significativa diminuição dos participantes – se comparados com as manifestações de 2013 – os aparelhos policiais utilizados pelo Estado para garantir a “segurança” dos jogos foram efetivos na intenção de neutralizar as vozes críticas ao evento. A imprensa local tratava de “monitorar” o andamento das obras e predicar a falta ou o atraso de muitas delas para os jogos. Na Avenida Tronco, muitos moradores manifestavam desânimo e até desgosto com a cobertura do evento, indicando que sequer iriam assistir aos jogos, por conta da situação da remoção. Havia, no entanto, algumas iniciativas a fim de preparar o cenário para receber os jogos no Brasil. Integrantes do Instituto de Integração Social e da Associação dos Moradores e Amigos da Vila Tronco Neves e Arredores (AMAVTRON) iniciaram um trabalho com crianças e jovens da região, que desenharam bandeiras, ícones do evento e frases de incentivo aos atletas brasileiros nas ruas e muros da vizinhança. “É sobre o tom acinzentado dos muros de concreto, do asfalto e dos restos das casas destruídas para a ampliação da Avenida Tronco que dezenas de crianças e adolescentes dão novas cores à Vila Tronco, na Grande Cruzeiro” – noticiou o jornal Diário Gaúcho em 3 de junho de 2014⁹⁸. Ambas entidades são conhecidas apoiadoras da obra e auxiliaram a legitimar as ações da Prefeitura na região. O secretário-geral do Instituto, Michael, declarou ao jornal que a intenção da iniciativa era “dar nova identidade à comunidade”, após a “revolta” causada pela remoção dos moradores. “Vamos começar [a dar essa nova identidade] colorindo e enchendo de alegria a Cruzeiro”, disse.

⁹⁸ Ver reportagem “Vila Tronco, na Capital, ganha as cores do Brasil” disponível em: <http://m.diariogaucha.com.br/noticias/esporte/a4516296> Acesso em: 14/10/2014.



Figura 29. Pinturas feitas na Vila Tronco/Postão para receber a Copa do Mundo.

Fotografia: Mateus Bruxel (Agência RBS), 2014

Apenas três das doze obras previstas inicialmente foram entregues a tempo para a realização dos jogos, mas o compute geral no discurso da Prefeitura e dos governos foi de que Porto Alegre recebeu bem o evento⁹⁹. A imprensa destacou a acolhida dos portoalegrenses aos estrangeiros que vieram assistir as partidas. Estes compraram poucos *souvenirs* e artigos no comércio, mas consumiram bastante nos estabelecimentos como bares e restaurantes¹⁰⁰.

A obra de duplicação da Avenida Tronco tem previsão de término para dezembro de 2016, segundo declarações da Prefeitura. A imprensa segue pressionando pela celeridade na sua execução e exigindo respostas dos gestores municipais, que creditam ao reassentamento das famílias a “demora” na “liberação do terreno” para as obras. Segundo a manchete do jornal Zero Hora, de 28 de setembro de 2014: “Entrega até o final de 2016 depende de acelerar a realocação de famílias que moram às margens da via”¹⁰¹. “[Este] é o prazo mais desafiador [dentre as obras ainda não terminadas], porque temos de respeitar o tempo das famílias para

⁹⁹ Ver reportagem “Fortunati apresenta balanço da Copa do Mundo em Porto Alegre”, disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=170889&FORTUNATI+APRESENTA+BALANCO+DA+COPA+DO+MUNDO+EM+PORTO+ALEGRE Acesso em: 25/10/2014

¹⁰⁰ Ver reportagem “Turistas não compram, Copa decepciona comércio e pode dar prejuízo no RS” disponível em <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/27/turistas-nao-compram-copa-decepciona-comercio-e-pode-dar-prejuizo-no-rs.htm> Acesso em: 25/10/2014

¹⁰¹ Disponível em <http://m.zerohora.com.br/noticia/4605713/capital-vai-ter-obras-da-copa-ate-2016> Acesso em: 25/10/2014

saírem do local. Mas há avanços na liberação do terreno, então é possível [cumprir o prazo para 2016]", declarou o secretário de Gestão, Rogério Baú¹⁰².

Os últimos dados atualizados veiculados na imprensa indicam que o reassentamento das famílias tem avançado pouco. Em 11 de junho noticiava-se que “Das 1.525 famílias que vivem no leito da via, 725 já saíram e 800 continuam lá”¹⁰³. Em 10 de outubro, outro jornal anunciava que “das 1.525 famílias que precisam ser removidas, 733 já saíram”. Ou seja, salvo um equívoco na divulgação dos dados, apenas oito famílias completaram a mudança nestes quatro meses decorridos entre junho e outubro. Com referência aos dados de junho, 475 famílias saíram através do Bônus-moradia; 120 com indenizações pagas pelas benfeitorias; e 130 famílias estão no Aluguel Social (vinculado ao reassentamento nos empreendimentos do MCMV). Em percentuais têm-se: 65,51% de Bônus-Moradia; 16,55% de indenizações; e 17,93% de Aluguel Social. Fora deste cálculo, estão as chamadas “desapropriações judiciais” (aquelas em que os proprietários dos imóveis contestam o valor oferecido pela Prefeitura, e abre-se uma negociação mediada pelo Judiciário), as quais também são anunciadas como “problemas” que “dificultam a continuidade da obra”. Quinze por cento dos imóveis a serem ainda desapropriados estão na Justiça¹⁰⁴. Segundo a mesma reportagem, 600 das 800 famílias que ainda permanecem morando na área estão com processos abertos para fazer opção dentre as alternativas disponíveis (Bônus-moradia, indenização ou imóvel que será construído na região).

Os condomínios de apartamentos que serão construídos nas áreas gravadas como AEIS estão na fase de elaboração dos projetos. Não há previsão de início para a execução das obras, embora o projeto geral de duplicação estabeleça que “a situação habitacional das famílias *deve* estar resolvida seis meses antes do prazo final para conclusão da obra [dezembro de 2016]”, segundo o secretário Rogério Baú¹⁰⁵. O projeto que grava as AEIS estabelece que os apartamentos irão “prioritariamente” para aqueles atingidos pela obra de duplicação. Os demais imóveis irão para “demandas habitacionais da região”¹⁰⁶ Enquanto os apartamentos não ficam prontos, ou enquanto não se definem as indenizações requeridas por muitos moradores, a

¹⁰² Disponível em <http://m.zerohora.com.br/noticia/4605713/capital-vai-ter-obras-da-copa-ate-2016> Acesso em: 25/10/2014

¹⁰³ Disponível em <http://m.diariogaucha.com.br/noticias/esporte/a4516296> Acesso em: 25/10/2014

¹⁰⁴ Disponível em <http://m.diariogaucha.com.br/noticias/esporte/a4516296> Acesso em: 25/10/2014

¹⁰⁵ Disponível em: <http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2014/10/menino-se-fere-em-entulhos-da-avenida-tronco-4617876.html> Acesso em 14/10/2014

¹⁰⁶ Segundo a Lei Complementar nº 716, de 24 de julho de 2013: “As áreas de que trata esta Lei destinar-se-ão, prioritariamente, para o reassentamento das famílias atingidas pelas obras da Avenida Tronco e, posteriormente, para as demandas de habitação e regularização fundiária do Orçamento Participativo das regiões Glória, Cruzeiro e Cristal, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida, para famílias com renda situada na Faixa 1 do referido programa”.

suspensão do cotidiano e das certezas quanto ao futuro permanece vigente sobre a vida dos atingidos pela duplicação da Avenida Tronco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-LUGHOD, Lila. *Veiled Sentiments: Honour and Poetry in a Bedouin Society*. Berkeley: California University Press, 1999 [1986].
- AGAMBEN, Giorgio. *Ninfas*. Valencia: Editora Pré-textos, 2010.
- AHLERT, Betina. *Casas e seus entornos: o reassentamento com bônus moradia na cidade de Porto Alegre* (dissertação de Mestrado). Porto Alegre, PUC: 2012.
- ALMEIDA, M. S. Transformações urbanas: atos, normas, decretos, leis na administração da cidade de Porto Alegre 1937/1961. São Paulo, FAU-USP, 2004.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença-Martins Fontes, 1974.
- ARAÚJO, Gabrielle. Dinâmicas da ação coletiva : uma etnografia sobre o processo de mobilização contestatário em torno da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de Porto Alegre. Trabalho de Conclusão de Curso, IFCH/UFRGS, 2011.
- ARAÚJO, Gabrielle (2014a). “Conflitos urbanos e a Copa 2014: a luta do Comitê da Copa de Porto Alegre pelo direito à moradia” In: Revista Enfoques, junho-2014, n. 1, vol. 13, pp. 146-178. Disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/enfoques/article/view/188/174>
- ARAÚJO, Gabrielle. (2014b) “Mobilizando os direitos humanos: a denúncia pública do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre e suas implicações” (no prelo)
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NB 1350 - Normas para elaboração de plano diretor. Rio de Janeiro, 1991.
- AUYERO, Javier. “Vidas e Política das Pessoas Pobres - as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo”. In: Revista Sociologias, v. 13, n. 28, 2011.
- BAIERLE, Sérgio. *Lutas Urbanas em Porto Alegre: entre a revolução política e o transformismo*. Porto Alegre, 2007.
- BRASIL. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.
- CALDEIRA; HOLSTON. “State and Urban Space in Brazil: From modernist planning to democratic interventions” In: COLLIER, S; ONG, A. (eds.) *Global Assemblages: Technology, Politics, and Ethics as Anthropological Problems*. Malden, MA: Blackwell, 2005.
- CAVALCANTI, Mariana. “Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada”. In: Revista brasileira de Ciências Sociais [online]. 2009, vol.24, n.69, pp. 69-80.

- COLLIER, S; ONG, A. Global Assemblages Anthropological Problems. In: COLLIER, S; ONG, A. (eds.) *Global Assemblages: Technology, Politics, and Ethics as Anthropological Problems*. Malden, MA: Blackwell, 2005.
- DAMO, Arlei. “Cultura e agência – o engajamento no Orçamento Participativo”. In: Revista Campos, n.9, v. 1, 2008.
- DAS, Veena. “Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 14, n. 40, junho, pp. 31-42, 1999.
- DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 2005.
- DAS, Veena. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. California: University of California Press, 2007.
- DE VRIES, Pieter. “Vanishing Mediators: Enjoyment as a Political Factor in Western Mexico”. In: American Ethnologist, Volume 29, Issue 4, p. 901–927, November 2002.
- EGER, Talita. Dinheiro e Moralidade no Bolsa Família: uma perspectiva etnográfica (Dissertação de mestrado) PPGAS-UFRGS, 2013.
- FASSIN, Didier. (2012a). “Vers une théorie des économies morales”. In: FASSIN, Didier e EIDELIMAN, Jean-Sébastien (orgs.). *Économies Morales contemporaines*. Paris: La Découverte, pp. 19-52, 2012.
- FASSIN, Didier. (2012b) Otra política de la vida es posible: crítica antropológica del biopoder. In: LEMM, Vanessa (ed.). *Michel Foucault: neoliberalismo y biopolítica*. Santiago de Chile: Editora Universidad Diego Portales, 2012.
- FEDOZZI, Luciano. *O poder da aldeia*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.
- FEDOZZI, Luciano. O Eu e os Outros: a construção da consciência social no orçamento participativo de Porto Alegre. Tese de doutorado. Porto Alegre, PPGS-UFRGS, 2002.
- FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999a.
- FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: a Vontade de Saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999b.
- FOUCAULT, Michel. "Aula de 17 de março de 1976" In:_. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, p.285-315, 2005.

- GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário” In: GINZBURG, C. *Mitos e Emblemas Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HARAWAY, Donna. “Saberes localizados :a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial” In: Cadernos Pagu, 1995, n. 5, pp. 07-41.
- INGOLD, Tim. “Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais”. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012
- LATOUR, Bruno. 2005. *Reensamblar lo social: Una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2005.
- LE BLANC, Guillaume. “Ser sometido: Althusser, Foucault, Butler”. In: LEMKE, T.; LEGRAND, S.; LE BLANC, G.; MONTAG, W.; GIACOMELLI, M.E. *Marx y Foucault*. Buenos Aires, Nueva Visión, 2006.
- MARGARITES, Gustavo Conde. Políticas urbanas em contextos de megaeventos esportivos: a formulação da política habitacional para a duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre. Dissertação de mestrado, PPG Sociologia/UFRGS: 2014.
- MEMÓRIA DOS BAIRROS: CRISTAL. Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2003.
- MUHALE, Miguel Joaquim Justino. Lutar, criar poder popular: uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS. (Dissertação de mestrado) PPGAS-UFRGS, 2014.
- ONG, A. *Buddha is hiding: Refugees, citizenship, the new America*. Berkeley: University of California Press, 2003.
- PÁDUA, Juliana. “O processo de remoção das comunidades atingidas pela ampliação da Avenida Tronco e a articulação comunitária como estratégia” (apresentado como trabalho final na disciplina ARQ 02005 - Planejamento e Gestão Urbana, FAU-UFRGS)
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina. “Condomínios horizontais em Brasília: elementos e composições” In: Antropolítica Niterói, n. 28, p.47-68, 1. sem. 2010.
- RODRIGUEZ, Fermín; GIORGI, Gabriel. “Prólogo”. In: RODRIGUEZ, F.;GIORGI, G. *Ensayos sobre biopolítica: excesos de vida*. Buenos Aires: Paidós, 2009.
- ROSE, Nikolas. Inventando nossos selfs. RJ: Editora Vozes, 2011.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003 [1976].

SANVITTO, Maria Luiza Adams. “Porto Alegre e os ideais da cidade moderna”. In: Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 6, n. 3, 2000.

SCHUCH, Patrice. *Práticas de Justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SEGATO, Rita. “Femi-geno-cidio como crimen en el fuero internacional de los Derechos Humanos: el derecho a nombrar el sufrimiento en el derecho”. (2010) Disponível em <http://www.larevuelta.com.ar/pdf/Femi-geno-cidio-como-crimen-Segato.pdf>

SEGATO, Rita. Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. In: Segato, Rita; Quijano, Aníbal y Navarrete, Julio (eds.). *La Cuestión Descolonial*. Lima: Universidad Ricardo Palma - Cátedra América Latina y la Colonialidad del Poder, 2010.

SILVA, Marcelo Kunrath. *Cidadania e Exclusão: os movimentos sociais urbanos e a experiência na gestão municipal de Porto Alegre*. Editora da Ufrgs: Porto Alegre, 2002.

SIQUEIRA, Lucimar. A duplicação da Av Tronco e a política habitacional de Porto Alegre, 2011. Disponível em <http://reformaurbanars.blogspot.com.br/2011/02/duplicacao-da-av-tronco-e-politica.html>

SIQUEIRA, Lucimar. “O Bônus Moradia como instrumento de remoção não garante moradia digna nem manutenção da renda em Porto Alegre”. In: Boletim n. 02, fevereiro de 2013, Centro de Direitos Sociais e Econômicos. Disponível em: http://www.cdes.org.br/SITE/Textos/Boletim_CDES_N02A.pdf

TRAJANO FILHO, Wilson. Rumores: uma narrativa da nação. In: Série Antropologia, 143. Brasília: UNB, 1993.

TRAJANO FILHO, Wilson. Outros rumores de identidade na Guiné-Bissau. In: Série Antropologia, 279. Brasília: UNB, 2000.

VIEIRA, Suzane de Alencar. Resenha “DAS, Veena. 2007. Life and words: violence and the descent into the ordinary. California: University of California Press”. In: Revista Mana, vol.16, n.2. Rio de Janeiro, Outubro 2010.